

Ana Maria Paim Camardelo  
Mara de Oliveira  
Nilva Lucia Rech Stedile

# Tempos Rudes:

a precarização estrutural na trajetória  
profissional de catadores e de catadoras  
de resíduos em Caxias do Sul-RS



Tempos rudes: a precarização  
estrutural na trajetória  
profissional de catadores e de  
catadoras de resíduos em  
Caxias do Sul-RS

# **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

*Presidente:*

José Quadros dos Santos

## **UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

*Reitor:*

Gelson Leonardo Rech

*Vice-Reitor:*

Asdrubal Falavigna

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:*

Everaldo Cescon

*Pró-Reitora de Graduação:*

Flávia Fernanda Costa

*Pró-Reitora de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico:*

Neide Pessin

*Chefe de Gabinete:*

Marcelo Faoro de Abreu

*Diretoria de Relações Institucionais:*

Givanildo Garlet

*Coordenadora da EDUCS:*

Simone Côrte Real Barbieri

## **CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS**

André Felipe Streck

Alessandra Paula Rech

Alexandre Cortez Fernandes

Cleide Calgaro – Presidente do Conselho

Everaldo Cescon

Francisco Catelli

Guilherme Brambatti Guzzo

Matheus de Mesquita Silveira

Sandro de Castro Pitano

Simone Côrte Real Barbieri

Suzana Maria de Conto

Terciane Ângela Luchese

Thiago de Oliveira Gamba

## COMITÊ EDITORIAL

Alberto Barausse

*Università degli Studi del Molise/Itália*

Alejandro González-Varas Ibáñez

*Universidad de Zaragoza/Espanha*

Alexandra Aragão

*Universidade de Coimbra/Portugal*

Joaquim Pintassilgo

*Universidade de Lisboa/Portugal*

Jorge Isaac Torres Manrique

*Escuela Interdisciplinar de Derechos Fundamentales*

*Praeeminentia Iustitia/Peru*

Juan Emmerich

*Universidad Nacional de La Plata/Argentina*

Ludmilson Abritta Mendes

*Universidade Federal de Sergipe/Brasil*

Margarita Sgró

*Universidad Nacional del Centro/Argentina*

Nathália Cristine Vieceli

*Chalmers University of Technology/Suécia*

Tristan McCowan

*University of London/Inglaterra*



© do autor  
1ª edição 2022

Revisão: Izabete Polidoro Lima  
Editoração: Giovana Letícia Reolon

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
UCS – BICE – Processamento Técnico

C172t	Camardelo, Ana Maria Paim Tempos rudes [recurso eletrônico]: a precarização estrutural na trajetória profissional de catadores e de catadoras de resíduos em Caxias do Sul-RS / Ana Maria Paim Camardelo, Mara de Oliveira, Nilva Lúcia Rech Stedile. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2022. Dados eletrônicos (1 arquivo)  ISBN 78-65-5807-199-0 Apresenta bibliografia. Modo de acesso: World Wide Web.  1. Catadores de lixo – Caxias do Sul (RS) – História. 2. Estratificação social. 3. Exclusão social. I. Oliveira, Mara de. II. Stedile, Nilva Lúcia Rech. III. Título.  CDU 2.ed.: 316.344.24(816.5CAXIAS DO SUL)(091)
-------	---

Índice para o catálogo sistemático:

- |   |                                     |
|---|-------------------------------------|
| 1. Catadores de lixo – Caxias do Sul (RS) – História. | 316.344.24(816.5CAXIAS DO SUL)(091) |
| 2. Estratificação social                              | 316.343                             |
| 3. Exclusão social                                    | 316.34                              |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária  
Ana Guimarães Pereira – CRB 10/1460



Direitos reservados a:

**EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul**

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: [www.ucs.br](http://www.ucs.br) – E-mail: [educs@ucs.br](mailto:educs@ucs.br)

# Tempos rudes: a precarização estrutural na trajetória profissional de catadores e de catadoras de resíduos em Caxias do Sul-RS

---

Ana Maria Paim Camardelo  
Mara de Oliveira  
Nilva Lúcia Rech Stedile



Dedicamos esta obra à nossa colega  
Caroline Ferri (*in memoriam*), nossa  
“buniteza” que continua, permanen-  
temente, em nossa vida, em nossas  
reflexões, em nossas produções...

*Mesmo que não possamos adivinhar o tempo que virá,  
temos ao menos o direito de imaginar o que queremos que seja.  
As Nações Unidas têm proclamado extensas listas de Direitos Humanos,  
mas a imensa maioria da humanidade não tem mais que os direitos de:  
ver, ouvir, calar.  
Que tal começarmos a exercer o jamais proclamado direito de sonhar?  
Que tal se delirarmos por um momentinho?  
Ao fim do milênio, vamos fixar os olhos mais para lá da infância,  
para adivinhar outro mundo possível.  
O ar vai estar limpo de todo veneno que não venha dos medos humanos  
e das paixões humanas.  
As pessoas não serão dirigidas pelo automóvel,  
nem serão programadas pelo computador,  
nem serão compradas pelo supermercado,  
nem serão assistidas pela televisão.  
A televisão deixará de ser o membro mais importante da família.  
As pessoas trabalharão para viver, em lugar de viver para trabalhar.  
Se incorporará aos Códigos Penais o delito de estupidez que cometem os que  
vivem por ter ou ganhar ao invés de viver por viver somente, como canta o  
pássaro, sem saber que canta e como brinca a criança, sem saber que brinca.  
Em nenhum país serão presos os rapazes que se neguem a cumprir serviço militar,  
mas sim os que queiram cumprir.  
Os economistas não chamarão de nível de vida o nível de consumo,  
nem chamarão qualidade de vida à quantidade de coisas.  
Os cozinheiros não pensarão que as lagostas gostam de ser fervidas vivas.  
Os historiadores não acreditarão que os países adoram ser invadidos.  
O mundo já não estará em guerra contra os pobres,  
mas sim contra a pobreza.  
E a indústria militar não terá outro remédio senão declarar-se quebrada.  
A comida não será uma mercadoria nem a comunicação um negócio,  
porque a comida e a comunicação são direitos humanos.  
Ninguém morrerá de fome, porque ninguém morrerá de indigestão.  
As crianças de rua não serão tratadas como se fosse lixo,  
porque não haverá crianças de rua.  
As crianças ricas não serão tratadas como se fossem dinheiro,  
porque não haverá crianças ricas.  
A educação não será um privilégio de quem possa pagá-la,  
e a polícia não será a maldição de quem não possa comprá-la.  
A justiça e a liberdade, irmãs siamesas, condenadas a viver separadas,  
voltarão a juntar-se, voltarão a juntar-se bem de perto, costas com costas.  
Na Argentina, as loucas da Praça de Maio serão um exemplo de saúde mental,  
porque elas se negaram a esquecer nos tempos de amnésia obrigatória.  
A perfeição seguirá sendo o privilégio tedioso dos deuses, mas, neste mundo,  
neste mundo avacalhado e maldito, cada noite será vivida como se fosse a  
última e cada dia como se fosse o primeiro.*

(Eduardo Galeano – **De pernas pro ar**: a escola do mundo ao avesso).

## Sumário

**Prefácio: Quero ter olhos prá ver / 9**

**1 Introdução: Caminhos pelos quais andamos / 13**

**2 A história construída pelos/as catadores/as de material reciclável em Caxias do Sul: o “lixo” como caminho de subsistência / 47**

2.1 A geração de resíduos reutilizáveis e recicláveis na sociedade contemporânea: por que surge a profissão de catadores/catadoras? / 55

2.2 Primeiros catadores e primeiras catadoras em Caxias do Sul: “Quem somos nós? Quem é cada um de nós?” / 65

2.3 O vínculo familiar na atividade laboral dos catadores e das catadoras de Caxias do Sul / 87

**3 Precarização estrutural: tempo presente da degradação humana / 109**

3.1 A precariedade salarial e o trabalho informal / 115

3.2 A precariedade de proteção social / 128

3.3 A precariedade existencial / 133

3.4 Associações e cooperativas de catadores e de catadoras: entes jurídicos de organização de economia solidária / 148

**4 A nova organização dos catadores e das catadoras em Caxias do Sul, a partir da década de 90, diante da precarização das pessoas que vivem-do-trabalho / 179**

4.1 A organização de catadores e de catadoras em EES, em Caxias do Sul / 179

4.2 A precarização salarial, de proteção social e existencial dos/as catadores/as de Caxias do Sul / 200

**5 Reciclando e ressignificando o trabalho do/a catador/a: algumas considerações (não) finais / 247**

**Referências / 275**

---

## **Prefácio**

### **Quero ter olhos prá ver**

As autoras de “Tempos Rudes: a precarização estrutural na trajetória profissional de catadores e de catadoras de resíduos de Caxias do Sul/RS” são recorrentes em falar sobre coisas que alguns gostariam de deixar de lado. São impertinentes em tornar visível aquilo que os mecanismos de dominação da sociedade hegemônica pelo capital se esmeram em deixar no esquecimento.

É o segundo livro que publicam a partir de uma pesquisa com trabalhadoras e trabalhadores pobremente remunerados, apesar da relevância do trabalho que executam. Frente a indiferença de significativa parte do corpo social em relação a estas pessoas elas insistem em colocá-las sob luzes reveladoras da sua condição humana.

A partir do lugar de fala dos sujeitos da pesquisa que originou o livro vão se descortinando as condições de existência de homens e mulheres que vivem à margem do mercado formal de trabalho. Trabalhadores e trabalhadoras que, apesar de realizarem função socioambiental essencial à sociedade, são vítimas de várias formas de exclusão, perpetuadoras de indignas condições de trabalho e vida.

A revolução industrial nos legou a sociedade de consumo, que elevou as condições materiais de existência de parcela da humanidade. Mas, também, nos deixou como herança diversos problemas e iniquidades. Cabe, aqui, citar: o exército de mão-de-obra de reserva, necessário para rebaixar salários e ampliar os lucros dos donos do capital; e o passivo ambiental dos materiais descartáveis provenientes do consumo dos produtos disponíveis no mercado.

Este livro nos apresenta o resultado do encontro dos que sobram no mercado de trabalho com as sobras do mercado de consumo orientado pelo lucro sem limites. O encontro constrange-

---

dor, de gente considerada descartável com os restos descartáveis, convém esquecer. Por isso é invisibilizado.

A condição das trabalhadoras e dos trabalhadores que “Tempos Rudes...” retira da invisibilidade pode ser estendida a outras categorias laborais. As cidades organizadas pela sociedade de consumo não conseguiriam realizar suas funções sem aqueles e aquelas que trabalham e vivem sob condições degradantes, num processo de precarização de acesso a todo um conjunto de direitos econômicos e sociais, que adquire caráter estrutural.

Nos dias atuais esta trágica realidade se agudizou. Vivemos a era do capital financeiro, que mudou drasticamente as características da sociedade derivada da revolução industrial. Nela a realização do lucro não depende mais exclusivamente de empresários que investem na produção de mercadorias tangíveis. Na verdade, a geração de riqueza depende cada vez menos do aumento da produção e do emprego. A realização do lucro se deslocou para o domínio dos complexos mecanismos do rentismo improdutivo, associado ao controle das novas tecnologias da informação. A manufatura e a indústria não deixam de existir, mas precisam cada vez menos operários e perdem investimentos, prioritariamente voltados aos ativos do mercado financeiro.

É a dinâmica da financeirização da economia que nos impõe os retrocessos neoliberais na regulação do trabalho, na seguridade social e das políticas fiscais de austeridade, que estão destruindo o estado de bem-estar social. Um processo que diminui significativamente o trabalho formal, aumenta a exclusão social e dá contornos dramáticos à necessidade de construção de alternativas para a inclusão social e a garantia de acesso aos direitos humanos mais elementares à toda a humanidade.

As responsáveis pela obra, como intelectuais orgânicas, na concepção gramsciana do termo, buscam desvendar os mecanismos de reprodução da precarização dos catadores e das catadoras. Examinam possibilidades de formas de organização econômica

mais viáveis para os excluídos e de políticas públicas inclusivas. Compromissadas com processos emancipatórios apelam à tomada de consciência social e ambiental. Convocam à construção de novos valores éticos nas relações econômicas e sociais. Em última instância: nos estimulam a pensar que um outro mundo é possível.

Como as autoras afirmam, a sociedade que conhecemos é uma construção social. Se a construímos tal qual ela é hoje, podemos tomar decisões políticas que construam algo novo, radicalmente diferente e de feição mais humana. Nelson Cavaquinho, no belíssimo samba, O Juízo Final, diz que:

O sol há de brilhar mais uma vez  
A luz há de chegar aos corações  
Do mal será queimada a semente  
O amor será eterno novamente

E como ele encerra este clássico da nossa música popular, também conclui: “Quero ter olhos prá ver a maldade desaparecer”.

*Pepe Vargas*



# 1

## Introdução

### Caminhos pelos quais andamos

O conhecimento  
caminha lento feito lagarta.  
Primeiro não sabe que sabe  
e voraz contenta-se com o cotidiano orvalho  
deixado nas folhas vividas das manhãs.

Depois pensa que sabe  
e se fecha em si mesmo:  
faz muralhas,  
cava trincheiras,  
ergue barricadas.  
Defendendo o que pensa saber  
levanta certezas na forma de muro,  
orgulhando-se de seu casulo.

Até que maduro  
explode em vôos  
rindo do tempo que imaginava saber  
ou guardava preso o que sabia.  
Voa alto sua ousadia  
reconhecendo o suor dos séculos  
no orvalho de cada dia.

Mesmo o vôo mais belo  
descobre um dia não ser eterno.  
É tempo de acasalar:  
voltar à terra com seus ovos  
à espera de novas e prosaicas lagartas.

O conhecimento é assim:  
ri de si mesmo  
e de suas certezas.

É meta da forma  
metamorfose  
movimento  
fluir do tempo  
que tanto cria como arrasa

a nos mostrar que para o vôo  
é preciso tanto o casulo  
como a asa.<sup>1</sup>

A produção que ora se apresenta é resultado de estudos e de pesquisas na área das humanidades, das ciências sociais e da saúde; envolve um *caminhar lento feito lagarta*.

Em algumas das *metamorfoses, dos movimentos, no fruir do tempo, cavamos trincheiras, erguemos barricadas*; porém, depois, *com maturidade, rindo do tempo que imaginávamos saber, mais do realmente sabíamos, fizemos outros vôos*.

Dentre os *vôos e as descobertas de que nada é eterno*, reconhecemos alguns caminhos que sustentam esta obra, dentre os quais salientamos: a) as investigações de campo<sup>2</sup> realizadas diretamente com um grupo de catadores e de catadoras, no Município de Caxias do Sul, RS – visões de mundo, trajetórias de vida e profissionais, acesso ou não a políticas públicas, imaginação e realidade sobre o que passam, sentem, aderem e repelem ao experimentar o cotidiano da desigualdade social presente no nascer e no pôr do sol –, por meio de observações diretas e entrevistas e, além disso, da caracterização dos resíduos; b) as análises documentais nomeadamente em legislações e normativas sobre: Resíduos Sólidos Urbanos (RSU); cooperativismo e

---

<sup>1</sup> IASI, Mauro Luis. **Aula de vôo e outros poemas**. São Paulo: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), 2000, p. 53.

<sup>2</sup> Assinalamos, especialmente as seguintes investigações: 2012-2015 – **Atividades laborais de catadores e recicladores de resíduos sólidos**: impactos na vida e na qualidade ambiental – financiada pelo CNPq; 2013-2017 – **Capacitação e apoio às atividades dos catadores informais do município de Caxias do Sul** – financiada diante de Edital Público da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) alocada no Ministério do Trabalho e Emprego e em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito do Plano Brasil sem Miséria; CAMARDELO, Ana M P.; STEDILE, Nilva Lúcia Rech; FERRI, Caroline; LUCAS, João Ignacio P.. **Catadores de Resíduos**: de “papeleiros” a protetores ambientais. Projeto de pesquisa. Financiada pelo CNPq. Universidade de Caxias do Sul, RS, jun 2017-jun2020.

---

associativismo; trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável; Economia Solidária, promovida/apoiada pela então Secretaria Nacional de Economia Solidária (Ministério do Trabalho e Emprego), no período 2003-2016, mediadora e proponente de alternativas de trabalho e renda, envolvendo catadores/as; c) as pesquisas bibliográficas em obras já publicadas, onde se pode identificar outros cenários, atores, dados; efetuar reflexões e interpretações sobre contribuições teóricas, práticas e analíticas efetuadas por outros pesquisadores e que encontram-se registradas; d) as produções acadêmicas, via artigos científicos, organização de livros e cartilhas e relatórios que propiciaram a construção/reconstrução de enunciados e a reelaboração do pensamento, nestas idas e vindas constantes, neste *rir de si mesmo e de suas certezas*, que as sistematizações do conhecimento oportunizam.

É fruto, também, dos estudos, das indagações, das sínteses e das publicações criadas pelos nossos orientandos na Graduação e na Pós-Graduação, em que descobrimos *novas e prosaicas lagartas*.

Por conseguinte, reconhecemos nosso “profundo débito aos esforços coletivos de muitos”.<sup>3</sup> Não nos restam dúvidas de que as ponderações, as provocações e as análises que elaboramos são partes constitutivas do conhecimento teórico e prático socialmente construído e acumulado. Então, os vários sujeitos constantes nas referências bibliográficas, os estudantes de iniciação científica que nos acompanharam em diferentes momentos, os orientandos de mestrado e doutorado, os pesquisadores com os quais trocamos informações são, como nós, protagonistas<sup>4</sup> deste livro. Indubitavelmente, nos esforçamos para selecionar o que consideramos o

---

<sup>3</sup> HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 40.

<sup>4</sup> Com certeza, não podemos responsabilizar outrem: pelos equívocos que esta sistematização possa conter; pelas perspectivas teóricas e metodológicas utilizadas. Os recortes, as inferências, as interpretações e as explicações feitas foram escolhas, frutos de nossas histórias e nossas experiências. Igualmente, um determinado ponto de vista definiu o realizado.

---

melhor do debate proposto por eles e que servia à lógica das discussões que nos propusemos a fazer. Isto significou deixar de lado pontos de controvérsia, debates e opiniões importantes que não “cabiam” neste texto.

Seguramente, não foi possível convidar todos os autores/pesquisadores que poderiam contribuir para elaborarmos maiores e melhores descrições e análises. Concordando com David Harvey, “tenho me esforçado, nem sempre com sucesso, para me manter em dia com a literatura, que tem aumentado enormemente”.<sup>5</sup> Reconhecemos que faltaram

aspectos que, diante dos enunciados e interpretações efetuadas se deveria tratar; diálogos dos entrevistados que mereciam serem apresentados e analisados; novos autores, dados e investigações descobertas no processo de construção do livro que poderiam ajudar a compreender melhor o que objetivamos apresentar.<sup>6</sup>

Porém, esta é apenas mais uma sistematização, outras virão, nas quais serão erigidos: os mesmos elementos com diversificadas ponderações; informações não abordadas; novas sínteses em um processo contínuo de (re)elaboração. Afinal, sempre é *tempo de acasalar – voltar à terra com seus ovos. novos ovos* que propiciarão, logo, *novos vôos*. Sabemos que o “processo de conhecimento da realidade é também desconhecimento desta,

---

<sup>5</sup> HARVEY, *op. cit.*, p. 39.

<sup>6</sup> CAMARDELO, Ana M P.; OLIVEIRA, Mara; STEDILE, Nilva Lúcia Rech. **Tempos rudes** [recurso eletrônico]: a identidade atribuída e sentida pelos catadores e pelas catadoras de resíduos de Caxias do Sul-RS. Caxias do Sul, RS: Educs, 2021, p. 124. Disponível em: <https://www.ucs.br/educs/livro/tempos-rudes-a-identidade-atribuida-e-sentida-pelos-catadores-e-pelas-catadoras-de-residuos-de-caxias-do-sul-rs/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

---

uma vez que nenhuma realidade será desvelada na sua totalidade”.<sup>7</sup> *Outras metamorfoses, outros movimentos* serão necessários.

Queremos ainda mencionar a importância – para a estruturação do conhecimento e para nossa vida profissional e pessoal – do trabalho interdisciplinar executado por quatro mulheres, que vieram fazendo pesquisa conjuntamente há alguns anos: duas da área do Serviço Social; uma da enfermagem e outra do direito, que nos deixou precocemente,<sup>8</sup> mas que as ideias, as alegações e as contestações continuam nos acompanhando. Não temos dúvida de que, nestes afazeres conjuntos, aprendemos a melhorar, a reavaliar nossos conhecimentos, nossas (in)certezas.

Temos, na mesma proporção e intensidade, uma “infinidade” de diferenças e de concordâncias: *integramos uma variedade de lagartas e de borboletas com asas multicoloridas, no entanto, temos voado em uma mesma direção.*

As concordâncias permitem, agilmente, estabelecermos objetivos e ações comuns. Não obstante, unimos melhor nossos conhecimentos nas diferenças. São elas que resultam nas mais densas e aprofundadas discussões, das quais “saímos” renovadas de argumentos e de compreensões mais abrangentes. Nesses debates, temos integrado saberes e práticas que, certamente, fortalecem o saber científico e qualificam nossas avaliações e críticas.

Todavia, acima de tudo, nos reforçamos nos afetos e na linguagem – “*essência* do ser humano [...], complexamente in-

---

<sup>7</sup> OSTERNE, Maria do Socorro F; BRASIL, Glauécia Mota; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. A produção do conhecimento nas Ciências Sociais e a provisoriabilidade da realidade material e simbólica. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 152-170, jan./mar. 2013, p. 157. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/x5rdG5hFM8kdGck3jF4jdj/?lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2021.

<sup>8</sup> Caroline Ferri, parceira de tantas pesquisas e presença constante nas reflexões e análises que originaram este livro e outras produções.

---

trincados”<sup>9</sup> –, que alimentam nossos corpos e nossas mentes, neste “mundo desafetado e frio”.<sup>10</sup> Isto tem nos ajudado a manter certo grau de sanidade mental e de isolamento “a razão instrumental e pragmática, que se desdobra em cinismo”.<sup>11</sup> Juntas, somos melhores pesquisadoras, melhores educadoras, melhores mulheres, pois, como diz Olegária Matos, “o outro não é nosso limite externo, mas o que nos pluraliza e através de quem podemos nos totalizar”.<sup>12</sup> *Somos lagartas, rimos do tempo que imaginávamos saber. Continuamos com anseios de voar alto no encontro de novos saberes.*

Queremos destacar que este livro é inseparável<sup>13</sup> de outro, *Tempos rudes: a identidade atribuída e sentida pelos catadores e catadoras de resíduos de Caxias do Sul, RS*.<sup>14</sup>

Naquela sistematização, centramos as descrições e as análises relacionando-as com as falas de doze catadores e catadoras, cujas entrevistas, ocorridas entre 2018-2019, foram originadas da *Pesquisa Catadores de Resíduos: de papeleiros a protetores*

---

<sup>9</sup> PEYON, Eduardo Rodrigues. **Sobre o trabalhar contemporâneo: diálogos entre a psicanálise e a psicodinâmica do trabalho**. São Paulo: Blücher. E-Book em PDF, 2018, p. 56, grifo do autor.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>12</sup> MATOS, Olegária. Sociedade: tolerância, confiança, amizade. **Revista USP**, São Paulo v. 37, p. 92-100, mar./maio 1998, p. 100. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28339>. Acesso em: 15 fev. 2021.

<sup>13</sup> Não estamos afirmando que, obrigatoriamente, os dois livros devem ser lidos em continuidade ou que é impossível entender este segundo, sem ter lido o primeiro. A “inseparabilidade” se dá na dedução de que um é cria, e o outro, criatura. Quer dizer, esta sistematização somente foi proposta, na medida em que o livro *Tempos rudes: a identidade atribuída e sentida pelos catadores e pelas catadoras de resíduos de Caxias do Sul, RS* estava sendo edificado.

<sup>14</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*.

*ambientais*.<sup>15</sup> Nesta, os sujeitos de pesquisa aos quais damos voz são os/as mesmos/as. Consequentemente, os cuidados éticos e os procedimentos de pesquisa indicados naquele livro<sup>16</sup> servem para este.

Um objetivo geral, de igual modo, orienta as duas produções: dar visibilidade aos (des)compassos, na construção da identidade social dos catadores e das catadoras de resíduos recicláveis, na cidade de Caxias do Sul, contribuindo com o reconhecimento do valioso papel socioambiental que prestam, bem como identificando formas de discriminação, de marginalidade e de exclusão a que são submetidos.

Neste livro privilegiamos os afazeres ocupacionais do conjunto de profissionais participantes da pesquisa, considerando o que definimos como quatro grandes períodos: 1) final dos anos 70 ao início dos anos 90; 2) metade dos anos 90 até metade dos anos 2000; 3) meados de 2005 a 2016; 4) após 2016. O eixo de análise, portanto, foi histórico, nele procuramos demonstrar o desenvolvimento da atividade laboral em Caxias do Sul e algumas das alterações ocorridas, particularmente quanto à forma de organização, verificando, ainda, a contribuição ou não do Estado nestas mudanças.

A centralidade conceitual e interpretativa baseou-se em duas premissas: uma de ordem jurídico-legal, demarcadora das alterações veiculadas, especialmente, na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010,<sup>17</sup> e no formato de organização dos Empreendimentos e na Economia Solidária (EES), sobretudo associações privadas e cooperativas; outra de cunho teórico,

---

<sup>15</sup> CAMARDELO; STEDILE; FERRI; LUCAS, *op.cit.*.

<sup>16</sup> Os cuidados éticos e os procedimentos de pesquisa encontram-se indicados no item 1.1 “A trilha seguida: porque e como caminhamos” (CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 14-24).

<sup>17</sup> BRASIL. **Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Brasília, DF.

---

embasada no que vários estudiosos sobre trabalho contemporâneo têm nomeado de precarização estrutural.

Os enunciados sobre tal precarização estabeleceram o caminhar argumentativo. Assim, as posições e as conclusões aqui trazidas centram suas narrativas nas formas de “**degradação da vida humana do ser que trabalha**”,<sup>18</sup> a partir dos afazeres profissionais de um grupo de catadores e de catadoras em Caxias do Sul.

*Degradação* que caracteriza o que designamos de *tempos rudes* –, compondo o título desta publicação.

Estes *tempos*, em apropriação de Cora Coralina de “lutas e pedras”<sup>19</sup> e de seres humanos partidos, delimitam um “tempo de divisas, tempo de gente cortada. De mãos viajando sem braços, obscenos gestos avulsos [...] E continuamos. É tempo de muletas”.<sup>20</sup>

São *tempos rudes*, quando o capitalismo, apesar da imprescindibilidade do trabalho vivo, impõe às pessoas que vivem-do-trabalho<sup>21</sup> exploração sem limites, que tem resultado em

---

<sup>18</sup> TRINDADE, Hiago. Sob a ponta da agulha: dimensões do trabalho precário na indústria têxtil. **O social em questão**, v. 20, n. 39, p. 285-300, 2017. Sessão Livre. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 287, grifo nosso.

<sup>19</sup> CORA CORALINA. **Assim eu vejo a vida**. [O poema acima, inédito em livro], foi publicado pelo jornal Folha de São Paulo – caderno Folha Ilustrada, edição de 4/7/2001.

<sup>20</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Rosa do povo**. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 29.

<sup>21</sup> A expressão classe-que-vive-do-trabalho – classe trabalhadora – foi cunhada por Ricardo Antunes que assim a caracteriza: “inclui, [...] todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados o setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado dos McDonald’s, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação

---

adoecimento físico e mental, em poucas perspectivas de futuro, em desproteção social: “Em sua lógica destrutiva, o capital não reconhece nenhuma barreira para a precarização do trabalho”.<sup>22</sup>

Entendemos ser tarefa primordial de quem faz pesquisa científica e deseja contribuir com o “desocultamento” da realidade, efetuar “interlocução com os movimentos sociais, com os setores organizados da sociedade civil, [participando] da reconstrução do [...] tecido social”.<sup>23</sup> Em tempos de “privilégio da servidão”<sup>24</sup>, queremos contribuir com a “recuperação do desafio da emancipação”.<sup>25</sup>

As alegações de Richard Sennet coadunam-se com as nossas, por isso o parafraseamos: para alcançarmos uma vida material mais humana, precisamos decifrar como são feitas as coisas.<sup>26</sup> Tal deciframento não se faz conhecer de imediato. Os/as pesquisadores/as, compromissado/as com a defesa da igualdade social e contra todas as formas de opressão e exploração, devem procurar “aquilo que está encoberto, não visível, mas que nem

---

do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural” (ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 5ªed., 1999, p. 102-103). Por concordarmos com as reflexões elaboradas por Ricardo Antunes, toda vez que utilizarmos esta expressão ou apenas o indicativo vivem-do-trabalho, estamos referenciando as premissas deste autor.

<sup>22</sup> ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão** [recurso eletrônico]: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. (Mundo do trabalho), p. 162.

<sup>23</sup> MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Emancipação**, v. 6, n. 1, p. 9-23, 2006, p. 12, acréscimo nosso. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/69/67>. Acesso em: 19 maio 2021.

<sup>24</sup> ANTUNES, 2018, *op. cit.*, p. 306.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p.162.

<sup>26</sup> SENNETT, Richard. **O Artífice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

---

por isso inibem o sofrimento, a dor, a discriminação, a falta de condições qualificadas de trabalho e de vida”.<sup>27</sup>

Para isso é preciso “desconstruir as máscaras que constituem a base da dominação e da opressão social, no sentido mais amplo e que garantem sua legitimidade e aceitação”.<sup>28</sup>

*É fácil? Não.*

*Experenciamos uma ideologia que constrói, intermitentemente, estratégias de manipulação ao nosso jeito de pensar, de sentir, de agir: “Estado, grande parcela da mídia e mercado, com adesão e reprodução da sociedade, criam maneiras de mascarar a dominação, a discriminação, a apartação, a desigualdade: vemos, mas, não enxergamos”.<sup>29</sup>*

O desocultamento da realidade “não é coisa simples entender”<sup>30</sup> e explicar pois, são muitas as alterações e as recomposições que vêm ocorrendo na contemporaneidade, seja no mundo do trabalho, seja nas demais formas de sociabilidade. O trabalho precário, em seus múltiplos arranjos e desarranjos, “convive com uma crescente e diversificada rede de integração nos circuitos de bens culturais e simbólicos, ao mesmo tempo em que a sociedade de consumo (e a lógica do mercado) vai se estendendo por todos os cantos”.<sup>31</sup>

Nestes *tempos rudes* evidenciar aquilo que está invisível, porque ideologicamente ocultado, é um desafio, o de “remar contra a corrente” da exaltação ao mercado e ao consumo, como

---

<sup>27</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 61.

<sup>28</sup> SOUZA, 2018a, p. 68 *apud* CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 61.

<sup>29</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 46.

<sup>30</sup> TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. Introdução. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, p. 11-12.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 12.

sendo imprescindíveis e insubstituíveis. Tal exaltação nega a realidade, pois há uma “desigualdade crescente e uma dureza extrema para a avassaladora maioria do povo”.<sup>32</sup>

Presenciamos acentuada concentração de riqueza e de poder econômico e alto desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que não resultam em melhores condições de vida para a classe-que-vive-do-trabalho. Ao contrário, a maioria da população brasileira experiencia a precarização estrutural do trabalho, traduzida, dentre outro, em: desemprego; trabalho informal; limitação de direitos trabalhistas; impactos à vida intrapsíquica; “aumento da seletividade no âmbito das políticas sociais, diminuição dos recursos, dos salários, imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades [...] de acesso aos direitos sociais”.<sup>33</sup>

*Testemunhamos a banalização e o descarte de expressivos contingentes de seres humanos.*

*“Um mundo no qual só conta a lei do valor e a lógica do saber a ele associada não é o mundo humano, mas o do capital”.<sup>34</sup>*

*O mundo do capital “não se funda nos laços de amizade e da fraternidade”<sup>35</sup>, logo, é um mundo “sem compaixão”.<sup>36</sup>*

### Verificamos e lamentamos

os efeitos devastadores das mudanças em curso, no mundo contemporâneo, demolindo direitos que, em que pesem todos os seus limites, mal ou bem garantem prerrogativas que compensam a assimetria

<sup>32</sup> MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 64.

<sup>33</sup> IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2018, p. 18.

<sup>34</sup> MATOS, *op. cit.*, p. 100.

<sup>35</sup> *Ibidem.*

<sup>36</sup> *Ibidem.*

---

de posições nas relações de trabalho e poder, e fornecem proteções contra as incertezas da economia e os azares da vida.<sup>37</sup>

Defendemos que direitos sociais, assim como os demais direitos são indispensáveis. Eles significam “não [...] aquilo de que se destituem cidadãos, mas o que se exerce em seu benefício, no sentido de sua permanente ampliação àqueles dele desprovidos”.<sup>38</sup>

Os argumentos que defendem o desmonte dos direitos sociais, dentre eles os trabalhistas, “são falaciosos e frágeis [...] é uma forma de desestruturar a vida social e de promover condições que favorecem somente um ator na sociedade: os empregadores”.<sup>39</sup>

As consequências disso significam submissão de quem vive-do-trabalho. “Às inseguranças do mercado e à precarização do trabalho. Além disso, “[...] inibe as perspectivas de futuro de boa parte da classe trabalhadora, que terá poucas perspectivas de se aposentar e de desenvolver uma trajetória profissional”.<sup>40</sup>

“Remar contra a corrente”, “requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para **decifrá-lo e participar de sua recriação**”.<sup>41</sup> Marilda Yamamoto – com quem concordamos –, na explicitação desta sua afirmação, recorre a Karl Marx quando ele, de tal modo, se manifesta: “A crítica não arranca flores imaginárias dos grilhões para que os homens suportem os grilhões sem fantasia e consolo, mas para que se livre deles e possam brotar as

---

<sup>37</sup> TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata? **Revista USP**, São Paulo, v. 37, p. 34-45, mar./maio 1998, p. 37. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/27023>. Acesso em: 15 fev. 2021.

<sup>38</sup> MATOS, *op. cit.*, p. 97.

<sup>39</sup> GALVÃO *et al.*, 2017 *apud* PEREIRA, Sandra de Oliveira Gomes; CABRAL, José Pedro Cabrera. Informalidade e crise do emprego no Brasil. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n.18, p. 92-102, 2019, p. 95. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1753>. Acesso em: 2 abr. 2021.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>41</sup> IAMAMOTO, *op. cit.*, p. 19, grifo nosso.

flores vivas”.<sup>42</sup> Decifrar, criticamente, significa “tirar as fantasias que encobrem os grilhões”<sup>43</sup> do *privilégio da servidão* no sentido de combatê-lo, de impedir sua continuidade, “libertando os elos que aprisionam o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais”.<sup>44</sup>

Acreditamos na possibilidade de alteração do *status quo*

ainda que não seja possível adivinhar nem impor os caminhos da esperança coletiva, [...] a reflexão teórica pode desvestir o fantasma que se alimenta da radicalidade da crise e se projeta pelos caminhos da imaginação e da criação humana.<sup>45</sup>

Nosso credo alimenta-se do fato de que foram homens e mulheres que construíram esta sociedade. Ou seja,

Os estilos societários e as características que os definem são produtos das decisões dos homens [e mulheres], isso é constituem uma construção social. Isso significa que, se os [seres humanos] decidem construir suas sociedades (onde viverão, trabalharão, produzirão) de determinada maneira, ou seja, conduzindo a sua vontade em certa direção, também poderão – eventualmente, **se assim o desejarem ou se propuserem** – construí-las de outra maneira e com outras características.<sup>46</sup>

Almejamos que as exposições e as críticas realizadas neste livro possam auxiliar a desvendar um pouco acerca do “mosaico de desenhos”, que traduzem o mundo do trabalho contemporâneo em suas configurações precarizadas (salarial, de proteção social

<sup>42</sup> MARX, 1977 *apud* IAMAMOTO, 2018, *op. cit.*, p. 19.

<sup>43</sup> IAMAMOTO, *op. cit.*, p. 19.

<sup>44</sup> *Ibidem*.

<sup>45</sup> FIORI, José Luís. **O vôo da coruja**: para reler o desenvolvimentismo brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 16.

<sup>46</sup> ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo**: controle dos pobres ou erradicação da pobreza. Trad. de Balkys Villalobos de Netto. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995, p. 13, grifo nosso.

---

e existencial) e, quiçá, contribuir com o desejo de outras pessoas (re)construírem esta sociedade, de *outra maneira e com outras características*.

Para alcançar este desejo, elaboramos nossas análises tendo como centralidade as memórias relatadas por catadores e catadoras de Caxias do Sul, na premissa de que

Recordar é preciso.  
O movimento de vaivém nas águas-lembranças  
dos meus marejados olhos transborda-me a vida,  
salgando-me o rosto e o gosto.<sup>47</sup>

Pois a recordação, evocada pela História, pode nos manter atentos àquilo que deve ser preservado, alterado, ou a não cometermos as mesmas atrocidades. Para os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável permanece o que deve ser (deveria ter sido) transformado. Infelizmente, é plenamente identificável que as atrocidades continuam.

Nesse movimento de *vaivém das lembranças* desses obreiros, a coleta de resíduos é ato de sobrevivência – para “matar” a fome – aspecto inerente do cenário de urbanização brasileiro (como das demais cidades da América Latina).

Emílio Maciel Eigenheer<sup>48</sup> traz uma notícia do *Jornal do Comércio* (RJ, de 5 de janeiro de 1895), sobre “os lixeiros”, que “buscam o reaproveitamento daquilo que é jogado fora e ainda pode ter valor”:<sup>49</sup>

Sabem vocês qual a indústria mais curiosa do Rio de Janeiro? A do lixo, com laboratório nas ilhas

---

<sup>47</sup> EVARISTO, Conceição. **Poemas de recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008, p. 17.

<sup>48</sup> EIGENHEER, Emílio Maciel. **Lixo: a limpeza urbana através dos tempos**. Rio de Janeiro: Ed. Campus; Elsevier, 2009. Disponível em: <http://www.lixoeducacao.uerj.br/imagens/pdf/ahistoriadolixo.pdf>. Acesso em: 1º set. 2020.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 114.

da Sapucaia e do Bom Jesus. Para ali vão todos os resíduos da grande Capital.

O imenso acervo de lixo já aterrou parte do mar circunvizinho, e ameaça emendar as duas ilhas, transformando-as em um único banco de imundícies acumuladas.

Uns oficiais inválidos da pátria, que residem na Ilha do Bom Jesus, na face fronteira à da Sapucaia, vendo iminente a invasão daquela estrumeira até à frente de suas casas, resolverão defender-se... a tiro!

Quando os lixeiros se aproximam um pouco, eles agarram nas carabinas e fazem fogo.

De pólvora seca, está visto, mas os lixeiros disparam em todas as direções, porque estão bem avisados de que a terceira descarga é de bala. Ri-me a valer, acompanhando as peripécias deste sitio sui generis. Os lixeiros são todos ilhéus, espanhóis ou filhos da Galiza. Exploram aquela lixeira como se explora uma empresa vasta, complicada e rendosa. Uma verdadeira alfândega! São uns quarenta ou cinquenta, muito unidos e amigos, e que do Rio de Janeiro só conhecem a Sapucaia.

Dividem entre si, com todo o método e ordem, os variados serviços das diversas repartições do lixo. Tudo ali é aproveitado, renovado, reutilizado e revertido.

Os víveres deteriorados servem para o sustento da corporação.

O rancho é um alpendre, construído no meio da Sapucaia; sobre a mesa figuram os alimentos pescados naquele oceano de excrementos e cacarecos, restos de carne seca, pedaços de bacalhau, raspas de goiabada, massas, frutas verdes ou semi-podres, formando tudo um conjunto esquisito de manjares que eles devoram como se fosse leitão assado com farofinha.

Só compram o sal e o party.

Como se encontram ali, um enxame de moscas, em quantidade prodigiosa, a ilustre companhia se reparte por ocasião das refeições: enquanto uma

das turmas come a outra ocupa-se em enxotar com grandes abanadores os importunos insetos.

E transformam tudo em dinheiro. Trapos, vendem às fabricas de papel; garrafas, às ditas de cerveja; ferros e metais, às fundições; folhas de flandres, aos funileiros; cacos de louça e cristais, às fabricas de vidro.

Só não vendem os víveres deteriorados, com medo do Instituto Sanitário. Comem-nos!

De vez em quando dão sorte, fazendo achados extraordinários. Os colchões velhos gozam naquelas paragens de uma reputação miraculosa. Espécie de bilhete de loteria, grávido de alguma sorte grande...

Há muitos avarentos que escondem a bolada em colchões velhos... Há lixeiros enriquecidos pelos colchões... Esses espanhóis e ilhéus são muito dóceis, trabalhadores e disciplinados... Vivem satisfeitos e tranquilos, só saindo da Sapucaia para regressarem à terra, recheados de libras.<sup>50</sup>

Podemos identificar nessa reportagem de 127 anos, quatro aspectos ainda presentes no dia a dia atual dos profissionais aqui analisados. *Qualquer semelhança não é mera coincidência:*

- os ilhéus e os espanhóis citados representavam parcela daqueles que, na época, no Rio de Janeiro, constituíam os que viviam em situação de pobreza, de descaso humano, se alimentando de *víveres deteriorados [que] servem para o sustento da corporação*. Os alimentos deteriorados são descritos como os

*[...] pescados naquele oceano de excrementos e cacarecos, restos de carne seca, pedaços de bacalhau, sobras de goiabada, massas, frutas verdes ou semi-podres, formando um conjunto esquisito de manjares que eles devoraram como se fosse leitão assado com farofinha. Só compram o sal e o party.*

---

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 114-115.

---

A pobreza e a indignidade da vida são, também, referidas pelas desconcertantes condições sanitárias: como se encontram, ali, um enxame de moscas, em quantidade prodigiosa, a ilustre companhia se reparte por ocasião das refeições: enquanto uma das turmas come, a outra ocupa-se em enxotar com grandes abanadores os importunos insetos;

- coletam, separam, preparam (às vezes beneficiam o material) e vendem os resíduos para reutilização ou reciclagem, por meio de árdua tarefa, transformando isso em *dinheiro* (salário): *Dividem entre si, com todo o método e ordem, os variados serviços das diversas repartições do lixo: – Trapos, vendem às fabricas de papel; garrafas, às ditas de cerveja; ferros e metais, às fundições; folhas de flandres, aos funileiros; cacos de louça e cristais, às fabricas de vidro. Ou seja, Tudo ali é aproveitado, renovado, reutilizado e revertido;*
- são marginalizados, o que nessa sociedade justifica serem *tratados a tiros*. A marginalidade, expressa em estigma e discriminação, julga, preconceituosamente, o sujeito. Explicamos: apesar da constatação da situação desumana suportada (*sustentam-se pescando em um oceano de lixo, comem restos estragados tendo como companhia moscas em abundância*) é imputada a eles a alegação de que poderiam vender qualquer coisa, mesmo a comida que encontram: *Só não vendem os víveres deteriorados, com medo do Instituto Sanitário*. Quer dizer, o texto permite deduzir que “venderiam até a mãe”, expressão indicadora da falta de escrúpulos, de dissimulação; da falta de “vergonha na cara”. Alia-se a isso, a compreensão de que, de vez em quando, fazem *achados extraordinários*. A pergunta que não quer calar: *Extraordinário para quem?* Tais *colchões velhos* para os “inescrupulosos”; *lixeiros* são considerados *espécie de bilhete de loteria, grávido de alguma sorte grande... Há muitos avarentos que*

*escondem a bolada em colchões velhos... Há lixeiros enriquecidos pelos colchões. Quantos avarentos da época esqueceram o dinheiro escondido no colchão, que permitiu o enriquecimento de lixeiros?;*

- oriunda ou, talvez, produto do terceiro aspecto está a visão distorcida da pobreza e dos desvalidos, que sugere que os pobres gostam da situação em que estão e satisfazem-se com pouco: *Vivem satisfeitos e tranquilos*, com isso, para esse enunciado, não devem ter outros interesses e vontades, uma vez que só saem *da Sapucaia para regressarem à terra, recheados de libras*.

*Evidentemente, recheio que basta apenas a eles que, nessa justificativa, precisam de pouco, quiçá, quase nada. Devem estar acostumados (será?). Mesmo que “se acostumem”, a indignidade da pobreza não deve ser aceita, tolerada, admitida em qualquer sociedade que pretenda ser minimamente justa e igualitária.*

Concordamos com Caetano Veloso:

Gente lavando roupa  
 Amassando pão  
 Gente pobre arrancando a vida  
 Com a mão  
 No coração da mata gente quer  
 Prosseguir  
 Quer durar, quer crescer  
 Gente quer luzir  
 [...]  
 Gente é pra brilhar  
 Não pra morrer de fome.<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> VELOSO, Caetano. **Gente**: álbum bicho. São Paulo: Philips Records, 1977, faixa 3.

---

Os catadores e as catadoras do Município de Caxias do Sul, aqui citados, foram codificados por letras maiúsculas e entre parênteses: (A), (B), (D), (E), (F), (G), (H), (I), (J), (K). Como houve duas entrevistas coletivas (de dois casais que desenvolvem a atividade profissional junto), utilizamos, nestes casos, um número (A1) e (A2); (E1) e (E2). O propósito de tal codificação foi garantir a privacidade dos sujeitos de pesquisa.

Logo, foram selecionadas doze pessoas, sendo oito individualmente e quatro em duas duplas.

Igualmente, procedemos à codificação em relação às entidades – nomeando-as em (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii) e (ix) – à que estão vinculados/as os/as participantes da pesquisa e os respectivos anos de início/natureza jurídica: (i) final anos 1970; (ii) natureza jurídica em 1997; (iii) natureza jurídica em 1998; (iv) natureza jurídica em 2002; (v) natureza jurídica em 2009; (vi) natureza jurídica em 2011; (vii) natureza jurídica em 2014; (viii) natureza jurídica em 2014; (ix) natureza jurídica em 2014. É possível conferir que a codificação em questão seguiu a ordem de maior tempo cronológico de funcionamento.<sup>52</sup>

No Quadro 1 apresentamos, resumidamente, a caracterização dos sujeitos de pesquisa, citados neste livro.

---

<sup>52</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 25.

Quadro 1 – Entrevistado/entidade, sexo, idade, estado civil, filhos, tempo de inserção na atividade e aquela fora da catação de resíduos

Entrevistado/a entidade	Sexo	Idade em anos (2020)	Estado civil	Filhos	Tempo de inserção na atividade em anos (2020)	Atividade fora da catação de resíduos
A1 (v)	M	55	Casado com A2	3	14	Motorista de caminhão por 24 anos
A2 (v)	F	46	Casado com A1	3	14	Não informado
B (vii)	M	Não informado	Casado	3	6	Motorista de transporte de fretes
D (iii)	M	Não informado	Casado	2	7	Não informado
E1 (viii)	F	47	Casado com E2	2	21	Industriaria por 20 anos
E2 (viii)	M	53	Casado com E1	1	41	Não exerceu outra atividade
F (ii)	F	Não informado	Não informado	2	25	Metalúrgica
G (i)	F	58	Viúva	3	42	Empregada doméstica: um dia
H (vi)	F	Não informado	Não informado	4	15	2 anos fora da reciclagem
I (iv)	F	30	Solteira	1	23	Não informado
J (ix)	F	37	Casada	3	24	Empregada doméstica: dois anos
K (vi)	M	28	Não informado	1	4	Ferramenteiro

Fonte: CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, 2021, p. 26.

Nota: apesar das entrevistas terem sido efetuadas entre 2018-2019, atualizamos a idade e tempo de inserção na atividade para o ano de 2020.

---

A centralidade deste livro, nos *afazeres ocupacionais do conjunto de profissionais participantes da pesquisa*, particularmente, nas características que assumem tal função, principalmente, a partir do final da década de 90 exige que seja assinalado alguns conceitos e dados envolvendo os denominados resíduos sólidos, que, em sua característica de recicláveis, definem o objeto de trabalho dos/as catadores/as.

A geração de resíduos vem aumentando de forma exponencial, sem que a sociedade, de maneira geral, identifique a relevância de encontrarmos formas de nos contrapor a isto, cumprindo o que se encontra disposto na PNRS, enquanto um de seus objetivos: “não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.<sup>53</sup>

Como exemplo, no Brasil, entre 2010 e 2019, a geração de Resíduos Sólidos Urbanos passou de 67 para 79 milhões de toneladas/ano, e a geração *per capita* de 348 kg/ano para 379 kg/ano (o que corresponde a uma média de mais de um kg de resíduo/dia por brasileiro), sendo a Região Sudeste a maior geradora entre as regiões do Brasil.<sup>54</sup>

Tais aumentos não vêm acompanhados de consciência coletiva sobre como lidar com os resíduos. Ou seja, a maioria da população brasileira sequer percebe os impactos ambientais decorrentes do consumo exacerbado e da destinação inadequada, que resultam entre outros: na poluição dos mares, de rios, lagos e mananciais, seja por chorume ou pelo produto da degradação dos resíduos; alagamentos pelo entupimento de bueiros; no efeito estufa, uma vez que a decomposição gera gás metano, altamente

---

<sup>53</sup> BRASIL, 2010, *op. cit.*, art. 7º, inciso II.

<sup>54</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (Abrelpe). Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2018-2019. Nov. 2019. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/download-panorama-2018-2019/>. Acesso em: 1º set. 2020.

---

agressivo à camada de ozônio; na degradação dos recursos naturais em velocidade maior do que a capacidade da natureza de se recuperar. Disso resultaram que a maioria das cidades brasileiras os depositasse a céu aberto, constituindo os alcinhados lixões. O Brasil chegou a ter os dois maiores lixões da América Latina, sendo um no Rio de Janeiro<sup>55</sup> e outro em Brasília,<sup>56</sup> sem que houvesse qualquer tratamento adequado para prevenir a contaminação do meio ambiente.

Para se ter uma ideia, em 2018, a

destinação adequada em aterros sanitários recebeu 59,5% dos resíduos sólidos urbanos coletados: 43,3 milhões de toneladas [...]. O restante (40,5%) foi despejado em locais inadequados por 3.001 municípios. Ou seja, 29,5 milhões de toneladas de RSU acabaram indo para lixões ou aterros controlados, que não contam com um conjunto de sistemas e medidas necessários para proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente contra danos e degradações.<sup>57</sup>

Nos lixões, concentram-se numerosas famílias de catadores/as, em busca de resíduos que possam ser comercializados.

*Quer nos lixões, quer nas ruas, quer em empreendimentos coletivos (associações, cooperativas ou grupos informais) esses trabalhadores catam, separam e comercializam resíduos recicláveis, devolvendo matéria-prima ao mercado produtivo, poupando recursos naturais e contribuindo significativamente com a preservação do Planeta.*

Destacamos ainda que, apesar da coleta seletiva ter avançado na maioria das cidades brasileiras, incluindo Caxias do

---

<sup>55</sup> No Rio de Janeiro, o Lixão do Gramacho foi fechado, oficialmente, em 2012. Funcionou durante 34 anos.

<sup>56</sup> Em Brasília, o lixão da Estrutural, foi desativado apenas em 2018, após 60 anos de funcionamento.

<sup>57</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS, 2019, *op. cit.*, p. 11.

---

Sul, a não separação adequada sobrecarrega o sistema de destinação final e dificulta, sobremaneira, os processos de trabalho desenvolvidos pelos/as catadores/as como pode ser visto no Capítulo 4.

Os avanços, provavelmente, têm relação com a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010), uma vez que esta regulamenta, dentre outros, o manejo ambientalmente correto dos resíduos e representa um avanço por múltiplas razões, dentre as quais acentuamos (a) introdução de diferentes conceitos, definições, metas, princípios e objetivos para o correto manejo dos resíduos (logística reversa, gestão integrada de resíduos sólidos, responsabilidade compartilhada, ciclo de vida dos produtos, plano de gerenciamento, acordo setorial); (b) apresentação da classificação dos resíduos quanto a origem e periculosidade; (c) introdução do/a catador/a no processo de manejo, inclusive na logística reversa. Ressaltamos alguns conceitos dispostos nesta Política Nacional. Resíduos sólidos são definidos como

[...] material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.<sup>58</sup>

Tais resíduos são classificados<sup>59</sup> quanto à origem e a periculosidade. É importante salientar que, independentemente da origem, todo o resíduo potencialmente reciclável deve ser separado adequadamente, sendo a coleta seletiva responsabilidade dos municípios que deverão organizar o sistema de triagem “com

---

<sup>58</sup> *Ibidem*, art. 3º, inciso XVI.

<sup>59</sup> *Ibidem*, art. 13.

a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda”.<sup>60</sup>

Em relação à periculosidade,<sup>61</sup> os resíduos apresentam duas categorias: perigosos e não perigosos. Os não perigosos são divididos em inertes (que não são solúveis em água como o plástico e o vidro) e os não inertes, que sofrem solubilização em água (como o papel).

Em manual produzido pela Companhia Paranaense de Energia (Copel) sobre o correto gerenciamento de resíduos sólidos,<sup>62</sup> são apresentadas outras formas de classificação: (a) quanto à estrutura e composição química e; (b) quanto a seu aproveitamento para transformação.

A adoção de critérios de classificação é fundamental considerando que todo e qualquer sucesso no aumento do percentual de resíduos recicláveis passam necessariamente pela correta segregação.

No Quadro 2 apresentamos uma síntese de classificação para a correta segregação dos resíduos.

Quadro 2 – Critérios, classificação e descrição dos resíduos considerando a PNRS (2010) e Estado do Paraná (2015)

<b>Critério de classificação do resíduo</b>	<b>Classificação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>
<i>Quanto à origem</i>	- Domiciliares - Limpeza urbana	A denominação das categorias remete aos	BRASIL, 2010

<sup>60</sup> *Ibidem*, art. 18, inciso II.

<sup>61</sup> *Ibidem*, art. 13, inciso II.

<sup>62</sup> ESTADO DO PARANÁ. Companhia Paranaense de Energia (Copel). **Manual para gerenciamento de resíduos sólidos**. DRI/CSE/CGSA. Curitiba, PR, 2015. Disponível em: [https://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/manual\\_gerenciamento\\_residuos\\_solidos/\\$FILE/Manual%20para%20Gerenciamento%20de%20Res%C3%ADduos%20v1.88.pdf](https://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/manual_gerenciamento_residuos_solidos/$FILE/Manual%20para%20Gerenciamento%20de%20Res%C3%ADduos%20v1.88.pdf). Acesso em: 2 set. 2021.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço.</li> <li>- Serviços públicos de saneamento básico</li> <li>- Industriais</li> <li>- Serviços de saúde</li> <li>- Construção civil</li> <li>- Agrossilvo-pastoris</li> <li>- Serviços de transportes</li> <li>- Mineração</li> </ul>	diversos locais de geração, como nos domicílios, nas instituições de saúde, no comércio, na construção civil, nas indústrias, etc.	
<i>Quanto a periculosidade</i>	Perigosos (que podem causar danos aos seres vivos)	Resíduos com características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, que representam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental.	BRASIL, 2010
	Não perigosos	Resíduos que não representam riscos à saúde pública ou à saúde ambiental.	
<i>Quanto a estrutura e composição química</i>	Orgânicos	Resíduos que se decompõem no meio ambiente por serem de origem animal ou vegetal, tais como restos de alimentos, cascas de frutas e ovos, folhagens e pó de café.	ESTADO DO PARANÁ, 2015

	Inorgânicos	Resíduos que não possuem origem biológica ou foram transformados pelo homem, demorando para se decompor, tais como: vidros; plásticos; metais; borrachas; fibras sintéticas; cinzas.	
<i>Quanto a seu aproveitamento para transformação</i>	Recicláveis	Têm interesse de transformação por terem mercado, por exemplo: papel; papelão; plástico; alumínio; vidro.	ESTADO DO PARANÁ, 2015
	Não recicláveis	Aqueles que, depois de esgotadas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos acessíveis e disponíveis, não apresentam outras possibilidades além dos aterros industriais ou sanitários, por exemplo: adesivos; etiquetas; fita crepe; fotografias; papel carbono; papel metalizado.	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conhecer a classificação permite também identificar a complexidade do processo de geração e segregação dos resíduos e os riscos a que catadores/as estão submetidos/as, considerando,

---

dentre outros fatores, que muitos daqueles perigosos que deveriam ser submetidos a logística reversa (pilhas, produtos químicos como tintas e solventes, medicamentos, pneus) são encaminhados aos empreendimentos coletivos que recebem, separam, classificam e vendem os materiais recicláveis. A maioria dos/as catadores/as não têm orientação para o manejo seguro desses resíduos perigosos, que insistente e constantemente chegam aos espaços de trabalho via coleta seletiva.

Ademais, é fundamental ter presente que resíduos de serviços de saúde (perigosos porque contaminados com sangue e secreções), como agulhas, luvas, gases, entre outros, representam risco de contaminação por microrganismos capazes de causar doenças.

Os resíduos perigosos não devem ser misturados a recicláveis (não perigosos), sob pena de aumentar os riscos a que os/as catadores/as estão submetidos e causar contaminação da água, do solo e do ar. Da mesma forma, os resíduos orgânicos que, pelo processo de putrefação, podem significar risco biológico.

Além disso, muitos dos resíduos encaminhados para reciclagem contêm volume de orgânicos que transformam toneladas de materiais recicláveis em rejeitos, significando diminuição de renda (e não de trabalho). Rejeitos concebidos como

[...] resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.<sup>63</sup>

Dito de outra forma: o termo rejeito “é utilizado para tudo aquilo que não é reciclável ou reaproveitável, quer do ponto de vista tecnológico, quer por inviabilidade econômica”.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> BRASIL, 2010, *op. cit.*, art. 3º, inciso XV.

<sup>64</sup> SCHNEIDER, Vânia E.; PIRES, Jussara Kalil. Resíduos sólidos: problemática e definições. In: SCHNEIDER, Vânia E.; STEDILE, Nilva L. Rech (org.).

---

Para além do conceito, qualquer resíduo mal acondicionado (por exemplo, resíduos perigosos, líquidos e óleos misturados com resíduos recicláveis ou mesmo recicláveis impregnados de matéria orgânica) pode se transformar em um rejeito.

Outros conceitos poderiam ser apresentados e discutidos, selecionamos aqueles que permitem apreender a geração de resíduos na sociedade de consumo e a relação entre os comportamentos dessa sociedade e as dificuldades relatadas pelos/as catadores e catadoras desde a constituição dos primeiros grupos de trabalhadores em Caxias do Sul, na década de 70 até nossos dias.

Para dar conta dos objetivos a que nos propusemos, além desta Introdução onde pontuamos, de maneira sintética, alguns dos referenciais norteadores das análises realizadas ao longo do texto, organizamos esta publicação com outros três Capítulos (2, 3 e 4), Considerações Finais e Referências.

No **Capítulo 2** – “A história construída pelos/as catadores/as de material reciclável em Caxias do Sul: o “lixo” como caminho de subsistência – estão informações que permitem compreender a existência dos que “*vivem do lixo*”, neste Município, e um pouco acerca de suas histórias de vida e de trabalho. Iniciamos pela descrição de como surge a profissão e sua relação com o aumento do consumo e da geração de resíduos. Aprofundamo-nos nas recordações dos primeiros catadores e primeiras catadoras, cujas memórias, experiências e imaginação nos permitem identificar pessoas, processos de trabalho, dificuldades, avanços, estigmas, invisibilidade, discriminação e tantos outros adjetivos que acompanham o cotidiano desses trabalhadores. A conclusão desse capítulo descreve que, apesar do que e do como subsistem, há –

---

**Resíduos de serviços de saúde:** um olhar interdisciplinar sobre o fenômeno. 3. ed., ampl. e atual. Caxias do Sul: EDUCS, 2015, p. 28.

---

por questão de *sobrevivência física, emocional e de atenção ao outro* – uma continuidade histórica do trabalho precarizado por gerações: “herança” familiar constituída pelos níveis de desigualdade que têm face econômica, política e cultural plantada em relações sociais segregatórias e perversas.

Ao serem estimulados a recordar, os catadores e as catadoras, protagonistas da história dessa profissão em Caxias do Sul, lembram dos tempos de catação na rua, do peso dos carrinhos puxados com sol ou chuva, da carroça tracionada por animais, da discriminação, do longo período em que foram esquecidos pelo Poder Público, e da invisibilidade diante da sociedade. Relembrem dificuldades, superações, lutas e experiências que lhes permitiram, ao longo do tempo, desenvolver alguma consciência da importância social e ambiental do seu trabalho.

Tais atores, no ato de recordar, carregam a história da sobrevivência como catadores/as, a partir do final dos anos de 70, e nos permitem, a partir de suas lembranças, “tecer” uma malha de relações para o entendimento da profissão. Recordar, nesse sentido, é uma forma de dar visibilidade e de contribuir para a construção do reconhecimento social destes profissionais e, com ele, um processo de reflexão sobre o medo, o sofrimento e a injustiça experimentados, cotidianamente, por quem manuseia resíduos recicláveis como ocupação, aspectos inerentes à precarização estrutural em suas múltiplas e variadas expressões.

No Capítulo 3 contextualizamos, de maneira geral, a importância do trabalho para a sociabilidade humana, o que requer experienciar, no cotidiano da vida, prazeres que vão além daqueles insubstituíveis para a manutenção qualificada da vida (alimentação nutritiva, água potável, moradia adequada, acesso à saúde, etc.), precisamos, igualmente, de lazer, de esporte, de arte, de cultura, de afeto.

Na contramão de tais necessidades, as novas configurações do trabalho, resultado da reestruturação produtiva, atingem toda

---

a classe-que-vive-do-trabalho, “não importando se as atividades realizadas são, predominantemente, manuais ou mais ‘intelectualizadas’, ‘dotadas de conhecimento’”.<sup>65</sup>

Na nova morfologia, o trabalho dito informal caracteriza a ocupação exercida por catadores/as. Tal ocupação, de forma alguma é “situação transitória – ou politicamente contingencial – capaz de ser revertida com novo ciclo de acumulação capitalista”,<sup>66</sup> representa a expressão máxima do trabalho precarizado: “produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção”,<sup>67</sup> “desenvolvidas no âmbito da extralegalidade”.<sup>68</sup>

Assinalamos, também neste capítulo, que os/as catadores/as compõem os chamados trabalhadores informais tradicionais:

- classificação que envolve ofícios que implicam *baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. Nessa atividade, vivem de sua força de trabalho, podendo se utilizar do auxílio de trabalho familiar ou de ajudantes;*
- “mais instáveis”, efetuando tarefas *eventuais e contingenciais, pautados pela força física e pela realização de atividades dotadas de baixa qualificação.*

---

<sup>65</sup> ANTUNES, Ricardo. Capítulo 1. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade infroproletariado, (i)materialidade e valor. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, p. 13-27, 2013, p. 14, grifos do autor.

<sup>66</sup> ALVES, Giovanni. **A tragédia de prometeu**: a degradação da pessoa humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2016, p. 97.

<sup>67</sup> NOGUEIRA, Mauro Oddo. A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Texto para discussão n. 2221**. Brasília: Rio de Janeiro, 2016, p. 9. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6907/1/td\\_2221.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6907/1/td_2221.pdf). Acesso em: 15 mar. 2021.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 9-10.

---

Trouxemos, ainda, algumas definições e características sobre Economia Solidária (ES), essenciais para a identificação da concepção que assume a organização jurídica da função exercida pelos catadores e pelas catadoras mesmo que, nas entrevistas, nenhum dos inquiridos tenha verbalizado tal vinculação. A expressão Economia Solidária não foi proferida, o que poderia constituir pesquisa específica, pois parte dos sujeitos de pesquisa foi beneficiária de projetos de ES do governo municipal, entre 1997-2004 e do governo federal, a partir de 2007.

O apoio e o estímulo do governo federal a esses trabalhadores propiciaram aumento relevante de projetos econômicos organizados, sobretudo na ordenação de associações e de cooperativas. Essas duas espécies jurídicas precisam ser clareadas, tendo em vista suas diferenças e, principalmente, as “confusões” sobre seu funcionamento, especialmente em sua conexão com a nomeada Economia Solidária. São aspectos imprescindíveis para o melhor deciframento acerca do formato que assumiu a organização de trabalho dos/as catadores/as em Caxias do Sul.

O conhecimento sistematizado até esse momento, que resgata a história dos catadores e das catadoras de Caxias do Sul, completa-se, no Capítulo 4, com a nova organização coletiva desses trabalhadores em associações, cooperativas e grupos informais, enquanto empreendimentos de Economia Solidária.

A primeira entidade, juridicamente constituída, em 1997, decorre da promoção de políticas públicas municipais de incentivo à geração de trabalho e de renda. A formação da entidade não ocorreu, conforme a tessitura das narrativas nos permite perceber, apenas no aspecto jurídico, mas impacta na estruturação dos processos de trabalho e na própria percepção que o/a catador/a tinha em relação a si próprio e à função que exerce.

É a partir desse período, que a implementação da coleta seletiva municipal possibilita, por exemplo, que os/as catadores/as, organizados em entidades, não precisaram mais “catar” os resíduos

---

nas ruas da cidade. Também é nesse momento que a população em geral é chamada a efetuar a segregação dos resíduos a domicílio, aspecto importante no que tange à educação ambiental.

Enfatizamos, ainda, que a instauração das associações e da cooperativa, analisadas em Caxias do Sul, favoreceu, conforme descreve o Capítulo 4, a busca de novos investimentos públicos, especialmente até 2016, o que possibilitou melhorias significativas – mesmo que não suficientes – nas condições de vida e de trabalho dos sujeitos a elas vinculadas.

Os catadores e as catadoras participantes do estudo percebem avanços e retrocessos econômicos e sociais, nos momentos históricos em que vêm atuando e que impactam nos seus processos de trabalho e nas suas vidas.

Um aspecto convergente nas falas da maioria desses atores diz respeito à autoconsciência quanto à importância do seu trabalho, mesmo que, contrariamente, não tenham tal reconhecimento, pois sofrem com a ausência de: resíduos segregados, adequadamente, como estabelece a legislação pertinente; infraestrutura adequada (edificações, equipamentos de proteção individual, equipamentos para triagem e beneficiamento); remuneração decente; proteção social (não garantia e acesso aos direitos sociais e trabalhistas, por exemplo). Ou seja, experenciam as diversas manifestações que assume a precarização do trabalho contemporâneo: salarial, de proteção social e existencial.

Subsistem à afazeres fatigantes, esforço físico exacerbado, exposição permanente a adoecimentos relacionados à execução das tarefas – riscos psicossociais: físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes. Sofrem, diariamente, a *degradação da vida humana do ser que trabalha*, expressa, como afirma uma das entrevistadas (J): em todas as etapas dos processos de trabalho desenvolvido, os(as) catadores(as) ficam expostos ao trabalho escravo.

Apesar das dificuldades impostas, historicamente, das agruras e da dureza da vida, como a maioria daqueles/as que vivem-do-trabalho no Brasil, permanecem “de pé, com seus empreendimentos funcionando (mesmo que não como deveriam ou gostariam), mas, como afirma a entrevistada (I), por *teimosia*.

Esperamos que a leitura deste livro contribua para o aumento da percepção da dívida histórica que sociedade tem com esses/as trabalhadores/as (a exemplo dos demais) e contribua com a busca de alternativas coletivas contrárias àquelas dominantes de precarização estrutural.

Que nestas idas e vindas constantes, neste *rir de si mesmo e de suas certezas*, que as sistematizações do conhecimento oportunizam, possamos contribuir com a produção de metamorfoses de percepção, que resultem em *novos movimentos e vôos* em direção ao reconhecimento do trabalho daqueles/as que nos livram da incômoda presença do “lixo”.



## 2

## A história construída pelos/as catadores/as de material reciclável em Caxias do Sul: o “lixo” como caminho de subsistência

Convém salientar, em adesão às análises de Antônio de Pádua Bosi, que há muito tempo coexistimos com a presença “de pessoas que vivem do lixo”,<sup>69</sup> tendo sido registradas em 1895, como assinalado em parágrafos anteriores, igualmente, em 1947 por Manoel Bandeira, no poema “O Bicho”:<sup>70</sup> pessoas catavam “comida entre os detritos”.

Porém, “os personagens de Bandeira não eram catadores de recicláveis. Eles reviravam o lixo à procura de comida e não de material descartado, que pudesse ser reaproveitado como mercadoria”.<sup>71</sup>

Em 1968 (vinte e um anos depois do poema de Manoel Bandeira) é montada pela primeira vez a peça de teatro, escrita e dirigida por Plínio Marcos,<sup>72</sup> “Homens de papel”. Nessa encenação são salientados “os conflitos entre Berrão, que comprava e revendia papel para reciclagem, e catadores que recolhiam o material em sacos. Na rotina diária da catação de papel, os catadores tentavam disputar com Berrão o controle sobre o trabalho”.<sup>73</sup>

---

<sup>69</sup> BOSI, Antonio de Pádua. A organização capitalista do trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 101-116, 2008, p. 102. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200008&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 20 set. 2020.

<sup>70</sup> BANDEIRA, Manuel. O bicho (poema). Rio de Janeiro, 27 dez. 1947. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/4828/o-bicho>. Acesso em: 10 set. 2020.

<sup>71</sup> BOSI, 2008, *op. cit.*, p. 102.

<sup>72</sup> O roteiro desta peça de teatro encontra-se disponível em: <http://joinville.ifsc.edu.br/~luciana.cesconetto/Textos%20teatrais/Pl%C3%ADnio%20Marcos/PL%C3%8DNIO%20MARCOS%20-%20Homens%20de%20Papel.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

<sup>73</sup> BOSI, 2008, *op. cit.*, p. 103.

Tais conflitos, expressos na citação anterior, têm, como uma amostra de permanência da lógica nas condições de trabalho, exemplo referenciado por uma das participantes da pesquisa (G):

Eu tava grávida de oito meses dessa minha filha, essa que hoje em dia tem quarenta anos.  
Aí eu peguei umas caixas na frente das Casas Uruguai e um senhor me avançou: – Menina! Essa caixa é minha.  
Eu digo: – Não, “péra” aí, eu estava esperando até agora.  
Eu sei que cada um puxava para um lado; ficou lixo por tudo na [rua] Júlio [de Castilhos] e ninguém levou aquela caixa.  
Meu Deus! Não! Dava cada uma!

Além disso,

Os catadores mencionados por Plínio Marcos já atuavam como trabalhadores, pois recolhiam materiais recicláveis para outra pessoa, que os revendia para as recicladoras.

**Porém, ainda não tinham se espalhado por todo o País.**

Concentravam-se nas grandes cidades, **restringindo-se à cata de papel, de garrafas de vidro e de sucata de metal, estando longe de se constituírem como uma das populações trabalhadoras mais numerosas da atualidade do mundo do trabalho.** Sua presença parecia ser percebida apenas pelos poetas e dramaturgos.<sup>74</sup>

O final de década de 70 e início daquela de 80 sinaliza a expressiva realidade dessa nova força de trabalho: os catadores e as catadoras de recicláveis. No entanto,

comparativamente ao período de 1985 a 2005, quando os catadores se tornaram numericamente

---

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 103, grifo e separação em itens nossa.

---

significativos no Brasil, a massa marginal, considerada nas décadas de 1960 e 1970, era de fato notadamente minoritária, no âmbito da configuração da força de trabalho.

Todavia, essa proporção foi alterada ao longo das duas décadas seguintes.

Do ponto de vista da estruturação do mercado de trabalho no Brasil, durante essas décadas, **o crescimento de uma superpopulação relativa de trabalhadores deu-se tanto como segmento “estagnado”, voltado para as ocupações sem qualificação profissional**, como no sentido de um exército de reserva.

Compondo um mesmo processo histórico, esta dupla expansão não teve (e não tem) razões demográficas, mas se relaciona com nítidas mudanças no padrão de produção e de acumulação capitalistas – identificadas desde meados da década de 1970 – e que se caracterizam, principalmente, pela generalização dos **traços mais comuns do trabalho informal** (ausência de direitos trabalhistas, flexibilização da jornada, etc.) para grande parte do mundo do trabalho.<sup>75</sup>

Assim, a história do trabalho junto a resíduos recicláveis e das pessoas que dela participaram/participam é permeada de enredos, afazeres braçais, trabalho infantil, longa e exaustiva jornada, dores, perdas, sofrimento.

A invisibilidade da função exercida, logo daqueles/as que a efetivam, permanece constituindo uma força de trabalho que “é sempre esquecida [...] com uma gênese e um destino comum, só é percebida [...] como um conjunto de ‘indivíduos’ carentes ou perigosos”<sup>76</sup> e não como pessoas que pensam, sentem, agem, criam, resistem. E como resistem!

---

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 105, grifo e separação em itens nossa.

<sup>76</sup> SOUZA, Jessé; GRILO, André et al. (col.). **Ralé brasileira**: quem é, como vive. 3. ed.. São Paulo: Contracorrente, 2018b, p. 21.

---

Não podemos esquecer que a desigualdade envolve a negação de que o sujeito se perceba como produto e produtor da História. As relações injustas e precarizadas são naturalizadas como se fossem inerentes a existência humana, o que amiúde gera resignação com a condição social injusta: “Eu não me arrependo da vida que eu tive, porque tive uma época que a gente ganhava pouco, mas a gente era feliz” (G).

Tal naturalização, consequência das inúmeras operações políticas e de doutrinação ideológica efetuadas, é denominada por Christophe Dejours<sup>77</sup> de Banalização da Injustiça Social, em associação à tese de Hannah Arendt sobre o que essa denominou de banalização do mal.<sup>78</sup>

A banalização da injustiça social – ou do mal – requer que tenhamos a perspectiva de estudar e interpretar (mesmo que não seja objeto de análise deste livro) a questão levantada por Dejours, por intermédio de uma pergunta-chave: quais as **“motivações subjetivas da dominação”: por que uns consentem em padecer sofrimento, enquanto outros consentem em infligir tal sofrimento aos primeiros?”**<sup>79</sup> Muitas perguntas ficarão em aberto. Perguntar é o primeiro passo para que se possa buscar respostas. Certamente, é uma “difícil questão, que considero uma questão política crucial. Ela é fundamental para a época atual, mas não é apanágio desta. Vale para todas as épocas do sistema econômico liberal, passado, presente e futuro”.<sup>80</sup>

---

<sup>77</sup> DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

<sup>78</sup> Dejours aponta a associação que faz a filósofa Hannah Arendt (no livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*) e o produto das ações feitas pelo nazismo de Hitler que culminaram no aceite e adesão da lógica dominante, infelizmente, por muitos daqueles que sofrem a *banalização do mal*.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 17, grifo nosso.

<sup>80</sup> *Ibidem*.

---

Nos procedimentos de banalização do mal (incluindo os conhecidos com as *fake news*), é imperativo enxergarmos que “a maioria dos que alimentam a mídia da mentira tem uma clara percepção dessa mentira”.<sup>81</sup> Mentira que alimenta o mal e a violência,<sup>82</sup> e, por isso, dentro de processos de leituras críticas de realidade, temos o desafio de identificar, desvelar e combater essas inverdades, esperando que, com isso, contribuamos com “um despertar da curiosidade na sociedade e, sobretudo, um interesse renovado da comunidade científica pelo trabalho, que tende a se tornar um importante instrumento de aprendizado da injustiça nas sociedades neoliberais”.<sup>83</sup>

Cabe-nos, neste sentido,

[...] trabalhar diretamente na desconstrução científica da [...] mentira. Além da desconstrução da mentira, quem sabe poderíamos também empreender o que chamaríamos de elogio do medo, ou pelo menos a reabilitação da reflexão sobre o medo e o sofrimento no trabalho? Não apenas para combater o cinismo, que é hoje uma das expressões mais gritantes da banalização do mal, como também para rediscutir a racionalidade pática e sua influência sobre a mobilização e a desmobilização na ação política.<sup>84</sup>

Sob tais ângulos de análise, realizamos as descrições e interpretações aqui efetuadas.

*Mas, como e por que surge a profissão dos trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável?*

---

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 133-134.

<sup>82</sup> *Ibidem*.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 134.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 134.

Este ofício passou a existir quando não conseguimos mais “cuidar” individualmente dos nossos resíduos e os descartamos adiante das fronteiras do nosso espaço privado.<sup>85</sup>

Steven Johnson,<sup>86</sup> em estudo sobre a Inglaterra (Londres de 1854), em meio à epidemia da Cólera, ressalta que os “catadores de lixo” viviam em um mundo de excremento e morte, tornando-se numerosos, pelo comércio fluorescente e o desenvolvimento industrial. Este autor assim os descreveu:

Londres é uma cidade de catadores de lixo cujos nomes, isoladamente, soam hoje tal qual um estranho catálogo de zoológico: catadores de ossos, de fezes, de ostras, junta-trapos, lameiros, exploradores do esgoto, lixeiros, limpadores de fossas, cata-velas, cata-bagulhos, varredores da costa. Eles eram a classe mais baixa de Londres. [...]. Quem se acordasse ao nascer do sol e passasse furtivamente ao longo do Tâmisia, veria os cata-bagulhos se arrastando em meio ao monturo que se formava na vazante, vestidos quase comicamente com seus casacos flutuantes de belbute, com os enormes bolsos abarrotados de pedaços de cobre recolhidos às margens do rio.<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> A história do descarte de nossas “imundices” vincula-se à exploração de outrem. No Brasil, até o século XIX, “os escravos, conhecidos não apenas por tiges, mas também por cabungos, que transportavam as imundícies, são, portanto, decisivos para o entendimento da limpeza urbana no Rio de Janeiro. Era folclórico o trabalho dos tiges! ‘A repugnante tarefa de carregar lixo e os dejetos da casa para as praças e praias era geralmente destinada ao único escravo da família ou ao de menor status ou valor’. Todas as noites, depois das dez horas, os escravos conhecidos popularmente como ‘tigres’ levavam tubos ou barris de excremento e lixo sobre a cabeça pelas ruas do Rio. Os prisioneiros realizavam esse serviço para as instituições públicas” (EIGENHEER, *op. cit.*, p. 95).

<sup>86</sup> JOHNSON, Steven. **O mapa fantasma**: como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles. Trad. de Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 10.

---

*Houve grandes transformações no perfil dos resíduos e de suas características, mas não houve, na mesma medida, alterações significativas para quem sobrevive manuseando o que a sociedade descarta.*

Parece, também, que assim como ontem, continuamos desejando e achando que temos direito a um *tigre* (que pode ser negro, branco, brasileiro ou estrangeiro, mas com uma característica comum: ser pobre), para “cuidar” da “tina destinada a receber todas as imundícies e refugos da casa”,<sup>88</sup> um novo tipo de escravo que deve (e tem a obrigação) trabalhar muito e indevidamente (afinal é considerado culpado de sua condição).

A não separação correta dos resíduos sólidos urbanos, do que deve e é colocado nos invólucros de reciclável – o não pensar sobre o assunto, o não se colocar no lugar do outro –, lamentavelmente, faz parte, da “introjeção secular do ódio ao escravo, que implica a violência e a humilhação física e simbólica saboreada como verdadeiro privilégio senhorial”.<sup>89</sup> Somente eram lembrados, quando montanhas de “lixo” se acumulam nas calçadas e esquinas.

Pressupomos que as formas de violência e de humilhação ao outro, em anuência a Christophe Dejours, manifesta no que ele denomina mal e barbárie que,

[...] podem ser produzidos sem o concurso da inteligência e da deliberação, simplesmente, sem esforço, quase pacificamente: banalidade do mal, tão encontradiça entre os ‘figurantes’. Os agentes que colaboram na execução zelosa do mal, da violência ou da injustiça, sem serem seus idealizadores, são por vezes acometidos da mesma banalidade que o mal de que participam. Eles são

---

<sup>88</sup> EIGENHEER, *op. cit.*, p. 94.

<sup>89</sup> SOUZA, Jessé. **A guerra contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020a, p. 114. Recurso digital. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/n8xsnc0>. Acesso em: 4 jul. 2020.

---

apenas as engrenagens de um sistema, mas ficam satisfeitos quando conseguem ser boas engrenagens: a banalidade de sua personalidade é pois a réplica psicológica da banalidade do mal.<sup>90</sup>

Lembramos que, até o início do século XX, os resíduos eram compostos, fundamentalmente, de “restos de comida, excrementos de animais e outros materiais orgânicos – que se reintegrava[m] aos ciclos naturais e servia[m] como adubo para a agricultura”.<sup>91</sup> Atualmente, a composição é diversificada e acrescida de riscos ambientais importantes, especialmente pela presença daqueles perigosos, de diferentes tipos, os quais comprometem a qualidade do meio ambiente e, por consequência, põem em risco os seres vivos que habitam o Planeta.

Em seu agir cotidiano, a humanidade sempre gerou resíduos como consequência das suas mais diversas atividades. A complexidade destes, no entanto, sofreu profundas modificações a partir da Revolução Industrial. A cada dia, novos produtos, compostos por novos materiais e com maior heterogeneidade de substâncias, desafiam a busca por tecnologias e por sistemas de gestão que dêem conta de segregar, tratar e dispor os resíduos resultantes tanto dos processos produtivos quanto da própria obsolescência dos produtos. A tecnologia, por sua vez, determina os meios de produção, fomentando o consumo e, por consequência, o descarte.<sup>92</sup>

*Consumo e descarte. Eis os parâmetros que marcam, profundamente, o comportamento humano contemporâneo, que introduz, cotidianamente, novos e multifacetados tipos de resíduo. Como*

---

<sup>90</sup> DEJOURS, *op. cit.*, p. 135.

<sup>91</sup> BRASÍLIA. Consumo sustentável. **Manual de educação**. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/ IDEC, 2005, p. 114, acréscimos nossos. Disponível em: [http://www.idec.org.br/uploads/publicacoes/publicacoes/Manual\\_completo.pdf](http://www.idec.org.br/uploads/publicacoes/publicacoes/Manual_completo.pdf). Acesso em: 1o set. 2020.

<sup>92</sup> SCHNEIDER; PIRES *op. cit.*, p. 21.

---

*dar destino ambientalmente correto é ainda – e talvez o maior – um desafio a ser enfrentado por toda a sociedade.*

Partimos do pressuposto de que, desde que o ser humano começou a subsistir em comunidade, passou a gerar resíduos que se acumulam, exponencialmente, com o aumento da chamada sociedade de consumo, sem desenvolver formas ambientalmente corretas de lidar com os mesmos. Agregadamente a isto, no Brasil, a desigualdade social, e, como manifestação desta a pobreza e o não acesso a emprego e à renda decentes, “permite” que pessoas passem a coexistir em torno do “lixo”, daquilo que é descartado pela sociedade.

Nesse contexto, é imprescindível compreender como surge a profissão de catador(a), e, mais ainda, porque esta não é valorizada na proporção do benefício social e ambiental que proporciona. Este é o foco de análise que se segue neste capítulo, tendo como base o contexto de Caxias do Sul.

## **2.1 A geração de resíduos<sup>93</sup> reutilizáveis e recicláveis na sociedade contemporânea: por que surge a profissão de catadores/catadoras?**

Com mais de 200 milhões de habitantes, o Brasil é um dos países que mais gera resíduos sólidos – materiais, substâncias e objetos descartados – cuja

---

<sup>93</sup> Sobre a história dos resíduos urbanos e daqueles que historicamente foram “responsáveis” por ele, ver, dentre outros: EIGENHEER (2009); Jesus (2019). Ver, igualmente, estes documentários audiovisuais: “A Ilha das Flores” (1989). Direção: Jorge Furtado. Autora: Cecília Meireles. Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/xdz8t5>. Acesso em: 20 jan. 2022; “Estamira” (2004). Direção: Marcos Prado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IcUKQNj3HEg>. Acesso em: 20 jan. 2022; “Lixo extraordinário” (2011). Direção: Lucy Walker. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=61eudaWpWb8>. Acesso em: 20 jan. 2022; “Oceanos de plástico” (2017). Direção: Craig Leeson, JoRuxton. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GqpbuhlyieI>. Acesso em: 20 jan. 2022.

---

destinação final deveria receber tratamento com soluções economicamente viáveis, de acordo com a legislação e as tecnologias atualmente disponíveis, mas acabam, ainda em parte, sendo despejados a céu aberto, lançados na rede pública de esgotos ou até queimados. Entre esses resíduos estão alguns mais complexos, como os de construção civil, hospitalares, radioativos, agrícolas, industriais e de mineração, mas também os domiciliares, oriundos de atividades domésticas em residências urbanas, e os de limpeza urbana, originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas, classificados como resíduos sólidos urbanos (RSU).<sup>94</sup>

Os resíduos reutilizáveis e recicláveis, objeto da profissão dos indivíduos aqui analisados, são resultado, conforme já afirmamos, da sociedade de consumo, que os gera em variadas naturezas e em quantidade vultosa de rejeitos.<sup>95</sup>

Os não cuidados indispensáveis ao processo de segregação, além de impactos negativos ao meio ambiente, afetam diretamente aqueles/as que manuseiam resíduos recicláveis como fonte de sobrevivência.

Consideramos que, amiúde, o mesmo tratamento dado ao resíduo no interior das residências, das instituições comerciais e industriais, é o dispensado aos catadores e as catadoras: “[...] a produção dos resíduos é o resultado de uma sociedade de consumo,

---

<sup>94</sup> ANTENOR, Samuel; SZIGETHY, Leonardo. **Resíduos sólidos urbanos no Brasil: desafios tecnológicos, políticos e econômico**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Publicado em: 9/7/2020, s/p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/217-residuos-solidos-urbanos-no-brasil-desafios-tecnologicos-politicos-e-economicos>. Acesso em: 16 abr. 2021.

<sup>95</sup> Rejeitos, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010, *op. cit.*) são os resíduos para os quais não dispomos de tecnologia para sua transformação ou reuso.

que gera não apenas o rejeito material, como também o social, como é o caso dos catadores”.<sup>96</sup>

Nesta sociedade excludente, “observam-se níveis de realidade diferentes: de um lado a riqueza, o consumo, o desperdício, o descarte e, de outro, a miséria, a inclusão perversa de um grupo de atores sociais (catadores [...]), que ainda vivem à margem do sistema”.<sup>97</sup>

*A forma como, historicamente, a sociedade tem tratado o(a) catador(a) permite afirmar que este(a) trabalhador(a) é considerado um rejeito social: “No meio das coisas jogadas fora pela cidade vivia uma população de pessoas, elas também jogadas fora, postas à margem”.<sup>98</sup> A desigualdade social acentuada, como no caso brasileiro, joga pessoas fora como se fossem coisas postas à margem. Como se fossem resíduos não mais necessários, não mais desejados.*

Para a sociedade em geral, uma das formas de lidar com isso é fazer de conta que a função laboral com resíduos sólidos – uma das tantas profissões discriminadas – “é uma coisa invisível” (E1). Como *coisa*,<sup>99</sup> vale menos que papel, alumínio, plástico, vidro. Na nossa sociedade,

<sup>96</sup> CORTEZ, Ana Tereza Caceres. Consumo e desperdício: as duas faces das desigualdades. In: ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri; CORTEZ, Ana Tereza Caceres (org.). **Da produção ao consumo: impactos sócio-ambientais no espaço urbano**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 36-62, 2009. (Coleção PROPG Digital – Unesp), p. 51-52. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/n9brm>. Acesso em: 6 set. 2020.

<sup>97</sup> *Ibidem* p. 52.

<sup>98</sup> CALVINO, Ítalo. **Todas as cosmiômicas**. Trad. de Ivo Barroso e Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 683.

<sup>99</sup> “São tantas as amostras de que em nosso país existe uma ‘classe de sub-humanos’ (SOUZA, 2017), tratados como subgente. [...] Os pobres podem ser chacinados e massacrados” (CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 52).

---

[...] os resíduos acumulados [...] e a contribuição desses trabalhadores para o meio ambiente não resulta em quilos, quiçá, gramas de reconhecimento social que deveria resultar em políticas públicas anti-segregatórias, afirmadoras de condição humana digna, validadoras do serviço executado. Estado, mercado e sociedade são responsáveis pela dor, pobreza e discriminação suportadas. As situações de desigualdade sofridas, os estigmas atribuídos não são culpa de quem os padece.<sup>100</sup>

Para alguns autores com os quais concordamos, a sociedade centrada no consumo de massas<sup>101</sup> se afirma a partir de meados do século XX, com a reestruturação do capital que exigiu um processo de ajuste global, estabelecido em um contexto de globalização financeira e produtiva, convergindo em novos padrões de produção e de consumo no mundo, permitindo, como em nenhum momento anterior, a aquisição de produtos, de tecnologias e de serviços.

Ao longo do século XX, foram identificados três momentos em que ocorreram a concretização e disseminação da sociedade de consumo:

---

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>101</sup> “Em contraposição às tradicionais sociedades voltadas para o trabalho e para a produção – teve sua origem a partir dos movimentos comerciais ocorridos no século XV, na Europa. Estes serviram de estímulo à Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, com a qual o consumo em geral – de matérias, de formas energéticas e espaço – ampliou-se sobremaneira, em um contexto em que, apoiado na ética protestante, o fortalecimento da acumulação de riqueza passou a ser visto como um valor fundamental [...]” (SANTOS, Adma Viana. **A cadeia produtiva da reciclagem sob a ótica da governança territorial e das políticas públicas**: estudo de caso nos municípios de Vitória da Conquista/BA, Piracicaba/SP e Anápolis/GO. 2018, p. 4. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/180426/santos\\_av\\_dr\\_rcla.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/180426/santos_av_dr_rcla.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 7 set. 2020).

- 
- o primeiro na Europa e [nos] Estados Unidos entre 1950 e 1974, onde o crescimento econômico trouxe abundância material e permitiu a ampliação nos tempos destinados ao lazer, utilizados para a aquisição de bens;
  - o segundo, com início no final da década de 1960 e apogeu no início da década de 1980, teve as políticas neoliberais buscando a proteção das escolhas individuais ante as críticas relativas ao consumismo e,
  - o terceiro, a partir da década de 1990, pela globalização do capitalismo e seus efeitos.<sup>102</sup>

Com o estímulo acentuado da acumulação de bens, o que inclui alimentos, os produtos têm vida útil menor e há uma enorme oferta de víveres prontos embalados. Com isso aumenta, consideravelmente, a geração de resíduos descartáveis. Convém frisar, ainda, a obsolescência programada, especialmente para produtos eletroeletrônicos, que “precisam” ser descartados porque sua vida útil chegou, proposital e deliberadamente, ao fim.

Só para se ter uma ideia, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP, 2015), nos países desenvolvidos, a geração de resíduos sólidos urbanos “dobrou entre os anos de 1970 e 2000”.<sup>103</sup>

Obviamente, não é casualidade que homens e mulheres que manuseiam materiais recicláveis formem um contingente tão expressivo de trabalhadores/as, a partir dos anos de 70<sup>104</sup> e, de maneira expressiva e organizada, nos anos de 90:

---

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 13, separação em itens e acréscimo nosso.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>104</sup> Nos países desenvolvidos, a taxa de produção de resíduos sólidos dobrou entre 1970 e 2000. “Segundo o relatório *What a Waste 2.0* do Banco Mundial, aproximadamente 2,01 bilhões de toneladas de RSU são geradas anualmente pelo mundo, e espera-se que em 2050 esse número chegue a 3,40 bilhões de toneladas, um aumento de quase 70%. Para minimizar esse impacto,

Os notáveis avanços científicos e tecnológicos ocorridos nesse período, a exemplo da automação e da robótica, imprimiram um ritmo veloz à produção de mercadorias e ao consumo, o que contribuiu para a intensificação da geração de resíduos e rejeitos, de modo que o volume, as quantidades, as características e a composição dos resíduos passaram a ser avaliados como crescentes, diversificados e causadores de persistentes impactos ambientais.<sup>105</sup>

Em Caxias do Sul, o início da ocupação de coleta de resíduos, na rua, conforme relato dos/as entrevistados/as, se faz a partir do final da década de 70. Período do acúmulo significativo de resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis, por conta da “expansão da indústria petroquímica”,<sup>106</sup> que fez aumentar o consumo de plásticos no Brasil, primeiramente pelas importações, por meio da implantação de unidades produtoras de resinas. De lá para cá, o plástico tem se tornado um dos elementos mais consumidos e descartados no mundo.

#### O alto consumo de plástico

[...] provém da extrema versatilidade de processamento e aplicações do material, permitindo sua entrada em diversos mercados. É quase impossível encontrar setores onde o plástico não esteja inserido. Ele está presente nos artefatos mais primários e cotidianos até naqueles de alta tecnologia, mérito da conjunção de propriedades técnicas e virtudes de custo/benefício não encontrada em nenhum outro material sucedâneo. Já foi dito que o plástico é um

---

alguns países buscam usar tecnologia e inovação, tendo o tratamento como prioridade na gestão” (ANTENOR; SZIGETHY, *op. cit.*, s/p.).

<sup>105</sup> SANTOS, *op. cit.*, p. 63.

<sup>106</sup> HELMAN, Hélio. ABIPLAST: há 50 anos transformando a indústria do plástico no Brasil. São Paulo: Editora Definição, 2017, p. 9. Disponível em: [http://www.abiplast.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro\\_abiplast\\_50\\_anos\\_completo\\_web-1.pdf](http://www.abiplast.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro_abiplast_50_anos_completo_web-1.pdf). Acesso em: 26 ago. 2020.

---

sensor da realidade por aliar três marcas registradas do século XXI: artificialidade, síntese e a condição de ser descartável. Em outra visão está associado à flexibilidade, resistência, leveza e capacidade de mimetizar características de outros materiais. Nos anos 1980 a produção global de plásticos superou a do aço. O mundo ingressou na denominada Era do Plástico, e a frase de Stephen Fenichell, autor de “Plasticthe Makingof Synthetic Century”, virou sua maior referência: “Nós moldamos o plástico e ele nos molda”. O plástico, por sinal, encabeçou o prenúncio da Era da Informação hoje em curso, ao proporcionar soluções de armazenamento e recuperação para todas as mídias analógicas e digitais. Mas ele continua na vitrine das vanguardas tecnológicas.<sup>107</sup>

A indústria do plástico é uma das que mais cresceu no mundo.<sup>108</sup> “Em um ano, um brasileiro consome 30 quilos<sup>109</sup> de plásticos, nas mais variadas formas.”<sup>110</sup>

É claro que os resíduos recicláveis, consoante ao previamente referido, não é composto apenas de plástico, mas, igualmente de, por exemplo: alumínio; outros metais (sucata, cobre, etc.); papel, vidro e isopor.

Além disso, os avanços tecnológicos, principalmente a partir do final dos anos 60 e início dos 70, permitiram a produção em grande escala dos resíduos mencionados e de tecnologias para sua transformação.

---

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>109</sup> “Em 1967, o consumo *per capita* rondava 1,3 quilos por ano, o que equivalia a uma boneca e alguns botões, num cômputo integrado por matérias-primas nacionais e importadas. Pudera. Artefatos plásticos ainda eram incomuns no cotidiano. Os raros automóveis carregavam de 2 a 3 quilos de material plástico nas lanternas e no painel.” (*Ibidem*, p. 22-23).

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 59.

---

As embalagens de papel em geral, os vidros, as latas e os plásticos em particular – em suas variadas formas – contribuíram para o surgimento dos supermercados<sup>111</sup>: “as embalagens foram capazes de substituir o vendedor, com seu *design* e conteúdo informativo, viabilizando o auto-serviço”,<sup>112</sup> agravando ainda mais o consumo de descartáveis e o conseqüente volume de resíduos gerado.

Em Caxias do Sul, o primeiro supermercado foi o Calcagnotto, na “Rua Sinimbu, n. 2.161, entre a Rua Marechal Floriano e a Rua Garibaldi, inaugurado em 15 de maio de 1965”.<sup>113</sup> Uma das pioneiras da catação nesta cidade, participante da pesquisa, nomeia esse ponto comercial:

[...] daí a gente pegava, na época em que o Calcagnotto era ali onde era a rua do CES, a Sinimbu, né, tinha aquele Calcagnotto, que era Matriz. Ali eles botavam uns tonel ali, e nós sempre pegando papelão e plástico, né. Seis horas da tarde a gente já ficava cuidando eles colocavam as trocas de verdura (G).

---

<sup>111</sup> “1953-65 Introdução dos Supermercados no Brasil; 1965-74 Rápida expansão do setor supermercadista” (SESSO FILHO, Umberto Antônio. **O setor supermercadista no Brasil nos anos de 1990**. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo. Piracicaba, mar. 2003, p. 11. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-11072003-140924/publico/umberto.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

<sup>112</sup> TAMBINI, 1999, p. 234, *apud* PRESAS, Joaquin Fernandez; PRESAS, Patrícia Piana. História da embalagem: uma brevíssima resenha do século XXI. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM DESIGN. Anais. Rio de Janeiro, 2002, p. 1. Disponível em: <http://wolverine.ava.ufsc.br/~tearad/repositorio/Fundamentos%20da%20Cor/historia%20da%20embalagem.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

<sup>113</sup> LOPES, Rodrigo. **Memória**: inauguração do Super Calcagnotto em 1975. *Jornal Pioneiro*, Cidades, Caxias do Sul, RS, 11/5/2018, s/p. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2018/05/memoria-inauguracao-do-super-calcagnotto-em-1975-10335990.html>. Acesso em: 14 ago. 2020.

---

Isso significa que, com o aumento de produtos descartáveis, especialmente aqueles com viabilidade de serem reciclados ou reutilizados, e com valor para compra e venda, ampliaram-se nos espaços de trabalho profissional, que vão tomando estatura e visibilidade no final dos anos de 1970, início de 1980.

**Sobre outro enfoque ao aumento dos resíduos**, encontra-se o fato de que a ampliação significativa de catadores/as é “possível e viável como negócio lucrativo somente quando encontrou numeroso contingente de trabalhadores, desocupados ou semi-ocupados, convertível em catadores”.<sup>114</sup>

Melhor dizendo, nos anos 70 e 80:

- houve aumento do desemprego;
- houve crescente mecanização e a informatização dos processos de trabalho que dificultaram/impossibilitaram a inserção, no mercado formal, de contingentes de homens e mulheres, diante das novas exigências de conhecimento e formação/capacitação funcional, aliados às altas taxas de analfabetismo e baixa escolaridade;
- forçou significativo contingente populacional tornar-se trabalhadores informais. As ações de manuseio com resíduos, nesse sentido, tornaram-se uma estratégia de sobrevivência e uma vantajosa fonte de exploração desses obreiros pelas empresas do setor de reciclagem.

Apesar de o perfil da grande maioria dos catadores e das catadoras apresentar baixa escolaridade e “qualificação profissional considerada inadequada para grande parte dos empregos existentes tanto do setor industrial como do setor de serviços”,<sup>115</sup> as análises de Antônio Bosi são altamente pertinentes, para assimilar que eles representam uma das forças de trabalho importante para o capital. Logo não devem ser percebidos como

---

<sup>114</sup> BOSI, 2008, *op. cit.*, p. 103.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 108.

---

[...] “excluídos” do mundo do trabalho.

Tampouco [...] desnecessários [...].

Ao contrário, é noutra direção que apontam os dados [...], ao revelarem como a estruturação do negócio da reciclagem **necessitou estritamente de trabalhadores cada vez mais expropriados ao longo de suas trajetórias ocupacionais.**

No processo histórico em que esses trabalhadores perderam suas condições de trabalho (uns mais rapidamente do que outros), foram concomitantemente “qualificados” para a catação de recicláveis. Juntos com outros trabalhadores [...] que expressam um perfil semelhante (carpidores de jardins e lotes, chapas, diaristas, carroceiros etc.), os catadores têm formado uma “superpopulação relativa de trabalhadores” que, atualmente, é recrutada e ocupada aparentemente sob a forma de ‘trabalho por conta própria’ ou “autônomo”.

Isto significa dizer que são acionados para ocupações cujo trabalho, embora não seja vendido sob a forma de salário e de uma jornada sistemática, tem sua organização realizada pelo capital.<sup>116</sup>

**Em resumo:** as atividades de catação e de reciclagem no Brasil, como em outros países da América Latina, aumentam na mesma proporção do excessivo consumo, logo da imprescindibilidade de matérias-primas pelas indústrias, a um baixo custo. No entanto, isto, não se converteu, proporcionalmente, em melhores condições de vida e de trabalho aos catadores e catadores de resíduos.

Os RSU são concebidos como “subprodutos do estilo de vida urbano intensivo em termos de consumo”,<sup>117</sup> tendo se tornado uma problemática mundial.

Contudo, a geração de resíduos não tem, ainda em nosso País, realce no que concerne “à reutilização, reciclagem, compos-

---

<sup>116</sup> *Ibidem*, grifo e separação em itens nossa.

<sup>117</sup> SANTOS, *op. cit.*, p. 60.

tagem, recuperação e ao aproveitamento energético”.<sup>118</sup> Ajuntam-se às inúmeras dificuldades sofridas, o fato de, apesar de a Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) determinar “que os sistemas de logística reversa dos produtos sejam de responsabilidade do setor empresarial, não houve, até o momento, a implementação desses sistemas em escala considerável, o que dificulta ainda mais a gestão pública local”.<sup>119</sup>

Os problemas apresentados por autores que acompanham a trajetória profissional dos/as catadores/as, em vários locais no Brasil e no mundo, têm muitos aspectos em comum com o que foi e é experienciado por esses profissionais em Caxias do Sul.

## 2.2 Primeiros catadores e primeiras catadoras em Caxias do Sul: “Quem somos nós? Quem é cada um de nós?”

[...] quem somos nós, quem é cada um de nós senão uma combinatória de experiências, de informações, de leituras, de imaginações? Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis.<sup>120</sup>

*Quem somos nós, quem é cada um de nós? Quem, em Caxias do Sul, inicia a ocupação de coleta e seleção de material reciclável e reutilizável, com registro de oralidade – no vaivém das lembranças?*

Os sujeitos aqui consignados carregam a história da sobrevivência como catadores/as, a partir do final dos anos de 70: *combinam experiências, informações, imaginações* e lembranças,

<sup>118</sup> ANTENOR; SZIGETHY, *op. cit.*, s/p.

<sup>119</sup> *Ibidem.*

<sup>120</sup> CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o novo milênio**. Trad. de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 138.

costurando uma malha de relações e enfrentamentos sociais, de persistência na batalha pela existência.

Cada um, como nas palavras de Ítalo Calvino, descrita na epígrafe supracitada, é *uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos* e de pessoas com iniciativas profissionais para o manejo de resíduos, com o potencial de ser reciclável.

Suas memórias são recheadas de muitas histórias sobre: pessoas que passaram e que ainda estão; processos de trabalho; dificuldades e avanços (ou não); estigmas, invisibilidades; árdua tarefa de estar e ser catador/catadora. Têm *estilos* de descrição diferentes. Em comum, trazem histórias individuais, sociais e locais que, entrelaçadas, se constituem em identidades profissionais.<sup>121</sup>

Histórias que retratam um ofício que foi *remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis*. Ficando, porém, como *não remexido, nem reordenado* o difícil cotidiano de luta pela subsistência. As “aspirações por um trabalho, por uma vida mais decente e por uma sociedade mais civilizada nas suas formas de sociabilidade”,<sup>122</sup> ainda se encontram distantes.

Os primeiros indivíduos executando as tarefas como catadores e catadoras em Caxias do Sul exerciam a função a pé, com carrinhos atrelados ao corpo de um puxador, com carroças com equinos ou com veículo automotivo.

---

<sup>121</sup> COSTA, Cláudia Moraes da; PATO, Cláudia. A constituição de catadores de material reciclável: a identidade estigmatizada pela exclusão e a construção da emancipação como forma de transcendência. In: PEREIRA, Cristina Jaquetto; GOES Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 99-122, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf). Acesso em: 15 ago. 2020.

<sup>122</sup> TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo**. Cadernos CHR, Salvador, n. 19, p. 8-21, jul./dez. 1993, p. 4. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18793/12163>. Acesso em: 14 jun. 2019.

Das doze pessoas selecionadas, quatro são protagonistas do início da catação: três mulheres e um homem.

Uma das mulheres entrevistadas (G) representa a primeira geração. A ela, juntam-se três outros (E2), (I), (J) – segunda geração –, filhos que começaram a profissão com os pais, quando ainda eram crianças, e continuam nessa função profissional, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 3 – Personagens da inserção da catação na rua, em Caxias do Sul

	(G)	(E2)	(I)	(J)
<b>Idade (2020)</b>	58 anos	52 anos	30 anos	37 anos
<b>Geração</b>	Primeira geração	Segunda geração	Segunda geração	Segunda geração
<b>Início da atividade na rua</b>	Final dos anos 70. Iniciou com o marido, (falecido), pioneiro, no município, nessa atividade profissional. Tinha 16 anos.	Em 1979. Pai e madrasta eram catador/a de rua. Pai (falecido) foi pioneiro, em Caxias do Sul, nessa atividade profissional. A madrasta (G) ainda trabalha na entidade onde iniciou sua ocupação como catadora. Tinha 10 anos.	Em 1997 com o pai, a mãe, tios e avó que já desenvolviam a atividade na rua. Tinha 7 anos.	Em 1994, junto com a família de origem que já desenvolvia atividade na rua. Tinha 11 anos. Pai iniciou entre 1989/1990.
<b>Modalidade inicial de trabalho</b>	Catação de recicláveis na rua	Catação de recicláveis na rua	Catação de recicláveis na rua	Catação de recicláveis na rua
<b>Forma inicial de recolhimento do material</b>	“Camionetinha”	“Camionetinha”	Carroça	Carroça
<b>Local de separação inicial do material</b>	Na residência	Na residência	Na residência	Na residência
<b>Inserção em entidade organizada de reciclagem</b>	Junto com o marido, filhos do cônjuge e seus com o	Junto com o pai, a madrasta e os irmãos em um	Em associação de recicladores:	Em associação de recicladores, início dos

	marido, em um grupo não juridicamente constituído.	grupo não juridicamente constituído, até 1999.	2005, com 16 anos.	anos 2000, reconhecida juridicamente em 2014.
<b>Continuidade do trabalho</b>	Na mesma entidade	Formou uma nova entidade de reciclagem em 1999: há 21 anos, reconhecida juridicamente em 2014.	Na mesma associação	Na mesma associação
<b>Tempo na profissão (em 2020)</b>	42 anos	41 anos	23 anos	24 anos
<b>Outra atividade exercida</b>	Trabalhava com ferro velho.	Não exerceu outra atividade ocupacional.	Não exerceu outra atividade ocupacional.	Teve outra ocupação por pouco tempo, em torno de dois anos.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Dados numéricos ou descritivos podem expor aspectos da realidade experimentada por aqueles/as que a conhecem cotidianamente, como esperamos seja o trazido no Quadro 3. Mas, a poesia e, por vezes, a dor nela contida, expõem com contornos mais visíveis essas experiências. Ela possibilita uma comunicação através dos sentimentos:

Madrugo com a cidade, com suas ruas e avenidas  
 Nas lançantes e subidas vou puxando meu carrinho  
 E, andando, devagarzinho vou catando pelo lixo  
 O meu trabalho, a capricho recolher aqui e ali  
 Lutando pra conseguir chegar primeiro que os bichos.  
 Meu trabalho é muito digno, pois eu trabalho de fato  
 Não é brinquedo ou aparato.<sup>123</sup>

<sup>123</sup> ARAÚJO, Luiza Ananda. **Desabafo de um catador** (poesia). Postado em 1º de abril de 2013. Disponível em: <http://pimpmycarroca.blogspot.com/>. Acesso em: 1º set. 2020.

---

Trabalho considerado  *muito digno*  para quem o experiencia, pois, seguramente,  *não é brinquedo* . Todavia, o  *recolher aqui e ali, catando pelo lixo*  não é simples nem supre as necessidades humanas básicas.<sup>124</sup> Esses/as trabalhadores/as experienciam, repetitivamente, no dia a dia, “ *tempos rudes, das vidas, seus percursos, destinações e estigmas* ”.<sup>125</sup>

Muitos seriam os comentários e as análises a serem feitos sobre os dados trazidos no Quadro 3. Selecionamos dois: o início do trabalho na rua; a idade inicial dos personagens no desempenho da função.

---

<sup>124</sup> O conceito de Necessidades Humanas Básicas (NHB) que defendemos se faz em anuência às interpretações que Potyara Pereira estabelece a partir de dois autores ingleses Len Doyal e Ian Gough. As NHB são objetivas e universais, na compreensão de que existem necessidades essenciais a qualquer ser humano, não variáveis, porque comuns a todos, independentes de cultura, costumes, desejos e gostos. A premissa da invariabilidade dessas necessidades baseia-se na convicção de que para haver o desenvolvimento de uma vida humana digna, é preciso que determinadas necessidades essenciais, independentes de opções individuais, sejam viabilizadas. Tais NHB são compostas de dois conjuntos: **saúde física e autonomia** e para serem satisfeitas, precisam ser acompanhadas de necessidades intermediárias: 1. alimentação nutritiva e água potável; 2. habitação adequada; 3. ambiente de trabalho desprovido de riscos; 4. ambiente físico saudável; 5. cuidados de saúde apropriados; 6. proteção à infância; 7. relações primárias significativas; 8. segurança física; 9. segurança econômica; 10. educação apropriada; 11. segurança no planejamento familiar, na gestão e no parto (PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas básicas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017).

<sup>125</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 65, grifo das autoras.

---

Quadro 4 – O início do trabalho de catação na rua, em Caxias do Sul

- “Nós [ela e o marido] trabalhava com ferro velho na época [...] com uma camionetinha do tamanho de um ovo, acho que essa mesa não era do tamanho dela” (G).
- “O pai de E2 [falecido] foi o pioneiro da catação de papéis de coleta de resíduos e a madrastra (G) ainda trabalha na (i)” (E1).
- “Na verdade, a minha família começou catando na rua, né [...]. Com carrinho, na época era carroça, na verdade, né. Então a gente catava e fazia toda parte da reciclagem na própria residência, assim né. Era eu, meu pai, minha mãe, meus tios [...]” (I).
- “O pai sempre viveu disso, ele trabalhou algum tempo em firma. Eu acho que ele saiu de empresa ali, ah, por 90, 89/90, por aí [e começou a catar na rua]” (J).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Durante muitos anos, colocavam aquilo que recolhiam das ruas, das lixeiras..., na carroça – puxada a cavalo e/ou a gente – ou em “uma camionetinha do tamanho de um ovo” (G).

Foi e continua sendo uma profissão preenchida por perverso contexto, penosa atividade, tratamento preconceituoso e excludente, assim como por persistência, cuja “luta diária é para ser reconhecida como sujeito, impor minha existência numa sociedade que insiste em negá-la”.<sup>126</sup> As peculiaridades desse serviço e de como o praticam são delineadas, com precisão, pelos versos abaixo:

Quantas vezes fui xingado por alguns “motoristinhas”  
 Carimbadas figurinhas que se adonam da cidade  
 E em qualquer velocidade, não respeitam o sinal  
 E de um modo geral, não respeitam quase nada  
 Muito menos a jornada de um catador profissional  
 [...]

---

<sup>126</sup> RIBEIRO, Djamila. **Revista TPM. Comportamento/ativismo**, 6 mar. 2015, s/p. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/a-luta-de-djamila-ribeiro>. Acesso em: 29 set. 2020.

---

É do lixo que tiramos a comida e o sustento  
 Enfrentando chuva e vento, sol que arde e tempo frio  
 É um eterno desafio, todo dia [...]  
 Realidade injusta até, de catador, do papeleiro  
 Daqueles que são lixeiros, tratados como a ralé.<sup>127</sup>

Os quatro personagens assinalados no Quadro 4 principiaram suas caminhadas profissionais junto à coleta, venda e seleção do material recolhido e continuam nos mesmos encargos: catavam e “catam a chance de sua sobrevivência”.<sup>128</sup>

Destes, dois, há mais de quarenta anos, e duas, há mais de vinte anos.

Meu Deus, meu filho mais velho nasceu em 77, deve ser lá pelos anos 70 eu acho [...] faz quarenta e poucos anos que a gente luta com isso daí (G).

Eu, que nem eu te disse. [Ele trabalha nesse afazer] desde sempre (E2). Se criou ali (E1).

Apenas (J) teve outro ofício, por pouco tempo, em torno de dois anos, como empregada doméstica; até quatorze anos trabalhava com o pai na catação. A partir dessa idade, até os dezesseis anos, “eu estudava e trabalhava em uma casa de família. Daí com dezesseis para dezessete anos eu casei. Aí quando a gente casou eu saí da casa de família” (J).

Não consideramos a atuação anterior de (G) com ferro velho, pois compreendemos que essa ação, similar à atual, abarcava a coleta de materiais a serem reciclados/reutilizados. Nem levamos em conta o único dia como empregada doméstica:

---

<sup>127</sup> ARAÚJO, 2013, *op. cit.*.

<sup>128</sup> JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. **Mais que sobras e sobrantes:** trajetória de sujeitos no lixo. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004, p. 204.

Uma vez, eu vou te contar uma história. O meu falecido marido, eu dizia assim: – Ah! eu tô cansada disso aí, a gente nunca tem nada eu vou trabalhar de limpeza.

Ele disse: – Vai, pode ir.

Aí uma senhora lá do lado, que nós morava lá na Zona do Cemitério, me arrumou um serviço na casa de um doutor.

O primeiro lugar que eu cheguei lá ela me disse: – Então tá, tu faz isso, aquilo e aquele outro.

Tá bom, não incluía esfregar pano em tanque e coisa como ela me mandou. Tá, terminei meu serviço, era hora do almoço, ela disse: – Tu vai esfregando esses panos para mim aí na área de serviço. Tá bom, fui esfregar.

Todo mundo sentou e almoçou e aí depois ela me chamou: – Vem cá um pouquinho. Eu já tinha terminado os panos, estava escorada, ela perguntou:

– Mas tu não quer almoçar?

Eu disse: – Não, muito obrigado.

Foram dizer: Por quê? Porque na minha casa se chegar pobre, rico, feio, bonito, todo mundo senta na mesa e come o que tiver, e eu não sou cachorro para comer resto.

A senhora me dá o meu dinheiro que eu tô indo embora. E nós não tinha feito plano de eu esfregar pano, ela só me mandou porque tava na hora do almoço, né.

Então aquilo me machucou tanto...

Aí ele [marido] disse: – Ah!, vai trabalhar, tu queria tanto trabalhar para os outros.

Nunca mais, foi a primeira e última vez.

Eu digo, prefiro tá juntando meu lixo, que ali na hora que eu quero faço, quando eu quero vir fazer comida, eu venho. Foi uma coisa que eu aprendi, né.

Mas é difícil para quem é acostumado a ser livre: – Pega hoje; vai carregar ali ou espera no seletivo; arruma aqui; arruma ali. É difícil acostumar outro serviço. Eu nunca consegui (G).

---

A narrativa de (G) demanda inúmeras problematizações e inferências. Daremos ênfase a dois aspectos.

O primeiro é a ideia repassada ideologicamente de que há, hoje, trabalhos manuais menos áduos<sup>129</sup> que outros. A ideia de que o trabalho “limpo”, em um escritório, loja ou mesmo de forma remota é menos penoso que aquele denominado “sujo”, em uma mina ou nos afazeres de coleta e reciclagem de resíduos.

Recorremos a Ricardo Antunes para a discussão desta ideia, procurando assimilar esse aspecto: é inegável que, na “longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital”.<sup>130</sup>

Foi por meio do trabalho que erigimos a sociedade como ela está (com seus males e benefícios), que nos permitiram, dentre tantos modos, usufruir de veículos automotores, maquinários domésticos, industriais e comerciais, lâmpadas, aparelhos eletrônicos. O que “tornou a história do ser social uma realização monumental, rica e cheia de caminhos e descaminhos, alternativas e desafios, avanços e recuos”.<sup>131</sup> Trabalho que, afora isso, “converteu-se em um momento de mediação sociometabólica entre a humanidade e a natureza, ponto de partida para a constituição do ser social”.<sup>132</sup> Quer dizer, que propiciou nos tornarmos quem somos.

---

<sup>129</sup> Não se está negando com isso a exposição de certos serviços a situações de insalubridade e periculosidade e seus malefícios para a saúde, nem que há trabalhos mais fadigosos, fisicamente, de serem executados (carregar pedras e cortar cana de açúcar pode ser mais desgastante, corporalmente, que efetuar atividade de atendimento no comércio, por exemplo) que outros.

<sup>130</sup> ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. **Theomai, Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo**, Buenos Aires, Argentina, n. 19, p. 47-57, 2009, p. 47. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/124/12415104007.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2021.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>132</sup> *Ibidem*.

No entanto, na era da precarização intensificada do trabalho (como poderá ser visto mais aprofundadamente no Capítulo 3), que “informalizam e expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados”,<sup>133</sup> a maioria do “labor humano tem sido, predominantemente, espaço de sujeição, sofrimento, desumanização e precarização”.<sup>134</sup> As pessoas se submetem, amiúde sem maiores questionamentos, pelo imperativo de subsistência.

Nos dias atuais, “questionar a exploração do trabalhador se torna automaticamente sinônimo de ingratidão, pois por existir um grande excedente de mão-de-obra ociosa, o simples fato de questionar seus direitos mínimos te coloca na rua e a substituição é imediata”.<sup>135</sup> As expressões veiculadas, “se não queres há outros na lista de espera” ou “devias agradecer para quem te põe comida no prato” são usadas cotidianamente como forma de subjugação.

São necessidades que mantêm essa pessoa em lugares que sugam sua energia, mas que antes de tudo estão legitimadas pelas seguintes questões:  
“E se eu sair agora?  
Como vou pagar o aluguel?  
Como vou cuidar do meu filho?”  
Tudo está interligado e nisso a desigualdade social alarmante dá o aval para que coisas desse tipo sigam acontecendo “normalmente”.<sup>136</sup>

Os empregos domésticos são, no Brasil, modelos de trabalho escravizado:

---

<sup>133</sup> *Idem*, 2018, *op. cit.*, p. 76.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>135</sup> COSTA, Janaína. Trabalho doméstico e o mito da felicidade na exploração. **Revista Cult**. Lugar de Fala, 1º jul. 2019, s/p. Disponível em: <https://revista.cult.uol.com.br/home/trabalho-domestico-e-felicidade-exploracao/>. Acesso em: 6 jan. 2021.

<sup>136</sup> *Ibidem*, separação em itens nossa.

---

Ninguém em sã consciência opta pela exploração, pela humilhação, por dormir em quartinhos com dimensões de uma caixa de sapato, por comer os restos, ou até não comer.

Essa trabalhadora não tem opções além de morrer de fome ou se sujeitar.

Ela se sujeitará mesmo com as dificuldades, pois tem que garantir sua sobrevivência e a sobrevivência dos seus.

Entendam que, mesmo se sujeitando a escalas abusivas, a salários baixos e condições desumanas, isso não significa simplesmente dizer que não existe dignidade, que não existe a vontade de simplesmente ir embora.

Isso existe, mas **o capitalismo e o racismo ainda são instrumentos de desumanização e exploração** que, a cada dia que passa, ganham força e se encontram cada vez mais alinhados.<sup>137</sup>

A resistência de (G) *em não continuar, nem mais um dia, no emprego doméstico* citado por ela, com grande possibilidade, está vinculado ao fato de que ela tinha outra opção que considerava melhor: a de catadora.

Ao mesmo tempo, imagina-se que seu questionamento ao fato de não ser chamada para almoçar com a família empregadora (prática considerada normal nesse tipo de emprego) e dizer que *não era cachorro para comer resto* amarra-se à sua experiência social de vida em que todos comem juntos o que tem para comer. Não havia praticado, anteriormente, ocupação parecida. Não havia, por isso, aderido à lógica dominante que considera normal: ter alguém à sua disposição (de preferência 24 horas por dia); o desprezo e a humilhação sofrida, dentre outros, ao se submeter a *dormir em quartinhos com dimensões de uma caixa de sapato, por comer os restos, ou até não comer*.

---

<sup>137</sup> *Ibidem*, grifo nosso.

Que bom que (G) pode não se submeter ao que considerou abuso, discriminação, exploração, indignação: *aquilo me machucou tanto!* Como, com certeza, machuca tantos outros em situação parecida que, infelizmente, não têm outra coisa a fazer que não se sujeitar, muitos dos quais “perderam” muitas das capacidades ditas humanas. Por isso, lembramos as palavras de Caio Fernando Abreu:

Que eu não perca a capacidade de amar, de ver, de sentir.

Que eu continue alerta.

Que, se necessário, eu possa ter novamente o impulso do vôo no momento exato.

Que eu não me perca, que eu não me fira, que não me firam, que eu não fira ninguém.<sup>138</sup>

O segundo aspecto relaciona-se ao que é considerado liberdade, no exercício ocupacional: *É difícil para quem é acostumado a ser livre*, ou, como refere (H):

Eu não tenho vontade de chegar numa firma, trabalhar na firma com carteira assinada, coisa assim. Porque daí eu sei que vou ficar fechada lá dentro, e aqui eu já fico mais livre, e eu gosto demais de trabalhar em reciclagem. Se eu pudesse ficar assim, direto, eu ficava (H).

Liberdade aspirada pelo senso comum como algo bom e positivo, uma vez que podemos: ser “donos do nosso próprio nariz”; “fazermos do nosso jeito, na hora e como quisermos”; ser “empreendedores”; “construir algo totalmente nosso”. Contudo,

trata-se de um recurso empregado pelos grupos dominantes como esforço permanente de convencimento ideológico, para a manutenção da sua

---

<sup>138</sup> ABREU, Caio Fernando. **Ovelhas negras**. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 67. (Coleção L&PM Pocket).

---

hegemonia. Esse convencimento [...] atinge sua máxima eficácia, quando se transforma em senso comum, quando se naturaliza.<sup>139</sup>

Naturalização criada pela insistência permanente dos agentes repassadores da ideologia dominante que, como diz Aldous Huxley, “[...] sessenta e duas mil repetições fazem uma verdade [...]”<sup>140</sup>

É importante observarmos, como será detalhado no Capítulo 3, que, nas últimas décadas, o intitulado trabalho formal, com carteira assinada, garantidor de direitos trabalhistas, tais como férias, 13º salário, licença maternidade, auxílio doença, aposentadoria, vem sendo substituído “pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade e precarização, de que são exemplo o trabalho atípico<sup>141</sup> [...] os trabalhos terceirizados (com sua enorme gama e variedade), o ‘cooperativismo’, o ‘em-

---

<sup>139</sup> PANDOLFI, Marcelo de Amorim. **Admirável mundo do empreendedorismo**: adoção do empreendedorismo como princípio educativo no Curso Técnico em Administração do Instituto Federal do Espírito Santo. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Educação de São Carlos, SP, 2015, p. 31. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7065/TeseMAP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 jan. 2021.

<sup>140</sup> HUXLEY, 2003 *apud* PANDOLFI, *op. cit.*, p. 169.

<sup>141</sup> “As formas atípicas de emprego (doravante, ‘emprego atípico’ ou ‘EA’) agrupam diferentes modalidades de emprego que não se ajustam ao emprego tradicional. O EA inclui o emprego temporário, o trabalho a tempo parcial, o trabalho através de agências de trabalho temporário e outras relações de trabalho com múltiplas partes, relações de trabalho dissimulado e trabalho por conta própria economicamente dependente”. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). O emprego atípico no mundo: desafios e perspectivas. Visão Geral. Bureau Internacional do Trabalho. Genebra, 2016, p. 1. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_626383.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_626383.pdf). Acesso em: 7 jan. 2021).

---

preendedorismo’, o ‘trabalho voluntário’, etc.”<sup>142</sup> Agrega-se a esses o chamado trabalho autônomo.

É vendida a falsa ideia de que ser autônomo, “trabalhar por conta”, “ser dono do seu próprio negócio” é sinônimo de liberdade. Uma vez que não se “dá satisfação a ninguém”. Nessa apreensão da realidade, produzida e reproduzida pela ideologia dominante, que “flui espontaneamente como verdade igualmente aceita por todos”,<sup>143</sup> o conceito de trabalhador é extraído, em razão de ser representado, agora, “como algo pesado e maléfico aos olhos da sociedade, criando um novo sujeito, denominado empreendedor [autônomo]”.<sup>144</sup> É distribuído socialmente como sendo o “novo bom” ser patrão de si mesmo que transforma homens e mulheres em “camaleões, isso porque adentram uma subjetividade de percepções que ocultam a realidade. A exploração torna-se velada [...]. As mudanças das regras trabalhistas corroboram para acelerar das mazelas das sociedades subordinadas ao capital”.<sup>145</sup>

A ideologia dominante, repassada intermitentemente pelos meios de comunicação,

[...] incentiva o trabalhador a pensar que não há problema em ser patrão de si mesmo e ganhar dinheiro, pois isso o tira da ruim condição de assa-

---

<sup>142</sup> ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011, p. 407. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002). Acesso em: 7 jan. 2020.

<sup>143</sup> CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016, p. 247. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v42n1/1517-9702-ep-42-1-0245.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

<sup>144</sup> SOUZA, André Luiz de. Entre a independência e a subordinação. **Democracia e mundo do trabalho em debate**. Opinião. Fonte: A terra é redonda. 2020b, s/p acréscimo nosso. Data original da publicação: 18/12/2020. Disponível em: <http://www.dmttemdebate.com.br/entre-a-independencia-e-a-subordinacao/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

<sup>145</sup> *Ibidem*.

---

lariado. Atualmente, novas práticas sociais instigam uma gama da população a empreender, como se fosse algo vantajoso para o sujeito. Nesse aspecto, o modelo atual forja no sujeito trabalhador (que vive um dilema de entrada e saída de emprego formal e informal) uma ilusão da prosperidade e de bem-estar. Todavia, para ser empreendedor, é preciso dinheiro. O trabalhador desempregado vive na miséria, o que resta é a captura de sua subjetividade para ludibriar as condições sociais e aliená-lo da dura realidade. [...] isso que está a acontecer com esta narrativa. Ela exhibe-se como uma ideia generosa e evidente face à crise generalizada do emprego. Mas propõe um mundo de gente livre e de microempresários felizes em tudo contrastante com a realidade que nos rodeia. [...].<sup>146</sup>

Não se deve esquecer que a adesão das premissas dominantes é fundamental, uma vez que, “como representação simbólica, as ideias como determinantes do comportamento do gosto e desgosto somente são reproduzidas com a incorporação do oprimido à ideologia dominante”.<sup>147</sup>

Nesse ir e vir de percepções, ora construídas pela própria experiência, ora forjadas pela adesão inconsciente às ideias dominantes, permanentemente colocadas, o/a catador/a, dono/a/do “próprio nariz”, vai acumulando e perpetuando anos de sofrimento, de escravidão velada, de invisibilidade social e de trabalho em condições, por vezes, mais do que adversas.

Quando crianças (E2), (I) e (J) tiveram seus pais e/ou avós e/ou tios como referência na ação efetuada. A adolescente, na época, (G), teve seu marido como orientação no ofício. Imagina-se que o marido era um homem bem mais velho que ela, uma vez que era pai de (E2), apenas seis anos mais novo que (G).

---

<sup>146</sup> *Ibidem.*

<sup>147</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA, STEDILE, *op. cit.*, p. 35.

Quadro 5 – Idade inicial dos catadores e das catadoras de Caxias do Sul, no desempenho da função

- “Desde os sete anos para cá eu vim aprendendo como é o trabalho e o processo da reciclagem, né” (I).
- “[...] imagino que o (E2) já devia ter uns dez anos. Ele tá com cinquenta e um [2019], então uns quarenta anos atrás. O E2 era um menino quando ele começou” (E1).
- “Ali quando eu peguei uma idade de 11/12 anos eu já ajudava o pai. [...] Então, ali, acho que dos 12 até os 14 e pouco eu trabalhei com ele [pai]; assim, eu conheci o meio de reciclagem assim” (J).
- “Eu tinha uns 16 anos [quando iniciamos]” (G).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As preleções demarcadas no Quadro 5 demonstram que todos, sem exceção, eram crianças ou adolescentes, quando principiaram a coleta de material reciclável e reaproveitável, na rua, participando, inclusive, da seleção, da separação e do preparo para a venda.

Poderíamos supor que haveria justificativas sociais e legais para (E2) e (G), que hoje têm mais de cinquenta anos; (I) e (J), que nasceram, respectivamente, em 1990 e 1983, fazerem parte do conjunto de indivíduos que começaram sua atividade profissional, quando eram ainda criança.

Explicamos: a maior ênfase nas legislações contrárias à exploração da mão de obra infantil é do final de 1980, início de 1990 (indicação, por exemplo, na Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990, art. 60), proibindo trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.<sup>148</sup>

---

<sup>148</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, art. 7º, inciso XXXIII. Brasília, DF, 1988.

---

Mas, vejamos a História. A cultura política brasileira legitimou o discurso moral do trabalho como enobrecedor, disciplinador; forma de evitar o famigerado ócio, acabar com manhas infantis.

Nessa ideia, o trabalho precoce é vendido como aquele que evita a marginalidade; tornar-se usuário de drogas até a depressão. São muitas as expressões populares a esse respeito: “Em vez de ficar na rua vagabundando coloca ele no pesado”; “depressão é para quem tem tempo”; “Dá trabalho para ele não perder tempo com bobagens”; “Põe para trabalhar que acaba com essas baldas”. São crenças de que o trabalho educa.

Entretanto, é importante lembrar que, desde idos tempos, particularmente da Antiguidade até o término do Feudalismo, o trabalho manual foi associado à atividade a ser executada por escravos ou indivíduos classificados como inferiores. Portanto, era desprezado. Assim, há a ideia de que o trabalho braçal, como aspecto que dignifica, serviu e serve, basicamente, para as classes populares.

No Brasil, a premissa defensora do trabalho infantil se configurou e ainda mantém traços da colonização portuguesa e do domínio inglês, na esfera do comércio mundial:

[...] no nosso país, a concepção vinda de Portugal, de que o trabalho manual era ignominioso, e assim indigno de ser exercido pelos membros das classes superiores, os nobres, **facilmente articulou-se** com as concepções classistas puritanas [inglesas], que não obstante defenderem o trabalho das crianças, **reservava as atividades intelectuais para seus filhos e as manuais para os das famílias menos privilegiadas na escala social.**<sup>149</sup>

---

<sup>149</sup> CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke de. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. Estudos de Psicologia, Natal, v. 6, n. 2, jul./dez, p. 227-233, 2001, p. 230, grifo nosso Disponível em: <https://www.scielo.br/j/>

Neste ponto de vista, em vários elementos ainda vigentes, “o mesmo trabalho era [é] receitado como o remédio para certos males da sociedade, ou seja, destinado a grupos específicos no espectro social”.<sup>150</sup> Isso elucida a máxima atual de identificar o trabalho das crianças e dos adolescentes de classe social específica, como ferramenta disciplinadora, que teria a capacidade de desviá-los das “más companhias” e “dos perigos da rua”. “A ‘escola do trabalho’ é percebida como a verdadeira ‘escola da vida’ – a criança é socializada desde cedo para ocupar o seu lugar em uma sociedade extremamente estratificada, onde lhe são reservadas as funções mais subalternas”.<sup>151</sup>

Estudos e pesquisas revelam que desde o século XIX há práticas que deveriam “propiciar educação industrial aos meninos e educação doméstica às meninas, **preparando-os/as para ocupar o seu lugar na sociedade**”.<sup>152</sup>

Como situa Vicente de Paula Faleiros, a trama de inserção para o trabalho, de crianças e adolescentes de famílias empobrecidas conjuga “o econômico com o político, referindo-se ao processo de valorização/desvalorização da criança enquanto mão de obra, como se a desigualdade social fosse natural [...]. Aos pobres e dominados caberia trabalhar, aos ricos e dominantes caberia dirigir a sociedade”.<sup>153</sup>

---

[epsic/a/B8WPsbFp3zhp4XgtqNHfth/abstract/?lang=pt](https://epsic/a/B8WPsbFp3zhp4XgtqNHfth/abstract/?lang=pt). Acesso em: 12 out. 2020.

<sup>150</sup> *Ibidem*, acréscimo nosso.

<sup>151</sup> RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 376-406, 2013, p. 389.

<sup>152</sup> RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. Perdizes: Cortez, 2014, p. 20, grifo nosso.

<sup>153</sup> FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. Perdizes: Cortez, p. 33-96, 2014, p. 34.

---

*Em suma: as crianças e os adolescentes que sempre trabalharam no Brasil são aquelas provenientes das classes subalternas.*

Portanto, o trabalho infantil

[...] tem tradição, mas, especialmente, está presente nas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica, e “[...] o Brasil tem uma longa história de exploração dessa mão de obra. [...] De alguma forma, crianças pobres sempre trabalharam para manterem a si e as suas famílias” [...].<sup>154</sup>

Como várias áreas de conhecimento têm comprovado, o trabalho precoce gera prejuízos específicos:

**físico** – porque ficam expostas a riscos de lesões, deformidades físicas e doenças, muitas vezes superiores às possibilidades de defesa de seus corpos;  
**emocional** – podem apresentar, ao longo de suas vidas, dificuldades para estabelecer vínculos afetivos em razão das condições de exploração a que estiveram expostas e dos maus-tratos que receberam de patrões e empregadores;

**social** – antes mesmo de atingir a idade adulta realizam trabalho que requer maturidade de adulto, afastando-as do convívio social com pessoas de sua idade.

Ao mesmo tempo, ao ser inserida no mundo do trabalho a criança é impedida de viver a infância e a adolescência sem ter assegurados seus direitos de brincar e de estudar. Isso dificulta muito a vivência de experiências fundamentais para seu desenvolvimento e **compromete seu bom desem-**

---

<sup>154</sup> CAMARDELO, Ana M. P.; FERRI, Caroline. Vidas recicladas: vulnerabilidade e risco social, a partir de narrativas de catadores e catadoras de resíduos sólidos de Caxias do Sul. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 10, n. 2, p. 7-34, maio/ago. 2020, p. 27. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/8979/4263>. Acesso em: 11 jan. 2021.

---

**penho escolar** – condição cada vez mais necessária para a transformação dos indivíduos em cidadãos capazes de intervir na sociedade de forma crítica, responsável e produtiva. **Entre as crianças que trabalham há maior repetência e abandono da escola.**<sup>155</sup>

Na história da entrada de crianças e adolescentes no desempenho de catação e reciclagem, vários estudos e investigações indicam que

[...] dois são os motivos básicos de crianças e adolescentes serem inseridos em espaços de coleta e reciclagem de resíduos: a sobrevivência econômica da família e a proteção aos filhos. A sobrevivência econômica via inserção dos filhos “não é uma opção, mas uma necessidade frente às dificuldades financeiras e se vêem conduzidas a impeli-los ao mundo do trabalho adulto” [...]. Quanto ao segundo motivo, “[...] [para] a maioria dos pais que entrevistamos, protegê-los constituiu o principal motivo para inserir seus filhos, ainda crianças, no mundo do trabalho. É importante destacar que vêm, nessa atribuição de proteção, uma responsabilidade sua, antes que do Estado. [...]. Deixando em casa saem fazer ‘arte’ pra lá e pra cá. O piá me ajuda a coletar, é pequeno, mas ajuda. Se eu deixar em casa vai pra rua, se ele tá comigo, tá me ajudando. E tá comigo!” [...].<sup>156</sup>

A exteriorização de (J), acima, *quando eu peguei uma idade de 11/12, anos, eu já ajudava o pai*, sugere a “opção” paterna pela tarefa junto a resíduos, o que incluiria proteção e cuidado dos filhos. Na sequência, assim se expressa (J):

---

<sup>155</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Combatendo o trabalho infantil**: Guia para educadores / IPEC. Brasília: OIT, 2001, p. 16, grifos e separação em itens nossos. Disponível em: <https://www.ilo.org/publication/wcms233633.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

<sup>156</sup> CAMARDELO; FERRI, *op. cit.*, p. 27.

O pai trabalhou algum tempo em firma, mas era um tempo difícil de conseguir creche, não tinha esse suporte todo que hoje o Município dá para tu conseguir uma creche, hoje tu vai no Ministério Público e alguma coisa assim e consegue uma vaga de creche, se tu correr um pouco tu consegue. Naquele tempo não tinha esse tipo de coisa, então o pai saiu da firma, fichado, para cuidar dos irmãos, para cuidar dos meus irmãos em casa (J).

A contribuição de crianças e de adolescentes na manutenção econômico-familiar é também relatada por (I). Essa catadora que, conforme o já citado, iniciou tal tarefa aos *7 anos*, aponta, de maneira clara e objetiva, que se deu conta da carência econômica quando tinha 15 anos:

Eu vim trabalhar na associação [2005] por precisão na verdade. Precisava ajudar minha mãe em casa, né. Na época ela recém tinha... quase tava se separando do meu pai (I).

*Com certeza, (G), (E2), (I) e (J) foram introduzidos no mercado de trabalho por sobrevivência advinda da falta ou da precária condição econômico-familiar.*

Duas outras menções (afora as quatro assinaladas) sobre trabalho infantil apareceram nas entrevistas.

A primeira é apontada por (J) que conta que seu marido (com quem atua profissionalmente) era metalúrgico, quando do casamento, mas que havia desempenhado ações de manuseio com resíduos quando criança:

- “quando veio pra Caxias também (com 11 anos) trabalhava com sucata junto com o cunhado e a família ficou em Bom Jesus” (J);
- “então dos 12 até 17 e meio, quando ele começou a trabalhar em metalúrgica, também, sempre assim, trabalhava com sucata, com o lixo seletivo” (J).

---

A segunda é relatada por (A1):

–“eu tenho um [filho] de 26 anos que tá trabalhando na reciclagem desde que eu comecei, ele tinha 11 anos” (A1).

Isso não significa não ter ocorrido trabalho infantil em outras famílias das pessoas aqui registradas. Aliás, imagina-se ser possível, se considerarmos que, em 2016 (últimas informações oficiais disponíveis), de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia em torno de “1,8 milhão de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos [...]”. Deste total, 54,4% (998 mil) estavam em situação de trabalho infantil, sendo 190 mil por terem de cinco a 13 anos, e outros 808 mil entre 14 e 17 anos por trabalharem sem registro na carteira”.<sup>157</sup>

Resumindo: é verificável que, como no restante de outras cidades brasileiras, muitos dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis em Caxias do Sul “exercem a atividade em tempo integral por muitos anos, desde a infância, e, em algumas famílias, essa atividade passa a ser seguida pelos filhos, geralmente por falta de melhores opções”.<sup>158</sup>

Nesse mesmo sentido, realçamos que a maioria dos interlocutores com quem dialogamos realiza os encargos funcionais com outros membros da família. Sejam os que iniciaram e continuam, sejam aqueles/as que ingressaram adultos com passado em outras

---

<sup>157</sup> LIMA, Mariana. Trabalho infantil ainda é realidade para 998 mil crianças brasileiras. **Observatório do Terceiro Setor**. 27/5/2019, s/p. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/trabalho-infantil-ainda-e-realidade-de-para-998-mil-criancas-brasileiras/>. Acesso em: 12 out. 2020.

<sup>158</sup> SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ Albino Rodrigues. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília, 2013, p. 8. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatorio\\_situacaosocial\\_mat\\_recicavel\\_brasil.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_recicavel_brasil.pdf). Acesso em: 22 dez. 2020

---

profissões. Os vínculos familiares no exercício desta atividade laboral serão demonstrados na seção a seguir.

### **2.3 O vínculo familiar na atividade laboral dos catadores e das catadoras de Caxias do Sul**

A maioria do pessoal, aqui todo mundo é família, sabe, tem várias pessoas que têm parentes dentro e tudo mais, então assim é uma coisa que meio que vai passando de geração em geração, as pessoas vão gostando disso dali (K).

Está claro, diante da exposição realizada na seção 2.2 *Primeiros catadores e primeiras catadoras em Caxias do Sul: “Quem somos nós? Quem é cada um de nós?”*, que os sujeitos a preencherem primeiramente essas tarefas, em Caxias do Sul, edificaram sua relação ocupacional com resíduos, em um tipo de “associação familiar”, com fortes laços de parentesco que ainda se mantêm.

Porém, esta não é uma característica ocorrida apenas com esse segmento. Como exemplo do demonstrado em outras investigações realizadas no Brasil, o trabalho de coletar, de selecionar e de vender materiais recicláveis tem funcionado como “uma espécie de rede que aglomera a família [...], proporcionando um ambiente não só de trabalho, mas de lazer e cuidado”.<sup>159</sup> Imagina-se que isso não esteja vinculado apenas à possibilidade de geração de renda individual e familiar, mas “funcione”, além disso, como

---

<sup>159</sup> MARTINS, Ingrid Gomes *et al.* Reciclando as relações de gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal. In: PEREIRA, Cristina Jaquette; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 75-98, 2016, p. 93. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf). Acessado em: 22 de set. de 2020.

---

“forma de estabelecerem relações de solidariedade entre eles e sobreviverem à segregação [à discriminação e rejeição social]”.<sup>160</sup>

Por conseguinte, em uma sociedade excludente, o trabalho coletivizado, mesmo entre familiares, constitui sobrevivência física, emocional e de atenção ao outro.

A sobrevivência emocional e não apenas a física dependem da solidariedade, pois esta “é também uma forma de união e de defesa diante dos perigos e das ameaças à vida, no sentido da existência, e à vida social, no sentido da defesa de uma sociedade”.<sup>161</sup>

*Em Caxias do Sul, no período pesquisado, o vínculo familiar no ofício analisado é uma constante.*

*Os doze entrevistados selecionados executam a função abrigando membros da família (além de outros indivíduos).*

Elegemos apresentar, mais descritivamente, três famílias (significando nove pessoas, dentre aqueles/as com quem dialogamos) como exemplos de exercício funcional com pais, irmãos, cônjuges, tios, porque estas, além dos vínculos internos em um empreendimento particular, estabelecem conexões com a edificação/participação em outras iniciativas, demonstrando laços de parentesco como aspecto fundador da relação entre os diversos executores dos serviços.

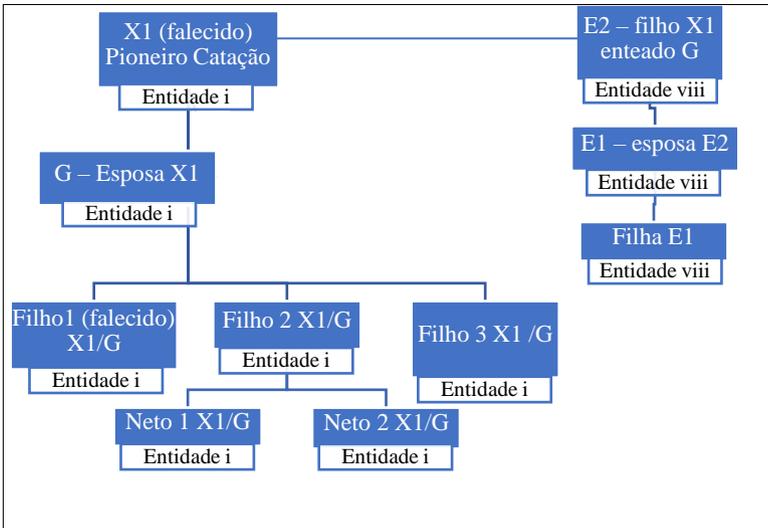
A primeira família, caracterizada na Figura 1, envolve duas reciclagens, sendo uma em associação e a outra em um grupo informal.

---

<sup>160</sup> COSTA; PATO, *op. cit.*, p. 108, acréscimos nossos.

<sup>161</sup> PEYON, *op. cit.*, p. 226.

Figura 1 – Representação de vínculos da primeira família no manuseio de resíduos recicláveis em Caxias do Sul



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nota: X1 é indicado, em várias entrevistas, como sendo a primeira pessoa a trabalhar com reciclagem em Caxias do Sul, conjuntamente com outro catador que aqui estamos denominando de X2.

X1 falecido, conforme consta na Figura 1, é identificado como um dos precursores na catação de rua em Caxias do Sul: “Era nós que carregávamos tudo. Tinha nós e o falecido X2, lá no Bairro Cruzeiro, que era os dois que catavam” (G).

Os quatro filhos de X1 do primeiro casamento efetuavam a catação em companhia do pai e da madrasta, ainda crianças e/ou adolescentes: “A (G) é madrasta do [E2] né. Era casada com o pai do (E2). Já é falecido” (E1). Hoje, apenas (E2) continua, “mas no depósito dele, né” (G).

Como relata (G):

[...] eu tive três filhos meus, uma menina eu criei que é a minha neta, né, então são quatro.

---

Ele foi [filho que morreu], mas ele deixou dez netos, para mim me entreter. [...]. Com trinta e três anos, se foi meu filho.

Tive 16 netos, e já tenho cinco bisnetos [...].

Digo, a minha vida tá boa. Agora, né, tá boa assim, sempre tem alguma coisa que machuca, mas faz parte da vida, né, não adianta.

Em 2020, no empreendimento (i) tinha “eu, meu filho [Filho 2, 34 anos] e agora os filhos dele, né. O Filho [1] que faleceu trabalhava junto. O [Filho 3 – do sexo feminino] trabalhou também” (G).

Pelas alocações dos sujeitos de pesquisa, foi uma das famílias concomitantemente com outra, não identificada, a principiarem a catação de material a ser reciclado. Ou seja, é uma família, em Caxias do Sul, precursora na catação e, depois, na reciclagem de resíduos reaproveitáveis.

Apesar do protagonismo na atividade, o empreendimento (i) ainda é organizado como um grupo informal, não tendo natureza jurídica. Este fato materializa a dificuldade de avanço nos empreendimentos desta natureza.

Esse coletivo de trabalhadores mantém, ainda, similaridade com o formato organizativo inicial, em que os componentes da família são os principais operadores das funções. Residem na entidade e, nesse espaço, igualmente ao desenvolvimento da profissão, efetuam os cuidados à prole.

(G) permanece sendo uma liderança reconhecida no Município, na área de atuação: “Olha, elas ainda me consideram, mas eu já tô pendurando as chuteiras. Amanhã, depois, daqui dois anos eu faço 60 anos e aí chega” (G).

O Filho 2 vem assumindo as responsabilidades na coordenação desse grupo informal: “[ele] vai continuar, porque eu não posso mais. Eu tô me aposentando. O Filho 2 tem três filhos, um já fez 20 anos e o outro está com 17 e assim vai indo, a menina tem dezesseis” (G).

---

Como é possível identificar, a família de (G) continua, há mais de quarenta anos, no manuseio de resíduos sólidos: avós, pais e netos ratificam a “herança” familiar pela *sobrevivência física, emocional e de atenção ao outro*.

Criei meus filhos, criei vários netos, tanto meus quanto dele [marido], né. Muitos trabalharam comigo também, a neta dele [marido], que mora aqui até hoje, trabalhou muito tempo com nós.

Depois cada um foi seguindo sua vida, e meu marido foi ficando doente.

Daí só sobrou eu, meu filho que faleceu e meu filho, esse mais novo. Minha filha já foi estudando [...], mas, depois de muitos anos, ajudou muito [...]. Ela foi trabalhar e disse: – Eu vou fazer um curso de cabeleireira, mãe. Aí continuou eu e meu outro filho, porque o meu mais velho faleceu, né.

Agora trabalha ele, os filhos dele, eu ajudo como posso, e mais umas gurias que têm aqui, que trabalham com nós (G).

Constata-se, também, na Figura 1, que (E2) é filho de X1 e genro de (G) (referido na seção 2.2). Inicia as tarefas relacionadas à catação de resíduos ainda quando era criança (em 1979). Até 1999, portanto, por vinte anos, trabalhou junto com o pai e a madrasta na entidade (i).

Em 1999, conjuntamente com a esposa (E2), instituiu outro espaço de trabalho, na mesma profissão, que obteve reconhecimento jurídico em 2014: “[...] 9 de julho de 1999. Foi o dia em que nos mudamos, mas foi mais ou menos nessa época isso aí.” (E1).

Nessa relação familiar, (E2) nunca desenvolveu outra ocupação e (E1) trabalhou “muito tempo em empresa privada. Eu trabalhei por vinte anos na mesma empresa. Quando eu saí, logo que eu saí, eu engravidei do meu filho que tem sete anos [2019]. Meu marido (E2) sempre trabalhou com isso, desde sempre” (E1).

Mesmo exercendo atividade laboral em outro local, (E1), a exemplo de tantos outros/as catadores/as de Caxias do Sul e do

---

País: “trabalhava na empresa de noite e, nos fins de semana, ajudava ele. Isso sempre foi assim na nossa vida” (E1).

A filha de (E1) de 26 anos, também desempenha ações na entidade (viii) “[...] viu a moça que trouxe o café, minha filha, se criou dentro de reciclagem, ela faz o almoço, faz o café” (E1).

*Muito provavelmente, não há muitas outras famílias – como a deste segundo grupo – a serem pesquisadas anteriormente à década de 70, uma vez que a história demonstra ser essa a década de discussão e alterações de legislação no mundo. É só lembrar que a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil é de 2010 (Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010).*

O ambiente, conforme citado, *que não é só de trabalho, mas de cuidado*, inclui a indispensável atenção às crianças, pelo fato de não haver creche e pré-escola que atenda à demanda; membros das famílias, comumente mulheres, desenvolvem essas tarefas.

Aí tô cuidando do meu sapequinha ali, que tá com 8 meses. A mãe dele tem depressão, eu que cuido, mas eu não posso nem carregar menina. Daí a mulher do meu neto me ajuda durante o dia (G).

Já criei [outra neta] que até deu problema. Ela tá com 7 anos agora. Ela teve um problema muito sério de pulmão, e o doutor lá, que médico maravilhoso! Seguindo agora a cada dois meses tem que levar ela lá. Daí, na última consulta, eu não fui. Ele disse: – Mas cadê a vó? – Ah, ela não pode vir. Mal sabia ele que eu já tenho outro neto para cuidar (G).

A falta de equipamentos sociais de atendimento a crianças era um problema em 1989/1990, conforme a fala de (J) acima assinalada: *O pai saiu da firma, fichado, pra cuidar dos irmãos, pra cuidar dos meus irmãos em casa* (J). Hoje, continua agravada.

---

Dados sistematizados por técnicos do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) (2013)<sup>162</sup> demonstravam que apenas 22,7% das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, dos domicílios com pelo menos um catador no Brasil, frequentavam creche. Esse percentual aproximava-se do geral brasileiro, onde as crianças nessa faixa etária, que possuíam acesso à creche, eram de 23,6%.<sup>163</sup> O percentual de crianças em creches, nessa mesma faixa etária e no mesmo período, na Região Sul do Brasil, onde se encontra a cidade de Caxias do Sul, era ainda menor: 19, 8%.<sup>164</sup>

Apesar de o número de vagas em creche, no Brasil, entre 2009 a 2018 ter aumentado 48,2%, em 2017 64% das crianças nas idades indicadas não se encontravam matriculadas em creches, ou seja, apenas 36% estavam. Esse percentual, contudo, é menor na Região Sul, onde a taxa de atendimento era de 42%, portanto, 58% estavam fora dessa modalidade educativa.

O imperativo de atenção às crianças pequenas e a falta/precariedade de serviços, a exemplo de (G), compele às mulheres vincularem-se, quando possível, a tarefas nas quais possam conciliar trabalho “fora de casa” e cuidados às crianças: “quando tive um bebê não conseguia trabalhar na empresa. Meu marido disse: – Vamos continuar com a reciclagem. Meio ainda não era nada. Não era uma associação ainda, era mais alguma coisa de fundo de quintal sempre” (E1).

---

<sup>162</sup> INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável.** Brasília, dez. 2013. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatorio\\_situacaosocial\\_mat\\_recicavel\\_brasil.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_recicavel_brasil.pdf). Acesso em: 27 ago. 2021.

<sup>163</sup> SILVA; GOES; ALVAREZ, *op. cit.*.

<sup>164</sup> FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Desafios do acesso à creche no Brasil:** subsídios para o debate. Jun. 2020. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/desafio-acesso-creche-brasil/>. Acesso em: 4 maio 2021.

---

A desigualdade social no Brasil, “fenômeno econômico, político e cultural edificado nas relações sociais e reproduzido historicamente. [...] é fruto de concentração de renda e poder [...]”.<sup>165</sup>

Os dados estatísticos e a realidade cotidiana das famílias empobrecidas, abrangendo os catadores e as catadoras, demonstram que

Existe uma correlação entre a renda das famílias e a oferta de vagas em creches no Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgados nesta sexta-feira (18), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre as crianças de 0 a 3 anos que pertencem aos 20% com a renda domiciliar *per capita* mais baixa do País, 33,9% estão fora da escola porque não existe vaga ou creche perto delas. Já entre no grupo de 20% com a renda mais alta, esse problema só atinge 6,9% das crianças.<sup>166</sup>

Isso mostra a desigualdade de acesso a equipamentos públicos imprescindíveis à vida em sociedade. Além da falta de vagas em creches para crianças de famílias pobres, “[...] mesmo para as crianças de famílias com menor renda matriculadas, há um problema grave da qualidade do equipamento. O Brasil tem permitido creches com profissionais despreparados, que mais se parecem depósitos de crianças”.<sup>167</sup>

Incorporada à falta/precariedade de instalações públicas está a ideia, difundida socialmente, de que a melhor proteção e os melhores cuidados às crianças e aos adolescentes devem ser

---

<sup>165</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA, STEDILE, *op. cit.*, p. 35.

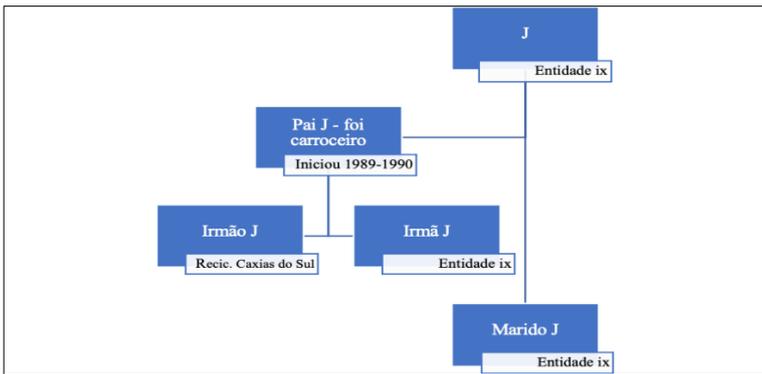
<sup>166</sup> MORENO, Ana Carolina. Um terço das crianças de 0 a 3 anos mais pobres do Brasil está fora da creche por falta de vaga, diz IBGE. 20/05/2018 16h27. **G1-Globo. Educação**, s/p. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/um-terco-das-criancas-de-0-a-3-anos-mais-pobres-do-brasil-estao-fora-da-creche-por-falta-de-vaga-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2021.

<sup>167</sup> *Ibidem*.

realizados por familiares, de preferência pelas mães. Essa premissa não leva em conta a importância da socialização, do aprendizado oriundo da convivência, da relação e da troca como outras crianças/adolescentes, a ser realizada em espaços educacionais e de lazer.

A segunda família apresentada, igualmente, tem história nos primeiros/as catadores/as em Caxias do Sul, como demonstra a Figura 2.

Figura 2 – Representação de vínculos da segunda família, no manuseio de resíduos recicláveis em Caxias do Sul



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Pelas manifestações de (J), ela e seu irmão (que desempenha atividade em outra entidade de reciclagem) iniciaram o aprendizado funcional com o pai: “Tem meu irmão também que é reciclador, que se criou na carroça junto com o pai né” (J).

Agregou-se à entidade, onde (J) é uma liderança, a irmã mais nova: “Ela nasceu em 1995, que é essa minha irmã que trabalha aqui com nós” (J). Esses três irmãos caracterizam uma segunda geração de trabalhadores na área.

O pai “hoje em dia ele não pode mais. Então quando ele pode, ele trabalha comigo, quando ele não pode, ele fica em casa. Ele está com 65/66 anos né!” (J). O afastamento do trabalho ocorre, porque a pessoa “não pode mais”, aponta para o desgaste físico

---

que esta atividade gera. Grande parte dos/as catadores/as exercem a função, dentre outras impropriedades, em posições disfuncionais (agachados), ergonomicamente inadequadas.

Mencionamos, precedentemente, que (J) casou com 16 anos (1999). A partir desse ano, a entrevistada retornou à ocupação com o manejo de resíduos.

Destaque ao marido de (J):

Ele continuou trabalhando na metalúrgica, mas o que ele fez: ele trabalhava à noite e comprou uma Kombi. Então a gente catava de dia, até umas 15h30min. Ele chegava, tomava um banho e ia pro serviço, porque trabalhava de noite (J).

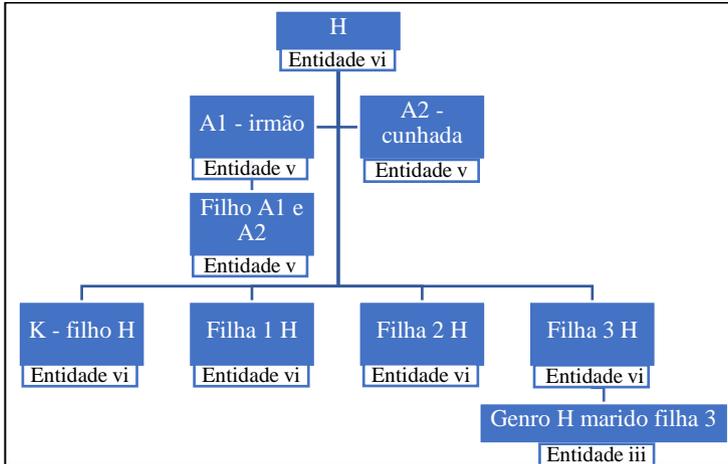
*Tal situação, da mesma forma que a citada por (E1), traduz a mescla de dois trabalhos: um formal e, como possibilidade de melhorar as condições econômicas, outro informal, no manejo de resíduos. Traduz ainda a precariedade salarial, que exige mais do que uma ocupação para sustento pessoal e familiar.*

Se considerarmos que (J) casou em 1999 e o marido perdeu o emprego em 2011, foram doze anos em que intercalou o emprego assalariado com a catação, como complementação de renda.

Aí, em 2011, quando ele ficou desempregado, ele até tentou trabalhar em outra metalúrgica, mas daí o salário não competia com o que ele ganhava e daí a situação começou a ficar mais feia, mais preta e daí a gente começou a trabalhar mais com aquilo ali, se empenhar mais. Mas só catando, só catando não tava dando, porque daí a gente só tinha a Kombi. Era difícil. Com dois filhos, era mais difícil ainda (J).

A família ampliada, traduzida na Figura 3, envolve três reciclagens, sendo duas associações (entidades iii e vi) e uma cooperativa (entidade v): “As três maiores [entidades de] reciclagem de Caxias são da mesma família (A1)”.

Figura 3 – Representação de vínculos da terceira família, no manuseio de resíduos recicláveis em Caxias do Sul



Fonte: Elaborado pelas autoras

Como é verificável na Figura 3: (H), irmã de (A1) é mãe de três mulheres e um homem (K), bem como sogra de (D); todos estão inseridos na ocupação aqui analisada. Segundo (H), exerce essa atividade em torno de quinze anos, sendo a precursora, nessa genealogia.

Tudo começou com a mãe (H). A mãe, ela trabalhava ali embaixo, junto com a (F) na associação (ii), daí ela trabalhou ali e saiu (K).

Daí quando eu fui trabalhar [na associação (ii)] com (F), daí faz uns quinze anos né. Daí depois de mim que daí entrou meu irmão [A1], foi entrando os outros. Então eu da família, ali, eu me considero que eu fui a primeira que começou, né, fui eu, né. Então eu me considero que a mais velha que começou e que foi da reciclagem, depois todo mundo foi entrando (H).

A associação (ii) é o primeiro empreendimento com estrutura jurídica em Caxias do Sul (1997), e a catadora (F) mencionada –

como poderá ser visto no Capítulo 3 – é personagem importante nos relatos elucidativos acerca da organização formal dos/as catadores/as no Município.

A experiência de (H) na seleção, separação e no preparo para a venda de resíduos recicláveis parece ter sido valiosa na introdução de seu irmão (A1) neste ofício. As falas a seguir demonstram isso:

Eu ajudei ele [A1, irmão] quando ele abriu a dele, né. Eu já tinha trabalhado dois anos na reciclagem (ii), né. Daí eu saí da (ii) e daí fui trabalhar com uma mulher que fazia decoração de festas, coisaradas. Eu fiquei trabalhando com ela um ano acho.

Daí ele abriu a reciclagem dele. Como ele sabia que eu já sabia, ele me tomou da mulher lá, ele disse: – Não, (H), tu vem me ajudar né. Daí eu falei pra minha patroa: – Ó, eu vou ajudar meu irmão uns dia, pra ver se, pra ele, pra mostrar os material como é que é, depois eu volto.

Só que daí eu não voltei mais, me envolvi, fiquei e não saí mais (H).

Eu tinha uma irmã minha (H) que já fazia uns anos que trabalhava com reciclagem, daí eu comentei com ela e a gente começou a trocar ideia e tal e ela disse: – (A1) tu que é um cara que é bem trabalhador, que não tem preguiça de acordar cedo, esse é um negócio que dá dinheiro (A1).

Daí o meu tio (A1) trabalhava na empresa e saiu da empresa, daí o tio falou se valeria à pena montar uma reciclagem, ele pediu para mãe e a mãe disse: – Olha, acho que vale.

Daí explicou para ela, daí ele pediu: vem trabalhar comigo (H). Daí a mãe disse que sim (K).

Apesar de (H) ser a antecessora, essa família ampliada se organiza nas ações que definem a reciclagem, por intermédio de (A1) e com ele acedem outros membros que se inserem, depois, em outros empreendimentos:

Daí eles começaram a trabalhar com ele (A1): a mãe (H), mais aquela guria que tá ali em cima na empilhadeira, que é minha irmã. Foi elas que começaram junto com o tio (A1).

Daí, digamos, eu tô continuando o que ele fez, mas tudo começou com a mãe e com o tio (A1), foi aí que a gente entrou e até tem um monte de gente de nós que trabalha, que trabalha aqui.

Por exemplo, tem a minha irmã, aquela que tava na empilhadeira ali, tem essa outra que também é minha irmã, que é a cozinheira [casada como (D)], tem a mãe que trabalha aí (K).

Através de mim daí entrou, imagina, daí tem meu genro que trabalha ali na (iii), que é o (D). Ele é meu genro (H).

Foi depois que eu comecei que entrou minha família: [irmão, filho, genro] e daí tem aqui, tem mais minhas três filhas: a guria que faz comida é minha filha, daí tem mais uma que trabalha, duas que trabalha na esteira (H).

Daí tem meu irmão (A1), lá com meu irmão tem meus primos, que trabalha lá, tem a esposa e meu sobrinho. E teve já vários sobrinhos meu, teve minha irmã mais velha, minha irmã mais nova, tudo que agora saíram, mas que trabalharam já, né (H).

Eu tenho um [filho] de 26 anos que tá trabalhando na reciclagem comigo (A1).

O (A1) lá, ele é tio da minha mulher. Aí eu comecei na verdade com ele, né. Fomos indo, fomos indo, ele foi me dando oportunidades no meio do associativismo, enfim, e aí eu aprendi muita coisa lá. Esse tempo de experiência é de lá. Fui presidente um bom tempo lá, três anos, e comecei assim, né, partindo dele lá me ensinando, enfim, e hoje tamo aí né? (D).

[Em 2015] meu tio é o presidente da (v), daí eu comecei a trabalhar lá. [...] daí eu fiquei 5/6 meses lá [e depois foi para a entidade vi] (K).

Sintetizando:

- (H) é convidada por seu irmão (A1), para contribuir com seu conhecimento e sua experiência, na montagem da cooperativa criada por (A1) em 2009;
- (A1) foi o impulsionador da entidade (v) e continua sendo uma liderança;
- (A1) treinou outros parentes, dentre eles: (K), seu sobrinho e filho de (H) e (D), genro de (H), além de terem trabalhado com (A1) primos, esposa de sobrinho, sobrinhos, irmã mais velha, irmã mais nova;
- trabalha com (A1), sua esposa (A2) e um filho de 26 anos;
- (K), sua mãe (H) e três irmãs ocupam funções na associação (vii) por ele presidida;
- (D), casado com uma sobrinha de (A1), filha de (H) e irmã de (K), é coordenador da entidade (iii).

Dois questões merecem ressalva:

- a) os/as entrevistados/as, (A1), (D), (H) e (K), tiveram outros empregos antes de inserirem-se nos cargos atuais de reciclagem. Citamos dois exemplos:

Eu trabalhei durante vinte e quatro anos de motorista (A1).

Eu fiz Senai, daí eu trabalhava como ferramenteiro, daí eu tinha ideia de ter aquelas máquinas de fazer camiseta, sempre gostei desses negócios meio nerd, de meio de série, tudo. Daí eu peguei, saí de onde eu trabalhava lá na Braslux e peguei o dinheiro do acerto pra mim comprar essas máquinas. Eu comprei tudo elas, só que a minha ideia era já voltar trabalhar e isso seria só uma coisa, tipo, para fazer

de noite. Saía, pegava o acerto e depois que eu tivesse esse maquinário eu voltava trabalhar com isso daí e essa era minha ideia, ter um trabalho e uma coisa pra mim ganhar um extra (K).

- b) essa “família” não representa os pioneiros na atividade em Caxias do Sul, não tendo história de catação na rua: (H) inicia ações na reciclagem em 2004; (A1) em 2009; (D) em 2012, e (K), em 2015. Todos em empreendimentos juridicamente estabelecidos e exercendo, sobretudo, ações ligadas aos processos de triagem, onde os materiais eram segregados para serem reciclados.

Os outros três indivíduos entrevistados – (B), (F) e (I) – trazem, em alguma medida, aspectos de vínculos familiares (anteriores e/ou atuais) no desenvolvimento ocupacional com resíduos, ou seja, com pais, irmãos e outros parentes dividindo o espaço de trabalho.

(B) é o primeiro da sua família a trabalhar com reciclagem (em torno de seis anos). Anteriormente,

[...] eu trabalhava com transporte, né, aí acabou baixando o frete e, na época, eu comecei a transportar para as reciclagens né, e aí acabou conhecendo o pessoal e tinha um pessoal assim bem amigo meu e acabou me ajudando, com prensa e coisa. Aí reuni o pessoal, montamos a associação e tamo até hoje (B).

Apesar dos pais de (B) terem exercido outras atividades profissionais, hoje: “pai e mãe também e minha esposa trabalha também, agora ela tá de licença por causa do guri que é pequeno”: começaram junto comigo. Tão comigo até hoje, graças a Deus” (B).

(F), envolvida com reciclagem desde 1995, afirma:

Meus filhos trabalharam aqui. Eu não vou dizer que um dia eles não voltem, porque eu ensinei eles e eles sabem que isso aqui é um trabalho digno, como

qualquer um outro. Meu filho, por exemplo, faz seis meses que saiu daqui, mas ele me diz que a ideia não é voltar. A minha filha também trabalhou aqui e ainda ela faz as coisas para nós aqui. Ela continua fazendo, tipo, nós aqui não temos internet, então a gente depende tudo de alguém, né, daí ela faz para nós, se precisa um ofício para não ter que ir até o escritório de contabilidade. Essas coisas então ela faz tudo para nós, as folhas da partilha, ela faz tudo bem e depois eu entrego pronto para o escritório, porque, se eu for fazer também!? Então eu passo para ela. Então ela não deixa de tá ligada aqui, mas assim ela sempre disse: – Mãe, o dia que eu sair eu não quero mais voltar (F).

Das doze pessoas com quem dialogamos apenas (I), quando da entrevista, não tinha familiares trabalhando junto, apesar de ser protagonista dentre os primeiros catadores/as, com carroça na rua, tendo começado, quando ainda era criança, junto com o pai, a mãe e tios: “Eu nunca pensei em sair da associação, nunca. Meu pai e minha mãe sempre falando: – Mas guria, vai achar serviço em uma firma! – Mas mãe, eu gosto do que eu faço” (I).

Correlacionando a introdução das famílias na profissão (apresentados na seção 2.2), identificamos, objetivamente, quatro grandes períodos no manuseio com resíduos recicláveis e reutilizáveis em Caxias do Sul:

– *o primeiro* – final dos anos de 70 até o início de 1990 – quando a centralidade dos afazeres se dava na rua, na ação de catar nas lixeiras e similares, como no exemplo trazido por (G) – manifesto em páginas anteriores: “Daí a gente pegava, na época em que [...] tinha aquele [supermercado] Calcagnoto, que era matriz. Ali eles botavam uns tonel ali, e nós sempre pegando papelão e plástico, né” (G).

Nessa fase, não há intervenção dos Poderes Públicos em relação aos resíduos ou aos sujeitos que tem seu sustento retirado do manuseio destes – a não ser da polícia: “Quando a gente catava

na rua era muito perseguido. Tem uma foto lá da rua que eu tava com os montes. [...] a Brigada... não sei o que que era que atacava a gente. Multava o caminhão. Bah!” (E2).

Enfim, houve “e continua havendo – um trato às várias expressões das desigualdades sociais, como “caso de polícia”. O que “alguns estudiosos vão chamar a atenção para o que nomeiam como criminalização da pobreza”.<sup>168</sup>

Atuam, nesse momento, indicados na seção 2.2, os seguintes personagens: (G), (E2), (I) e (J). Os três últimos representam a segunda geração de catadores/as, pois foi atividade iniciada por seus pais/tios, **apesar de a maioria deles terem principiado junto aos pais/tios e não depois deles**. “Naquela época, não era que nem hoje, né, eles colocavam tudo naquele tonel e nós, quando eles largavam os tonel na rua, nós ajuntava” (G);

– *o segundo período* – metade dos anos 90 até metade dos anos 2000 – aspecto a ser tratado no Capítulo 3, em que começa o processo de “incentivo” público (municipal) a separação de resíduos (coleta seletiva) e a organização dos/das catadores/as em entes de pessoa jurídica. Nessa fase, uma protagonista central é (F), que não tem história, dela ou de familiares, anterior à profissão. Outra pessoa inquirida que juntamos a essa fase é (E1), que informa ter começado em tempo integral, com o marido, em uma reciclagem em 1999.

Os cinco sujeitos mencionados nos itens a) e b) continuam na ocupação ainda hoje, prioritariamente com ações vinculadas a processos de triagem – separação dos materiais que serão destinados para a reciclagem – prensagem, enfardamento e venda.

A família de (G) já conta com a terceira geração de catadores/as, visto que seus netos continuam com tal ofício.

---

<sup>168</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA, STEDILE, *op. cit.*, p. 92.

- 
- o *terceiro período* – é simbolizado pelos entrevistados (A1), (A2), (B), (D); (H); e (K) – a partir de metade de 2005. Esta etapa contempla ações de incentivo a essa ocupação pelo governo Federal como se verá no Capítulo 3;
- o *quarto período* ocorre após 2016.

A história dos/as atores/as deste livro, com larga experiência de renda indecente, não acesso qualificado a políticas públicas, discriminação, marginalização e injustiça social comprova que a possibilidade de haver mobilidade social nas camadas populares é ilusão: “*É falso que há igualdade de oportunidades a todos; é falso que os direitos civis e sociais definidos em lei como sendo de todos são acessados e garantidos de maneira equânime*”.<sup>169</sup>

As dificuldades de ascender a melhores patamares são sentidas e suportadas há gerações pela parcela empobrecida de brasileiros. Mas, o mascaramento ideológico é transmitido diariamente através de metáforas, tais como: “Não consegue quem não tem vontade”; “O preguiçoso fica pobre, mas quem se esforça no trabalho enriquece” – pressupondo que os pobres são, por natureza, preguiçosos.

Esse é um discurso produzido pelos setores dominantes da sociedade que afirmam que há oportunidades iguais a todos. Isso é falso: “Os limites e possibilidades de competição social dependem do ponto de partida dos indivíduos que abrange, em concordância com as teses de Jesse de Souza, ‘três capitais’: o econômico, o cultural e o social”<sup>170</sup>. Quanto mais uma pessoa tiver bens econômicos (capital econômico), “conhecimento útil e reconhecido em suas mais variadas formas”<sup>171</sup> (capital cultural) e relações com pessoas que ocupam cargos estratégicos na sociedade<sup>172</sup> (capital

---

<sup>169</sup> *Ibidem*, p. 35, grifo das autoras.

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>171</sup> SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017, p. 56.

<sup>172</sup> *Ibidem*.

social), maior acesso a vantagens e chances de “dar certo”.  
Infelizmente,

[...] os indivíduos se acreditam, [...], ‘sujeitos’ do próprio destino, **mas o são – quando o são – apenas em um nível muito pequeno.**

Na sociedade moderna os indivíduos crêem em uma igualdade de oportunidades para quem ‘realmente quer vencer na vida’, **mas também isso é, na enorme maioria dos casos, já pré-decidiado por vantagens acumuladas desde o berço.** A ideologia da “meritocracia”, que resulta desta crença ingênua, transforma constantemente privilégio social em “talento individual”.

Como se explica a constituição de sujeitos – [...] – tão dóceis e inconscientes da dominação social da qual são, ao mesmo tempo, participantes e vítimas? Como a dominação impessoal e opaca da sociedade disciplinar toma conta da ‘alma’ – e por extensão do corpo – de cada um de nós e nos transforma a todos, em alguma medida variável, em ‘marionetes’ de um drama que atualizamos todos os dias, mas cujo sentido último nos escapa?<sup>173</sup>

*Indicadores sociais provam a realidade concreta: sentida e suportada.*

*De acordo com o Fórum Econômico Mundial, publicado em janeiro de 2020, o Brasil encontrava-se na 60ª posição entre 82 economias, em ranking classificado pelo Índice Global de Mobilidade Social.<sup>174</sup> Tal índice examina as chances que uma*

<sup>173</sup> SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015, p. 463, grifo e separação em itens nosso.

<sup>174</sup> O Índice Global de Mobilidade Social leva em conta dez aspectos: “qualidade e equidade da educação, acesso à educação, saúde, instituições inclusivas, proteção social, condições de trabalho, distribuição justa de salários, oportunidades de trabalho, acesso à tecnologia e aprendizado ao longo da vida” (TUON, Lígia. Brasil é um dos países com menor mobilidade social em ranking global. **Revista Exame**, Economia, 22/1/2020, s/p. Disponível em: <https://exame.com/economia/brasil-e-um-dos-paises-com->

*peessoa tem de melhorar de posição social ao longo da existência. Uma das medidas utilizadas “calcula quantas gerações, em média e com todo o resto constante, levaria para uma família de baixa renda atingir a renda mediana da sociedade. Na Dinamarca, são duas e na França, seis. No Brasil e na África do Sul são nove gerações”*.<sup>175</sup>

Isso denota, dentre outros, que

crianças nascidas em famílias menos abastadas tendem a experimentar maiores barreiras para chegar ao sucesso do que aquelas nascidas em famílias mais abastadas. Essa desigualdade de oportunidades pode se tornar arraigadas e promover desigualdades econômicas de longo prazo, bem como profundas divisões econômicas e sociais.<sup>176</sup>

*Logo, é extremamente difícil, quase impossível, ascender socialmente no Brasil, se você não vier de uma família com certo capital econômico, cultural e social.*

As discussões realizadas até aqui exigem que retornemos a pergunta feita no livro *Tempos rudes*: a identidade atribuída e sentida pelos catadores e catadoras de resíduos de Caxias do Sul, RS:

*“Como as classes populares podem, em igualdade de condições (oportunidades e direitos sociais), competir da mesma forma nos espaços escolares e no mercado de trabalho? Na vida?”*<sup>177</sup>

---

menor-mobilidade-social-em-ranking-<https://exame.com/economia/brasil-e-um-dos-paises-com-menor-mobilidade-social-em-ranking-global/global/>. Acesso em: 29 set. 2020).

<sup>175</sup> *Ibidem*.

<sup>176</sup> *Ibidem*.

<sup>177</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 35.

Até a década de 90, os catadores e as catadoras, em Caxias do Sul, desempenhavam processos de seu trabalho basicamente na esfera familiar – atingindo a maioria dos indivíduos do núcleo doméstico.

Efetuavam atividades que iam desde a coleta, a seleção, até a venda dos materiais recicláveis. O espaço de armazenamento estava na própria residência. Isso era realizado de maneira autônoma. Em outras palavras, não havia uma organização formal.

Os anos 90, em Caxias do Sul, inauguraram alterações na organização e nos processos de trabalhos de vários catadores e catadoras. Dentre os motivos para tais modificações, citamos: o já aludido aumento do desemprego, diante da crise do capital, e sua reestruturação produtiva; a coleta seletiva, iniciada em 1991<sup>178</sup>; a consolidação da indústria dos reciclados no Brasil; as políticas públicas municipais de incentivo à organização formal desses trabalhadores. Estes fatores serão identificados no Capítulo 3.

---

<sup>178</sup> Em Caxias do Sul, o “recolhimento de resíduos seletivos (secos) foi implantado somente em 1991, quando a coleta orgânica já se estendia por quase toda a cidade” (CAXIAS DO SUL, RS. Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul (Codeca). **Nossa história**. s/d. Disponível em: [http://www.codeca.com.br/institucional\\_historico.php](http://www.codeca.com.br/institucional_historico.php). s/d. Acesso em: 20 jul. 2020).



## 3

## Precarização estrutural: tempo presente da degradação humana

*Qual é a coisa mais importante do mundo?* Esta foi a pergunta que Clarice Lispector fez para Chico Buarque. [...]. Para uma pergunta tão grande, uma resposta imensa. Mas espantosamente direta: *trabalho e amor* – disse o compositor. As ressonâncias com as bem conhecidas palavras de Freud são explícitas – *a capacidade de amar e trabalhar* – com as quais ele indicou o que seria a saúde mental de indivíduos e sociedades.

A entrevista continuou. E a pergunta seguinte foi mais fundo: *qual é a coisa mais importante para você?* A sabedoria intuitiva de Clarice deu forma poética e menos abstrata a uma questão existencial aparentemente simples. Mas tudo se passa como se ela procurasse saber: *o que faz você se sentir mais vivo?* Ou *o que faz sua existência ser mais real?* Haverá questões mais importantes e difíceis? A resposta de Chico: *a liberdade para trabalhar e amar* – não chega a surpreender, dado o momento brasileiro em que a conversa aconteceu. Eram os tempos sombrios da ditadura cívico-militar. E parece nítida a sinalização de que a referida liberdade era mais do que uma mera capacidade de escolher entre opções determinadas. Era a liberdade de poder falar, expressar-se, existir. Era o exercício do direito fundamental de viver. Eram tempos sombrios aqueles... Como são sombrios estes tempos em que vivemos, na medida em que surgem reedições alarmantes do obscurantismo, com as ondas recentes de neoconservadorismo e neofundamentalismos que tomaram corpo em alguns países, como o Brasil.<sup>179</sup>

---

<sup>179</sup> PEYON, *op. cit.*, p. 11, grifos do autor.

O título deste Capítulo “Precarização estrutural: tempo presente da degradação humana” pode ser explicado diante do diálogo entre Clarice Lispector e Chico Buarque: *A coisa mais importante do mundo é trabalho e amor*.

Em relação ao *trabalho* construímos (e, infelizmente, igualmente estamos destruindo) a sociedade. Ele

[...] é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho.<sup>180</sup>

Apesar de sua imprescindibilidade para a sobrevivência de homens e mulheres, o trabalho não se encontra disponível para parcelas significativas da população: suportamos tempos difíceis, pois o desemprego “bate à porta”. É “o mais temido dos males. [...]. O trabalho [...] não [é] uma virtude, mas uma necessidade que, para permitir viver, [leva] à morte. [...] [é] [...] o privilégio da servidão”.<sup>181</sup>

Quanto ao *amor* concordamos com Eduardo R Peyon: A “vida, desde a origem, em que pesem as necessidades fisiológicas e o potencial genético, é fruto de uma relação de amor e de cuidado, [...] essenciais à subjetividade de cada um de nós”.<sup>182</sup> Por isso, a vida envolve trabalhar no sentido de *construir a base da existência*, “condição natural eterna da vida humana”.<sup>183</sup> Condição

---

<sup>180</sup> SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 14.

<sup>181</sup> CAMUS, *apud* ANTUNES, 2018, *op. cit.*, p. 15, acréscimos nossos.

<sup>182</sup> PEYON, *op. cit.*, p. 80.

<sup>183</sup> MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. t. 1, p. 153.

que deve ir além da sobrevivência imediata para “matar a fome”, o que exige “ser e sentir-se amado”<sup>184</sup> e participar da herança socialmente construída por aqueles/as que vivem-do-trabalho.

A gente não quer só comer  
 A gente quer comer  
 E quer fazer amor  
 A gente não quer só comer  
 A gente quer prazer  
 Pra aliviar a dor...<sup>185</sup>

O prazer de comer, beber, festar, estudar, criar, ouvir música, ler um livro, fazer, ver e participar de diferentes formas artísticas são direitos inalienáveis de todos/as. Continuam sendo imprescindíveis para enfrentarmos a corrosão da vida, o que inclui, “sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável”.<sup>186</sup>

Por isto, é preciso que não esqueçamos de que a “tese principal” da elite dominante

[...] é a auto-abdicação, a abdicação da vida e de todas as necessidades humanas; quanto menos cada um comer, beber, comprar livros, for ao teatro ou ao baile, ao bar, quanto menos cada um pensar, amar, teorizar, cantar, pintar, poetar, etc., mais economizará, maior será sua riqueza, que nem a traça nem a ferrugem corroerão, o seu capital. Quanto menos cada um for, quanto menos cada um expressar a sua

<sup>184</sup> PEYON, *op. cit.*, p. 80.

<sup>185</sup> ANTUNES, Arnaldo; FROMER, Marcelo; BRITO, Sergio. **Comida**. Álbum Jesus não tem dentes no país dos banguelas. Rio de Janeiro: Warner/chappell Edicoes Musicais Ltda, 1987, faixa 2.

<sup>186</sup> SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 32.

---

vida, mais terá, **maior será a sua vida alienada e maior será a poupança da sua vida alienada.**<sup>187</sup>

Neste mundo *desafetado e frio*, tem havido a “desvalorização dos afetos e vínculos”,<sup>188</sup> substituído pelo “predomínio absoluto do desempenho e da finalidade econômica [...] negação essencial do que caracteriza o humano, o jogo de linguagem embebido por afeto e marcado pela força libidinal do desejo que nos enlaça”.<sup>189</sup> Ou seja, a precarização estrutural do trabalho embute a destruição de espaços de trabalho para todos e a *abdicação do pensar, do amar, do teorizar; abdicação da vida* e de modos de ser solidários e amorosos. O temor é: “se o jogo da vida for totalmente instrumentalizado, isto marcará a vitória do cinismo e a institucionalização e naturalização de comportamentos anteriormente entendidos como psicopáticos”.<sup>190</sup>

Por esta razão, acreditamos que é urgente apreendermos sobre o momento que passamos e as trevas a que a maioria da população está sendo lançada, mas, do mesmo modo, em concordância com Mauro Iasi, “aproveitar este momento dramático para redescobrir certas coisas essenciais que temos relegado”.<sup>191</sup>

Demarcamos, ao final do Capítulo 2, que os anos 90 inauguram alterações na organização e nos processos de trabalhos de vários/as catadores/as em Caxias do Sul. Dentre os motivos estão:

- o aumento do desemprego, a partir desta década, diante da crise do capital e sua reestruturação produtiva;

---

<sup>187</sup> MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Trad. de Alex Marius. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção obra prima de cada autor), p. 151-152, grifo nosso.

<sup>188</sup> PEYON, *op. cit.*, p. 81.

<sup>189</sup> *Ibidem*

<sup>190</sup> *Ibidem*.

<sup>191</sup> IASI, Mauro Luis. Quando entrar setembro. **Blog da Boitempo**, 2020, s/p. Publicado em 23/03/2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/23/quando-entrar-setembro/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

- 
- a coleta seletiva em Caxias do Sul, iniciada em 1991;
  - a consolidação da indústria dos reciclados no Brasil;
  - as políticas públicas municipais de incentivo à organização formal desses trabalhadores.

Não são elementos singulares apenas a essa cidade, incomum, talvez, ao incentivo municipal de políticas públicas, estabelecidas pelo governo, que esteve em vigor em certo período.

Antes de apresentar cada um destes quatro motivos, reite-ramos que, apesar de a função aqui analisada existir há algum tempo, a visibilidade daqueles/as que a exercem – o que faz com que os espaços acadêmicos iniciem processos de pesquisa – é, relativamente, recente: “os catadores fazem parte desta engrenagem de longa data nos cenários urbanos, mas tornam-se visíveis como sujeitos das cidades brasileiras a partir da virada da década de 1990 para o novo milênio [...]”.<sup>192</sup>

Estes quatro motivos elencados são imprescindíveis, conjuntamente, para a identificação dos processos que retratam razões e condições sob as quais os/as catadores/as são introduzidos/as, no afazer de manuseio de resíduos sólidos. Entretanto, o primeiro, por expressar, “em alguma medida, [que o] *espírito do tempo*, ao qual estamos nos referindo”,<sup>193</sup> necessita de maiores problematizações, o que demanda explicitar nossa concepção sobre aspectos que caracterizam a precarização estrutural do trabalho. Os demais motivos encontram-se no corpo do texto sem tópico particular.

Qualquer análise sobre os entes jurídicos, “optados” para organização de trabalho e renda dos/as catadores/as, requer veicular que esta se atrela ao novo “surto” de reestruturação produtiva ocorrida, a partir da década de 80 e impulsionada na seguinte. A adoção das reformas neoliberais assumidas, até pelo Brasil, cola-

---

<sup>192</sup> SOUZA, José Amilton. de. **Catadores de lixo**: narrativas de vida, políticas públicas e meio ambiente. Jundiá: Paco Editorial, 2011, p. 65.

<sup>193</sup> ANTUNES, 2018, *op. cit.*, p. 19, grifo do autor e acréscimos nossos.

---

borou, fortemente, com o agravamento do desemprego estrutural<sup>194</sup> e, em concordância com Ricardo Antunes, define uma nova morfologia do trabalho. caracterizada por sua precariedade estrutural. Para essa obra enfatizamos três grandes desenhos de precariedade<sup>195</sup>: **salarial, de proteção social e existencial**, cujas características básicas são a “instabilidade e a insegurança”.<sup>196</sup>

A classificação nessas três formas de precariedade não tem a intenção de dar conta do complexo entrelaçamento<sup>197</sup> que estabelecem as dimensões atuais do trabalho e que avança “por todas as esferas da vida social”<sup>198</sup> e, por conseguinte, tem “um claro

---

<sup>194</sup> “É possível observar, após terem decorrido quase três décadas [desde 1970] de mudanças nas formas de racionalização do capitalismo, que o desenvolvimento econômico não mais significa desenvolvimento social, como ocorreu em países hoje considerados desenvolvidos por um longo período (Castel, 1998). **O desemprego já não é resultado da ausência de crescimento econômico, mas se tornou inerente ao próprio crescimento econômico.** No Brasil, essa relação nunca havia se dado de forma intensiva; talvez a melhor expressão do avanço do capitalismo no Brasil seja justamente o registro de profunda heterogeneidade produtiva e desigualdade das relações de trabalho”. (SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 72-81, 2000, p. 73-74. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/7g5d46nQkNQ7KRdnfZP5mgk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 4 ago. 2021).

<sup>195</sup> Giovanni Alves, em várias de suas obras, classifica, em duas as formas de precariedade contemporâneas: salarial e existencial. Para essa produção, utilizando os preceitos gerais do autor em questão, reclassificamos em três tal precariedade: salarial, de proteção social e existencial. A reclassificação tem a finalidade de dar saliência a questão da (des)proteção que afeta todos os trabalhadores em geral, mas tem um significado particular para aqueles que não efetuam recolhimento a previdência social como a maioria dos sujeitos pesquisados. Salientamos que para Giovanni Alves a desproteção, especificamente, no que concerne os direitos trabalhistas é componente da precariedade salarial.

<sup>196</sup> ANTUNES, 2018, *op. cit.*, p. 28.

<sup>197</sup> A explicitação do complexo entrelaçamento das dimensões atuais do trabalho não é objeto desse livro. Indicamos para aprofundamento do tema as referências bibliográficas citadas, especialmente dos autores Giovanni Alves e Ricardo Antunes.

<sup>198</sup> TRINDADE, 2017, *op. cit.*, p. 286.

sentido multiforme”.<sup>199</sup> São ordenações concebidas como categorias analíticas, percebidas como as que “retêm historicamente as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais”.<sup>200</sup> Servirão, neste sentido, de orientação às análises efetuadas no Capítulo 4, quanto aos aspectos que caracterizam o exercício profissional dos/das catadores/as, uma vez que, em descrições e interpretações como as aqui realizadas, o uso de categorias possibilita o estabelecimento de nexos e relações teóricas entre o geral (precarização estrutural para aqueles/as que vivem-do-trabalho) e o particular dos sujeitos de pesquisa.

Mesmo sem analisar todo o *complexo entrelaçamento* –, esse “enorme ‘desperdício’ da força humana de trabalho”,<sup>201</sup> que viemos assistindo, atinge todos: os que, embora mantenham “laços de formalidade e contratualidade até os que se pautam pela aberta informalidade, na franja *integrada* ao sistema, não importando se as atividades realizadas são predominantemente *manualis* ou mais ‘intelectualizadas’, ‘dotadas de conhecimento’”.<sup>202</sup>

### 3.1 A precariedade salarial e o trabalho informal

Para compreendermos a precariedade salarial dos dias atuais, é conveniente registrarmos os três tempos do mundo do trabalho no Brasil, caracterizado por Márcio Pochmann – uma vez que estas, apesar de “completamente distintas, [são] complementares e articuladas entre si”.<sup>203</sup>

<sup>199</sup> ANTUNES, 2013 *op. cit.*, p. 13.

<sup>200</sup> MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2015, p. 93.

<sup>201</sup> ANTUNES, 2013, *op. cit.*, p. 14.

<sup>202</sup> *Ibidem*, grifos do autor.

<sup>203</sup> POCHMANN, Marcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 89-99, 2020, p. 90,

## O primeiro tempo refere-se à longa

[...] sociedade agrária que **terminou por estabelecer as bases pelas quais o mercado de trabalho se constituiu**, demarcado por importantes especificidades em relação a outros países. A tardia transição e a consolidação do modo de produção capitalista no Brasil, somente ao final do século XIX, estabeleceram traços marcantes da formação e desenvolvimento do mercado de trabalho disperso, regionalmente, num país de dimensão continental **liderado por elites autoritárias e de forte e longa herança escravista**.<sup>204</sup>

## O segundo

[...] atendeu aos requisitos da transição para a sociedade urbana e industrial caracterizada por rápido e intenso processo capitalista de modernização conservadora entre as décadas de 1930 e 1980. Sem ter experimentado qualquer possibilidade de reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, tais como a fundiária, tributária e social, a **conformação do mercado nacional de trabalho terminou reproduzindo profunda heterogeneidade ocupacional e ampla exclusão social tradicional** do subdesenvolvimento periférico no capitalismo mundial.<sup>205</sup>

Com o movimento político de um “novo projeto” nacional, iniciado pelo governo Getúlio Vargas, nos anos 30,

[...] o país iniciou o movimento maior de superação da anacrônica condição de economia agrário-exportadora. Por força disso, a produção nacional foi multiplicada por 18,2 vezes (6% ao ano) entre as décadas de 1930 e 1980, **o que permitiu avançar**

---

acréscimo nosso. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vnJWDbvYCWqdYdVypqrJMBm/?lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2021.

<sup>204</sup> *Ibidem*, grifo nosso.

<sup>205</sup> *Ibidem*, grifo nosso.

**na estruturação da sociedade salarial no Brasil.** Em síntese, **prevaleceu a centralidade do emprego assalariado no funcionamento do mercado de trabalho.** De cada quatro postos de trabalho gerados entre 1940 e 1980, por exemplo, três eram assalariados, sendo 70% do total compostos pelo emprego formal (com carteira de trabalho assinada). Com isso, o emprego assalariado, que respondia por 42% do total da ocupação em 1940, passou a responder por 63% da ocupação em 1980. Os postos de trabalho formal passaram de 12,1%, em 1940, para 49,2%, em 1980, do total da ocupação do país.<sup>206</sup>

No entanto, “constata-se que ainda em 1980, mais de 35% dos assalariados não tinham contrato formal de trabalho. Em 1940, quase 72% dos empregados assalariados eram informais”.<sup>207</sup>

Concomitantemente ao aumento do “assalariamento”, “houve a conformação de um sistema avançado de proteção social e trabalhista.<sup>208</sup>” Contudo, o Brasil não chegou a

[...] apresentar níveis de pobreza, de homogeneização do mercado de trabalho e de desigualdade social comparáveis aos países com desempenho econômico similar. Na maior parte das vezes, prevaleceu a ação de políticas sociais subordinadas **ao imperativo do crescimento econômico**, o que tornou **a mobilidade social individual uma das poucas alternativas ao conjunto da população de melhora no padrão de vida.**<sup>209</sup>

Ou seja, apesar dos inegáveis avanços na denominada sociedade salarial, ocorrida neste período histórico, quando o Brasil se tornou

---

<sup>206</sup> *Idem*, 2010, p. 17, grifo nosso.

<sup>207</sup> *Idem*, 2020, *op. cit.*, p. 92.

<sup>208</sup> *Idem*, 2010, *op. cit.*, p. 17.

<sup>209</sup> *Ibidem*, p. 18, grifo nosso.

[...] uma das mais importantes sociedades industriais do mundo, [...] essa mudança estrutural não resultou, como seria de se esperar de processos de modernização semelhantes, em uma sociedade mais igualitária, ou pelo menos em uma sociedade na qual a maioria de seus membros já não compartilhasse a condição de pobreza, ou de restrição de liberdade decorrente da penúria das condições de vida.<sup>210</sup>

### O terceiro tempo,

[...] atualmente em curso, neste início do século XXI, com a antecipada passagem da incompleta sociedade urbana e industrial para a de serviços. Decorrente do precoce processo de desindustrialização que acompanha o país desde a inserção passiva e subordinada desencadeada na década de 1990 por governos neoliberais, **o funcionamento do mercado de trabalho tem convergido para a generalização de condições extremamente regressivas associadas ao relativo declínio de ocupações intermediárias e generalização do emprego na base da pirâmide social**, o que favorece o aprofundamento da polarização social.<sup>211</sup>

Isto resultou, em uma considerável elevação da taxa nacional de desemprego: “Entre 1980 e 2018, a quantidade de desempregados foi multiplicada por 10 vezes, fazendo subir a taxa de desocupação de menos de 3% para quase 12% da População Economicamente Ativa (PEA)”.<sup>212</sup>

---

<sup>210</sup> CARDOSO, Adalberto. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do Estado de Bem-Estar numa sociedade estruturalmente desigual. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 775-819, 2010, p. 775-776. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/y9QR6yy8Cb59jcbRWVMyVbx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2021.

<sup>211</sup> POCHMANN, 2020, *op. cit.*, p. 90-91, grifo nosso.

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. 94.

---

Devido às altas taxas de desemprego, é evidente o aumento da precarização entre aqueles/as que se encontravam ocupados: “Dos 19,4 milhões de trabalhadores expostos às condições de trabalho precários em 1980, o Brasil registrou, em 2018, a quantia de 44,5 milhões”.<sup>213</sup>

Juntam-se a estes dados aqueles que demonstram que “os empregos assalariados que mais cresceram foram a dos trabalhos informais, cuja participação relativa na PEA ocupada passou de 14%, em 1980, para quase 20%, em 2018”.<sup>214</sup>

Reforçamos que a flexibilização na legislação trabalhista, ocorrida a partir da década de 90

[...] permitiu certa diversificação nas formas de contratação do trabalho assalariado, com a legitimação e difusão da terceirização nas atividades meio das ocupações nas empresas. Nesse sentido, as funções como de segurança, alimentação, manutenção, transporte, limpeza e outras, em geral de baixa remuneração, foram deslocadas para o emprego terceirizado tanto no setor público como privado.<sup>215</sup>

Soma-se a esta flexibilização, a introdução, a partir de 2016, de

[...] um conjunto de mudanças substanciais na legislação social e trabalhista [...] com o objetivo governamental de rompimento com o sistema público de relações de trabalho. Medidas como a legislação que universalizou a terceirização dos contratos de trabalho, além da reforma trabalhista, da Emenda Constitucional 95 e das propostas de reformulação do sistema público de aposentadoria e pensão em curso, apontam para o aprofundamento

---

<sup>213</sup> *Ibidem.*

<sup>214</sup> *Ibidem.*

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 96.

da desestruturação do funcionamento do mercado de trabalho brasileiro e a ascensão do sistema privado de relações entre o capital e o trabalho (contratualismo individual).<sup>216</sup>

Este conjunto de mudanças alimenta, ainda mais, a precarização de proteção social.

*Convivemos, “desde sempre”, no Brasil, em “uma sociedade injusta e socialmente desigual”.*<sup>217</sup>

A **precariedade salarial**, aqui analisada, refere-se a este terceiro tempo, sendo concebida como aquela que vem reduzindo “a capacidade aquisitiva das massas assalariadas, inverte sujeitos que colaboram em sujeitos que se frustram”.<sup>218</sup> Aclaramos: “o acesso aos produtos elementares para suprir as necessidades humanas é, para uma gigantesca massa de trabalhadores, adquiridos de acordo com as receitas provenientes da [venda da sua força de trabalho]”.<sup>219</sup>

Na *nova morfologia do trabalho*, no que concerne à precariedade salarial, daremos ênfase aquelas atividades informais,<sup>220</sup> configuradoras da ocupação exercida por catadores/as.

<sup>216</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>217</sup> *Idem*, 2010, *op. cit.*, p. 18, grifo nosso.

<sup>218</sup> ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho: a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do RS, Brasil, v. 12, n. 2, jul./dez. p. 235-248, 2013, p. 242. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321529409003.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021

<sup>219</sup> TRINDADE, 2017, *op. cit.*, p. 287, acréscimos nossos.

<sup>220</sup> Apesar de a informalidade ter sido uma marca, desde sempre, no Brasil, seguramente, há, nas últimas décadas (principalmente pós anos de 1990), um aumento significativo e múltiplas formas de inserção do trabalho informal. A modalidade aqui analisada é apenas uma delas. A taxa de informalidade, no trimestre encerrado em outubro de 2020, “chegou a 38,8% da população ocupada [...]. No trimestre anterior, essa taxa foi de 37,4%. Já o nível da ocupação ficou em 48%, ou seja, apesar do aumento de 0,9 p.p frente ao trimestre anterior (47,1%), **menos da metade da população em idade para**

---

Pode-se dizer que os executores de tais tarefas, independentemente de onde estejam inseridos, de maneira geral, “[...] contribuem para que se efetive a circulação e consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa”.<sup>221</sup>

Giovanni Alves delinea aspectos sobre o trabalho informal que devem ser ressaltadas:

[...] numa ótica clássica – seria uma *situação passageira* [...] no caso de países capitalistas que possuíam uma reserva de força de trabalho pré-capitalista que se deslocariam para as cidades e proveriam os serviços nas cidades que se industrializavam [...]. Na verdade, o capitalismo brasileiro, ontogeneticamente capitalista, como um ornitorrinco, animal de difícil caracterização, historicamente articulou de modo dialético, complementar e contraditório, o formal e o informal, o moderno e o arcaico [...].<sup>222</sup>

Isso, nos processos de reestruturação produtiva, no Brasil, aumenta, intensifica. Ou seja, nesses tempos atuais:

O trabalho informalizado que corrói a velha precariedade salarial fordista-keynesiana é expressão do movimento da moderna acumulação de capital nas condições da crise estrutural do capital. Não se trata de situação transitória – ou politicamente contingencial – capaz de ser revertida com novo

---

**trabalhar** está ocupada” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Número de desempregados chega a 14,1 milhões no trimestre até outubro.** In: BRASIL, DF, Editoria: Estatísticas Sociais. Em: 29/12/2020, atual. em 29/12/2020, s/p. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/29782-numero-de-desempregados-chega-a-14-1-milhoes-no-trimestre-ate-outubro.html>. Acesso em: 12 mar. 2021).

<sup>221</sup> ALVES; TAVARES, 2006, *op. cit.*, p. 432.

<sup>222</sup> ALVES, 2016, *op. cit.*, p. 96-97, grifo do autor.

---

ciclo de acumulação capitalista nos moldes históricos do pós-guerra.<sup>223</sup>

Indicamos as interpretações de vários autores que estudam e analisam acerca da informalidade, que “não há uma linha divisória definida entre o que é formal e informal; essas duas realidades se articulam e se complementam na semiformalidade”<sup>224</sup>, sobretudo porque não há “consenso sobre a própria definição do que é atividade econômica informal”.<sup>225</sup>

Contudo, seguramente, se olharmos as definições empregadas pelo IBGE, adotado igualmente na Organização Internacional do Trabalho (OIT), esses utilizam como orientação “a ideia de trabalho precário [ao mencionarem] que ‘as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção’”.<sup>226</sup> Essas características claramente estão presentes na produção do trabalho dos/as catadores/as.

Alia-se a essa orientação outro parâmetro a ser mencionado, pois abarca número expressivo de catadores/as: “atividades que são desenvolvidas no âmbito da extralegalidade”,<sup>227</sup> uma vez que acontecem fora “do sistema tributário e regulatório, sejam elas executadas por empresas sem registro formal (sem o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); ou aquelas que, mesmo sendo realizadas por empresas ditas formais (com CNPJ), não são incluídas em seus registros oficiais”.<sup>228</sup> Agrega-se a isso, o fato de algumas das entidades de catadores/as de Caxias do Sul, apesar de terem CNPJ, encontram-se na condição de inaptas.

---

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>224</sup> NOGUEIRA, 2016, *op. cit.*, p. 5.

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>226</sup> *Ibidem*, p. 9, acréscimos nossos.

<sup>227</sup> *Ibidem*, p. 9-10.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 10.

---

No sentido de melhor elucidar os argumentos por nós defendidos, trazemos como referência as ponderações de Maria Aparecida Alves e Maria Augusta Tavares<sup>229</sup> as quais apontam três principais modalidades de trabalhadores informais: tradicionais; assalariados sem registro<sup>230</sup>; os que trabalham por conta própria.<sup>231</sup> Para essa produção, daremos ênfase à primeira modalidade.

São identificados como *trabalhadores informais tradicionais*, aqueles envolvidos em ocupações que implicam “baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. Nessa atividade, vivem de sua força de trabalho, podendo se utilizar do auxílio de trabalho familiar ou de ajudantes”.<sup>232</sup>

As autoras sugerem que, nessa modalidade, encontram-se os “menos instáveis”, e os “mais instáveis”.

Dentre os “menos instáveis” são exemplos: “costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedor ambulante de artigos de consumo mais imediato, como alimentos, vestuário, calçados e bens de

---

<sup>229</sup> ALVES; TAVARES, *op. cit.*, 2006.

<sup>230</sup> Para Alves e Tavares (2006), os trabalhadores informais assalariados, sem registro são aqueles também chamados de assalariados sem carteira, sem contrato formal de trabalho e, por isso, excluídos das garantias presentes nos acordos coletivos de sua categoria. Dentre os exemplos a serem citados, estão “os casos de trabalho em domicílio que se especializam por áreas de ocupação, prestando serviços às grandes empresas, que também se utilizam da subcontratação para a montagem de bens, produção de serviços, distribuição de bens, através do comércio de rua ou ambulante” (*Ibidem*, p. 432-433).

<sup>231</sup> “[...] proliferam-se os pequenos negócios vinculados às grandes corporações, envolvendo as áreas de produção, comércio e prestação de serviços. Os pequenos proprietários informais atuam em áreas que não atraem investimentos capitalistas de maior vulto, de modo a atender à demanda por determinados bens e serviços. Esses trabalhadores adotam essas estratégias porque seus pequenos negócios informais não têm condições de concorrer com as empresas capitalistas, são elas que definem sua forma de inserção no mercado” (*Ibidem*, p. 433).

<sup>232</sup> *Ibidem*, p. 431.

---

consumo pessoal; camelôs, empregado doméstico, sapateiros e oficinas de reparos”.<sup>233</sup>

Os “mais instáveis” englobam os que efetuam serviços “eventuais e contingenciais, pautados pela força física e pela realização de atividades dotadas de baixa qualificação, como carregadores, carroceiros e trabalhadores de rua e serviços em geral”.<sup>234</sup> Inserem-se neste grupo os/as catadores/as pesquisados/as.

Esse modelo abrange ainda os que realizam afazeres “ocasionais” ou “temporários” que: a) “desenvolvem atividades informais enquanto estão desempregados e esperam uma oportunidade de retornar ao trabalho assalariado”,<sup>235</sup> na perspectiva principalmente de ter acesso a algo em extinção: proteção social trabalhista; b) servem para aumentar a renda familiar, como o exemplo de dois sujeitos apontados no Capítulo 2, (E1) e o marido de (J) que, durante anos, apesar de serem assalariados com carteira assinada em empresas privadas, “ajudavam” seus cônjuges nas atividades de manuseio de resíduos e, após situação de desemprego do marido de (J) e falta de equipamentos públicos de atenção a crianças (creche), para atender a mulheres como (E1), estes assumem tarefas em empreendimentos de reciclagem, em tempo integral.

Podemos afirmar que é comum, nessa forma de trabalho informal, que os sujeitos tenham experienciado “situação que, inicialmente, era provisória e se transformou em permanente. Há casos que combinam o trabalho *regular* com o *ocasional*, praticando os chamados *bicos*”.<sup>236</sup>

Somos de opinião, em adesão às interpretações de Ricardo Antunes, que

---

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 432.

<sup>234</sup> ANTUNES, 2013 *op. cit.*, p. 15.

<sup>235</sup> *Ibidem*.

<sup>236</sup> ALVES; TAVARES, *op. cit.*, p. 431, grifo das autoras.

---

[...] a informalização da força de trabalho vem se constituindo como mecanismo central utilizado pela engenharia do capital para ampliar a *intensificação* dos ritmos e dos movimentos do trabalho e ampliar seu processo de valorização. E, ao fazê-lo, desencadeia um importante elemento propulsor da *precarização estrutural do trabalho*.<sup>237</sup>

A precarização salarial, diferentemente do período pós-segunda Guerra Mundial até início dos anos de 70, quando grandes parcelas de trabalhadores exerciam sua função assalariada e, durante, no máximo, 44 horas semanais, é passado. Hoje, amiúde, retornamos a patamares do século XIX, início do XX. Há uma “metamorfose complexa do vínculo de ‘emprego’ em novas formas de subalternidade salarial para além do vínculo empregatício”.<sup>238</sup> Ou seja, “os proletários do século XXI não são apenas trabalhadores assalariados, operários ou empregados, mas os trabalhadores subordinados às grandes empresas que aparecem como prestadores de serviço, trabalhadores independentes ou ‘autônomos’”.<sup>239</sup>

São comuns empregos: com mais de 15 horas diárias; com exercício simultâneo de diversas atividades; de alcance inesgotável (e inalcançável) das ditas metas; outras formas de contratação o que significa, até mesmo, situações de períodos de emprego e outros não; de trocas intermitentes de funções e locais de trabalho – irregularidade ocupacional; queda de rendimentos médios. “O mote é **‘trabalhar mais para ganhar menos’**. É a expressão do mundo do trabalho estagnado, subproduto da crise do estatuto salarial e do desemprego estrutural; e da dinâmica medíocre da acumulação capitalista”.<sup>240</sup>

---

<sup>237</sup> ANTUNES, 2013, *op. cit.*, p. 17, grifos do autor.

<sup>238</sup> ALVES, 2016, *op. cit.*, p. 107.

<sup>239</sup> *Ibidem*.

<sup>240</sup> *Ibidem*, p. 106, grifo nosso.

---

Sucintamente, podemos afirmar que as atividades ditas informais, no não assalariamento, na deterioração das condições de trabalho, da renda insuficiente, mesmo que com aumento das horas trabalhadas (“caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário”<sup>241</sup>), contribuem para a agregação de vários membros da família, configuram uma “nova” precariedade – estrutural.

Não é uma situação transitória e passageira, a mostra disso são os/as catadores/as aqui veiculados, a maioria com mais de quinze anos na função (alguns com mais de vinte anos e dois com mais de quarenta). Por conseguinte, no Brasil, “o informal adquiriu a forma aquém do valor, pois constituíam, efetivamente, a dinâmica de acumulação capitalista no Brasil”<sup>242</sup>.

Como demonstramos por meio de situações reais e concretas de sujeitos de pesquisa, as afirmações de Giovanni Alves se confirmam: o Brasil, *historicamente, articulou de modo dialético, complementar e contraditório, o formal e o informal, o moderno e o arcaico.*

*Tem algo mais arcaico do que manusear, com as mãos, o “lixo” dos outros e seus bichos mortos, seu papel higiênico usado, seus cacos de vidro?*

Arcaico talvez seja um termo leve demais para quem manuseia, sem proteção, resíduos de variadas naturezas, perigosos do ponto de vista biológico e químico, na informalidade e sem proteção social. Desumano, indubitavelmente, seja o termo mais adequado!

Em quaisquer de seus formatos,

[...] concebemos a informalidade como *ruptura com os laços formais de contratação e regulação da força de trabalho*, podemos acrescentar que, se a informalidade não é sinônimo *direto* de condição

---

<sup>241</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 96-97.

---

de precariedade, sua *vigência* expressa, com grande frequência e intensidade, formas de trabalho desprovidas de direitos [precarização de proteção social].<sup>243</sup>

Acrescentamos ainda que o discurso dominante da informalidade, como alternativa ao desemprego, é irreal.

Desde os anos 90, as ações governamentais estão voltadas para deterioração dos contratos salariais e precarização das relações trabalhistas, milhares de postos de trabalho foram destruídos nos diferentes setores da economia, o desemprego e a informalidade seguem aumentando significativamente [...]. A contrarreforma em curso tem como principal justificativa reverter a crise econômica instalada no país e melhorar o nível de emprego, no entanto, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), o Brasil encerrou o segundo trimestre de 2019 com a marca superior a 12 milhões de desempregados, apesar de extremamente alto esse número representa uma queda de 11,8% em relação período anterior, concomitante o percentual de trabalhadores informais na população ocupada chegou a 41,3%, atingindo novo recorde no país (IBGE, 2019).<sup>244</sup>

Por isso, o que estamos denominando de precarização salarial efetiva-se, concretamente, como na afirmação de (J): “O trabalho é escravo realmente, né! E as condições de trabalho são péssimas”. Diante disso é possível afirmar que **“a precarização salarial se traduz na própria degradação da vida humana do ser que trabalha”**.<sup>245</sup>

---

<sup>243</sup> ANTUNES, 2013, *op. cit.*, p. 17, grifos do autor e acréscimos nossos.

<sup>244</sup> PEREIRA; CABRAL, *op. cit.*, p. 93, separação em itens nossa.

<sup>245</sup> TRINDADE, 2017, *op. cit.*, p. 287, grifo nosso.

---

### 3.2 A precariedade de proteção social

A **precariedade de proteção social** se dá pelos múltiplos processos de minimização do Estado, em relação às políticas sociais públicas. Aliás, esta é uma das características centrais da precarização do trabalho. Distante do modelo de contrato padrão – estabelecido mais acentuadamente no mundo (diversamente do Brasil como já citamos), entre os anos da metade de 1940 até metade dos anos 70: “trabalho por tempo indeterminado com benefícios sociais e previdenciários ou o emprego para toda a vida [...]”.<sup>246</sup>

Com as novas necessidades do capital, o Estado assume as diretrizes para dar conta de suas funções no capitalismo.<sup>247</sup> Assim, o sistema econômico dominante se reorganiza e, igualmente, reorganiza “seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal”.<sup>248</sup>

---

<sup>246</sup> ALVES, 2016, *op. cit.*, p. 93.

<sup>247</sup> O Estado, nas posições aqui assumidas, “deve ser tomado como parte constituinte da base material do sistema do capital em termos de reciprocidade dialética com as estruturas de comando socioeconômicas, já que está diretamente envolvido na produção e reprodução interna dessa forma de metabolismo social. [...]. O fato de o seu papel se manifestar ao reproduzir a articulação da absoluta dependência entre capital e trabalho implica que o fundamento da relação entre capital e Estado moderno encontra no trabalho o elo explicativo de sua reciprocidade dialética. É assim que, como mediação de segunda ordem do sistema do capital – a forma alienada assumida pelas funções mediadoras primárias de decreto e administração das normas sociais –, o Estado impõe aos indivíduos a reprodução ampliada desse metabolismo social” (RIBEIRO, Danielle. Estado e capital em István Mészáros [recurso eletrônico] São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2014, p. 121. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126221/ISBN9788579835742.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 abr. 2021).

<sup>248</sup> ANTUNES, 1999, *op. cit.*, p. 31.

---

O Estado, distintamente de outros momentos históricos assinalados, “[...] não protege seus cidadãos. Não o faz por incompetência, mas porque ‘é o complemento perfeito das exigências internas [do sistema capitalista]’ [...]”.<sup>249</sup>

Temos experimentado o desmonte de proteção social a “olhos vistos” “com maior ênfase a partir de 2016 [...]”. O Executivo e o Legislativo federal têm aprovado a desconstrução do que levamos anos, no Brasil, para regulamentar, no que concerne à proteção social, o que se fez com muita luta coletiva”.<sup>250</sup>

Em apropriação às considerações efetuadas por Camardelo, Oliveira e Stedile (2021), exemplificamos alguns dos direitos trabalhistas que vêm sendo desmontados:

- a) diminuição expressiva da ação e influencia no Estado e dos sindicatos quanto à “definição das relações de trabalho, em uma perspectiva de fortalecer a descentralização das negociações no âmbito do local de trabalho e até individualizando a definição das regras para os trabalhadores mais qualificados [...]”;
- b) consolidação de contratos “por tempo parcial, temporários, intermitentes, especiais para alguns segmentos, combinados com redução dos custos e maiores facilidades às empresas dispensarem [...]”;
- c) salário “variável, em que o pagamento fica vinculado ao resultado obtido pela empresa, pelo coletivo e até pelo trabalhador individual” [...];
- d) “restrições no seguro-desemprego e abono salarial [...]”;
- e) a reforma da previdência, aprovada em outubro de 2019, que, juntamente ao aumento dos anos de contribuição e maior idade para efetivar a

---

<sup>249</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 118.

<sup>250</sup> *Ibidem.*

---

aposentadoria, dificultam o acesso a benefícios previdenciários em geral.<sup>251</sup>

*Com tristeza, consoante ao apontado no Capítulo 2, observarmos que, nas últimas décadas, o intitulado trabalho formal, com carteira assinada, garantidor de direitos trabalhistas, tais como férias, 13º salário, licença-maternidade, auxílio-doença e aposentadoria vêm sendo substituído.*

Neste tempo histórico, “assistimos a um verdadeiro desmonte da sociedade”.<sup>252</sup> trabalho protegido por legislações sociais, resultado de acirradas lutas sociais

Ruíram diante de nossos olhos. [...] A edificação com a qual convivemos durante décadas sumiu de nosso horizonte. Que edificação era esta, que sociedade era esta? Uma sociedade que se organizava através do trabalho e a partir do trabalho contava com a proteção trabalhista, com a proteção social.<sup>253</sup>

*O resultado disso é um sistema desumano, contendo aquilo que não protege, socialmente, muitos dos/das que vivem-do-trabalho. Frisamos que a proteção social defendida é aquela de cunho coletivo, de defesa da vida: “supõe, antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. A ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida –, supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Esse sentido preservacionista é que exige tanto a noção de segurança social, como a de direitos sociais”.*<sup>254</sup>

---

<sup>251</sup> *Ibidem*, p. 120.

<sup>252</sup> MARTINELLI, 2006, *op. cit.*, p. 13.

<sup>253</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>254</sup> SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e org. das Nações Unidas para a Educação, a

---

Nomeadamente, quanto aos *trabalhadores informais tradicionais*, como os/as catadores/as, “além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade; se ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda”.<sup>255</sup> **E nunca, em raras exceções, serão beneficiários da aposentadoria social.**

A proteção social, tendo o Estado como seu garantidor, funda a premissa, em concordância com Aldaíza Sposati, da possibilidade de “desmercadorização” das políticas sociais públicas, mesmo que isso não tenha, de fato, sido instituído a contento na realidade latino-americana e brasileira. Através “dela, uma necessidade social é provida fora da relação de compra e venda no mercado e adentra o campo da solidariedade de uma sociedade que reparte entre seus membros o orçamento público”.<sup>256</sup>

Quando o Brasil realiza, como o fez e continua fazendo, reformas “destituidoras” de direitos sociais, **define que a proteção social seja** “[...] naturalizada e extraída de seu valor de direito humano e civilizatório [sendo] transformada em mercadoria, cujo valor agregado e estratégico é direcionado a interesses que comprometem sua finalidade protetiva, e ampliam as desigualdades sociais”.<sup>257</sup>

A transformação de proteção social como mercadoria, além de comprometer sua finalidade teórica (de alguma forma definida na Constituição Federal de 1988), anula “o entendimento

---

Ciência e a Cultura (Unesco). Brasília, DF, p. 13-56, 2009, p. 21. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/concepcao\\_gestao\\_protocaosocial.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protocaosocial.pdf). Acesso em: 29 out. 2018.

<sup>255</sup> ALVES; TAVARES, 2006, *op. cit.*, p. 432.

<sup>256</sup> SPOSATI, Aldaíza. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n.7, p. 2315-2325, 2018, p. 2316. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2315.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

<sup>257</sup> *Ibidem*, p. 2317, acréscimo nosso.

---

da relação entre proteção/desproteção social e Seguridade Social, como um campo de provisão de certezas sociais, com fundamento humanista de garantia de direitos humanos e sociais”.<sup>258</sup>

A **precariedade de proteção social**, referenciando, ainda, Camardelo, Oliveira e Stedile (2021), demarca “*tempos rudes* [que] geram desesperança, pois, de fato, tem havido (cada dia com mais vigor) a desregulamentação de direitos sociais”.<sup>259</sup>

Direitos que permitiriam aos cidadãos manter um padrão razoável de bem-estar econômico e de seguridade e de participar integralmente da herança social e na vida de ser civilizado, de acordo com os referenciais estabelecidas diante de mobilizações de “homens e mulheres por parâmetros mais justos e mais igualitários no ordenamento do mundo”.<sup>260</sup>

Os direitos sociais abalizados na CF 1988 (art. 6º), “que devem caber a todos os indivíduos igualmente, sem distinção de raça, religião, credo político, idade ou sexo”,<sup>261</sup> imprescindíveis à existência, são: alimentação, assistência social, educação, lazer, moradia, previdência social, saúde, segurança, trabalho, transporte.

Tragicamente, constatamos que há, no Brasil “(mais uma vez!), a brutal defasagem entre os princípios igualitários da lei e a realidade das desigualdades e exclusões”.<sup>262</sup> Assistimos, nesses *tempos rudes*, a “impotência que se arma no descompasso entre a grandiosidade dos ideais [determinados em alguns artigos da nossa Constituição Federal] e a realidade brutal das discriminações, exclusões e violências que atingem maiorias”.<sup>263</sup>

---

<sup>258</sup> *Ibidem*.

<sup>259</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 119, grifo das autoras e acréscimos nossos.

<sup>260</sup> TELLES, 1998, *op. cit.*, p. 36.

<sup>261</sup> *Ibidem*.

<sup>262</sup> *Ibidem*.

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 37, acréscimos nossos.

Entre o desmonte de direitos sociais reforçadores das precariedades citadas, lembramos

[...] a aprovação, em dezembro de 2016, da Emenda Constitucional dos Gastos Públicos, em vigor por vinte anos, que resulta um congelamento das despesas totais do Governo Federal, significando que tais gastos não acompanharão o crescimento da renda e da população. Com isso, certamente, haverá sucateamento da saúde, da educação pública e previdência social.<sup>264</sup>

A **precariedade salarial e de proteção social** agregam “miséria material e espiritual”.<sup>265</sup> A miséria espiritual compõe o que aqui se está nomeando **precarização existencial**: “[...] precarização das condições de existência humana no âmbito da objetividade-subjetividade/intersubjetividade [...]”.<sup>266</sup>

### 3.3 A precariedade existencial

A **desproteção social**, cada vez mais concretizada no desmonte de direitos e de políticas públicas, aliada à **precarização salarial** que expressa “a incerteza e instabilidade das novas modalidades de contratação salarial e a vigência da remuneração flexível”,<sup>267</sup> modelam a **precarização existencial**, produzida pelo sofrimento aumentado, uma vez que “elas *envolvem*, extensa

<sup>264</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 120.

<sup>265</sup> MATOS, *op. cit.*, p. 97.

<sup>266</sup> ALVES, 2013, *op. cit.*, p. 244.

<sup>267</sup> ALVES, Giovanni. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XX. In: AMARAL, André Luís Vizzaccaro; MOTA, Daniel Pestana; ALVES, Giovanni Alves (org.). Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: LTr, p. 39-55, 2011, p. 41. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/234557997.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

---

e intensamente, a subjetividade [...] possui alta carga de *estressamento*, que [...] faz aumentar o risco de adoecimento laboral [...]”.<sup>268</sup>

Destarte, a precariedade existencial, resultante da miséria espiritual, ao manipular e instabilizar as condições de existência gera medo, desesperança, angústia, depressão, uma vez que, reproduzindo o afirmado no Capítulo 2, o *labor humano tem sido, predominantemente, espaço de sujeição, sofrimento, desumanização*.

Essa precarização – objetiva/subjetiva/intersubjetiva – atinge assalariados e não assalariados, com emprego estável ou não. Todos/as aqueles/as que vivem-do-trabalho encontram-se “impactados por não dominarem suas atividades, por perceberem-se cada vez mais isolados (mesmo e inclusive nesses tempos de ‘times’ e de ‘trabalho em equipe’) ou, ainda, por terem baixa autoestima e pela insegurança que os assombram constantemente”.<sup>269</sup>

Giovanni Alves traz peculiaridades da vida no trabalho contemporâneo, que estabelece parâmetros para melhor apreensão da precarização existencial para o que ele denomina “vida reduzida”, resultado da “*vida veloz, vida sinalizada, vida enxuta, vida capturada e vida invertida*”.<sup>270</sup> Deter-nos-emos na “vida veloz” e na “vida capturada”.

A *vida veloz* traduz o que experimentamos diuturnamente. Tudo é “para ontem”. Temos de responder os *e-mails*, as mensagens de telefones celulares no “ato”. Dormimos com o celular ao lado “olhando”, incessantemente, as mensagens: tempo que mesmo quando vinculado à ocupação profissional não é contabilizado.

Alia-se a isso, como expressão da precarização salarial, a imposição do aumento da produtividade no trabalho, logo da imprescindibilidade da velocidade no exercício das tarefas, que devem ser realizadas com qualidade. No tempo “livre”, limpamos

---

<sup>268</sup> *Idem*, 2016, p. 51, grifo do autor.

<sup>269</sup> TRINDADE, 2017, *op. cit.*, p. 285.

<sup>270</sup> ALVES, 2016, *op. cit.*, p. 159, grifo do autor.

---

a casa, lavamos a roupa, cozinhamos para o dia seguinte, ficamos disponíveis para atender a solicitações profissionais. Existimos para o trabalho. Tal intensidade “do tempo de trabalho significa o esforço físico, psíquico e mental dos trabalhadores, para dar conta das exigências do posto”.<sup>271</sup>

A intensificação do tempo de trabalho (para a realização de mais trabalho) tem características que podem ser assim resumidas:

[...] maior ritmo; maior densificação do tempo, com redução das pausas e das chamadas “porosidades”; multiplicação das tarefas; multifuncionalidade; prazos cada vez mais rígidos e curtos; interrupções frequentes de uma tarefa para realização de outra; necessidade de reação cada vez mais imediata e urgente; mudanças cada vez mais frequentes, que exigem mais tempo de aprendizado das novas tarefas e ampla gama de normas a serem seguidas.<sup>272</sup>

#### A “vida capturada”

[...] é vida manipulada intensa e, extensivamente, nas mais diversas esferas da vida social. A propaganda e marketing, as imagens do desejo que permeiam os meios de comunicação de massa, as interpelações linguísticas que plantam novos conceitos no universo locucional [...] visam operar, no plano da linguagem, a “captura” da subjetividade da pessoa-que-trabalha.<sup>273</sup>

Por conseguinte, a precarização existencial do trabalho, “forma de degradação laboral [...], produz o fenômeno da vida

---

<sup>271</sup> CARDOSO, Ana Claudia Moreira. Organização e intensificação do tempo de trabalho. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, Brasília, p. 351-374, maio/ago. 2013, p. 358. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922013000200009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000200009). Acesso em: 11 maio 2021.

<sup>272</sup> *Ibidem*, 359.

<sup>273</sup> ALVES, 2016, *op. cit.*, p. 161.

---

reduzida<sup>274</sup> e provoca *carecimentos radicais* nas pessoas-que-trabalham; [...], que se desvela na pleora de adoecimentos laborais”<sup>275</sup>.

De acordo com Giovanni Alves, com quem concordamos, a “captura” da subjetividade do trabalho “tende a dilacerar (e estressar) não apenas a dimensão física da corporalidade viva da força de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual, que se manifesta por sintomas psicossomáticos”,<sup>276</sup> resultantes em “desânimo, apreensão e angústia [...]. A insatisfação com as funções exercidas e as pressões do trabalho torna-se efetivamente uma tortura”<sup>277</sup>.

Particularmente, quanto aos catadores e às catadoras de Caxias do Sul, é visível a identificação dessas precariedades que desembocam em “fragilidades não são apenas de ordem material, mas combinam o estigma, o aviltamento, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo [...], a carência de possibilidades e de esperanças [...]”<sup>278</sup>.

Precariedades que resultam, também, em “[...] ‘debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga [...]’. Marcas concretas

---

<sup>274</sup> “Com a ‘vida reduzida’, o capital avassala a possibilidade de desenvolvimento humano-pessoal dos indivíduos sociais, na medida em que o tempo de vida disponível das pessoas está avassalado pela lógica do trabalho estranhado e a lógica do consumismo desenfreado. A ‘vida reduzida’ produz homens imersos em atitudes (e comportamentos) ‘particularistas’, construídos (e incentivados) pelas instituições (e valores) sociais vigentes. [...]” (*Ibidem*, p. 156). Nessa lógica, o “tempo de vida disponível se reduziu a tempo de trabalho (e consumo) [...]. O ócio é condenado como transgressão à nova ordem. Inclusive, dispor o tempo livre como ócio é, por vezes, assujeitar-se inconscientemente à experiência de culpa. Na ordem do produtivismo que reduz o tempo de vida a tempo de trabalho estranhado, o direito à preguiça, [...] é um verdadeiro ultraje” (*Ibidem*, p. 161).

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 80, grifo do autor.

<sup>276</sup> *Idem*, 2011, p. 42.

<sup>277</sup> *Idem*, 2014, p. 57.

<sup>278</sup> CAMARDELO; FERRI, *op. cit.*, p. 12.

e objetivas que explicitam os limites e os perigos das condições de vida daqueles que são vulneráveis socialmente”,<sup>279</sup> e que

[...] vão perdendo, gradualmente, a esperança de que a condição que hoje lhes é dada possa amanhã melhorar.

[...] Assim, entre as pessoas, comuns, a relação para com o trabalho vai-se dissociando paulatinamente da promessa de felicidade e segurança compartilhadas: para si mesmo, primeiramente, mas também para os colegas, os amigos e os próprios filhos.<sup>280</sup>

A perda da esperança de dias melhores, afetados pelos “males incuráveis, pelo cansaço físico e mental extenuante, pela frustração imutável, pela destituição dos meios básicos de uma vida digna [é o] fardo carregado há tantos anos e, repetidamente, amiúde, como herança (‘genética’) social de avó, pai, filho”<sup>281</sup>: precarização humana, precarização existencial, uma vez que

[...] não foi simplesmente a taxa de desemprego que mudou, mas toda a sociedade que transformou, qualitativamente, **a ponto de não mais ter as mesmas reações que antes.**

Para sermos mais precisos, vemos nisso essencialmente uma evolução das reações sociais ao sofrimento, à adversidade e à injustiça.

Evolução que se caracterizaria pela atenuação das reações de indignação, de cólera e de mobilização coletiva.

Para a ação em prol da solidariedade e da justiça, ao mesmo tempo em que se desenvolveriam reações de reserva, de hesitação e de perplexidade, inclusive de franca indiferença, bem como de tolerância

<sup>279</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>280</sup> DEJOURS, *op. cit.*, p. 17-18, separação em itens nossa.

<sup>281</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 101, acréscimos nossos.

coletiva à inação e de resignação à injustiça e ao sofrimento alheio.<sup>282</sup>

A *banalização da injustiça social* que estabelece uma “classe de sub-humanos”,<sup>283</sup> tratados como subgente<sup>284</sup> – expressões de como se precariza a vida humana em sua existência.

Banalização que, na competência do capital, ao repassar seus valores ideológicos, consegue adesão de significativas parcelas das pessoas que trabalham e que

[...] reproduzem, em si e para si, a “racionalidade econômica” [...]. Em última instância, *não* negam o sistema do trabalho assalariado, mas pelo contrário, o afirmam, sendo auto-reprodutores da ordem sistêmica do capital. Por isso, o crescimento dos trabalhadores “autônomos”, trabalhadores “independentes” ou por conta própria aparece como expressão ampliada da superpopulação relativa *estagnada*. No plano fenomênico, eles aparecem como “patrões de si próprios”. Entretanto, toda atividade humana instrumental pertence hoje à lógica sistêmica do capital, seja ela produtiva ou improdutiva.<sup>285</sup>

*Como sobreviver psiquicamente sadio, sendo tratado como subgente que “merece” uma subvida?*

*Como aguentar “a manipulação [constante] incisiva da mente e do corpo”?*<sup>286</sup>

*Como suportar com lucidez, com sanidade física e mental, diante da incessante exposição “a complexas e aprofundadas maneiras de destituição física e emocional?”*<sup>287</sup>

<sup>282</sup> DEJOURS, *op. cit.*, p. 23, grifo e separação em itens nossa.

<sup>283</sup> SOUZA, 2017, *op. cit.*, p. 44.

<sup>284</sup> Ver CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*.

<sup>285</sup> ALVES, 2016, *op. cit.*, p. 107, grifos do autor.

<sup>286</sup> *Idem*, 2011, p. 43, acréscimo nosso.

<sup>287</sup> CAMARDELO; FERRI, *op. cit.*, p. 16.

É o capitalismo resistindo, por meio de suas permanentes rearticulações, “com nova roupagem, sobre a base de um grau ainda maior de superexploração do trabalho”<sup>288</sup>: o capital, historicamente, se rearticula para salvar “sua pele”, não importando se aqueles/as que vivem-do-trabalho estarão em situação de fragilidade ocupacional; logo, de continuidade da vida (desemprego, subemprego, trabalho salarial marginalizado). Este sistema econômico somente se mantém “sobre a base de uma ulterior elevação da exploração”,<sup>289</sup> o que significa que “o capital já não tem mais nada a oferecer à humanidade, se é que algo de positivo ofereceu nas últimas décadas”.<sup>290</sup>

Realçamos que a reestruturação produtiva tem, entre suas características de precarização estrutural,

[...] uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo.

Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional.

Mas, paralelamente, efetivou-se:

- uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços;
- [...] uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário;
- [...] uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, pre-

---

<sup>288</sup> CARCANHOLO, Reinaldo A. A atual crise do capitalismo. **Crítica marxista**, n. 29, p. 49-55, 2009, p. 55. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie55A%20atual%20crise%20do%20capitalismo.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie55A%20atual%20crise%20do%20capitalismo.pdf). Acesso em: 21 jan. 2021.

<sup>289</sup> *Ibidem*.

<sup>290</sup> *Ibidem*.

---

cário, subcontratado, ‘terceirizado’, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado [...].<sup>291</sup>

Na seara da subproletarização, pode-se constatar “uma gama de outras atividades econômicas que não envolvem diretamente uma relação contratual de compra e venda de força de trabalho”,<sup>292</sup> o que evidencia uma “realidade heterogênea das formas de ocupação laboral”.<sup>293</sup>

Dentre as “novas” relações de trabalho manifestas estão aquelas que correspondem “à informalidade na atividade econômica, [...] o que faz com que um enorme contingente populacional busque diariamente estratégias individuais ou familiares precárias de inserção no circuito global de circulação de valor”.<sup>294</sup>

Portanto, a precarização estrutural imposta aos/as que vivem-do-trabalho, demonstrada, diante das categorizações usadas em **precarização salarial, de proteção social e existencial**, tem estabelecido “a degradação das condições de existência do trabalho vivo e a disseminação dos adoecimentos humanos e da barbárie social”.<sup>295</sup> configurando o que Giovanni Alves chama de crise de civilização,

[...] expressa com vigor na degradação do *metabolismo social homem-natureza*: seja a *natureza humana*, expressa no cataclismo social, com seus milhões de trabalhadores precários e a massa de desempregados sem perspectivas de futuro digno e

---

<sup>291</sup> ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Edição comemorativa 20 anos. 16. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015, p. 49, separação em itens nossa.

<sup>292</sup> SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília, 2016, p. 7.

<sup>293</sup> *Ibidem*.

<sup>294</sup> *Ibidem*.

<sup>295</sup> ALVES, 2016, *op. cit.*, p. 11.

---

vítimas do adoecimento físico e mental; seja a *natureza natural* com o cataclismo climático marcado pelo aquecimento global e deriva climática.<sup>296</sup>

Como procuramos demonstrar, a precarização estrutural, produto da reestruturação produtiva, implementada pelo capital, traduz a “*tragédia social na qual o trabalho está enveredando*”.<sup>297</sup> Esta difícil situação conhecida pela maioria do povo brasileiro, que tem no trabalho seu “ganha-pão” é o primeiro motivo, apontado no final do Capítulo 2 e repetido no início deste, sobre as alterações na organização e nos processos de trabalho de vários/as catadores/as, em Caxias do Sul.

Outras três causas indicadas (a coleta seletiva em Caxias do Sul, iniciada em 1991; a consolidação da indústria dos reciclados no Brasil; políticas públicas municipais de incentivo à organização formal desses trabalhadores) devem ser explicadas.

A coleta seletiva, iniciada em Caxias do Sul em 1991 – **segundo motivo** –, mesmo que em apenas um bairro, alia-se a outros poucos municípios. Registro documentado aponta Niterói, RJ, como tendo a primeira experiência no Brasil, em 1985, em um bairro específico.<sup>298</sup>

Todavia, essa modalidade de coleta, enquanto política pública municipal, tem o Rio Grande do Sul, através de Porto Alegre, como precursora: “Iniciado em 1990, o serviço tomou corpo após a aprovação de uma lei municipal para o gerenciamento integrado do lixo, prevendo soluções além do descarte em

---

<sup>296</sup> *Ibidem*, p. 26, grifos do autor.

<sup>297</sup> ANTUNES, 2018, *op. cit.*, p. 19, grifos do autor.

<sup>298</sup> COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM (Cempre). **CEMPRE Informa**, Mercado e recados: coleta seletiva completa 30 anos no país. 141. ed. maio/jun. 2015. Disponível em: <http://cempre.org.br/cempre-informa/id/46/coleta-seletiva-completa-30-anos-no-pais>. Acesso em: 21 out. 2020.

---

aterros. A iniciativa teve forte adesão popular por meio de campanhas educativas”.<sup>299</sup>

Pode-se dizer, então, que Caxias do Sul, tem, igualmente, um pioneirismo, nesse serviço público:

|A coleta seletiva começou no município em 1991, como experiência em apenas um bairro da cidade; A partir de agosto de 1997 foi sendo ampliada; Atualmente, o recolhimento é realizado duas vezes por semana em todos os bairros e loteamentos da cidade; Apenas no interior, o recolhimento dos resíduos seletivos é feito uma vez por semana; Na área containerizada, a coleta é diária.<sup>300</sup>

É conveniente comentar que os sistemas de coleta seletiva representam – ou deveriam representar, se adequadamente realizada – estratégia fundamental para a redução da quantidade de resíduos depositados nos aterros sanitários. Esta relação – coleta seletiva e volume depositado em aterro sanitário – é dependente da qualidade da segregação realizada pelo agente gerador de resíduo. Como ilustração, apenas 0 a 70% do resíduo coletado como seletivo (dependendo do bairro de procedência) pode ser, de fato, reciclado pelos catadores/as.<sup>301</sup>

A consolidação da indústria dos reciclados no Brasil, **terceiro motivo**, conforme o mencionado no Capítulo 2 *necessitou estritamente de trabalhadores cada vez mais apropriados ao longo de suas trajetórias ocupacionais*.

Explicamos, usando palavras de Antonio Bosi, que a “consolidação do setor de reciclados no Brasil, [...] desde o seu início,

---

<sup>299</sup> COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM (Cempre). **CEMPRE Review**, 2013, p. 25. Disponível em: <http://cempre.org.br/artigo-publicacao/artigos>. Acesso em: 21 out. 2020.

<sup>300</sup> CAXIAS DO SUL, s/d, *op. cit.*,

<sup>301</sup> *Ibidem*.

---

teve como base de sustentação os próprios catadores, porque não encontrou uma solução mais barata de recolhimento e seleção dos materiais recicláveis”.<sup>302</sup> Obviamente, é presumível que tal *solução barata* tenha a ver com a crise do capital e de suas contrarreformas, que desencadearam alto índice de desemprego.

O autor supracitado argumenta que a reciclagem no Brasil

[...] só tornou-se possível em grande escala quando o recolhimento e a separação dos resíduos se mostraram uma tarefa viável e de baixo custo, isto é, realizável por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado.<sup>303</sup>

Esclarecemos, em adesão aos dados revelados por Antonio Bosi, que

Qualquer que fosse a organização desse tipo de trabalho, sua taxa de lucro deveria competir com preços determinados, por exemplo, pelo mercado mundial responsável por derivados de petróleo (PET, PVC e demais embalagens plásticas) e pela produção de alumínio e de celulose.

**Nestes termos, explica-se por que essa força de trabalho surgiu composta de trabalhadores sem contrato e com uma produtividade que pudesse ser definida pelo pagamento por produção: uma população desancada do mercado de trabalho e sem atributos para retornar às ocupações formais.** Estes fatores garantiram, em grande parte, o crescimento do setor de reciclagem de modo a tornar os preços dos materiais reciclados cada vez mais próximos dos materiais não reciclados, o que

---

<sup>302</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>303</sup> *Ibidem*, p. 104.

---

efetivamente pôde ser verificado nos últimos anos da década de 1990.<sup>304</sup>

Em pleno processo de retirada do Estado como mediador das relações trabalhistas entre capital e trabalho, a década de 90 é “perfeita” no processo de reinserção do reciclado no ciclo produtivo, como matéria-prima, tendo a mão de obra barata como atores centrais.

Não é admissível “ignorar que estes trabalhadores realizam, sem vínculo empregatício formal e a devida contribuição para a previdência social, o trabalho que caberia às próprias empresas, de responsabilizar-se pelo ciclo de vida dos produtos que ela injeta no mercado”.<sup>305</sup>

Somos de opinião que a tese defendida por Antonio Bosi se confirma: integradamente, à crise econômica iniciada nos anos de 80 (agravada na década de 90), que gerou altos índices de desemprego, o que levou milhões de pessoas a buscarem alternativas de emprego e renda, como aquela do manuseio de resíduos sólidos. Está aí a expansão da indústria de reciclagem: “Os catadores são responsáveis pela coleta de 90% de tudo que é reciclado hoje no Brasil”.<sup>306</sup> Consequentemente, “não há reciclagem sem catador, independentemente de sua forma de organização”.<sup>307</sup>

---

<sup>304</sup> *Ibidem*, grifo e separação em itens nosso.

<sup>305</sup> MARTINS *et al.*, *op. cit.*, p. 92.

<sup>306</sup> MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RE-CICLÁVEIS (MNCR). **Quantos catadores existem em atividade no Brasil?** Setor de Comunicação MNCR — publicado 10/4/2019, s/p. Disponível em: <http://mncr.org.br/sobre-o-mncr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil#:~:text=Os%20catadores%20s%C3%A3o%20respons%C3%A1veis%20pela,da%20Bahia%20E2%80%93%20ERI%2C%202006>. Acesso em: 22 out. 2020.

<sup>307</sup> SILVA, Sandro Pereira. A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. **Texto para discussão n. 2268**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília: Rio de Janeiro, 2017a, p. 18. Disponível em:

---

Adiciona-se a isso o fato de que a mercadoria denota a

[...] cristalização das relações de trabalho envolvidas no processo de sua produção. Nesse sentido, podemos dizer que o material reciclável coletado cristaliza o trabalho do catador, que, [...] acaba sendo apropriado pelos donos das indústrias de reciclagem, que não teriam matérias-primas se não houvesse a atividade dos catadores.<sup>308</sup>

Por fim, o **quarto motivo**, políticas públicas municipais de incentivo à organização formal desses trabalhadores, é central para ser aludido, sobretudo, porque, até o início dos anos 2000, há poucas experiências registradas<sup>309</sup> de políticas públicas para esse segmento populacional. Anteriormente a esse período, algumas administrações locais assumem, mesmo que timidamente, ações nesse sentido, como é o exemplo de Caxias do Sul.

A assunção pelos municípios de políticas públicas de incentivo à organização formal dos catadores e das catadoras está

---

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2268.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2268.pdf). Acesso em: 18 ago. 2020.

<sup>308</sup> MAGALHÃES, Beatriz Judice. Iminaridade e exclusão: caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira? *In*: PEREIRA, Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 123-150, 2016, p. 134. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf). Acesso em: 22 set. 2020.

<sup>309</sup> “Antes de 2003, alguns investimentos federais começaram a ser realizados, mas em ações extremamente isoladas e experimentais por meio da Fundação Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (Funasa/MS) e da Fundação Banco do Brasil (FBB), em parceria com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre).” (SANT’ANA, Diogo de; MAETELLO, Daniela. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. *In*: PEREIRA, Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 21-46, 2016, p. 30. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf). Acesso em: 22 set. 2020).

ligada às de geração de renda para uma população excluída do mercado de trabalho.

A exclusão, como já registrado, é resultado da crise do capital (estrutural e sistêmica) e das respostas dadas por este, em especial na América Latina. Iniciou nos anos 80 e foi intensificada nos anos 90, em

um processo de reorganização de seus sistemas econômicos, políticos, ideológicos e culturais, cuja reestruturação produtiva, financeirização da economia e liberalização dos mercados, bem como os chamados ajustes neoliberais se consolidou como suas estratégias mais evidentes.<sup>310</sup>

Enfim, a coleta seletiva e a consolidação da indústria de reciclagem demandam atividades profissionais peculiares de separação (triagem dos materiais: papel, metal, plásticos, madeiras, etc.), preparação, armazenamento e venda de recicláveis.

*Quem se submete a trabalho precário, desvalorizado econômica e socialmente?*

*“Quem fará o trabalho sujo? Quem fará o trabalho insalubre, de estar em contato com materiais que podem causar doenças?”<sup>311</sup>*  
*Respondemos: os/as que não possuem (outras) alternativas ou, como no caso da personagem (G), citada no Capítulo 2, que “pode*

<sup>310</sup> SILVA, Hugo Leonardo Fonseca da. Trabalho precário e formação do trabalhador: a precariedade como modo de ser. RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade (on-line). Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, v. III, n. 5. Nova Iguaçu, RJ: GTPS/UFRRJ, p. 223-250, 2018c, p. 227. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/issue/view/92/CPT05>. Acesso em: 14 fev. 2021

<sup>311</sup> SOUSA, Romário Rocha; PEREIRA Rafael Diogo; CALBINO, Daniel. Memórias do lixo: luta e resistência nas trajetórias de catadores de materiais recicláveis da ASMARE. **REAd – Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, set./dez. p. 2236-246, 2019, p. 229. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/read/v25n3/1413-2311-read-25-3-223.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

---

*escolher” entre ser empregada doméstica e catadora, demonstrando resistência àquilo que “considerou abuso, discriminação, exploração, indignação”.*

Os diálogos dos entrevistados (B) e (E1) refletem a percepção de não haver “outras alternativas”:

Se alguma pessoa falar que trabalha por opção, vai tá mentindo, nunca é uma opção o lixo. Em casa, às vezes, a gente vai separar já é uma coisa ruim, então imagina aqui que tem as pessoas que não separam, né. Então é por necessidade mesmo (B).

Como eu te disse, além de ser cansativo de ter tudo isso, o financeiro não ajuda (E1).

Reiteramos o designado no Capítulo 2: *É gente pobre arrancando a vida com a mão.*

Partimos da avaliação de que as opções diferenciadas de minimização do desemprego e da precarização dos postos de trabalho, por determinados governos locais, têm ligação com “organizações representativas de trabalhadores e alguns movimentos sociais [que] levantaram debates na sociedade sobre a busca por soluções alternativas para a geração de trabalho e renda dignos para muitas famílias em situação de incerteza econômica”.<sup>312</sup> A perspectiva da Economia Solidária (ES) emerge nessa seara de mobilizações sociais, diante do caos político e econômico experienciado.

---

<sup>312</sup> SILVA, Sandro Pereira. A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma. **Texto para discussão n. 2434**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília: Rio de Janeiro, 2018a, p. 13. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8929/1/td\\_2434.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8929/1/td_2434.pdf). Acesso em: 9 fev. 2021.

---

É pertinente realçar que, no Brasil, notadamente a partir de 2003<sup>313</sup> (ver Quadro 6) houve um incentivo do governo federal a ações de ES.<sup>314</sup> Isso, seguramente, contribuiu com o estabelecimento do avanço das iniciativas operadas no País, incluindo Caxias do Sul.

O apoio e o estímulo do governo federal às ações desses trabalhadores propiciaram aumento relevante de projetos econômicos organizados, juridicamente, sobretudo na ordenação de associações e de cooperativas. Essas duas espécies jurídicas precisam ser clareadas, tendo em vista suas diferenças e, principalmente, as “confusões” sobre seu funcionamento, especialmente em sua conexão com a nomeada Economia Solidária. Aspectos imprescindíveis, para melhor decifrar o formato que assume a organização de trabalho dos/das catadores/as em Caxias do Sul, como será explicitado no item 3.4.

### **3.4 Associações e cooperativas de catadores e de catadoras: entes jurídicos de organização de economia solidária**

Em épocas de recessões frequentes e de revolução tecnológico, quando o desemprego atinge dimensões de massa e a exclusão social atinge milhões de pessoas até então inseridas na produção

---

<sup>313</sup> Como reforço a iniciativas de Economia Solidária, em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE).

<sup>314</sup> “Segundo França Filho (2006), as políticas de economia solidária inauguraram no Brasil uma nova forma de intervenção do Estado na geração de trabalho e renda que vai além da relação assalariada, na medida em que inclui oficialmente o trabalho associativo como uma estratégia a ser buscada para o enfrentamento do desemprego e para viabilizar projetos de desenvolvimento local.” (SILVA, Sandro Pereira. Economia solidária e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília. **Mercado de trabalho**, v. 64, p. 163-172, abr. 2018b, 164. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8393/1/bmt\\_64\\_crise.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8393/1/bmt_64_crise.pdf). Acesso em: 9 fev. 2021).

---

social, a reação toma muitas vezes a forma de multiplicação de pequenas organizações solidárias de produção.<sup>315</sup>

A utilização de uma afirmação do grande defensor da ES, Paul Singer, como epígrafe, não é casualidade. O autor em questão acreditava na possibilidade, dentro da sociedade capitalista, do consumo e da distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano, que, para dar conta desse seu credo, teorizou e planejou ações, abrangendo aquelas de financiamento público<sup>316</sup> às práticas de ES.

Além disso, essa citação confere os momentos fecundos de experiências de sobrevivência – em épocas de recessão e revolução tecnológica – para quem vive-do-trabalho e encontra-se desempregado ou em situação precária de trabalho. Os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) são exemplos dessas iniciativas, aquelas voltadas

- à produção propriamente dita e à prestação de serviços;
- a atividades de intermediação, como a constituição de fundos para microfinanças solidárias locais, trocas de produtos e serviços de interesse comum, compras conjuntas, utilização coletiva de bens ou espaços de produção;
- ao assessoramento e à assistência técnica, aos serviços de comercialização, entre outras.
- Todas essas possibilidades no campo da ação coletiva se inserem na concepção de uma economia plural, onde múltiplas formas de regulação convivem concomitantemente, às vezes de maneira

---

<sup>315</sup> SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, v.16, n. 1-2. Brasília, jun./dez., p. 100-112, 2001, p. 108. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922001000100005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005). Acesso em: 28 jan. 2021.

<sup>316</sup> Paul Singer coordenou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) de 2003 a 2016.

---

contraditória e conflituosa, outras de maneira complementar.<sup>317</sup>

As atividades de Economia Solidária, nesse sentido, são consideradas “uma nova forma de geração de trabalho, distribuição de renda e organizações geridas pelos trabalhadores”.<sup>318</sup>

As demarcações de estratégias do governo federal,<sup>319</sup> entre 2002-2016 (Quadro 6) são produto de “uma proposta construída com representantes de movimentos sociais durante a realização da I Plenária Nacional do Fórum<sup>320</sup> Brasileiro de Economia Solidária”.<sup>321</sup> As diretrizes da proposta chamada Plataforma de Ação

[...] foram incorporadas à política após a inserção da temática no PPA 2004-2007, por meio do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD). Neste estava sistematizado o desenho operacional da SENAES, com as atividades tomadas como priori-

---

<sup>317</sup> SILVA; CARNEIRO, 2016, *op. cit.*, p. 7, separação em itens nossa.

<sup>318</sup> CASAGRANDE, Andréia; BEGNINI, Sérgio. Empreendimentos de Economia Solidária: Território Oeste Catarinense. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 181-192, jan./mar. 2018, p. 183. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v19n1/1518-7012-inter-19-01-0181.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

<sup>319</sup> As estratégias do governo federal se deram duas grandes frentes: “melhorar [1] o quadro dos resíduos sólidos no Brasil, [b] as condições de trabalho dos catadores e das catadoras, organizando-os em cooperativas ou associações, de agregar valor aos produtos e aumentar a renda desses trabalhadores [...]. A finalidade foi apoiar a atuação política e fortalecer as organizações produtivas para contratação e realização da coleta seletiva pelos municípios.” (SILVA, Ronaldo Barreto; SILVA, Roberto Marinho Alves da. Da crise institucional ao Estado mínimo: o arrefecimento nas políticas públicas de inclusão socioeconômica de catadores e catadoras de materiais recicláveis. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília. **Mercado de trabalho**, v. 65, p. 139-151, out. 2018, p. 141. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9911/1/bmt\\_65\\_10\\_economia2\\_crise.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9911/1/bmt_65_10_economia2_crise.pdf). Acesso em: 15 fev. 2021).

<sup>320</sup> Fórum Brasileiro de Economia Solidária surge em janeiro de 2001 e a I Plenária ocorreu em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002.

<sup>321</sup> SILVA, 2018a, *op. cit.*, p. 15.

tárias no processo de implementação da política que se iniciava.<sup>322</sup>

Majoritariamente,<sup>323</sup> três formas de organização produtiva de catadores/as são introduzidas no Brasil e no município analisado. Duas como pessoas jurídicas, associações e cooperativas, e outra como grupos informais. Todas, no estudo apresentado, consideradas Empreendimentos de Economia Solidária (EES), têm, como “elemento aglutinador [...], um campo de práticas associativas de trabalho e de orientação para projetos locais de desenvolvimento”.<sup>324</sup>

Para esclarecimentos das políticas públicas, definidas por aparato-legal particular (leis, decretos, regulamentos, portarias, normas) e/ou sistema programático, estudos e pesquisas avaliativas, frentes de financiamento, a partir de final dos anos 2002 até 2016, construímos o Quadro 6.

Quadro 6 – Conjunto de ações e objetivos, no âmbito federal, para catadores/as: 2002-2016

<b>Ação</b>	<b>Objetivo</b>
Código Brasileiro das Ocupações (CBO) 2002	Registro da atividade dos catadores
Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) 2003	Criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), <sup>325</sup> para ser uma mediadora e proponente

<sup>322</sup> *Ibidem.*

<sup>323</sup> Como é possível identificar no avanço do texto, particularmente no Quadro 7, a Economia Solidária no Brasil vem sendo formada por quatro modalidades de organização: Grupos informais, Associações, Cooperativas e Sociedades mercantis. No horizonte dos catadores apenas as três primeiras tem sido identificadas.

<sup>324</sup> SILVA, 2018a, *op. cit.*, p. 13.

<sup>325</sup> Essa Secretaria, com a extinção do Ministério do Trabalho, a partir do Governo Federal Jair Bolsonaro, “teve suas atribuições enviadas ao Ministério da Cidadania. As competências que têm relação com a economia solidária ficaram restritas à política de assistência social e à de renda, associada ao conceito de cidadania, evidenciando que não é nesse ministério que se define estratégias da política de trabalho e de desenvolvimento do país. A Secretaria de Inclusão Produtiva Urbana abrigará o que era a Senaes. Essa visão mutilou

	de alternativas de Economia Solidária Marco histórico-institucional <sup>326</sup>
Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD), inscrito no PPA 2004-2007, e que se manteve no PPA 2008-2011	“A emergência desse novo programa permitiu que a política de economia solidária passasse a compor, oficialmente, o processo de planejamento e execução das ações governamentais, com todas as suas etapas de negociações e disputa política”. <sup>327</sup>
Conselho Nacional de Economia Solidária (CNE)	Órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo, integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foi instituído pela Lei n. 10.683/03 e regulamentado pelo Decreto n. 5.811/06.
Decreto n. 5.940/2006 Revogado pelo Decreto n° 10.936, de 2022	Instituiu a obrigatoriedade da coleta seletiva solidária, com catadores, em órgãos públicos federais.
Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei n. 12.305/2010	Cria conceitos, estabelece responsabilidades e obrigatoriedade aos entes públicos, para elaborarem planos de resíduos sólidos; fecharem lixões e implementarem a coleta seletiva. Aparece, ainda, o conceito de gestão compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e o estabelecimento da logística reversa. Além disso, inclui, por exemplo: os “catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (art. 7º, XII); incentiva “a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (art. 8º, IV); “inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (arts. 15, 17); as parcerias em cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais

o conceito de economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento, que responde aos empreendimentos econômicos solidários urbanos e rurais” (PINHO, Leonardo. Economia Solidária e a reorganização do governo Bolsonaro: o caminho é a mobilização. Le Monde Diplomatique Brasil. Pressão Social. Acervo online Brasil. 30 jul. 2019, s/p. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>. Acesso em: 5 nov. 2020).

<sup>326</sup> SILVA, 2018b, *op. cit.*.

<sup>327</sup> *Ibidem*, p. 165.

	reutilizáveis e recicláveis” (art. 33, § 3º); a “implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda” (art. 42).
Decreto n. 7.404/2010 regulamenta a PNRS Revogado pelo Decreto n 10.936, de 2022	Destaque para que os municípios priorizem a participação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, na coleta seletiva.
Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (Ciisc)	Institui o Programa Pró-Catador, denominado de Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, e dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências.
De 2007 a 2016, foi executado o Programa Cataforte – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias	Tinha por finalidade central “fomentar ações variadas de capacitação, assessoramento técnico para a consolidação dos empreendimentos de catadores, bem como a elaboração de um plano de atuação em rede. A estratégia de atuação em redes foi fomentada pelo governo federal, em consonância com o MNCR, por se entender que uma cooperativa/associação, atuando de forma isolada não conseguiria ter força suficiente para sobreviver no mercado de alta competitividade e marcado por grande exploração da sua ponta mais fraca – os catadores”. <sup>328</sup>
Lei n. 12.690/2012	Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (Pronacoop); e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

<sup>328</sup> SANT’ANA; MAETELLO, 2016, *op. cit.*, p. 30.

---

No Brasil, consoante o já afirmado, o incentivo aos EES se fez com programas e projetos do governo federal<sup>329</sup> (entre 2002-2016), a partir dos quais vários indivíduos, de maneira coletiva, foram estimulados a compor estratégias econômicas coletivas de trabalho, diferenciadas. A Economia Solidária<sup>330</sup> foi

---

<sup>329</sup> Alguns autores, dentre eles Sandro Pereira Silva, assinalam que as primeiras experiências na esfera municipal, entre elas as já mencionadas de Porto Alegre em 1990 e adendamos a de Caxias do Sul a partir de 1996-97 e após as eleições municipais de 2000, “algumas prefeituras importantes, entre elas as de Recife, Belém, Osasco, Santo André, Belo Horizonte, e mesmo a da maior cidade do país, a de São Paulo, apresentaram experiências de programas sob as diretrizes da economia solidária (França Filho, 2006; Silva, 2010; Cunha, 2012) [vão servir de suporte as definições] da economia solidária à condição de política pública na esfera federal de governo no Brasil [que] valeu-se, em grande medida, do acúmulo dessas experiências subnacionais (muito distintas quanto à concepção, institucionalidade, recursos alocados e geração de resultados). Elas serviram de base para que, em 2002, o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro) – embrião do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) – apontasse ao recém-eleito presidente da República um conjunto de parâmetros para uma política pública nacional dedicada a esse campo [...]” (SILVA, Sandro Pereira (org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020, p. 381, acréscimos nossos. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/201216\\_livro\\_dinamicas\\_da\\_economia.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/201216_livro_dinamicas_da_economia.pdf). Acesso em: 30 jan. 2021).

<sup>330</sup> “No Brasil, as iniciativas relacionadas ao cooperativismo iniciaram no século XX. Ao longo da década de 1990, surgiu o movimento de Economia Solidária no País”. (CASAGRANDE; BEGNINI, 2018, *op. cit.*, p. 183). Os dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) “registram EES criados antes de 1950, ainda ativos na data do mapeamento, embora sejam escassa minoria aqueles que persistiram por tantas décadas e que foram identificados durante a coleta de dados. Nos cerca de 40 anos seguintes – de 1951 até 1989 –, foram criados 7,3% dos EES, datando da década seguinte – de 1990 até 1999 –, 27% deles. **Do ano 2000 até 2009**, surgiram 60,8% dos EES constantes do segundo mapeamento. Esse movimento ascendente [...] não reflete o total de EES existentes em épocas passadas, mas sim o total de EES já criados que continuaram existindo até o ano da coleta de informações, entre 2010 e 2013. Por conseguinte, em tempos idos o número de iniciativas similares aos EES deve ter sido bastante superior, como indicam estudos sobre a história do associativismo e do cooperativismo (Schneider & Lauschner, 1979; Pinho, 1982; Culti, 2008).

---

“uma resposta importante dos trabalhadores e das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho”.<sup>331</sup>

Tais estratégias foram percebidas por alguns como “alternativas ao mercado e ao Estado, ou às lógicas respectivamente das empresas de fins lucrativos e da administração pública”.<sup>332</sup> Consideradas como configurações de associativismo ou cooperativismo, designadas, na América Latina,

por meio de expressões surgidas na década de 1990, como **economia popular solidária** ou, simplesmente, **economia solidária**. Esse último termo ganhou vigência e oficialidade no Brasil à medida que despontaram iniciativas econômicas notabilizadas por suas práticas de autogestão e de mutualismo na esfera econômica, vindo a abarcar variadas modalidades de organização, como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, comunidades autóctones e cooperativas populares, dedicadas à produção de bens,

---

Nessa perspectiva, a economia solidária corresponderia não a um fenômeno intrinsecamente novo, **mas a uma nova geração de iniciativas sociais e econômicas com base na livre adesão e na paridade entre seus integrantes**” (GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 3, p. 811-834, set./dez. 2019, p. 819-820. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/24197>. Acesso em: 14 jan. 2021).

<sup>331</sup> BRASIL. **Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005**. Brasília: MTE, Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), 2006, p. 7. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/siesatlasparte1.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

<sup>332</sup> GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 137-169, 2018, p. 137. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582018000100137&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582018000100137&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 7 jan. 2021.

---

à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito.<sup>333</sup>

Conforme consta no primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil (publicado em 2006), elaborado pela Senaes, Economia Solidária (ES) é:

[...] uma forma de produção e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano, e não no capital – de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.<sup>334</sup>

Obviamente, em uma sociedade capitalista,

a perseverança e os desdobramentos desta estratégia [ES], em prol de um “sistema republicano e benéfico de associação de produtores livres e iguais” [...], permitem aludir a um *paradigma cooperativo*, cuja longevidade explica-se por sua consistência e insistência utópica, assim como por seu pragmatismo e abertura diante das mudanças constantes nas sociedades em que prosperou.<sup>335</sup>

Inferimos que a *insistência utópica* é própria daqueles que Paul Singer nomeou de desprovidos, afirmando que, “no capitalismo, a arma dos desprovidos de capital é a Solidariedade”<sup>336</sup> – **modelo herdado de viver a cada dia, de resistir.**

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies) distingue três composições:

---

<sup>333</sup> *Ibidem*, grifo nosso.

<sup>334</sup> BRASIL, 2006, *op. cit.*, p. 11

<sup>335</sup> GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 82, p. 211-259, jun./2013, p. 212, grifo do autor. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n82/v28n82a13.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

<sup>336</sup> SINGER, 2001, *op. cit.*, p. 104.

- coletivas – organizações supra familiares, singulares e complexas (tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes etc.) cujos participantes ou sócios exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- permanentes – que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e
- que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização e de consumo solidário.<sup>337</sup>

*Nessas composições, os grupos informais, com registro ou não, as associações e as cooperativas em situação de aptas ou inaptas, podem ser classificadas como sendo EES permanentes.*

As organizações de ES,<sup>338</sup> incentivadas pelos governos federais,<sup>339</sup> continuam, basicamente, indivíduos que não conseguiam se introduzir no mercado formal de trabalho. Compuseram

<sup>337</sup> BRASIL, 2006, *op. cit.*, p. 13.

<sup>338</sup> “Segundo Leite, (2009) existem três correntes teóricas no campo da economia solidária [...]. A primeira demonstra que as experiências de economia solidária possuem princípios e práticas contrários ao sistema capitalista [...]. A segunda expõe que é um campo que convive juntamente com práticas capitalistas e com outros tipos de práticas econômicas. [...] E a terceira, menciona que a economia solidária é uma forma de reação momentânea à crise do capitalismo, portanto, quando o sistema estabiliza sua crise, a economia solidária tende a estagnar-se [...]” (FERREIRA, Laís Naiara Alves. Experiência de economia solidária: um estudo de caso sobre a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Diamantina. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, 2017, p. 18. Disponível em: [http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1826/1/lais\\_naiara\\_alves\\_ferreira.pdf](http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1826/1/lais_naiara_alves_ferreira.pdf). Acesso em: 20 set. 2020). Para essa produção nos aliamos a segunda corrente teórica.

<sup>339</sup> Principalmente através da Secretaria Nacional de Economia Solidária, criada em 2003, como já citado.

intentos e mecanismos, através de políticas públicas, de “redução das desigualdades socioeconômicas e regionais, por meio do resgate da população que se encontra em situação de extrema pobreza, na promoção de um desenvolvimento incluyente e sustentável”,<sup>340</sup> que deveria ser regido por preceitos de cooperação, de ajuda mútua, de coletividade.

Diversos estudos e pesquisas, como o relatado por Camila Moreira Maia e Idilva Maria Pires Germano, demonstram que,

[...] na medida em que os trabalhadores envolvem-se na prática de trabalho solidária, ocorre um processo de transformação do modo como representam a si mesmos e como significam o mundo, das suas relações de trabalho e dos valores que julgam importantes.

O trabalhador solidário vai, paulatinamente, abandonando uma visão pessimista de si, ou seja, uma concepção baseada na incapacidade, na impotência e na predestinação a uma condição de pobreza, em favor de uma percepção mais otimista, que sugere uma forma de empoderamento.

O indivíduo passa a se construir como sujeito capaz de superar sua condição de pobreza, uma vez que não é mais submetido às vontades de um patrão, que é proprietário do seu empreendimento e que decide sobre seus rumos.

Deste modo, esses trabalhadores passam a defender que a prática de trabalho solidária é mais compensatória do que o trabalho assalariado e que relações

---

<sup>340</sup> SINGER, Paul; SILVA, Roberto Marinho A. da; SCHIOCHET, Valmor. Economia solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no plano Brasil sem miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da (orgs.). O Brasil sem miséria. Brasília: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), p. 425-445, 2014, p. 425. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilsemmiseria.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf). Acesso em: 14 jan. 2021.

---

laborais baseadas na cooperação e na solidariedade são mais dignas.<sup>341</sup>

Karoline Dutra Szul e Reidy Rolim Moura confirmam que os sujeitos, com os quais executaram atividades de assessoria em EES, apreenderam a

[...] se auto-reconhecem na sociedade, isso principalmente a partir do momento que podemos observá-las com a cabeça erguida, questionando, argumentando, querendo participar das escolhas que se referem a associação, e principalmente, por estes sujeitos começarem a sua caminhada em busca de melhores condições de vidas para eles e para as futuras gerações.<sup>342</sup>

Aditam ainda que, desde que iniciaram as ações de ES, “houve uma melhora significativa tanto nas condições de sobrevivência básicas, como no acesso a alimentação, o vestuário, a saúde, a escola”.<sup>343</sup>

Isso sugere que *preceitos de cooperação, de ajuda mútua, de coletividade* podem contribuir para melhorias na qualidade de vida e na autoestima dos envolvidos.

---

<sup>341</sup> MAIA, Camila Moreira; GERMANO, Idilva Maria Pires. Economia solidária e o novo espírito do capitalismo: uma análise do discurso dos trabalhadores do assentamento Coqueirinho. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 39-52, jul./dez. 2014, p. 40, separação em itens nossa. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/17878>. Acesso em: 12 fev. 2021.

<sup>342</sup> SZUL, Karoline Dutra; MOURA, Reidy Rolim de. Os desafios da autogestão em um empreendimento econômico solidário: o caso da Associação de Recicladores Rei do Pet (Arrep) – Ponta Grossa, PR. **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 23-25 out., p. 1-10, 2017, p. 9. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180045/https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180045/10\\_00108.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180045/https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180045/10_00108.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 12 fev. 2021.

<sup>343</sup> *Ibidem*.

---

Enquanto características centrais de desempenho econômico-solidário, como os aqui defendidos, enfatizamos o fato de que estes, embora atuem diretamente no mercado para a comercialização de seus produtos, têm algumas particularidades em relação a uma empresa comum.

**A principal diferenciação refere-se ao fato de serem organizações de pessoas, e não de capital.**

Isto é, os empreendimentos [...] visam atender aos objetivos de seu quadro social, de acordo com a natureza econômica de suas atividades, enquanto uma empresa visa auferir retorno de uma determinada quantia de capital investido por seus proprietários.<sup>344</sup>

Alia-se a isso, como outra distinção em relação a outros intentos econômicos, os princípios:

[...] posse coletiva dos meios de produção pelas próprias pessoas que os utilizam para produzir; gestão democrática por participação direta ou, no caso dos empreendimentos maiores, por representação; repartição da receita líquida entre os associados; destinação do excedente anual segundo critérios acertados entre todos os cooperadores.<sup>345</sup>

O segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil (2014)

identificou 19.708 empreendimentos, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os estados da Federação. Desse total, 11.869 (60,2%) são novos EES, ou seja, não haviam sido

---

<sup>344</sup> SILVA, Sandro Pereira. Reciclagem e economia solidária: análise das dimensões estruturais dos empreendimentos coletivos de catadores no Brasil. **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais**, n. 46, p. 229-249, jan./jun. 2017b, p. 230, grifo e separação em itens nossa. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/31292>. Acesso em: 28 out. 2020.

<sup>345</sup> *Ibidem*, p. 235.

---

registrados no mapeamento anterior, e 7.839 (39,8%) são de EES revisitados.<sup>346</sup>

Dentre essas experiências “591 [possuíam] como atividade principal a reciclagem de resíduos sólidos”.<sup>347</sup> Número com aumento de mais de 50% em relação aos apresentados na primeira edição do Mapeamento de 2006, em que constavam “386 EES no campo da reciclagem”,<sup>348</sup> o que é justificado pelo incentivo dos governos, em âmbito federal no período, a essas modalidades de ações. Isso mostra que políticas públicas focadas no bem comum têm potência para impactar positivamente a vida das pessoas.

*Os dados disponíveis registram que, na área de resíduos sólidos, o ente mais antigo “é 1981, mas a maior parte deles foi constituída recentemente. Mais da metade (56,5%) surgiu a partir de 2005”.*<sup>349</sup>

As ações de ES são distribuídas com desenhos, com estruturas e funcionamento distintos, a partir de uma “diversidade de motivações, contextos e dinâmicas operacionais que as envolve, combinando atividades coletivas e individuais, com diferentes graus de importância para seus associados”.<sup>350</sup> Diante de tal variedade, essas iniciativas podem ser especificadas em cinco tipos:

1. EES de provimento de bens, serviços e desenvolvimento comunitário, cuja finalidade principal consiste em aportar bens, serviços e outros benefícios sociais em vista do bem-estar de seus membros como crédito pessoal, itens de consumo doméstico, serviços socioculturais e educativos

---

<sup>346</sup> SILVA; CARNEIRO, 2016, *op. cit.*, p. 10.

<sup>347</sup> SILVA, 2017a, *op. cit.*, p. 34.

<sup>348</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>349</sup> *Idem*, 2017b, p. 241.

<sup>350</sup> *Idem*, 2017a, p. 22.

- 
- ou fomentar o desenvolvimento associativo e comunitário local.
2. EES de apoio à atividade produtiva dos sócios, cuja função mais importante consiste em aportar serviços, recursos e benefícios direcionados às atividades econômicas – individuais ou familiares – de seus integrantes, em itens como troca de produtos, comercialização, uso coletivo de equipamentos ou da infraestrutura produtiva.
  3. EES de trabalho e geração de renda primordial para os sócios, cujo objetivo consiste em produzir bens, em comercializar a produção dos membros ou prestar serviços, de modo a garantir a ocupação e a fonte de ingresso mais importante dos mesmos.
  4. EES de complementação de trabalho e renda, voltados a atividades similares ao tipo anterior, oferecendo desta vez ocupação e fontes de renda complementares para indivíduos cuja remuneração principal vincula-se a outra atividade econômica ou provém de rendimentos independentes do trabalho.
  5. EES de trabalho com remuneração insuficiente dos sócios, com atividades semelhantes aos tipos acima mencionados, todavia sem gerar renda adequadamente, seja por não propiciarem trabalho aos sócios de acordo com suas necessidades, seja pelos baixos níveis de remuneração oferecidos.<sup>351</sup>

*O tipo de EES ao qual os/as catadores/as têm maior relação refere-se ao modelo três: trabalho e geração de renda.*

Salientamos que a Economia Solidária “é marcada por uma diversidade de formatos organizativos. Quanto aos EES mapeados [2014], são quatro as formas identificadas: associações; cooperati-

---

<sup>351</sup> GAIGER; KUYVEN, 2019, *op. cit.*, p. 818-819.

vas; grupos informais, e sociedades mercantis”.<sup>352</sup> Os três primeiros agregam a maioria das estruturas econômicas em questão. Para melhor apreensão sobre cada um dos formatos, trouxemos o Quadro 7.

Quadro 7 – Principais características dos EES no Brasil, por tipo de organização

<b>Tipos de organização</b>	<b>Características constitutivas</b>
<i>Grupos informais</i>	Figuram em atividade de produção de bens, com vistas à oferta de trabalho e à geração de renda primordial dos sócios, mas principalmente como forma de obter rendimentos complementares ou quando a remuneração dos sócios é insuficiente. Também são frequentes nos EES de apoio à atividade produtiva dos sócios, por meio da comercialização ou do uso coletivo de bens e serviços.
<i>Associações</i>	Predominam no conjunto de EES, aparecem nos EES de produção, cuja finalidade seja oferecer trabalho e renda primordiais para os sócios, mas são mais frequentes proporcionalmente entre os EES de produção ou de serviços, que não logram remunerar os sócios diretamente. Sua presença é maior nos EES de apoio à atividade produtiva dos sócios, particularmente através do uso coletivo de bens e serviços pelos sócios ou de comercialização. Também constituem uma opção muito comum entre os EES de provimento de serviços sociais e de desenvolvimento comunitário e associativo.
<i>Cooperativas</i>	Despontam entre os EES de produção ou de prestação de serviços, com a finalidade de propiciar trabalho e renda primordiais para os sócios, figurando também entre os EES de geração de trabalho e renda complementares. Destacam-se também nos EES de comercialização e de finanças.
<i>Sociedades mercantis</i>	Possuem escassa presença no universo da economia solidária. Dedicam-se principalmente à produção e à prestação de serviços, visando assegurar trabalho e renda para os sócios, em certos casos em caráter complementar.

Nota: Elaborado por GAIGER, 2014.

<sup>352</sup> SILVA; CARNEIRO, 2016, *op. cit.*, p. 21.

---

Em Caxias do Sul verificam-se três formatos de EES nas quais os/as catadores/as estão organizados: associações, cooperativas ou grupos informais. Apesar de os dados constantes neste quadro não abarcarem todas as práticas municipais, não se tem conhecimento de haver (até 2020) uma sociedade mercantil desta modalidade de trabalhadores e, nossas pesquisas, até esse momento, detectaram apenas uma cooperativa.

É provável que os grupos informais e os trabalhadores individuais sejam em número expressivo no Município; imagine-se que superior ao número de associações: “As estimativas, com base em relatos de gestores públicos e das próprias organizações de catadores, apontam que a porcentagem de trabalhadores ligados a cooperativas e associações nesse setor gira em torno de apenas 10%”.<sup>353</sup> Cabe frisar que “os empreendimentos informais não são caóticos ou anárquicos, pois dispõem de lógicas intrínsecas e de meios de regulação próprios [...]”.<sup>354</sup> Isso é plenamente identificável em nossas pesquisas.

Apesar das inúmeras dificuldades na operacionalização de ações de EES, vários estudos e pesquisas, figurando os elaborados por Luiz Inácio Gaiger (2001, 2004, 2007, 2011, 2013, 2015), revelam que tais organizações de trabalho funcionam como

[...] “comunidades de trabalho”, as quais ativam forças produtivas especificamente derivadas da associação dos trabalhadores, a partir de laços sociais **que ultrapassam a esfera material e as satisfações imediatas, alimentando aspirações e horizontes comuns, ancorados na história compartilhada por seus membros.**

O aproveitamento das virtudes da comunidade de trabalho comporta um movimento de constante revitalização dos EES, mobilizando redes de interação, promovendo sistemas mais amplos de

---

<sup>353</sup> SILVA, 2017b, *op. cit.*, p. 245.

<sup>354</sup> GAIGER; KUYVEN, 2019, *op. cit.*, p. 818.

reciprocidade (Sabourin, 2011). Esses processos tenderiam a fomentar situações propícias à constituição de indivíduos aptos a incrementarem e a reterem para si a riqueza material e imaterial que produzem.<sup>355</sup>

Como resumo sobre as ações de ES é plausível afirmar que, desde

o século XIX, em paralelo ao domínio do capitalismo, estratégias associativas e cooperativas têm buscado assegurar condições de vida a importantes contingentes e, ademais, vêm mantendo vigentes princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza distintos da racionalidade estrita do capital.<sup>356</sup>

Tais arranjos profissionais reeditam uma “estratégia histórica dos trabalhadores, vinculada, umbilicalmente, ao movimento operário em seus primórdios, mas dele posteriormente cindida em muitos lugares, **por óbices políticos** mais do que por singularidades supostamente irreduzíveis”.<sup>357</sup>

*Ressaltamos que as ações e o “desenho operacional de programas”<sup>358</sup> de incentivo e financiamento público aos EES, no período de 2003-2016, inseridos na agenda do governo federal brasileiro: a) são percebidas por inúmeros pesquisadores como “uma experiência inovadora em termos de práticas tradicionais de políticas de estímulo à geração de trabalho e renda”;*<sup>359</sup>

<sup>355</sup> GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária na contramarcha da pobreza. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 79, p. 43-63, 2015, p. 57-58, grifo e separação em itens nosso. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n79/n79a03.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

<sup>356</sup> *Idem*, 2013, *op. cit.*, p. 212.

<sup>357</sup> *Ibidem*, grifo nosso.

<sup>358</sup> SILVA, 2018a, *op. cit.*, p. 16.

<sup>359</sup> *Ibidem*.

b) estiveram alinhadas, desde o começo “a reivindicações de organizações sociais que defendem o cooperativismo como princípio relevante a ser incentivado via políticas públicas”.<sup>360</sup>

Como já comentado, os EES organizam-se legalmente em associações e cooperativas. Evidentemente, é imprescindível elucidar acerca de cada uma dessas pessoas jurídicas, como forma de melhor captar suas possibilidades e seus limites no exercício ocupacional daqueles/as que dependem, como subsistência, desses formatos organizativos. Contudo, tais esclarecimentos demandariam descrições, discussões e interpretações de muitas páginas não cabíveis nessa sistematização.<sup>361</sup> Para esta, de maneira resumida, trazemos o que segue.

As pessoas jurídicas de direito privado que englobam o que aqui estamos denominando de Empreendimentos de Economia Solidária, encontram-se previstas no Código Civil brasileiro, Lei n. 10.406/2002, art. 44:

São pessoas jurídicas de direito privado:

I – as associações;

II – as sociedades;

III – as fundações;

IV – as organizações religiosas (incluídas pela Lei n. 10.825, de 22.12.2003);

V – os partidos políticos (incluídos pela Lei n. 10.825, de 22.12.2003).<sup>362</sup>

Destas seis possibilidades apenas duas têm fins econômicos: as sociedades e as empresas individuais de responsabilidade

---

<sup>360</sup> *Ibidem*.

<sup>361</sup> Elemento importante a compor análises futuras é relacionado aquelas associações criadas antes de 2002, pois no Código Civil anterior (1916) as palavras associações e sociedades apareciam como sinônimos (o título da Seção III do Código de 1916 intitulava-se “Das Sociedades ou Associações Civis”).

<sup>362</sup> BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Brasília, DF, 2002.

---

limitada. As demais, as associações, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos não têm fins econômicos.

Como vimos, em Caxias do Sul, predominam as associações como forma de organização dos/as catadores/as.

## ASSOCIAÇÕES

O Código Civil (2002) estabelece as regulações das associações nos art. 53 a 61.

As associações, enquanto pessoas jurídicas de direito privado, são modelos de sociedade,<sup>363</sup> no entanto, a diferença está em que:

- as sociedades sempre têm por objetivo o exercício de atividade econômica para partilha de resultados entre os sócios,<sup>364</sup> por conseguinte, têm fins econômicos; e
- as associações são estabelecidas “pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”.<sup>365</sup>

Portanto, a diferença central entre uma **entidade com fins econômicos** (como as cooperativas) e uma **sem fins econômicos** (como as associações), encontra-se no fato de que

- a primeira, sociedade, objetiva a partilha do resultado econômico-financeiro positivo entre seus sócios; e
- a segunda, associação, obrigatoriamente, deve investir (se houver), o resultado econômico-financeiro diretamente em sua missão institucional, em seu objeto social, ou seja, na própria razão de sua existência e não em partilha entre seus associados.

---

<sup>363</sup> “As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código (Incluído pela Lei n. 10.825, de 22.12.2003)” (*Ibidem*, art. 44, § 2º).

<sup>364</sup> *Ibidem*, art. 981.

<sup>365</sup> *Ibidem*, art. 53.

---

Ademais, a legislação pertinente não estabelece um número mínimo para se organizar uma associação; logo se imagina que bastariam duas pessoas. Porém, alguns pareceres jurídicos têm indicado:

Conforme exigências dos arts. 54, 59 e 60 do [Código Civil, 2002] e para que o Cartório Registro homologue o documento [Estatuto], é recomendado que se estabeleça a Associação com um número mínimo de 6 (seis) associados com a seguinte composição: **Diretoria Executiva** 2 (dois) membros – Presidente e Vice-Presidente; **Tesoureiro** 1 (um) membro; **Secretário** 1 (um) membro; **Conselho Fiscal** 2 (dois) membros.<sup>366</sup>

As premissas norteadoras de uma associação, ao não ter fins econômicos diversamente das sociedades com fins econômicos, se dá, então, por suas finalidades. A associação, mesmo quando objetiva vantagens materiais,<sup>367</sup> não destina seus resultados para os associados, mas para a manutenção da sua finalidade. Por isso

---

<sup>366</sup> ARAÚJO, Edirce Pereira. Justificativa do número mínimo de membros para formalização de associação. **Unidade de Orientação Empresarial**. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), DF, s/d, p. 2, grifo nosso. Disponível em: <http://intranet.df.sebrae.com.br/download/justificativa.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

<sup>367</sup> O fato de uma entidade não ter fins econômicos não significa que não possa obter superávit, a partir de cobrança realizada por serviço prestado. Por exemplo, a uma associação ou fundação de educação, é permitido cobrar mensalidade/anuidade daqueles que usufruem dos serviços, os estudantes; de saúde, tal como um hospital, pode dispor de leitos a pacientes particulares, além de atender o setor de saúde suplementar (planos de saúde, operadoras de saúde), referindo-se, de tal modo, não apenas como prestador de serviços de saúde pública, ao SUS. No caso dos pacientes SUS é proibido, legalmente, qualquer tipo de cobrança por procedimento/atendimento prestado; de assistência social, é proibido cobrar por serviços, programas, projetos e ações, salvo as Instituições de Longa Permanência a Idosos (Ilpi) referidas no Estatuto do Idoso (BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2003., art. 35, parágrafo 1º).

---

há na literatura certo consenso de que as associações têm objetivos altruístas, que devem beneficiar a comunidade/sociedade e não seus sócios.

Uma associação é regida por um Estatuto, e a legalização da mesma se dá no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

*Apesar de as associações significarem, de fato, “uma alternativa intermediária de formalização, dada sua simplicidade jurídica, elas são formas organizacionais muito limitadas, em termos de atividade comercial”,<sup>368</sup> o que revela “grau de fragilidade institucional”<sup>369</sup> a essas iniciativas, pois, dentre outros, consoante o “Código Civil brasileiro, elas não podem exercer atividade econômica e emitir nota fiscal de seus produtos”.<sup>370</sup> Sem dúvida, tais empecilhos merecem outros estudos e pesquisas.*

*A finalidade não econômica é um dos problemas nodais na edificação de iniciativas de ES, que têm como diretriz geração de trabalho e renda. Pois não podem, juridicamente, dar conta do funcionamento de uma organização que deve ter finalidades econômicas, como forma de gerar renda.*

## COOPERATIVAS

O Código Civil (2002)<sup>371</sup> considera as cooperativas uma das formas de sociedade. Sociedades são concebidas e estruturadas para a promoção de atividade econômica. Dividem-se em empresária e simples:

---

<sup>368</sup> SILVA, Sandro Pereira. Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. **Texto para discussão n. 2271**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília: Rio de Janeiro, 2017c, p. 26. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7424/1/td\\_2271.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7424/1/td_2271.pdf). Acesso em: 12 jan. 2021.

<sup>369</sup> *Ibidem*.

<sup>370</sup> *Ibidem*.

<sup>371</sup> BRASIL, 2002, *op. cit.*

**Art. 981.** Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados. Parágrafo único. A atividade pode restringir-se à realização de um ou mais negócios determinados;

**Art. 982.** Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro e, simples, as demais. Parágrafo único. Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.

**Art. 983.** A sociedade empresária deve constituir-se segundo um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092; a sociedade simples pode constituir-se de conformidade com um desses tipos, e, não o fazendo, subordina-se às normas que lhe são próprias.<sup>372</sup>

Assim sendo, as sociedades (empresárias e simples) são referidas como tal, quando duas ou mais pessoas se unem com a intenção de organizarem uma entidade exercendo atividade econômica determinada *e a partilha, entre si, dos resultados*.

Conforme expresso acima, o Código Civil (art. 982), designa a Sociedade Cooperativa como sociedade simples.<sup>373</sup>

A sociedade empresária é formada por um ou mais sócios (empresários<sup>374</sup>), organizada para a produção e/ou circulação de bens ou de serviços, visando o lucro, através, ainda, do trabalho de outrem.

A sociedade simples é formada por pessoas que exercem uma determinada profissão em parceria; então, a atividade-fim é exercida pelos sócios.

---

<sup>372</sup> *Ibidem*.

<sup>373</sup> Outras descrições sobre Sociedade Cooperativa encontram-se dispostas nos arts. 1.093 a 1.096 do Código Civil (BRASIL, 2002, *op. cit.*).

<sup>374</sup> *Ibidem*, art. 966.

---

Aspecto fundamental ser aludido<sup>375</sup> é o uso da expressão **sem fins lucrativos** (usada em artigos e instruções normativas de entidades de classe, advocácias e de contabilidade), como finalidade das cooperativas. Como tal é usada, muitas vezes, **como sinônimo de entidades sem fins econômicos**, confunde.

Inferimos que alguns dos equívocos são provenientes de interpretações do art. 3º da Lei n. 5.764/1971 (Política Nacional de Cooperativismo): “Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, **sem objetivo de lucro**”.<sup>376</sup>

Chamamos a atenção para o fato de que, em alguns manuais sobre cooperativismo, encontramos uma alteração redacional do art. 3º, estando, como no exemplo aqui trazido, assim exposto: “Art. 3º. Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem fins lucrativos.”<sup>377</sup>

Aliamo-nos às interpretações que deduzem que *sem objetivo de lucro* refere-se à premissa de uma cooperativa beneficiar apenas um grupo de pessoas (cooperados) – *atividade econômica, de proveito comum* – “unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum, por meio de uma empresa de propriedade conjunta e de

---

<sup>375</sup> Essa é uma discussão que precisa ser problematizada e esclarecida. Trazemos a mesma aqui como aspecto a não ser esquecido em discussões futuras necessárias.

<sup>376</sup> BRASIL. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1971, art. 3º, grifo nosso.

<sup>377</sup> WAKULICZ, Gilberto; OLIVEIRA FILHO, João Telmo de. Legislação cooperativista. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico; Rede e-Tec Brasil, 2015, p. 41. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/453269/>. Acesso em: 19 fev. 2021).

gestão democrática”.<sup>378</sup> Isso significa que há receitas e despesas oriundas desse “negócio”, que podem resultar em perdas ou sobras.<sup>379</sup> Tanto as perdas quanto as sobras (resultados) deverão ser repartidas/distribuídas entre os cooperados “na proporção da sua participação nos negócios e no desenvolvimento das atividades a que se propõe”.<sup>380</sup>

Os resultados do trabalho em comum, nesse sentido, não são tidos como lucro.

As sobras seriam a diferença entre os recursos aportados pelos cooperados para quitar as despesas das cooperativas e o valor efetivamente despendido, ou seja, o resultado positivo após o pagamento de todas as despesas da cooperativa; e o prejuízo consistiria na perda patrimonial decorrente do exercício da atividade econômica.<sup>381</sup>

*Diante disso, não se deveria utilizar o vocábulo sem fins lucrativos, com sentido igual de “sem objetivo de lucro”, uma vez que sem fins lucrativos é terminologia usada, inclusive, em várias legislações, como característica, por exemplo, de pessoas jurídicas de direito privado, reconhecidas como entidades beneficentes na prestação de serviços em áreas de assistência social, saúde ou educação e instituições comunitárias de educação superior.*

Considerando a importância dos aspectos elencados sobre associações e cooperativas, no Quadro 8, resumimos algumas distinções entre elas.

<sup>378</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>379</sup> A Lei n. 5.764/1971 (BRASIL, 1971, op. cit.) em seus arts: 4º inciso vii; 21, inciso iv; 28; 44 e; 80 utiliza a expressão, não por acaso, sobras e não lucro.

<sup>380</sup> WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, *op. cit.*, p. 42. Ver: BRASIL, 2002, *op. cit.*, art. 1.094, inciso vii; BRASIL, 1971, *op. cit.*, art. 4º, inciso vii

<sup>381</sup> DELGADO, Berenice Sofal. 25 anos da Constituição Cidadã: os atores sociais e a concretização sustentável dos objetivos da República. In: **Encontro Nacional do Compedi**. 29 maio a 1º jun. 2013, Curitiba – PR, p. 181-212, 2013, p. 2007. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=7cca4a9404acc524>. Acesso em: 19 fev. 2021.

Quadro 8 – Algumas diferenças entre associações e cooperativas

	<b>Associações</b>	<b>Cooperativas</b>
<b>Finalidade</b>	Promoção de uma atividade social de cunho coletivo para fins não econômicos: assistência social, educação, cultura, meio ambiente, organização comunitária, interesses variados de pessoas em prol de bem comum, etc.	Promoção de atividade econômica como a finalidade de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado, retirando da entidade o próprio sustento.
<b>Tipo de vínculo dos associados</b>	Os associados não são propriamente os seus “donos”. O patrimônio acumulado pela associação, em caso da sua dissolução, deverá ser destinado à outra instituição semelhante, conforme determina a lei, e os ganhos eventualmente auferidos pertencem à entidade e não aos associados que dela não podem dispor, pois os mesmos, também de acordo com a lei, deverão ser destinados à atividade fim da associação. Na maioria das vezes, os associados não são nem mesmo os beneficiários da ação do trabalho da associação.	Os associados são os donos do patrimônio. Uma cooperativa de trabalho beneficia os próprios cooperantes, o mesmo em uma cooperativa de produção.
<b>Constituição da entidade</b>	A legislação não estabelece número mínimo, em princípio, bastariam duas pessoas. Elaboração de um Estatuto Social, que deve conter, entre outros: denominação social; os fins; a sede; o fundo social, quando houver; requisitos para admissão, demissão e exclusão dos associados; direitos e deveres dos associados; fontes de recursos para sua manutenção.	É necessário o mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo, excepcionalmente, permitida a admissão de pessoas jurídicas. BRASIL, 1971, art. 6º, inciso VI). No caso das cooperativas de trabalho, o número mínimo necessário para sua constituição será de 7 (sete) associados. (BRASIL, 2012, art. 6º). Elaboração de um Estatuto Social, que deve conter, entre outros: denominação social; área geográfica de ação; objeto social;

	<p>Registro em um Cartório Registro Civil de Pessoas Jurídicas.</p>	<p>capital social mínimo expresso em moeda corrente nacional; direitos e deveres dos associados; condições de admissão, demissão, eliminação e exclusão dos associados; forma de devolução das sobras ou do rateio das perdas.</p> <p>O Código Civil (BRASIL, 2002, art. 1.150) dispõem que o registro de uma cooperativa deverá ser efetuado em Um Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Contudo, a jurisprudência adota a teoria de que se considerará a lei de cooperativismo (BRASIL, 1971, art. 18) que apesar de elencar que a cooperativa é uma sociedade civil simples, seu registro seja feito na Junta Comercial.</p>
<p><b>Resultados financeiros</b></p>	<p>As possíveis sobras obtidas de operações entre os associados serão aplicadas nas finalidades institucionais.</p>	<p>“Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral (BRASIL, 1971, art. 4º, inciso VII).</p> <p>A “distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado” (BRASIL, 2002, art. 1.094 inciso VII).</p>
<p>A associação tem uma grande desvantagem em relação à cooperativa; ela engessa o capital e o patrimônio; em compensação tem algumas vantagens que compensam grupos que querem se organizar, mesmo para comercializar seus produtos: o gerenciamento é mais simples e o custo de registro é menor.</p>		

Fonte: Adaptado de CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, 2010, s/p.

---

Concordamos com autores, como Gaiger, Ferrarini e Veronese<sup>382</sup>: as cooperativas e as associações, apesar de contarem com marco jurídico próprio, este ainda é inapropriado às organizações “[...] que se multiplicaram nas últimas décadas, como partícipes de uma nova onda de solidarismo, pois elas se contrapõem aos modelos já institucionalizados, especialmente a seu principal representante, o cooperativismo”.<sup>383</sup>

Com a atual legislação, subscrevemos as opiniões de Sandro Pereira Silva e Leandro Marcondes Carneiro, de que a cooperativa seria a pessoa jurídica

[...] mais recomendada, institucionalmente, para o exercício social de uma atividade econômica coletiva. No entanto, a proporção de EES formalizados em cooperativas ficou, inclusive, abaixo do mapeamento anterior [2006], que foi em torno de 10%. Ocorre que o excesso de procedimentos burocráticos previstos em lei, para a formalização de cooperativas no Brasil, e a maior complexidade administrativa que lhe é exigida fazem com que muitos coletivos de trabalhadores não se sintam motivados a despendar tempo e recursos adicionais para realizar essa formalização de seu empreendimento, **mantendo-se como associação ou mesmo na informalidade**. Grande parte desses fatores resulta do próprio marco normativo do cooperativismo no Brasil, regido por uma lei geral antiga e bastante controversa (Lei n. 5.764/1971).<sup>384</sup>

---

<sup>382</sup> GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018, *op. cit.*.

<sup>383</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>384</sup> SILVA, CARNEIRO, 2016, *op. cit.*, p. 21, grifo e separação em itens nossa. Frisamos acerca da indispensável discussão sobre cooperativas e apresentação de prós e contras sobre a Lei n. 5.764/1971 (Política Nacional de Cooperativismo), que estabelece as premissas gerais sobre cooperativas e a Lei n. 12.690/2012 (Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho).

---

Se a situação dos catadores e das catadoras em entidades jurídicas aptas, como associações e cooperativas, continua tendo vários empecilhos, aqueles e aquelas em empreendimentos inaptos e em grupos informais enfrentam maiores dificuldades no “acesso a financiamentos e programas governamentais de apoio, além de diminuírem as garantias contratuais de seus associados em termos de horizonte de funcionamento [...] e garantia de seu trabalho”.<sup>385</sup>

É preciso, deste modo, que se continue “em busca de uma identidade institucional e de um arcabouço jurídico condizente, de cuja necessidade não restam dúvidas”.<sup>386</sup>

No entanto, sejam grupos informais, associações ou cooperativas, repetimos que, enquanto entidades de ES essas iniciativas econômicas:

- “não visam tecnicamente ao lucro (pois são associações de pessoas, e não de capital)”,<sup>387</sup>
  - “oferecem a seus integrantes uma possibilidade de superar as limitações do trabalho individual, sobretudo no caso de grupos com poucos recursos além do próprio trabalho para investirem em um negócio”,<sup>388</sup>
  - não se estabelecem pelo trabalho assalariado, portanto, “seus integrantes não são cobertos diretamente pela seguridade social e pela legislação trabalhista, [...]”.<sup>389</sup>
- Considerando a Lei n. 5.764/1971, os próprios integrantes de maneira individual devem, se assim o desejarem, efetuar “como autônomos seus vínculos contributivos com o sistema de seguridade, para estarem elegíveis aos benefícios previdenciários”.<sup>390</sup>

---

<sup>385</sup> SILVA, 2017c, *op. cit.*, p. 26.

<sup>386</sup> GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018, *op. cit.*, p. 138.

<sup>387</sup> SILVA, 2017c, *op. cit.*, p. 16.

<sup>388</sup> *Ibidem.*

<sup>389</sup> *Ibidem.*

<sup>390</sup> *Ibidem.*

A estrutura dos empreendimentos, nos quais os/as catadores/as desenvolvem seu ofício, mesmo quando assume personalidade jurídica, encontra muitas dificuldades, como apresentaremos no Capítulo 4: a pequena escala de produção e o não investimento público significam, dentre outros, baixos rendimentos, que culminam na impossibilidade de contratação de especialistas e de reorganização do espaço físico, bem como na compra de melhores e mais qualificados equipamentos. Estas dificuldades se multiplicam, em tempos de crise e se prolongam durante décadas, quando o Poder Público não prioriza ações e programas, a exemplo da ES, que pode auxiliar o/a catador/a, no cotidiano de trabalho.



## 4

## **A nova organização dos catadores e das catadoras em Caxias do Sul, a partir da década de 90, diante da precarização das pessoas que vivem-do-trabalho**

No cotidiano de trabalho dos catadores, o material reciclável não é apenas uma matéria-prima que se troca por dinheiro. Para esses trabalhadores, a catação de materiais ajuda a garantir a continuidade da vida. O material reciclável também gera reflexão, pois pode representar o fortalecimento, a conscientização e a preocupação com a realidade, muitas vezes, desumana, que os catadores vivenciam. Neste contexto, as associações [e demais entidades de ES] de catadores buscam lidar e conviver com relações de exclusão, impostas pela lógica de trabalho mercantil e pelo papel do Estado, este último, muitas vezes, distante.<sup>391</sup>

Como analisamos no Capítulo 3, dentre as formas de organização coletiva dos trabalhadores, distantes do trabalho assalariado e dos direitos trabalhistas – na busca da *continuidade da vida* –, estão associações, as cooperativas e os grupos informais, aqui caracterizados como Empreendimentos de Economia Solidária. Modelo que estrutura, de alguma forma, a ocupação de vários dos/as catadores/as, em Caxias do Sul, especificamente os sujeitos da pesquisa, conforme traremos na seção que segue.

### **4.1 A organização de catadores e de catadoras em EES, em Caxias do Sul**

Como mencionamos no Capítulo 3, o Município de Caxias do Sul teve certo pioneirismo, a partir da década de 90:

---

<sup>391</sup> SOUSA; PEREIRA; CALBINO, 2019, *op. cit.*, p. 226, acréscimos nossos.

- 
- na coleta seletiva, iniciada em 1991 e ampliada em 1997;
  - na promoção de políticas públicas de incentivo à organização formal de trabalhadores, no acesso à geração de trabalho e renda.

A literatura aponta que os primeiros experimentos coletivos municipais de práticas

[...] associativas de catadores no Brasil iniciaram-se em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Em São Paulo, por meio do trabalho de apoio à população de rua, desenvolvido pela Organização de Auxílio Fraternal (OAF), foi criada a Associação dos Catadores de Papel, em 1986. Mais tarde, em 1989, esta se tornou a Cooperativa dos Catadores de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare). Neste mesmo ano, durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992), foi implantado o primeiro programa de coleta seletiva da cidade; no entanto, nas gestões seguintes sofreu várias discontinuidades e retrocessos [...].

Em Porto Alegre, no ano de 1986, foi criada a Associação dos Catadores de Material de Porto Alegre, na Ilha Grande dos Marinheiros, com o apoio do trabalho eclesial de base da Igreja Católica. Em 1990 foi implantada a coleta seletiva no município durante a gestão petista de Olívio Dutra (1989-1992) [...]. Em Belo Horizonte, depois do trabalho de apoio aos catadores realizado pela Pastoral de Rua, em 1990, foi constituída a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare). Em 1993, foi construído o programa de coleta seletiva de Belo Horizonte em um trabalho conjunto com a Asmare durante a gestão de Patrus Ananias (1993-1996) [...]. É interessante observar que as três experiências têm sua origem em trabalhos desenvolvidos por organizações da Igreja Católica, e que nas três cidades os programas

---

de coleta seletiva foram criados durante gestões do Partido dos Trabalhadores (PT).<sup>392</sup>

Em Caxias do Sul, o relato de (F) traz elementos esclarecedores sobre a organização formal de associações dos/das catadores/as, no Município:

Em 95 eu comecei trabalhando em uma empresa de reciclagem [...]. Depois, fechou [...] eu trabalhava de carteira assinada, né [...]. Fechou e eu continuei trabalhando na mesma empresa, mas com outra empresa daí, que assumiu. Trabalhei mais nove meses nessa empresa, trabalhando sempre no mesmo lugar ali no pátio da Codeca<sup>393</sup> (F).

Enfatizamos três aspectos:

- em 1995, já havia em Caxias do Sul uma entidade que desempenhava atividade de triagem de materiais recicláveis. Se era, legalmente, empresa ou outra pessoa jurídica, não temos esta informação;
- o trabalho de (F) era assalariado, “com carteira assinada”, o que lhe garantia, diferentemente de hoje, direitos trabalhistas;
- a atividade era no pátio da Codeca.<sup>394</sup>

---

<sup>392</sup> PEREIRA, Maria Cecília Gomes; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cadernos EBAPE**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set. 2011, p. 2-3. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512011000300011](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512011000300011). Acesso em: 22 out. 2020.

<sup>393</sup> A Codeca – Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul – foi criada pelo Poder Público Municipal através da Lei Municipal nº 2192, de 29 de outubro de 1974. É uma Sociedade Anônima de Economia Mista, administrada por um Conselho de Administração, sendo responsável, entre outros, pela limpeza urbana da cidade, o que inclui o recolhimento de resíduos domiciliares, capina e varrição de ruas.

<sup>394</sup> No *site* da Codeca, aparece uma pequena informação sobre o início da separação do material reciclável: “O processo que resultou na criação de [associações] de reciclagens começou em 1997. Com uma estrutura montada na Codeca,

---

Em 1997, assume novo prefeito, que tem, dentre suas propostas de governo, o incentivo a ações de geração de emprego e renda, o que incluía apoio à formação de cooperativas e associações produtivas,<sup>395</sup> na premissa de Economia Solidária: “A ideia era criar várias associações. Não só essa. Na verdade, todas as associações foi ideia deles” (F).

Sobre o primeiro grupo congregador de pessoas em situação de desemprego ou subemprego, apenas uma entrevistada, (F), que continua em atividade no mesmo espaço ocupacional desde 1997, refere acerca do início dessa agremiação.

---

um grupo realizava a separação do material coletado no município. Anos depois, esse trabalho passou a ser feito por associações conveniadas à Prefeitura de Caxias do Sul. Foram criadas várias associações de recicladores, que recebem apoio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Semma) e da Fundação de Assistência Social (FAS).” (CAXIAS DO SUL, RS. Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul (Codeca). **As Coletas**. s/d1. Disponível em: [http://www.codeca.com.br/servicos\\_coletas\\_as\\_coletas.php](http://www.codeca.com.br/servicos_coletas_as_coletas.php). Acesso em: 20 jul. 2020).

<sup>395</sup> De acordo com Pepe Vargas, em avaliação ao Programa de Governo da gestão indicada, as “políticas de desenvolvimento [na época analisada] devem apresentar alternativas ao senso comum, que reduz tudo à concessão de subsídios para atrair novos capitais. Instrumentos fiscais podem ser utilizados, desde que no sentido das políticas de crédito, jamais como fundos perdidos. O uso de recursos orçamentários para financiar grandes investimentos privados significa perpetuar os mecanismos de transferência e concentração de renda. Tanto os mecanismos fiscais como os financiamentos lastreados pelo orçamento público, em função da pequena capacidade financeira dos municípios, devem ser direcionados aos micro e pequenos negócios, principalmente aos de caráter associativo e autogestionados. [...]. O incentivo às formas de produção associativas, cooperadas e autogestionadas, dentro do conceito de Economia Popular Solidária, também oferecem resistência e alternativas à organização econômica neoliberal. Além disso, permitem uma estratégia de formalização aos setores jogados na informalidade. [...]” (VARGAS, Pepe. A cidade que queremos. In: MAGALHAES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (org.). **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 173-181, 1999, p. 177-178, acréscimos nossos. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/governo\\_e\\_cidadania.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/governo_e_cidadania.pdf). Acesso em: 18 fev. 2021).

---

As lembranças, produto das experiências de (F), contribuem para identificarmos como se deu a organização e o estabelecimento dessa associação de recicladores.

Recomendamos, por ser a recordação de apenas uma pessoa – o que impede comparações, junções, divergências –, que se atente que as memórias têm sempre a

[...] interferência de muitos outros fatores na construção do relato.

Na verdade, é por meio da linguagem que qualquer relato memorialista é construído, tecido de escolhas, silêncios, lembranças e imprecisões.

Em um texto de memórias, como em qualquer texto [...], **nada pode ser tomado como representação fiel da realidade, mas como possibilidade [...]**.

A narrativa que se forma não é uma forma estática ao que ficou para trás.<sup>396</sup>

Além disso, não se pode imaginar que as pesquisas qualitativas possam revelar a exatidão dos acontecimentos. Como clara e objetivamente alega Ecléa Bosí:

[...] ser inexato não invalida o testemunho. Diferentemente da mentira, muitas vezes exata e detalhista. Vivemos numa sociedade a quem foi roubado o domínio do tempo, marcada pela descontinuidade. A narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema. Esse tempo original e interior é a maior riqueza de que dispomos. Qual versão de um fato é a verdadeira? Nós estávamos e sempre estaremos ausentes dele. Não temos, pois, o direito de refutar um fato contado [...] como se ele estivesse

---

<sup>396</sup> MACIEL, Sheila Dias. Investigações em torno da memória e do testemunho em Lembrança de uma Batalha, de Ítalo Calvino. Revista Rascunhos Culturais, Coxim, MS, v. 5, n.10, p. 33-46, jul./dez. 2014, p. 36, separação em itens e grifo nosso. Disponível em: [http://revistarascunhos.sites.ufms.br/files/2015/08/10ed\\_artigo\\_2.pdf](http://revistarascunhos.sites.ufms.br/files/2015/08/10ed_artigo_2.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, conta a sua verdade.<sup>397</sup>

A *verdade* de (F) é a de que:

[O governo municipal da época] [...] foi ele que incentivou, porque havia muitas pessoas desempregadas. Na verdade, ele [Prefeito] também não acreditava na proposta, tá, mas enfim, ele abriu espaço e apoiava.

O incentivo e o apoio do governo municipal encontram-se anotados em documentos do período. Se ele, o prefeito mencionado, como se posiciona (F), não acreditava na proposta, é a versão da entrevistada: *Qual versão de um fato é a verdadeira?*

Em continuidade, (F) rememora que “[A ideia das associações] veio de um grupo de pessoas desempregadas [uma destas pessoas, uma mulher], por muito tempo ficou de presidente nossa. Por muito tempo não, de 97 até 2000, três anos de presidente da associação” (F).

“Testemunha ocular”, (F) conta que, agregadamente com outros trabalhadores, desejava que não houvesse progressos na definição da instituição que estava se iniciando:

Quando começou a associação em 97,<sup>398</sup> quando ela foi criada, eu não participei do início da criação dela, porque eu trabalhava nessa empresa [já mencionada]. Na verdade, a gente torcia para que a associação não desse certo, **todos nós ia ficar desempregado, né?** (F).

<sup>397</sup> BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 65-66.

<sup>398</sup> “[Em 1997] A Codeca passou a atuar como apoiadora de programas de geração de trabalho e renda em decorrência da implantação, pela administração municipal, da Associação de Recicladores Interbairros, a pioneira em Caxias” (CAXIAS DO SUL, s/d, *op. cit.*, acréscimos nossos).

A manifestação de que havia medo e insegurança no fato de que essa nova agremiação “tirasse” o emprego – aspecto central da precarização salarial – de quem já se encontrava nela (indicadoras da precarização existencial) é totalmente pertinente em épocas de desemprego:

Não sei se tenho medo  
 Não sei se tenho medo  
 Só esse desespero  
 [...]
   
 Quem vai ser despedido?  
 Quem vai dançar primeiro?  
 E o pouco que eu recebo  
 É uma metade pelo meio  
 Não sei se tenho medo  
 Não sei se tenho medo...<sup>399</sup>

*Quem não tem medo?*

*Como não ter medo com o cotidiano que nos desconcentra? “Com o fato de cidadãos da ordem democrática e civilizada, da civilização que com seus progressos técnicos, valores culturais elevados, com sua refinada cultura e conhecimento científico, teria aprendido conviver em sociedade, tenha agora se tornado palco para a plena irracionalidade, a negação da ciência, a burla da lei, o preconceito, a violência e a barbárie?”<sup>400</sup>*

Na *escavação* de suas memórias, (F) – da janela de seu local de trabalho – relembra a formulação da primeira associação e as várias reuniões entre os primeiros componentes, o que implicaria sua organização:

<sup>399</sup> RUSSO, Renato. **Desemprego**. Álbum Dois. Banda Legião Urbana. Rio de Janeiro: EMI, 1986, faixa 5, lado B.

<sup>400</sup> IASI, Mauro Luis. Pandemia e violência. Dossiê temático. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 22, n. Especial, p. 655-666, 2020a, p. 659. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2021/8925-1611586408.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

Então, a gente ficava trabalhando no galpão lá em cima, no caso. Lá na Codeca. Eles se reuniam – o grupo da associação –, embaixo de umas árvores que tinham lá no fundo, na frente ali, onde é o estacionamento, eles se reuniam ali. Aí, a gente olhava lá de cima. Tu deve conhecer o pátio da Codeca, a gente trabalhava lá naquele pavilhão que tem afastado assim para o lado. Era lá a reciclagem. Aí, nós ficava lá em cima e a gente olhava aquele monte de gente e ficava pensando: **Meu Deus, eles vão ficar no nosso lugar e a gente vai ficar tudo desempregado.** [...] eles começaram a se reunir em março [de 1997] (F).

O *tempo original e interior* das recordações de (F) aponta o ano de 1997 e o mês de junho como o início oficial da primeira entidade juridicamente instituída, a Associação de Recicladores Interbairros de Caxias do Sul:

Ganharam as eleições em janeiro, assumiu o prefeito. Em março eles [primeiros componentes] começaram a se reunir lá e, em junho, eles assumiram. [...] Em junho começou a associação, e aí eles começaram: dia 1º (F).

A formação de outra organização produtiva e de trabalho resultou (motivos não descobertos) no encerramento da entidade, quando (F) exercia a função na época. Com o término daquela agremiação, os funcionários foram convidados a associarem-se à nova.

Quando começou a associação em 97, quando ela foi criada, eu não participei do início da criação dela, porque eu trabalhava nessa empresa. Daí fechou a firma que a gente trabalhava e a gente foi convidado a se retirar, fomos mandados embora. Daí depois de oito dias eu fui convidada a trabalhar na associação. Na verdade, assim, a proposta deles era ser todos convidados.

---

Para o pessoal que trabalhava na associação, a ideia era ser chamado de novo e não ficar sem emprego. Em junho começou a associação [...], dia 1º, e eu comecei dia 6. Dia 6 de junho eu fui convidada a voltar. Aí teve mais um pessoal também que trabalhava ali com nós que voltou, daí tem o tio da cozinha que tá com nós até hoje. O “tio” da cozinha foi convidado mais depois (F).

Infere-se, diante da proposta do governo municipal (gestão 1997-2000 e 2001-2004), de incentivo a associações e cooperativas autogestionadas, dentro do conceito de Economia Popular Solidária, que havia uma estratégia, dentro dos enunciados de geração de trabalho e renda, de “convidar”, como manifesta (F) os/as em situação de desemprego ou subemprego, para se inserirem nessa “nova” organização.

*A Associação de Recicladores Interbairros formou muitos profissionais que, depois, se integraram a outras iniciativas. Depois desta Associação, outras vieram. Por intermédio delas, há o entrelaçamento de histórias individuais e familiares de homens e mulheres, que fundam as identidades ocupacionais dos/as catadores/as, em Caxias do Sul.*

Destarte, os/as demais interlocutores/as da pesquisa – além de (F) – foram se organizando ou se inserindo em múltiplas agremiações, mesmo que algumas tenham demorado para se tornar pessoa jurídica, e uma das mencionadas, aqui, não tenha até hoje essa titularidade.

Com a intensificação (1997) da coleta de resíduos seletivos, recolhidos pela Codeca, novas iniciativas de trabalho coletivo vão sendo edificadas, e associações, grupos informais e cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis ganham fôlego e novos rumos.

Isto representou expressiva diminuição da catação na rua, não significando, entretanto, que vários dos/as que efetuavam esta função, no espaço público, e que se uniram às novas formas de

---

organização, tenham deixado de realizá-la, em muitas situações. Além disso, muitos/as dos/as catadores/as de rua nunca se inseriram em empreendimentos “formais” de trabalho.

A coleta seletiva, por conseguinte, alterou os processos de trabalho de muitos/as catadores/as, particularmente aqueles/as que se organizaram no que estamos denominando de EES: “Hoje em dia, a Codeca ajunta e traz. Nós nunca mais juntamos na rua com carrinho” (G). Isto modificou, até mesmo, as condições de vida: “Para nós, no nosso caso, o que ajudou mesmo foi eles [Codeca] levarem o lixo pra nós, que é uma coisa muito importante. Nós sofria muito com essa folia de lixo” (G).

A atividade de catação na rua é considerada mais árdua e penosa que as ações de receber, triar, separar, prensar, pesar, etc., os resíduos: “Foi muito bom depois que nós entramos. Que vem trazer o lixo aqui. Nunca mais a gente foi catar de carrinho na rua: nós saía de manhã, minha filha” (G). Além disso, evita as situações já relatadas de conflitos e de humilhações sofridas no ofício, que intensificam a precariedade existencial.

Isto demandou, por parte do Executivo municipal, além da coleta seletiva (que exige campanhas permanentes sobre a correta segregação de resíduos, mesmo que em Caxias do Sul, atualmente, não suficientes), planejamento específico de distribuição dos resíduos recicláveis a quem executa a separação destes: catadores/as. Em 2018, (E1) e (G), sobre tal planejamento, assim se manifestaram: “Agora temos nossos setores mais regrados, que é um cronograma. Cada associação tem seus setores teoricamente certos né pra vir durante a semana” (E1); “A Codeca pega [resíduo] em vários lugares e até fizeram essa nova, que é para trazer as firmas e fazer o rodízio entre as reciclagens. Para nós não nunca veio nenhum ainda, mas de certo um dia vem” (G).

A Codeca vem estabelecendo duas modalidades de parcerias com as entidades que recebem o material reciclável. A primeira, por meio de convênios e a segunda, com aquelas denominadas apoiadoras:

A entrega dos resíduos, inicialmente, era só para aquelas legalizadas: só as que tão tudo certinho, né? (G).

Tinham as conveniadas que tinham convênio com a Prefeitura e as apoiadoras que eram aquelas lá que... O que que acontece? Eram particular, certo? Aí o que as reciclagens não conseguissem abastecer de material e ia o excedente para as apoiadoras, né? (I).

O que é apoiadores? Nós recebemos o excedente. É quando, tipo sobra muito lá e a sobra era o que vinha prá nós (E2).

A organização coletiva destes trabalhadores, em Caxias do Sul, passou por dois momentos. Um não ser pessoa jurídica instituída e, outro, ter CNPJ, estar regulamentada e reconhecida perante as autoridades estatais. Os convênios com a Codeca – salvo poucas exceções como na entidade (i) – basearam-se no critério da entidade ter CNPJ, ou seja, estar legalmente estabelecida.

Por algumas vezes a gente recebeu material da Codeca. Depois de um tempo trancaram, porque a gente não tinha convênio. Não era formada uma associação. Daí o [funcionário] que trabalhava na Codeca, nos chamou e [nós perguntamos]: – Ah! Por que a gente não recebe mais seletivo e tal? [Ele] disse: – Bah! Tá difícil por isso, isso e isso... Formem uma associação. Além de vocês estarem ajudando vocês, que vocês querem material, vocês vão ajudar outras pessoas. (E).

A gente tinha todos os maquinários, assim, dentro das nossas condições. Tinha um lugar, tinha uma prensa, tinha né, uma coisa meio... Então 2014 pra cá, nós formamos a associação (E1).

A gente não fazia parte desse ciclo de reciclagem. Nós tínhamos o nosso serviço aqui. Aí teve uma

época que a promotora não quis mais que fosse lixo reciclável lá para São Virgílio. Aí o [Presidente da Codeca] encontrou o meu falecido filho, ele com o caminhãozinho dele carregado. Ele disse: – Oh! rapaz, pera aí! Você lida com isso aí? Ele disse: – Sim, faz anos que o meu pai lida e agora eu tô também. Aí [presidente da Codeca] falou: – Você não quer pegar uns material reciclável? Ele disse: – Pego. Foi numa época, [encheu] até no portão. Porque as outras todas estavam de férias, as reciclagens. Veio tudo para cá. Nós enchemos esse depósito até em cima na viga, socado. Aí o [presidente da Codeca] ficou muito satisfeito, porque deu um problema naquela época que ela [promotora] não aceitou. Ela disse: – Não! Eu não quero material lá. Pronto. Deem um jeito. E ele era o diretor da Codeca, foi onde a gente entrou (G).

As falas dos/as entrevistados/as, indicadas no Capítulo 2, apontam que (E1), (E2), (G), (I) e (J), portanto, cinco dentre os doze sujeitos de pesquisa, iniciaram suas caminhadas catando resíduos na rua. Pertenciam, fundamentalmente, às famílias que buscavam a fonte de renda para subsistência no espaço público: catando em lixeiras e similares. Pertencem ao primeiro período, já identificado por nós – final dos anos 70 a início dos anos 90 –, quando não havia intervenção do Poder Público, em relação aos resíduos recicláveis, ou em relação aos sujeitos que sobrevivem do seu manuseio.

Na área ao redor das moradias eram levados e separados os materiais coletados (como o é até hoje para vários catadores/as não organizados/as em um empreendimento). Não tinham estrutura física própria ao desenvolvimento da atividade profissional, como há hoje: galpões e/ou outras edificações. Moradia e espaço de trabalho se confundiam.

Chamamos a atenção que:

- (E1), (E2), (G), (I) e (J), apesar de representarem os/as protagonistas no manuseio para a separação e venda de resíduos recicláveis, não comporão as primeiras organi-

- zações formalmente estabelecidas. Aliás, a primeira pessoa entrevistada (F) a compor a primeira associação juridicamente instituída (1997), iniciou as atividades com materiais já coletados: recepção, triagem, separação, etc. Ou seja, não efetuou ação da busca de materiais na rua;
- (G) é reconhecida como pertencente à primeira geração de catadores/as de Caxias do Sul e, pelas suas narrativas, protagonista da primeira iniciativa, da qual se tem conhecimento, de seleção, preparo e venda de materiais recicláveis (além da catação) – no final da década de 70; liderança ativa de um empreendimento, diante da definição registrada no Capítulo 3 (Quadro 7), como um grupo informal, não tendo, até 2020, natureza jurídica<sup>401</sup>;
  - (E1) e (E2), que trabalharam longo período na catação de rua e, ainda, conjuntamente com (G), na seleção, no preparo e na venda de recicláveis, iniciam “negócio” próprio em 1999, mas, somente em 2014, formalizam juridicamente a entidade.

Iniciamos um novo grupo julho de 1999. Foi o dia que nos mudamos [da entidade inicialmente formada pelo pai e pela madrasta – (G)].

Quando eu saí [da empresa] com um bebê [2012] e tal, não conseguia trabalhar; disse: [...] – Vamo continuar com a reciclagem. Meio ainda não era nada. Não era uma associação ainda, era uma... mais a nossa de fundo de quintal sempre. (E1).

---

<sup>401</sup> A impossibilidade deste grupo informal efetivar-se como pessoa jurídica é apontada por (G): “Daí a gente foi arrumando a papelada e coisa e tal. Mas chegou naquele que não tem. Porque aqui não tem como tu dar, não tem escritura. Aí já foi falado que era para alugar um depósito. Mas como é que a gente vai alugar um depósito? Vamos pagar aluguel com o quê? Gente, se a gente se sustenta como pode, né? Um mês dá bem, outro mês não dá, então vamos indo” (G).

[...] daí nós juntava papelão depois eu e ela [E1] saía no meio das obras juntar aqueles paletes que ninguém queria mais e trocava por blocos, um paletes reformadinho nós trazia pra casa e pregava, e eles reformava eles dava dois blocos e meio por um paletes, então nós ia juntando.

Quando tinha cento e... eu me lembro até hoje que dava 300 blocos, cento e trinta e poucos paletes, pra dá 300 blocos; daí trocava por blocos pra começar a fazer o barracão. Sabe que a gente lembra muito começou por blocos, que foi feito o pavilhão. Aqui ó, o muro aqui em baixo que já até caiu com dia que teve enxurrada muito forte a gente fez em 2014, né? Esse muro de contenção, mas eu me lembro bem que foi nas olimpíadas da Festa da Uva 2014. Então assim olhando lá pra trás daquela época. (E2).

De 2014 pra cá nós formamos a associação e emprestamos nosso maquinário. (E1)

- (I) principia sua vinculação de trabalho na associação, em 2005. Empreendimento juridicamente edificado em 2002.

Eu estudava. Eu trabalhava meio turno na época, quando eu entrei na associação. Na época tinham dois turnos, eu trabalhava no turno da manhã, porque eu estudava à noite. Aí eu trabalhava no turno da manhã, minha mãe no turno da tarde e, de noite, eu estudava, né. Eu fiquei nesse processo, mais ou menos nesses dois turnos, ficamos dois anos ali na associação desse jeito, né. Aí, depois ficou o turno integral. Eu fui me inserir na associação dia 1º de novembro de 2005 [...] eu entrei na associação, uma menina de 16 anos, eu era um bicho do mato (I).

- (J), até 2011 efetuou a função, prioritariamente, coletando os resíduos na rua (primeiramente com o pai e depois com o marido), promovendo a seleção do que era coletado e vendido em um espaço junto a moradia, em um “negócio”

---

familiar. A partir deste ano inicia, conjugadamente, à catação na rua, o recebimento (da Codeca) de resíduos com possibilidade de serem reciclados. Formou-se, assim, um primeiro empreendimento mais organizado, agregando outros sujeitos. Mas, somente em 2014, há a formalização jurídica da associação que lidera.

Nos casos citados, há um considerável intervalo de tempo entre a constituição do grupo e a formalização jurídica do negócio, o que remete ao grau de dificuldade relacionado à reunião das condições, até mesmo econômicas, para o encaminhamento formal do processo de legalização dos empreendimentos. Diante da importância econômica e ambiental do trabalho, uma constatação: *Deveria haver programas, projetos e serviços específicos (a partir de políticas públicas de enfrentamento a pobreza e geração de trabalho e renda, por exemplo), incluindo assessorias, para a organização – inclusive legal – do trabalho.*

Ressaltamos que este grupo de pessoas: (E1), (E2), (G), (I) e (J) (em uma relação basicamente familiar), segundo relatos apresentados no Capítulo 2, já funcionavam, na época de início na função, no recolhimento, na seleção, no preparo e na venda do material.

Lembramos o também veiculado no Capítulo 2, quanto aos quatro períodos no manuseio com resíduos recicláveis e reutilizáveis em Caxias do Sul: 1) final dos anos 70 ao início de 1990 – onde a centralidade dos afazeres se dava na rua, na ação de catar junto a lixeiras e similares; 2) metade dos anos 1990 até a metade dos anos 2000 – onde começa o processo de “incentivo” público (municipal) a separação de resíduos (coleta seletiva) e a organização destes(as) trabalhadores(as) em entes de pessoa jurídica; 3) meados de 2005 até 2016, por intermédio do incentivo do governo federal a essa modalidade de ocupação profissional; 4) após 2016 até o momento atual.

Por conseguinte, a partir de 1997 (ver Quadro 9), organizações formais de trabalho de catadores/as se estabeleceram.

Quadro 9 – Unidades de trabalho dos/as catadores/as, natureza jurídica e ano de legalização

<b>Entidade</b>	<b>Natureza jurídica</b>	<b>Ano de legalização</b>
Grupo de Catadores do 1º de Maio	Não tem natureza jurídica. É um grupo informal Início: final da década de 70	-
Associação de Recicladores Interbairros de Caxias do Sul	Associação privada: sem fins lucrativos	1997
Associação de Recicladores Serrano	Associação privada: sem fins lucrativos	1998
Associação de Recicladores e Carroceiros Aeroporto – Arca	Associação privada: sem fins lucrativos	2002
Associação de Recicladores Vida Nova	Associação privada: sem fins lucrativos	2002
Associação de Recicladores Novo Amanhã	Associação sem fins lucrativos	2002
Cooperativa de Recicladores de Caxias do Sul (Clean)	Cooperativa	2009
Associação dos Recicladores Belo Horizonte	Associação privada: sem fins lucrativos	2011
Associação de Recicladores Monte Carmelo	Associação privada: sem fins lucrativos	2011
União de Catadores do Reolon	Associação privada: sem fins lucrativos	2013
Associação Centenário de Recicladores	Associação privada: sem fins lucrativos	2014
Associação Santa Rita de Recicladores	Associação privada: sem fins lucrativos	2014
Associação Girassol de Recicladores	Associação privada: sem fins lucrativos	2014

Fonte: CAXIAS DO SUL, s/d. Nota: Elaborado pelas autoras.

Os dados exibidos no Quadro 9 permitem verificar que, das treze agremiações elencadas, uma é configurada como cooperativa; outra, como grupo informal, e as demais foram fundadas como associações privadas. Destas treze, os interlocutores desta produção participam em ações junto a nove organizações coletivas.

---

É importante frisar quatro aspectos a serem problematizados, diante das informações contidas no Quadro 9:

- 1997-2002 – são estruturadas juridicamente cinco associações, muito provavelmente, pelo incentivo e apoio do governo municipal. Rememoramos que, a partir de 2003, iniciam-se, em nível federal, ações de estímulo e financiamento a empreendimentos de catadores/as (ver Capítulo 3, especificamente Quadro 6);
- 2009-2014 – foi o espaço de tempo em que houve a criação da maioria dos empreendimentos – sete entidades (uma cooperativa e seis associações) – indubitavelmente pelo estímulo do governo federal, nesse período, segundo tratamos no Capítulo 3, o que se coaduna com a realidade brasileira. Em Caxias do Sul, os catadores e as catadoras participaram e foram beneficiados conforme vários editais de financiamento público, nos quais aparecem as intervenções do Executivo nacional e suas estratégias, na época, na geração de trabalho e de renda com diminuição do desemprego e da pobreza;
- apesar do aumento da quantidade de resíduos recicláveis e do aumento da pobreza e do desemprego, não houve, a partir de 2014 (até 2020, final do Projeto de Pesquisa em tela, da qual os dados são oriundos), em Caxias do Sul, a edificação, formalizada, juridicamente, de nenhuma nova entidade; ao contrário, muitas como veremos adiante, tornaram-se inaptas.

Como a maioria, os já elencados (G), (E2), (I) e (J) – iniciantes da catação na rua – integraram grupos informais de reciclagem no final de 1990 e início dos anos 2000. Seguramente, a coleta seletiva efetuada pelo Poder Público municipal (Codeca), a partir de 1991 e intensificada em 1997, é elemento substancial no novo formato de organização.

---

Isso não significa, porém, que tenham deixado de praticar, em muitas situações, a coleta na rua. A pejeja pela sobrevivência é contínua: “[...] na rua, na chuva, [...] ou numa casinha de sapê”.<sup>402</sup>

*A organização dos/as catadores/as em grupos, movimentos e entes jurídicos em Caxias do Sul, a exemplo de outras cidades brasileiras, não representa a maioria dos que vivem da coleta, separação, preparação e venda de recicláveis. Há os que trabalham sozinhos ou com outras poucas pessoas na rua, sem pertencerem a nenhuma atuação econômica coletiva – e que não são personagens da pesquisa ora exibida.*

Se, no período de 2003-2016, houve, mesmo que não suficiente, a instauração de diretrizes, de ações e de financiamentos públicos na organização daqueles/as que se encontravam fora do mercado formal de trabalho, no início de 2016.

[...] com o processo de *impeachment* imposto à então presidenta eleita Dilma Rousseff pelo Congresso Nacional, os impactos dessa vez foram bem mais consideráveis em sua organização administrativa. Primeiramente, houve nova organização da estrutura ministerial, com o MTb voltando a desmembrar-se da Previdência, como efeito da Medida Provisória n. 726, de 12 de maio de 2016, convertida, posteriormente, na Lei n. 13.341, de 29 de setembro de 2016. Houve uma grande reformulação na equipe gestora e técnica, a começar pela saída do próprio secretário Paul Singer, que esteve à frente, durante todo o período de existência da secretaria até então. Com ele saíram também todos os diretores e coordenadores, além de técnicos de carreiras transversais lotados na Senaes/MTb. Importante ressaltar que, desde o início dos trabalhos da secretaria, a equipe gestora sempre teve uma ligação muito próxima com o movimento nacional de economia solidária,

---

<sup>402</sup> SILVA, Hyldon. **Casinha de sapê**: álbum Na Rua, na Chuva, na Fazenda. Rio de Janeiro: Polydor, 1975, faixa 1, lado B.

---

obtendo deste um respaldo social bastante importante para a construção de projetos. Ao que tudo indica, a nova equipe encontrou dificuldades na condução dessa transição. Outro fato digno de nota foi a transformação da Senaes/MTb em uma subsecretaria ligada diretamente ao gabinete do ministro do Trabalho, perdendo o *status* de secretaria, como era desde 2003. Contudo, manteve-se a sigla e seu caráter de unidade gestora com autonomia de execução dos programas referentes à temática da economia solidária.<sup>403</sup>

A acentuada recessão econômica no Brasil, com ênfase a partir de 2015, “com o produto nacional caindo quase 8% em dois anos, [...] levou a uma queda considerável nas receitas do governo”.<sup>404</sup> Isto significou, ainda, não investimento em ações de ES, logo, na organização, no financiamento, no apoio e no acompanhamento técnico aos trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável.

Soma-se a isto, como ingrediente de desestabilização, logo, diretamente nas condições e no modo de vida dos/as que vivem-do-trabalho, o conjunto de ações de “retirada” do Estado, em outras políticas sociais públicas, como já citado, com a aprovação da Emenda Constitucional dos Gastos Públicos (2016) e o congelamento por vinte anos nas despesas totais do governo federal; flexibilização das leis trabalhistas e a reforma da Previdência em 2019.

Deduzimos que o fato de cinco dos treze empreendimentos indicados no Quadro 9 encontrarem-se com CNPJ inapto perante a Receita Federal (quatro tornaram-se inaptas em 2018 e uma em 2021)<sup>405</sup> – o que ocorre, quando uma entidade não apresenta

---

<sup>403</sup> SILVA, 2018b, *op. cit.*, p. 170, separação em itens nossa.

<sup>404</sup> *Ibidem*, p. 180.

<sup>405</sup> Informações coletadas na Receita Federal do Brasil: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/servicos/cadastro/cnpj>. Acesso em: 28 de jun. 2021.

---

documentação ou relatório obrigatório perante o Poder Executivo, durante dois exercícios consecutivos<sup>406</sup> –, e um não se constitui com natureza jurídica, logo, não possui CNPJ – tem vinculação direta com o fato de o Estado brasileiro ter diminuído, marcantemente, sua participação em propor e executar políticas públicas de apoio a esses grupos sociais.

As consequências de não ter CNPJ ou ser declarada inapta impedem, entre outros: a realização de operações comerciais; emissão de notas fiscais; participação em licitações ou movimentações de contas bancárias. Como afirmado no Capítulo 3, isso resulta em que as atividades sejam “*desenvolvidas no âmbito da extralegalidade*”.<sup>407</sup>

A formalização jurídica da entidade, mesmo que os trabalhadores não tenham garantias trabalhistas, é essencial, pois permite, dentre outros, acesso a políticas públicas e a financiamentos.

Isso denota que não obstante a organização desse segmento profissional estar traduzida, de maneira marcante, em cooperativas, associações, ou grupos informais, igualmente ao restante das cidades brasileiras, “o percentual de catadores envolvidos em empreendimentos coletivos formalizados ainda é baixo, e aqueles existentes são carentes de uma série de componentes importantes para seu funcionamento mais efetivo”.<sup>408</sup>

---

<sup>406</sup> BRASIL. **Instrução Normativa n.1.863, de 27 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Diário Oficial da União. Publicado em: 28/12/2018. Edição: 249. Seção: 1. Página: 354. Órgão: Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil, 2018, art. 41.

<sup>407</sup> NOGUEIRA, 2016, *op. cit.*, p. 9-10.

<sup>408</sup> SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. Empreendimentos de economia solidária na cadeia produtiva da reciclagem: um olhar inicial sobre os dados do sistema de informações da economia solidária. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Mercado de trabalho, Brasília, n. 59, ano 21, p. 99-106, out. 2015, p. 100. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5010/11/bmt\\_59\\_economia-solidaria-2.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5010/11/bmt_59_economia-solidaria-2.pdf). Acesso em: 19 jan. 2021.

---

A estruturação e a manutenção de um empreendimento exigem conhecimento técnico, na formalização e manutenção, incluindo a contábil e a financeira. No caso dos/as catadores/as, existem, da mesma forma, os obstáculos na comercialização e, em “gerar receita suficiente para a remuneração de seus trabalhadores e acessar linhas de crédito favoráveis para novos investimentos ou capital de giro [...]”.<sup>409</sup>

As exigências a serem cumpridas, no que concerne a organizar e manter um ente jurídico com a natureza das entidades aqui analisadas, como bem aponta Fabiana Goulart de Oliveira, gera tensões e conflitos, uma vez que as normas legais tentam

[...] “enquadrá-los” em modelos incompatíveis com suas realidades, [...] os conflitos tendem a se agravar, aumentando a precariedade das condições de trabalho e excluindo, mais uma vez, pessoas com maior grau de vulnerabilidade e menor possibilidade de reintegração social.<sup>410</sup>

Expusemos no Capítulo 3 as classificações do que denominamos precariedade estrutural do trabalho contemporâneo, categorizadas em: precarização salarial; de proteção social, e existencial. Dizíamos naquele tópico que estas serviriam de orientação teorizada para apontarmos em *descrições e interpretações, nexos e relações* no exercício funcional dos sujeitos de pesquisa. No item 4.2, a intenção é ilustrar, por meio, especialmente, dos processos de trabalho e da instabilidade financeira, algumas das formas de precarização a que são submetidos estes sujeitos.

---

<sup>409</sup> SILVA, CARNEIRO, 2016, *op. cit.*, p. 38.

<sup>410</sup> OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. **Do trabalho sujo à bela obra: o que é triar materiais recicláveis? Um estudo em psicossociologia do trabalho.** Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2016, p. 42. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AQGHQR>. Acesso em: 10 maio 2021.

---

## 4.2 A precarização salarial, de proteção social e existencial dos/as catadores/as de Caxias do Sul

A classificação em três formas de precariedade (salarial, de proteção social e existencial) não dá conta das complexidades estabelecidas no mundo do trabalho contemporâneo. O entrelaçamento “umbilical” entre elas é saliente, ficando, por vezes, impossível tratar de uma sem referir a outra. As utilizamos como categorizações didáticas, cuja finalidade é demonstrar aspectos inerentes à *precarização estrutural* para os/as que vivem-do-trabalho, com recorte, neste livro, aos/as catadores/as de Caxias do Sul, representados pelos/as doze entrevistados/as.

Tais dificuldades determinaram que, neste item 4.2, não descrevêssemos e identificássemos, separadamente, cada classificação; ao contrário, tentamos evidenciar o *entrelaçamento umbilical* entre elas.

A verificação e, posterior, interpretação da precarização estrutural na vida dos sujeitos de pesquisa, demandou a edificação de categorias operacionais, cuja finalidade foi “apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica”.<sup>411</sup> As possibilidades de classificação seriam múltiplas, estabelecemos, para esta produção, duas categorias operacionais: **processos de trabalho**, nomeadamente naquilo que tem sido chamado de seleção de resíduos, e **instabilidade financeira**, pois até este momento, e diante do objetivo da presente produção, elas dão conta do que queremos pontuar.

### PROCESSOS DE TRABALHO

Um dos aspectos do trabalho dos catadores diz respeito às más condições em que ele é realizado. [...] os recursos de que eles dispõem para a atividade

---

<sup>411</sup> MINAYO, 2015, *op. cit.*, p. 94.

---

(galpões, equipamentos, apoio técnico) são precários.<sup>412</sup>

Para descrever e analisar acerca dos processos de trabalho dos/as catadores/as é preciso apontar nosso entendimento.

Qualquer processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação do sujeito, ou seja, o próprio trabalho requer meios, ou instrumentos para que possa ser efetivado.

Em outros termos, todo processo de trabalho implica **uma matéria-prima ou objeto** sobre o qual incide a ação; **meios ou instrumentos de trabalho**, que potencializam a ação do sujeito sobre o objeto; e **a própria atividade**, ou seja, o **trabalho direcionado a um fim** que resulta em **um produto**.<sup>413</sup>

Então, os elementos básicos de um processo de trabalho são: objeto; finalidade/objetivo; trabalho em si; meios; e resultados/produto.

No caso dos/as catadores/as: o objeto de trabalho são os resíduos recicláveis. A finalidade básica na atividade de seleção é efetuar a triagem, separando os resíduos, de acordo com a classificação do material, permitindo a reutilização ou reciclagem pelas indústrias. O trabalho em si envolve ações de recepção do resíduo, segregação por tipologia, armazenamento, triagem, prensagem/enfardamento, pesagem e comercialização. Os meios constituem o que denominamos, aqui, como infraestrutura. Como produto encontra-se a contribuição

[...] para o aumento da vida útil dos aterros sanitários e para a diminuição da demanda por recursos naturais, na medida em que abastece as indústrias recicladoras para reinserção dos resíduos em suas

---

<sup>412</sup> OLIVEIRA, 2016, *op. cit.*, p. 67.

<sup>413</sup> IAMAMOTO, 2018, *op. cit.*, p. 61-62, grifo e separação em itens nossa.

ou em outras cadeias produtivas, em substituição ao uso de matérias-primas virgem.<sup>414</sup>

Ou seja, o produto fundamental de seu trabalho é o papel que desempenham na preservação do meio ambiente. Mesmo que, no contraponto, não tenham reconhecimento social. Comprovando isto, há as más-condições a que são submetidos e a renda indigna.

Para identificar alguns dos aspectos da precarização estrutural do trabalho, é imprescindível antes sinalizar que a qualidade no exercício laboral, dentro do que é possível no capitalismo,<sup>415</sup> é tema estudado e defendido por aqueles que buscam minimizar “os problemas geradores de mal-estar ou sofrimento no trabalho”.<sup>416</sup>

Infelizmente, como estamos constatando, no decorrer deste livro, tal característica é esquecida, é rejeitada, pois, concordando com Valquíria Padilha, o trabalho em si tem servido e beneficiado o grande capital, “em detrimento das necessidades e interesses dos trabalhadores”.<sup>417</sup>

*Experenciamos tempos de “precarização estrutural e da viração”.*<sup>418</sup>

<sup>414</sup> BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Catadores de materiais recicláveis**, s/d. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis.html>. Acesso em: 3 set. 2021.

<sup>415</sup> Para o trabalhador “usufruir a vida com saúde e plenitude, [...] se trata de um projeto impossível sob a racionalidade do capital ‘baseada na constante expropriação, exploração e acumulação’. [...] ‘Parece primordial considerar [...] que o homem só pode ser verdadeiramente livre quando se livrar das coações – externas e internas, físicas e morais – que compõem a sociedade capitalista. [...] Para que o tempo livre seja verdadeiro e cheio de sentido, o rompimento com a lógica de capital e com a sociedade fundada no mercado é decisivo’.” (PADILHA, Valquíria. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panacéia delirante. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 549-563, nov. 2009, p. 559-560. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/LMVTnjZCqVnptxycF3DbysF/?lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2020).

<sup>416</sup> *Ibidem*, p. 558.

<sup>417</sup> *Ibidem*, p. 551.

<sup>418</sup> LÚCIO, Clemente Ganz. 1º de maio em tempos de pandemia: a mutação do capitalismo e a degradação do trabalho. Entrevistas com Ricardo Antunes, Clemente Lúcio e José DariKrein. DMT – **Democracia e Mundo do Trabalho**

Para melhor compreensão do vivenciado pelos trabalhadores de materiais recicláveis, em seus processos de trabalho, trazemos algumas problematizações sobre os meios de trabalho – infraestrutura – e suas condições, os quais, indiscutivelmente, na busca de meios para adquirir renda, levam homens e mulheres a se submeterem a um encadeamento contínuo de *viração* – “processo de adaptação para sobreviver”,<sup>419</sup> de luta pela vida.

A infraestrutura onde os/as catadores/as, sujeitos desta publicação, desenvolvem seus afazeres profissionais, apesar das relevantes “melhorias” ocorridas, especialmente, a partir de meados dos anos 2000, por projetos, com apoio municipal e financiamento de entes federais,<sup>420</sup> o que incluiu construção ou reformas

---

**em Debate**, 4 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/598528-1-de-maio-em-tempos-de-pandemia-a-mutacao-do-capitalismo-e-a-degradacao-do-trabalho-entrevistas-especiais-com-ricardo-antunes-clemente-lucio-e-dari-krein>. Acesso em: 17 ago. 2021.

<sup>419</sup> A grande diferença nos novos processos “de adaptação para sobreviver” é que diferente de outros momentos históricos “não é mais um fenômeno restrito aos setores que estão na base da pirâmide social, pois atinge também segmentos médios da sociedade brasileira. Por exemplo, muitos de nós conhecemos profissionais que tiveram que inventar algum trabalho para sobreviver porque não conseguiram se reinserir no mercado de trabalho – um engenheiro qualificado que vira motorista de Uber, um cientista social que abre um ‘empreendimento’. Pós-crise de 2015/2016 houve um aumento forte do número de cozinheiros(as), confeiteiros(as), motoristas, vendedores(as) de todo tipo etc.” (*Ibidem*, s/p.).

<sup>420</sup> A Universidade de Caxias do Sul (UCS) participou de várias chamadas públicas de financiamento de ações com os/as catadores/as. Citamos como exemplos: a) “a UCS em parceria com a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul e a OSCIP gaúcha Guayí, com fomento do CNPq e da Petrobrás, desenvolveu em 2005 o projeto intitulado Capacitação da Rede de Catadores e Centrais de Triagem do Município de Caxias do Sul. Esse projeto visou qualificar e organizar a rede de catadores e as centrais de triagem da cidade de Caxias do Sul” (ZATTERA, Ademir José. **Projeto capacitação e apoio às atividades dos catadores informais do município de Caxias do Sul**, 2011, p. 4. Financiamento pelo Edital Público da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), alocada no Ministério do Trabalho e Emprego e em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito do Plano

---

de edificações (galpões) e compra de equipamentos, não contêm as condições ideais: *os recursos de que eles dispõem para a atividade (galpões, equipamentos, apoio técnico) são, ainda, precários.*

A infraestrutura de um empreendimento, como os aqui analisados, é representada pelos necessários ao seu melhor funcionamento, e englobam, no mínimo:

- edificações – galpões;
- equipamentos de Proteção Individual (EPIs) como máscaras, luvas, calças e camisas compridas, calçado antiderrapante, capa de chuva;
- equipamentos para triagem e beneficiamento: mesa ou esteira; balança; prensas; empilhadeira; elevador; carrinho; trator e outros veículos, etc.

A infraestrutura é, outrossim, traduzida pelas condições desejáveis a um ambiente de trabalho, tais como: existência de refeitório e de sanitários apropriados; ventilação e iluminação adequadas; condições ergonômicas ajustadas (altura das esteiras/mesas de separação e dos assentos); limpeza dos espaços e controle sanitário, por exemplo, de insetos e ratos, comuns a estes ambientes, considerando os resíduos manuseados. Cabe ressaltar que os/as catadores/as, participantes deste estudo residem em região de clima subtropical, cujo inverno tende a ser rigoroso e, em caso de desconforto térmico, acrescenta riscos laborais e à saúde desses trabalhadores.

---

Brasil sem Miséria, 2013-2017); b) projeto “Capacitação e apoio às atividades dos catadores informais do município de Caxias do Sul” (2013-2017). Neste projeto interdisciplinar atuaram professores e estudantes de Arquitetura, Enfermagem, Serviço Social, Engenharia Ambiental, Engenharia de Materiais, Engenharia Química, Engenharia de Processos e Tecnologias, “foram realizadas reformas nas centrais de triagem; a construção de três galpões de triagem novos, reformas de prensas e apoio na capacitação dos catadores que atuam nas centrais de triagem de Caxias do Sul”. (Disponível em: <https://www.ucs.br/site/noticias/ministro-do-trabalho-conhece-a-associao-de-recicladores-do-bairro-serrano/>). Acesso em: 25 jul. 2021.

---

Como qualquer outra ocupação, a infraestrutura, amiúde, define as condições de trabalho envolvendo, por exemplo: eficiência ou não no uso do tempo do processo de triagem; problemas em relação à saúde; segurança.

Registramos algumas falas avaliadoras das melhorias ocorridas nos últimos anos, basicamente diante de projetos de financiamento público, mas com juízo crítico de que há muito para ser feito, no que concerne ao qualificado exercício da ocupação:

[No primeiro espaço, 2009], eu usava capa de chuva para empurrar o trator. Em dia de chuva era bota de borracha, muito barro e o pavilhão quase caindo. Muito perigoso cair em cima, daí a diferença de lá é que estragava muitas máquinas, o trator a empilhadeira, por causa do desnível do chão. Hoje aqui a gente anda de chinelo de dedo. A qualidade dos materiais o pessoal já não reclama, por exemplo, esse material aqui é tipo um arquivo, tu vende a 55 centavos o quilo, imagina, daí tu misturar com barro, e aqui não se ele vem úmido da rua dá pra dar o descarte, mas não vai ter barro (A1).

A descrição de (A1) assinala sobre o quanto a infraestrutura reflete diretamente nas dificuldades do exercício ocupacional, seja pelas possibilidades: de exposição a problemas de saúde; de o resíduo perder valor ou até ser inutilizado para venda.

Bom, eu comecei catando na rua né [...]. Depois eu fui trabalhar em uma associação. Nessa associação, que é a (iv) hoje, ela pagava aluguel; então, daí, acho que um ano e meio que eu trabalhei lá, a gente conquistou esse prédio, né. Claro que o prédio aqui é da Prefeitura, ele é cedido pela Prefeitura, a terra. O prédio, que depois a gente participou do projeto, né? Aí então, assim, a gente conquistou isso, certo? [A conquista do prédio próprio] foi na época que ainda era o Lula, que foi através do projeto da Petrobrás.

---

Aí a gente veio para cá, então já foi uma vitória. Saímos do aluguel, nós pagava dois aluguel, pagava o aluguel do pavilhão e o aluguel lá da onde tinha uma casinha lá, que era para o pessoal tomar café e o escritório.

Então, já viemo para um lugar que não precisa pagar aluguel. Aí viemo para cá, através do projeto da Petrobrás.

Daí faz acho que três anos a gente participou do projeto da WWF, que é da Água Brasil. Aí foi uma coisa que eu corri muito, eu quis muito. A [associação] foi contemplada, não só a (iv) como a (ii), [outra associação] e a (iii).

Teve bairros que não quis participar [...]. Só as três. E eu corri muito, gente, para participar desse projeto, porque não sei se tu lembra como era antigamente aqui, a gente não tinha essa parte aqui, sabe. Daquela parte ali, daqui para trás era aberto, sabe. Só tinha assim as paredes e em cima a gente tinha um telhado todo furado, coitado dele, tava penando. E era barro; chegava no inverno o pessoal, nossa! Era horrível, alagava a associação e tudo mais. Fomos contemplados. Nossa! Fiquei muito feliz. Hoje tem um refeitório, um escritório (I).

O diálogo de (I) ratifica o valor de ações e de financiamentos públicos à geração de trabalho e de renda, pois contribuem para aquisição de equipamentos, edificações ou melhorias de galpões, o que, além de beneficiar o trabalho em si, concomitantemente, colabora com níveis mais elevados de saúde. Porém, concordamos com Luiz Inácio Gaiger, quando refere que

[...] o êxito de tais programas depende das oportunidades que oferecem para que os indivíduos afetados pelas desigualdades possam escolher o caminho, para agirem na recuperação de sua dignidade e no provimento de suas condições de vida.

**Medidas orientadas à ativação dos trabalhadores empobrecidos, e não apenas a melhorias em seu poder aquisitivo,** são as mais indicadas para provocar

efeitos benéficos sobre a equidade e o desenvolvimento social e econômico.<sup>421</sup>

A afirmação de Gaiger nos incita a pensar que é preciso romper com a ideia de que a população empobrecida não consegue aprender. Pessoas que desenvolvem múltiplas habilidades de: *viração*; que enfrentam a fome, a desigualdade, a humilhação e “não foge da fera e enfrenta o leão”<sup>422</sup>; que seguram “a batida da vida o ano inteiro<sup>423</sup>”; que enfrentam “o sufoco de um jogo tão duro<sup>424</sup>” para continuar existindo, seguramente podem aprender e desenvolver novas capacidades e habilidades, incluindo enxergar o mundo que oprime, identificando – como nos disse Paulo Freire –, os mitos que alimentam e geram a opressão.<sup>425</sup>

*É fácil? É simples? Não!*

*Mas, acreditamos que “uma das significativas vantagens dos seres humanos [é] a de terem se tornado capazes de ir mais além de seus condicionantes”.*<sup>426</sup>

*A capacidade de aprender nos possibilita “reconstruir um mau-aprendizado”.*<sup>427</sup>

Apesar dos múltiplos empecilhos, os empreendimentos estão “de pé”, funcionando, mesmo que não de forma ideal, por *teimosia*:

A gente tá aqui firme e forte porque a gente é teimoso mesmo. Sabe, eu vou fortalecer bem meu grupo e não vou desistir. Tô aí há 14/13 anos na Associação

<sup>421</sup> GAIGER, 2015, *op. cit.*, p. 45, grifo e separação em itens nosso.

<sup>422</sup> GONZAGUINHA, Luiz Gonzaga Junior. **E vamos à luta**: álbum de volta ao começo. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1980, faixa 5.

<sup>423</sup> *Ibidem*.

<sup>424</sup> *Ibidem*.

<sup>425</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

<sup>426</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019, p. 13.

<sup>427</sup> *Ibidem*, p. 28.

---

e não vou desistir, não desisti em 2009, que teve aquela crise, não vai ser nessa que eu vou me abater, não vai não (I).

Eles pensam assim: não, o pessoal da reciclagem não tem conhecimento nenhum, não sabe nada. Mas a gente tá sempre estudando, sempre vendo novas formas, novos meios, novas coisas (K).

Obviamente, são indispensáveis ações educativas de capacitação, de formação, de incentivo concreto e continuado, que visem não o mero aprendizado técnico de como se recicla (no que, aliás, são doutores na Universidade da vida), se vende, se administra um empreendimento, mas que permitam ao sujeito romper a adaptação na qual a maioria de nós está imerso, nesta “engrenagem da estrutura dominadora”.<sup>428</sup>

Devemos, integradamente com os demais trabalhadores, ficar com a “alma aberta ao mundo, curiosos, receptivos, pelas trilhas de uma fivela onde cedo se aprende que só a custo de muita teimosia se consegue tecer a vida com sua quase ausência – ou negação –, com carência, com ameaça, com desespero, com ofensa e dor”.<sup>429</sup>

A identificação do que falta (equipamentos, ferramentas, etc.), dos percalços e do que poderia beneficiar o empreendimento e as pessoas que nele atuam é assinalada pelos/as entrevistados/as, o que demonstra conhecimento, aprendizado agregado pelas *trilhas* do fazer profissional:

Então, tem muita dificuldade, pela estrutura aqui, pelo que eu já passei na [entidade (v)], hoje eles tão num pavilhão bom também, mas é aluguel. Eu não posso me queixar da estrutura, a gente não paga aluguel, enfim, mas existem algumas dificuldades, tá entendendo? (D).

---

<sup>428</sup> *Idem*, 2013, *op. cit.*, p. 19.

<sup>429</sup> *Idem*, 2019, p. 30.

Então, o que eu digo, assim: é que foi uma mão na roda, né. Por exemplo, hoje se tu subir lá em cima os guris tão puxando – agora porque chegou carga –, daí o material fica pertinho, mas tem vezes que tem que ficar 5/6 caras lá em cima puxando lixo para perto da boca do funil, entendeu?

Se a gente tem a ferramenta, o resto a gente conquista. Daí, se a gente não tem ferramenta, vamos fazer o quê?

Eu já tô planejando algumas melhorias para 2020, né!? Por exemplo, eliminar esses cacos aqui. Sei lá, a empilhadeira, o trator, até, inclusive, já fui ver alguns orçamentos, enfim, de empilhadeira, porque para nós hoje, aqui, não precisa muito: um trator e uma empilhadeira, pronto, resolvi o problema (D).

Mas assim, a gente sempre busca o melhor, né! Tamo tentando melhorar daqui, dali, com convênios, com coisas que nos estruture porque a nossa estrutura ainda é muito precária. Então, assim, com maquinário melhor, com condições melhores. Mas é difícil. Até mesmo, assim, pelas gestões que tem na prefeitura que tão dificultando bastante (E1).

*A luta – cotidiana e persistente, que não dá trégua – para melhorar as condições do espaço, dos equipamentos, da carência, da ameaça, da ofensa, da dor, da vida, como se pode observar pelos diálogos acima, foi/é árdua.*

Como já foi apontado nos Capítulos anteriores, inicialmente, em Caxias do Sul, a função dos/as catadores/as era desenvolvida diretamente na catação de rua. A implementação da coleta seletiva, a construção de aterros sanitários e a organização destes trabalhadores em EES dão outra referência à função dentro da Cadeia Produtiva da Reciclagem. Os entes conveniados e apoiadores definidos pelo Poder Público Municipal

[...] realizam a triagem dos resíduos seletivos, como: metal, papel, vidro e plástico, depois este material é separado, classificado e pesado, para ser vendido

---

à indústria que reaproveita os resíduos, como matéria-prima, para a fabricação de novos produtos. A reciclagem é o elo entre o consumidor e a indústria.<sup>430</sup>

*Tais etapas parecem elementares, mas promovem “uma verdadeira transformação no status do que foi jogado fora: o que era lixo passa a ser algo não só reciclável, mas que irá, de fato, ser reciclado”.*<sup>431</sup>

Embora, mesmo antes da coleta um material reciclável já tenha esta qualidade, a concretização da possibilidade de ser reciclado se dá pela função exercida por homens e mulheres que efetuam esta tarefa, embora não representem

[...] o único elo da cadeia que existe entre o descarte do resíduo [...] e sua reutilização na indústria [...] promove a transformação do *status* do material. Se o produto é criado pela indústria e o lixo advém da sua utilização pelo consumidor, o material reciclável *como tal* é, de fato, criado pelo catador.<sup>432</sup>

Portanto, conforme já mencionado, o trabalho em si, desenvolvido por uma associação, cooperativa ou grupo informal – que estabelece parceria com a Codeca –, é representado pelos estágios de: receber, armazenar, triar (separar por tipologia, classificar), prensar e enfardar, pesar (e armazenar), vender.

A visualização do Fluxograma 1 dá melhor dimensão destes procedimentos.

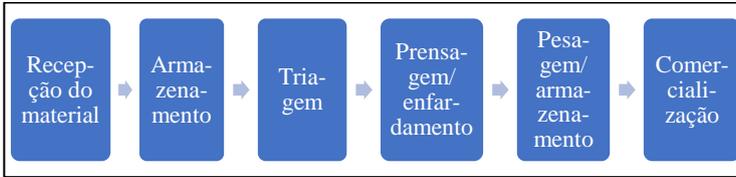
---

<sup>430</sup> CAXIAS DO SUL, RS. Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul (Codeca). **As Associações**. s/d. 2, separação em itens nossa. Disponível em: [http://www.codeca.com.br/servicos\\_coletas\\_associacoes\\_de\\_reciclagem.php](http://www.codeca.com.br/servicos_coletas_associacoes_de_reciclagem.php). Acesso em: 18 jul. 2021.

<sup>431</sup> MAGALHÃES, 2016, *op. cit.*, p. 132.

<sup>432</sup> *Ibidem*, p. 133, grifo do autor.

Fluxograma 1 – Etapas do processo de trabalho em uma associação, cooperativa ou grupo informal de catadores/as



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Estas etapas exigem, igualmente, “zelar pelos equipamentos, zelar pela organização do espaço, cuidar da segurança no trabalho, monitorar a qualidade de triagem”,<sup>433</sup> ou seja, zelar pela segurança no trabalho, além de organizar e executar todo processo.

As cargas de materiais são recebidas nos locais dos empreendimentos – coletadas e distribuídas pela Codeca –: “O motorista só chega e vira, é mecanizado, né” (G). Concretizado isto, eles são direcionados ao armazenamento, que pode ser em baias, boxes, gaiolas, caçambas, bombonas, *bags* e/ou sacos de rafia para, posteriormente, serem triados.

A triagem nada mais é do que separar os materiais que comporão a reciclagem. Nesta atividade, o ato consiste em separar e ordenar os resíduos recicláveis, melhor dizendo: “em (re)estabelecer classificações para os diversos materiais descartados como lixo. Dizemos ‘estabelecer’ e ‘reestabelecer’, a fim de acentuar a característica dinâmica e situada da atividade de triagem”.<sup>434</sup>

Isto resulta em ações que vão além da mera separação dos materiais que seguem “uma classificação preestabelecida – o que pode ser feito por uma máquina automática”.<sup>435</sup> A ordenação contempla especificações de “utilidade (sujidade, reutilização, “reciclabilidade”) e econômicas (preço de mercado, custo da sepa-

<sup>433</sup> SILVA, 2017a, *op. cit.*, p. 26.

<sup>434</sup> OLIVEIRA, 2016, *op. cit.*, p. 68.

<sup>435</sup> *Ibidem.*

ração, valor relativo dos materiais), que podem variar no espaço e no tempo. Tudo isto se cristaliza, com maior ou menor complexidade, em cada gesto de triagem”.<sup>436</sup>

Não obstante, em Caxias do Sul, haver coleta seletiva, o que denotaria, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, recolher os resíduos “previamente segregados conforme sua constituição ou composição”,<sup>437</sup> a segregação realizada nos domicílios é mínima, ou seja, não há uma separação entre papel, vidro, plástico, metais, etc. Estes se encontram misturados. Além disso, é comum, mais que o desejado, adicionarem, ao que deveria ser seletivo, resíduos orgânicos e outros de natureza perigosa ou rejeitos.

O pronunciamento de três entrevistados/as revela um pouco dessas evidências:

Mas gente do céu! Vocês não sabem o que que o pessoal coloca no lixo. Eu tenho coisas aqui que vocês não têm nem noção do que, que colocam dentro do material dentro de um seletivo. Caco de vidro isso aqui não é nada.

Olha dentro de um material seletivo: madeira, colchão.

Sabe, isso dificulta muito, porque o que a gente faz, a gente faz um dia todo. (E1).

Tem bastante gente que não separa o material, que eu sei de gente que trabalha na reciclagem que não separa.

Muita gente que não separa, mistura comida, mistura papel higiênico, coisarada, daí fica, daí tem gente que, sei lá, né!?

Vem bicho morto, coisa, né, que a gente fica bem mal. Esses dias na esteira ali, nós tava ali, passou um bicho morto que, meu Deus! Todo mundo teve que se retirar (H).

<sup>436</sup> *Ibidem*.

<sup>437</sup> BRASIL, 2010, *op. cit.*, art. 3º, inciso v.

---

Tinha um cachorro morto, tiraram o cachorro morto, então eu disse pra ele: – Quem denunciou fez uma denúncia muito bem-colocada (J).

Como dizíamos no Capítulo 2, *parece que assim como ontem, continuamos desejando e achamos que temos direito a um tigre [...] para ‘cuidar’ da tina destinada a receber todas as imunídies e refugos da casa.*

*A não separação correta dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), do que deve e é colocado nos invólucros de reciclável – o não pensar sobre o assunto, o não se colocar no lugar do outro –, lamentavelmente, faz parte da ‘introjeção secular do ódio ao escravo, que implica a violência e a humilhação física e simbólica saboreada como verdadeiro privilégio senhorial’.*

*São formas de violência e de humilhação instituidoras de precarização existencial.*

A triagem manual, efetuada nos empreendimentos pesquisados de Caxias do Sul (quase toda feita por mulheres), ocorre em esteiras e/ou mesas onde os materiais, oriundos da coleta seletiva são despejados. As pessoas responsáveis executam a separação por tipo ou característica do material disponível (papel, vidro, plástico, metais, etc.), depositando em *bags* ou contêineres.

Quando comecei lá na (entidade (ii)) era mesa, a gente trabalhava numa mesa, né. E daí depois que a gente foi lá pra cima, onde queimou lá na frente do presídio, também era mesa. Fomos pro Reolon já era esteira, depois de lá, nós fomos pro Fátima, esteira, daí vim pra cá, esteira. Então... mas, mesmo assim, tem a mesa ali fora, eu trabalho ali fora. Eu prefiro trabalhar na mesa, que daí eu tenho prática, né (H).

Olha, a gente sempre conversa nas reuniões que a gente não tem esteira, mas isso aí não é problema. A vida toda acostumemo a trabalhar na mesa assim,

---

que nem essa aqui. Acho que elas nem iam acostumar trabalhar na esteira é muito rápida. Até quando a [funcionária da Prefeitura] tava lá e ela disse: – Dona [G] vamos arrumar uma esteira para a senhora. Mas eu tava com pouco pessoal, e o meu piso aqui não dava certo, porque é muito pouco que tem piso, né. Eu disse: – Não. E acabou indo lá para o seu (E2), vai para lá que eles são mais novo, eles têm mais vida, eles que se virem, né. Vamos indo com a mesa mesmo (G).

As exposições de (H) e (G), sobre “preferirem” manusear os resíduos em mesa talvez possam ser associadas ao fato de as duas catadoras terem mais de cinquenta anos e muitos anos de experiência na atividade, o que expressa terem desenvolvido habilidades específicas com esse equipamento. A *prática*, o *costume*, o ritmo da ação (mais lenta que a esteira), possivelmente, lhes dá agilidade e segurança.

As esteiras, sem dúvida, aumentem a velocidade da produção, mas têm, de maneira geral, altos custos pelo consumo de energia e avarias constantes pelo material que por ali passa:

Quando vem muito, assim, né, tipo os orgânico, às vez pesa muito em cima da esteira, né! Que daí vem muita sujerama, e coisa, e colchão velho, coisa que não era pra vir pra cá. Daí pesa a esteira, vai indo, a gente tira só pouca coisa, o resto tudo vai lá, enche a casa de vereda, de orgânico e o seletivo sai pouca coisa né. E o trabalho igual.

E as vez mais pesado, quando tá molhado, fica mais ruim que nem pros rapaz por pra cima da esteira, é pesado, né, nossa, dá até dó dos guri trabalhar ali. Sim, muito pesado. Às vez vem pedra de concreto, tudo o que vem ali, que nem às vezes a gente fala, não coloca em cima da esteira que fica muito peso. Mas às vezes entra os guri novato, e solta na esteira, aqueles baita pedrão, daí detona com a esteira. E, olha, uma esteira daquela ali, pra trocar uma lona, é três mil reais.

---

Daí é difícil, né, daí os associado todo mundo tem que ajudar a pagar, senão não dá (H).

Apropriamo-nos de recortes da pesquisa executada por Fabiana Goulart Oliveira, ocorrida no Estado de Minas Gerais, que, de alguma forma, traduz ocorrências que identificamos em Caxias do Sul, na ação de triagem:

As triadoras rasgam os sacos com as mãos, ou com a ajuda de uma faca, separam os objetos neles contidos, depositando-os nos compartimentos estabelecidos para cada material.

As mais experientes são capazes de identificar alguns conteúdos, antes mesmo da abertura dos sacos e, assim, conseguem antecipar movimentos, seja no sentido de se prevenirem de objetos perigosos ou contaminantes, abrindo o saco com mais atenção, ou rejeitando-o, seja no sentido de otimizar o processo de produção, despejando o conteúdo do saco num local específico, a fim de que os objetos não se misturem ou não contaminem os demais, se for o caso de matéria orgânica.<sup>438</sup>

Nesta separação ocorre, também, aquilo que é recusado, não comercializável, seja porque: é resíduo orgânico; está contaminado; é rejeito; “não existe tecnologia de reciclagem ou viabilidade técnica e econômica de comercialização – por exemplo, alguns tipos de plásticos, alguns papéis, isopor”;<sup>439</sup> são “embalagens de produtos tóxicos que chegam às cooperativas”.<sup>440</sup> Acrescentam-se a isso resíduos eletrônicos e medicamentos.

Como mencionado em várias das entrevistas, *tem bastante gente que não separa o material* e as misturas de *coisarada*, até de *bicho morto* não é ocasional. Os resíduos disponíveis para a venda representam em torno de 50% do que chega como reciclável:

---

<sup>438</sup> OLIVEIRA, 2016, *op. cit.*, p. 72

<sup>439</sup> *Ibidem.*

<sup>440</sup> *Ibidem.*

Vou te usar um exemplo: que nem uma carga do dia que a gente chama, tu consegue de uma carga ali de 1.400 kg, que é mais ou menos o que dá cada caminhão, consegue aproveitar ali em torno de 700, 50% do material que tu consegue aproveitar (B).

De 100% tu tira 60, às vezes 50%, o resto é lixo: pneu velho, mato, pedra. Meu Deus! (G).

Porque hoje, assim, a reciclagem recebe em torno de 500 toneladas de seletivo por mês, dessas 500 toneladas eu só reaproveito 50%. Os outros 50% eu tenho que jogar fora, por dois motivos: um pela separação que é péssima, quem tem em casa separa errado, daí chega ruim o material para gente e a gente não consegue reaproveitar e é jogado fora; e a outra parte pelas indústrias (K).

Se forem cargas entregues à noite tais percentuais pioram:

Uma carga da noite que é aqueles containerizado, que a maioria das reciclagem são contra e realmente é bem complicado. A população mistura muito material e tu tira uns 20%. Vem só lixo. Lixo, sabe. É bem complicado (B).

Olha, mudou um pouco, mas depois começou a vir muito lixo de novo. O pessoal que pega o material da noite, menina! (G).

É comum os resíduos que chegam para a triagem terem mau-cheiro: por serem orgânicos ou de embalagens sujas, que, “dependendo das condições em que são armazenados, acumulam vermes, o que torna esse processo mais difícil. Alguns odores se impregnam na pele e permanecem mesmo após o banho”.<sup>441</sup> Cabe frisar que o resíduo reciclável, quando bem-acondicionado, não emite odores.

---

<sup>441</sup> *Ibidem*, p. 73.

---

Não se pode esquecer da frequência com que “aparecem”, quer dizer, são descartados, como sendo recicláveis, artefatos “perfurocortantes” sem embalagem adequada, assim como resíduos hospitalares – seringas, luvas usadas, curativos, bolsa de sangue”.<sup>442</sup> Isto resulta em “um trabalho insalubre e que traz problema para a saúde” (G).

O resíduo recusado será, posteriormente, coletado pela Codeca e levado para o aterro sanitário: “como vem bastante lixo também sai à base de 3/4 contêineres daquele grande de lixo por semana que vem no meio” (G).

Diante das descrições realizadas, é correto afirmar que:

Visto de longe, o trabalho de triagem parece simples, o que justificaria sua destinação a pessoas “sem qualificação” ou mesmo sua substituição por máquinas.

Entretanto, sob a perspectiva da atividade [...] outros elementos se apresentam, e [...] a atividade de triagem se revela como algo complexo, que requer um conjunto de competências que são desenvolvidas na prática.<sup>443</sup>

Os resíduos separados para venda são depositados em recipientes específicos que, posteriormente, passam pela prensagem, resultando em fardos armazenados para venda: “Cada bloco de material separado e prensado é chamado de fardo – o material é vendido assim, de forma prensada. De acordo com o peso e o tipo do fardo, é calculado seu preço, seguindo os valores do material no mercado”.<sup>444</sup>

A venda é consumada pelos denominados atravessadores que, por sua vez, repassam para as indústrias de transformação de produtos reciclados.

---

<sup>442</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>443</sup> *Ibidem*, p. 67-68, separação em itens nossa.

<sup>444</sup> MARTINS *et al.*, *op. cit.*, p. 89.

A comercialização resulta, como as demais outras etapas, em “contextos de permanentes pressões exercidas por diversos sujeitos sociais como os atravessadores, os lojistas, as recicladoras, além da própria concorrência enfrentada, devido ao ‘excesso’ de trabalhadores envolvidos na cata de recicláveis”.<sup>445</sup> Isto significa outra fase de obstáculos, que, segundo (B),

[...] sempre são os mesmos, sabe: vem da Codeca que às vezes atrasa em um momento ou outro; ou o material ou a coleta de rejeito; aí vem dos atravessadores, que têm esse problema também com os atravessadores – a gente não consegue colocar a carga direto na indústria, né?, por n motivos (B).

Em outras palavras, não tem havido alterações relevantes na melhoria dos processos de trabalho e das condições de vida dos/as catadores/as. Há dificuldades “desde sempre. Não querem mudá. Para os grande está bom assim” (B).

A comercialização dos produtos é altamente pertinente para estes trabalhadores, pois define a viabilidade econômica dos ES. O Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil (2014) indicou que

A soma dos grupos que têm entre suas finalidades comercializar bens e serviços [...] representando 76% do total. Desse conjunto, 61,7% afirmaram ter alguma dificuldade na comercialização.

Dentre as principais dificuldades elencadas por eles, enfatizamos:

- a falta de capital de giro,
- a estrutura inadequada para a comercialização e
- o elevado custo de transporte,
- além da concorrência dos intermediários comerciais, também conhecidos popularmente como “atravessadores”.<sup>446</sup>

---

<sup>445</sup> BOSI, 2008, *op. cit.*, p. 113.

<sup>446</sup> SILVA, CARNEIRO, 2016, p. 27, *op. cit.*, separação em itens nossa.

Tais aspectos são relatados pelos inquiridos em nossas pesquisas, somando-se outros, como a cobrança dos atravessadores por carga, a dependência e o assédio moral destes, através de “ofertas”, nem sempre justas, para “atender” às necessidades da entidade.

Que nem o atravessador cobra de nós por carga. Para entregar uma carga de quatro mil reais, ele cobra terzentos reais, cada carga que eu largo pra ele. Ele vai comentar, que ainda é pouco, mas eu acho que não. É muito.

Por isso também que nem eu te falei eles dão aquela adoçada, que nem agora esses tempos vieram dizendo que ia arrumar o que nós precisava, e eu disse qual o valor? Até 50 mil.

Eu disse: – Nós precisamos de uma empilhadeira. Compro por 65 mil, os quinze nós colocamos pra ele, e daí ele pega a nota e vai e pega os 50 mil direto. A empilhadeira fica pra nós, só que deram aquela pedrada umas duas semanas e recuaram e nunca mais ninguém falou. Largaram uma pedra em cima e ninguém mais falou.

E se a gente quer ser honesto vai pagar pra ele, ou vai ficar na mão dele. Daí eles que fazem o preço, eles que estão dominando nós aqui, mas também estudaram pra isso (A1).

A venda é pra atravessadores.

Nós temos alguns materiais que nós entregamos direto lá na empresa em Bento, que é nosso papelão misto. Apesar de não ser um atravessador, mas é de uns que pagam melhor. (E1).

A gente tem o cadastro há 15 anos. Agora eles estão comprando PET, PAD.

O pessoal julga muito os atravessadores né!

Mas é que a gente não tem aquele pique e aquela quantidade de material necessário para fazer uma carga fechada de PET.

---

A gente precisa do atravessador, paciência, então eles também te ajudam muito nas tuas necessidades de uma manutenção e tal.

Eu to aqui com 18 pessoas, eu quero que a partilha dê mil reais para cada um, mas a venda deu 14. Eu preciso de 4 mil adiantado para fechar. Aí me empresta 4 mil que daí eu te pago parcelado em 500 ou tudo na próxima carga. Então eles são importantes para a gente, sim. Vai fazer isso no banco para ver se eles vão fazer isso para ti!(J).

Mesmo crescendo como crescemos, não conseguimos vender diretamente para a indústria, ainda tem que ter o atravessador. Ainda tem que ter pelo fato assim, quer ver na indústria o que que ocorre? Eu tenho que juntar uma quantidade grande, eu tenho que juntar cada carga em si, tipo uma carga de PET, uma carga de PAD, uma carga de filme colorido ou uma carga de filme branco, então tem que juntar as cargas inteiras. Só que uma carga de PET eu demoro um mês para fazer. Se eu demorar um mês para fazer, eu tenho que ficar um mês com pet guardado aqui para depois vender, e eu precisaria ter um dinheiro pra mim girar (K).

Por conseguinte, apesar de os/as catadores/as representarem “o coração do processo de produção de recicláveis”,<sup>447</sup> ficam

espremidos entre as empresas de coleta de materiais recicláveis e as empresas que realizam a reciclagem, ditam o preço dos produtos e por vezes atuam como atravessadores, os catadores/as perdem o protagonismo que deveriam ter, já que são eles/as os/as responsáveis por devolver à cadeia produtiva o material que outrora foi descartado”.<sup>448</sup>

---

<sup>447</sup> OLIVEIRA, 2016, *op. cit.*, p. 68.

<sup>448</sup> MARTINS *et al.*, *op. cit.*, p. 88.

---

Em qualquer das etapas dos processos de trabalho desenvolvido, os/as catadores/as ficam expostos ao que (J) chamou de trabalho escravo:

Quando falo de trabalho escravo, realmente a gente vira escravo. Tu vira um escravo porque a Codeca trabalha 24 horas por dia, daí tu também tem que trabalhar. Tu não tá aqui com a produção, mas tu tá aqui para receber o material, para abrir um portão, fechar outro portão. Então, tu acaba virando meio escravo disso. A grande maioria ali, 90% ali era da noite ou madrugada, mesmo assim encarei né!? Trabalhei minha gravidez toda, catando e recebendo à noite e à madrugada o excedente da Codeca (J).

O tempo de trabalho, com jornadas fatigantes e em horários variados a que se submetem estes profissionais, diante da fala de (J), é definido por dois fatores. Um pela empresa (Codeca) e os horários de entrega dos resíduos, diante da coleta realizada. Outro, para compensar baixos preços de comercialização e a exigência do comprador de determinado volume de compra.

Quando a partilha é pouca, a gente trabalha mais, a gente se puxa mais, a gente se tiver que pegar mais material da noite ou da madrugada vai se empenhar né, porque não é justo né. Tu já não tem direito de nada e ainda vai ganhar seiscentos reais por mês? Quinhentos reais por mês? (J).

O esforço físico é outro elemento que a maioria da população não vê. Nossa opinião, em concordância com Jesse de Souza, é a de que isto tem relação com a cultura política brasileira. O autor citado avalia que, nos dias atuais, “separamos as classes sociais em classes do espírito, as classes ‘superiores’, e classes do trabalho manual e corporal, as classes ‘inferiores’”.<sup>449</sup> Para o argumento

---

<sup>449</sup> SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018a, p. 11.

dominante, as classes “inferiores” são credoras do sacrifício e da miséria que passam,<sup>450</sup> logo, não merecem ser vistas, talvez possam ser “dignas” de alguma compaixão: “Afiml, só sentimos compaixão ou desprezo acerca de quem consideramos inferior, mostrando que a avaliação que realizamos é objetiva e compartilhada por todos”.<sup>451</sup>

Por termos posição divergente, damos destaque à voz dos considerados pela sociedade como “inferiores”:

É um trabalho cansativo. Muito esforço físico (E1).

Porque hoje em dia se eu tô arrebetada é de trabalhar. Para mim não tinha peso nenhum, qualquer coisa. Quando precisava carregar nos lugares pesados eles diziam: – Leva (G), leva fulana: que a gente tinha força; a gente não tinha medo de trabalhar, né. Aí eu fui me arrebetando, vai saber se não vou ter que fazer uma cirurgia nesse ombro e daí? (G).

Bom, tudo é perigoso nesse serviço né, caco de vidro... Uma vez menina eu fui juntar um lixo ali, que os cachorros espalharam tudo e eu enfiei uma agulha na minha mão. Guria de Deus, a minha mão ficou desse tamanho parecia que ia explodir. Aí eu sempre relutando para não ir em médico, né, mas fui. A doutora pediu para eu fazer exame de sangue, me deu duas injeção e foi o mesmo que tirar com a mão (G).

Tem dia aqui que eu venho, teve dia de serão aí que eu vim, comecei às 7h da manhã, fiquei até às 10h da noite (H).

As condições laborais indicadas nas descrições, feitas por (J), (E1), (G) e (H), abarcam exposição permanente a adoecimentos relacionados à execução das tarefas – riscos psicossociais: físicos,

---

<sup>450</sup> Para maiores aprofundamentos ver CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*.

<sup>451</sup> SOUZA, 2018a, *op. cit.*, p. 42.

---

químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes que podem ser assim sintetizados:

- a sobrecarga de peso e a postura forçada e incômoda, durante a atividade, podem gerar sobrecargas osteomusculares, conferindo danos à coluna [...];
- o contato e a inalação de produtos tóxicos, como pesticidas, baterias e componentes eletroeletrônicos podem provocar alergias, infecções, doenças respiratórias, dermatoses e intoxicações [...];
- acidentes com ferimentos, provocados por materiais perfurocortantes, como vidros, lâminas e agulhas, e, ainda, o contato com matérias em decomposição, como os resíduos orgânicos, podem levar a contaminações graves, uma vez que, nesses espaços, há a presença de espécies fúngicas [...];
- além disso, catadores têm mais probabilidade de adquirir problemas de saúde como dermatites, infecções, verminoses e doenças autoimunes [...].<sup>452</sup>

As descrições e narrativas feitas, demonstradoras dos processos de trabalho dos/as catadores/as confirmam a precarização estrutural a que vêm sendo submetidos.

**A precarização salarial** revela a face perversa da luta cotidiana que acompanha a ocupação dos catadores e das catadoras, podendo ser assim sintetizada: informalização; não assalariamento; instabilidade; péssimas condições de trabalho (edificações, equipamentos, EPIs, etc.); sobrecarga de trabalho (seja pela quantidade de horas dedicadas à função, muitas vezes na madrugada, seja pelo trabalho repetitivo e peso excessivo; as características dos resíduos – por descarte e segregação indevida realizada na esfera

---

<sup>452</sup> MOURA, Laysce Rocha de; DIAS, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. Um olhar sobre a saúde do catador de material reciclável: uma proposta de quadro analítico. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21. Temas em Destaque, 2018, p. 3, separação em itens nossa. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/asoc/v21/pt\\_1809-4422-asoc-21-e01072.pdf](https://www.scielo.br/pdf/asoc/v21/pt_1809-4422-asoc-21-e01072.pdf). Acesso em: 2 mar. 2021.

---

doméstica e o manuseio desses, na maioria das vezes, sem equipamento de proteção individual apropriada, além da elevada possibilidade de acidentes de trabalho – os expõem a várias doenças. Os acidentes são originados, em sua maioria, não por ato inseguro, mas por situação insegura; renda indecente que usurpa os direitos humanos ao não assegurar vida digna, por meio de moradia adequada; alimentação nutritiva; cuidados apropriados em saúde; segurança física; educação apropriada; ambiente físico saudável; vestuário; lazer; frágil inserção na cadeia produtiva dos recicláveis.

Perfazendo elemento do mesmo cordão umbilical, encontra-se a **(des)proteção social, a precarização** aqui veiculada pela não garantia e acesso aos direitos sociais e trabalhistas.

Sem o direito à aposentadoria, ao FGTS, a auxílio-doença, à licença-maternidade, *se ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda.*

A maioria do pessoal aqui, como a gente, trabalha com o sistema de associativismo, não se tem carteira assinada. Então, a maioria não pode pagar um INSS. Foi falado: – Ah, mas tem que pagar (!) A gente sabe que tem que pagar, mas não pode, sabe? Vendem o almoço para comer a janta. Acho que deve tá uns 70 reais agora, mas as pessoas não querem. A gente fica triste, a gente gostaria de poder ajudar, mas não consegue (B).

Direitos que permitiriam usufruir de um padrão razoável de bem-estar menos injusto e menos desigual.

*A degradação da vida humana do ser que trabalha – precarização existencial* – foi instituída pela “cultura do descartável, a espriar-se na vida social, reconfigurando as formas de sociabilidade contemporâneas: descartabilidade de objetos, de relações, de pessoas e, especificamente, de homens e mulheres trabalhadores/as”.<sup>453</sup>

---

<sup>453</sup> CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo.

---

*Com certeza, isto retrata um afazer penoso, um desperdício da força humana de trabalho, que, cotidianamente, suporta a ameaça, a ofensa, a dor, a violência, a humilhação, o não reconhecimento profissional, as poucas perspectivas de projeção de futuro próximo. Características não transitórias nem passageiras.*

A **precariedade existencial** do “mal-estar no trabalho [...] com a angústia vinculada à consciência de um avanço tecnológico, que não resolve as necessidades sociais. É o processo que precariza a totalidade do viver social”,<sup>454</sup> que manipula e instabiliza *as condições de existência (objetiva/subjetiva/intersubjetiva) que geram medo, desesperança, angústia, depressão*. É o sofrimento aumentado “com o absurdo de um esforço no trabalho, que, em troca não permitirá satisfazer as expectativas criadas no plano material, afetivo, social e político.”<sup>455</sup>

Como síntese de aspectos da precarização estrutural das condições do trabalho em si transcrevemos resultados de uma pesquisa efetuada por Gutberlet *et al.*,<sup>456</sup> sobre fatores de risco à saúde a que são submetidos catadores e catadoras. As autoras assim se manifestam:

O quadro [...] resume as principais conclusões desta pesquisa. A maioria desses problemas já havia sido identificada como fator de risco em outros estudos, o que foi inclusive verificado na revisão bibliográfica

---

**Rev. de Pol. Públ.**, São Luís, Número Especial, p. 225-239, jul. 2014, p. 227. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2713/3914>. Acesso em: 12 abr. 2021.

<sup>454</sup> PADILHA, 2009, *op. cit.*, p. 550.

<sup>455</sup> DEJOURS, *op. cit.*, p. 17-18.

<sup>456</sup> GUTBERLET, Jutta *et al.* Pesquisa-ação em educação ambiental e saúde dos catadores: estudo de caso realizado com integrantes de cooperativas de coleta seletiva e reciclagem na região metropolitana de São Paulo. In: PEREIRA, Cristina Jaquette; GOES Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 201-216, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf). Acesso em: 15 ago. 2020.

sobre a saúde ocupacional de recicladores informais e organizados, conduzidos por Binion e Gutberlet (2012).<sup>457</sup>

Quadro 10 – Principais fatores de risco para a saúde dos catadores e das catadoras

<i>Fatores de risco para a saúde</i>	<b>Descrição</b>
<i>Químicos</i>	Resíduos nas embalagens, como recipientes de produtos de limpeza tóxicos, sacos de cimento, etc.
<i>Biológicos</i>	Contato com fungos e bactérias em embalagens contaminadas, sobras de alimentos misturados com materiais recicláveis, infecções devido a vetores transmissores de doenças, como pombos, ratos, insetos, etc.
<i>Físicos</i>	Iluminação insuficiente, falta de ventilação, superfícies com piso irregular ou pavimentos com piso danificado, falta de cobertura (teto) ou cobertura danificada, vazamentos hidráulicos, goteiras, etc.
<i>Acidentais</i>	Acidentes durante a coleta na rua (acidentes de carro, atropelamento) ou na cooperativa (perda de dedos quando operam a prensa, pilhas instáveis, superfícies inseguras; cortes devido a instrumentos pontiagudos, vidros, metal, papel e plástico misturados aos outros materiais).
<i>Ergonômicos</i>	Postura inadequada devido à ausência de infraestrutura apropriada na coleta, separação e no processamento de materiais recicláveis, ausência de circulação de ar (ventilação), iluminação insuficiente, organização insegura do trabalho
<i>Vulnerabilidades emocionais</i>	Estigma social, estresse, depressão, ansiedade, desequilíbrio de forças, instabilidade emocional, dependências associadas ao consumo de drogas e álcool, etc.

Fonte: GUTBERLET *et al.*, 2016, p. 2006.

<sup>457</sup> *Ibidem*, p. 206.

Apesar da opção por descrever, dentre as etapas dos processos de trabalho, a triagem e, secundariamente, indicarmos alguns problemas quanto à comercialização, é importante demarcar que a ação de comercialização, assim como de planejamento, de organização e de direção da entidade – funções administrativas – é obrigatória e faz parte da rotina. Não é factível pensar que uma associação, cooperativa ou grupo informal se configurem apenas com o ato de somar “forças por meio do trabalho coletivo”.<sup>458</sup> Como outros empreendimentos econômicos, tem determinada complexidade o que

[...] exige conhecimento especializado em diferentes áreas para sua consolidação.

São diversas as etapas básicas de funcionamento que precisam ser controladas [...], tais como o transporte, a triagem, o beneficiamento e a comercialização dos materiais, além de apoio para a formação técnica e a gestão interna de conflitos. Ou seja, gerenciar uma [entidade] de catadores envolve controlar cada uma de suas atividades e as relações necessárias entre elas: organização do trabalho, estabelecimento de objetivos e metas, formulação de planos de trabalho e acompanhamento das ações previstas [...].<sup>459</sup>

*Mas, independentemente da relevância social e ambiental de seu trabalho, “os/as catadores/as são o elo que se apropria da menor parcela do valor, embora sejam os mais numerosos”.*<sup>460</sup>

A apropriação do menor valor, dentro da cadeia produtiva; os obstáculos na geração de receita suficiente, para remunerar decentemente os trabalhadores definem o que estamos chamando de instabilidade financeira.

---

<sup>458</sup> SILVA, 2017a, *op. cit.*, p. 8.

<sup>459</sup> *Ibidem*, p. 25, separação em itens e acréscimo nosso.

<sup>460</sup> LIMA; SOUZA, 2016, p. 337.

As iniciativas de Economia Solidária, em suas referências de pessoa jurídica, personificadas nas atividades de manuseio de resíduos sólidos, prioritariamente em grupos informais, associações e cooperativas – igualmente a outros espaços de trabalho informal –, congregam dificuldades múltiplas, tendo como “carro-chefe” a de “encontrar formas de viabilizar economicamente a continuidade do [empreendimento], bem como gerar a renda adequada para os participantes”.<sup>461</sup>

Problema constante, com poucos períodos “menos ruins”, tem sido apontado por pesquisas nacionais<sup>462</sup> e referidos, do mesmo modo, pelos/as catadores/as em Caxias do Sul: “Essa é a dificuldade de um reciclador, instabilidade financeira” (E1).

A baixa renda a que ficam submetidos/as, resulta, amiúde, em rotatividade, tendo conexão direta com os preços pagos aos materiais triados, o que, conseqüentemente, denota inexpressiva lucratividade.

A alta rotatividade – resultado, igualmente, da instabilidade financeira – é variável constante no Brasil, mesmo que diversos homens e diversas mulheres que originaram este livro continuem na atividade, há muitos anos.

Alguns sujeitos que iniciaram na primeira associação, legalmente constituída, trocaram de atividade:

A [catadora 1] não mais, [...] hoje dá assessoria.  
O [catador 2] trabalha na Secretaria da Saúde de eletricista.  
O [catador 3] trabalhou um tempo e, depois, foi embora e o restante foi bem antes (F).

---

<sup>461</sup> CASAGRANDE; BEGNINI, 2018, *op. cit.*, p. 190, acréscimo nosso.

<sup>462</sup> Ver, entre outros: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea) 2012 e 2013; SILVA, 2015; SILVA, 2017a; SILVA, 2017b; SILVA, 2017c.

---

Outros continuaram/continuam:

Tem o [catador 4] e a [catadora 5].

Nós somos quatro só [os pioneiros da Associação]. É, porque a outra guria se aposentou e saiu faz dois anos, a [catadora 6], que era desde o início, também. A [catadora 7] trabalhou dezesseis anos com nós, ficou doente o marido dela e ela acabou saindo da Associação também (F).

Dentre os quatro representantes dos/das primeiros/as catadores/as nomeados neste livro (E2) e (G) desenvolvem esta atividade há mais de quarenta anos.

(E1), (F), (I), (J) labutam, há mais de vinte anos, nesse ofício: (E) e (F) tiveram outras ocupações anteriores; (J) iniciou suas atividades na catação, afastou-se durante dois anos, retornando e mantendo-se até hoje; (I) não teve outra ocupação.

(A1), (A2) e (H), apesar de ocuparem outros espaços de trabalho antes do manejo com resíduos, estão há mais de quatorze anos nessa função.

(D), (B) e (K), com empregos anteriores em outras áreas, trabalham com catação, seleção e venda de materiais recicláveis, respectivamente, há sete, seis e quatro anos.

No entanto, apesar de os sujeitos de pesquisa terem vínculo mais longo com a profissão, a rotatividade justifica o registro.

Na busca de melhores alternativas de renda e até de proteção social trabalhista (carteira assinada), vários trabalhadores deixam a atividade como catadores/as, quando encontram “algo melhor” (E1); todavia, “retornam às associações/cooperativas, quando são demitidos [...]”.<sup>463</sup> Até porque a oferta de emprego assalariado e

---

<sup>463</sup> ARANTES, Bruno Otávio. **Condições de trabalho e saúde psíquica dos catadores de materiais recicláveis de uma cooperativa de segundo grau da região metropolitana de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2015, 322.

---

com carteira assinada, ou seja, com registro, tem sido baixa: o sonho de salário fixo, 13º salário, férias remuneradas e outros benefícios trabalhistas se encontram em extinção – precariedade de proteção social. Se avaliarmos tal situação com os trabalhadores, sujeitos da presente sistematização, veremos que, aliado às baixas ofertas de trabalho assalariado e com poucos direitos trabalhistas, “o perfil da população, engendrado pelo capitalismo no contexto sócio-histórico brasileiro, e as oscilações do desempenho dos diferentes setores econômicos não permitem que os catadores tenham constância no mercado formal”.<sup>464</sup>

Além da rotatividade, a crise econômica atinge diversos empreendimentos, especialmente os de Economia Solidária. A baixa arrecadação com a venda do material origina dificuldade de manutenção de maior número de pessoas desenvolvendo as atividades

Lembra quando a senhora veio aqui, a gente era um grupo grande, nós era em 26 pessoas.

Hoje eu to com um grupo de 15 pessoas.

Por quê?

Alguns saíram porque arrumaram serviços melhores. É ótimo. Eu sempre digo: – Tu pode ver, a maioria é piizada que trabalha comigo, mas tem gente que gosta, também tem gente idosa, também tem gente de meia idade. Não sou contra eles procurarem um serviço melhor, certo?

Mas eu tinha 26 pessoas, uns saíram porque arrumaram serviço, outros a gente teve que dispensar porque não tinha como manter, entende? (I).

Merece ressalva, consoante ao descrito e observado no Capítulo 3, que a inconstância no mercado de trabalho formal ou informal não é característica particular dos/as catadores/as, nem

---

Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A3KEDP/1/tese\\_bruno\\_ot\\_vio\\_arantes.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A3KEDP/1/tese_bruno_ot_vio_arantes.pdf). Acesso em: 12 ago. 2021.

<sup>464</sup> *Ibidem*, p. 29.

---

se vincula só aos tempos atuais.<sup>465</sup> Pois, como já referimos, apesar do aumento do “assalariamento”, ocorrido entre as décadas de 1940-1980, os indicadores de pobreza, desigualdade e inserção no mercado formal de trabalho sempre estiveram abaixo de outros *países com desempenho econômico similar*.

Mas, com absoluta certeza, a partir de 2017, com a introdução de outras *mudanças substanciais na legislação social e trabalhista* (além das ocorridas na década de 90) – produzindo maior desproteção social – houve um acirramento – do que parecia impossível –, nas condições e no funcionamento do mercado de trabalho, já traduzido no Capítulo 3: *diminuição expressiva da ação e influência no Estado e dos sindicatos, nas relações de trabalho; contratos ‘por tempo parcial, temporários, intermitentes, especiais; salário variável; restrições no seguro desemprego e abono salarial; reforma da previdência, aprovada em outubro de 2019*.

Experenciamos *tempos rudes*, de “Destruição das ocupações [...]”, acompanhada da massificação do desemprego estrutural e da

---

<sup>465</sup> “A trajetória econômica e social brasileira transcorre historicamente desconectada do compromisso político com o pleno emprego da totalidade da força de trabalho e com a distribuição equânime da renda nacional. O resultado disso tem sido a produção e reprodução de uma complexa anomalia societal, demarcada pela desvalorização do trabalho e pela brutal concentração da riqueza e do poder. Apesar da sucessão de vários ciclos econômicos (pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, café e industrialização) e diversos regimes políticos (colônia, império, república, ditadura e democracia), o padrão distributivo e a estrutura social carregam consigo as marcas inequívocas do anacronismo conservador, com enorme aversão a mudanças democráticas e civilizatórias. Tal situação agravou-se consideravelmente no final do regime militar (1964-1985), quando a implementação de uma sequência de políticas econômicas e sociais, comprometidas com a administração da crise da dívida externa do início da década de 1980, fez proliferar um novo segmento social ocioso e assentado no inacreditável enriquecimento absorvedor de parcelas consideráveis das receitas do setor público” (POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 4. (Brasil em debate; v. 2). Disponível em: [https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/brasil\\_em\\_debate\\_vol\\_2\\_marcio\\_pochmann.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/brasil_em_debate_vol_2_marcio_pochmann.pdf). Acesso em: 4 ago. 2021.

---

precarização das ocupações, assentadas na instabilidade contratual, escassez dos direitos sociais e trabalhistas e contida remuneração”,<sup>466</sup> demonstradora da precarização salarial e de proteção social.

Além disso, infere-se que o retorno às funções como catadores/as, assim como daqueles/as que nela se mantêm, tem, na maioria das vezes, ligação direta com baixa escolaridade<sup>467</sup> e qualificação, que faz com que homens e mulheres se submetam a este trabalho, que “não oferece estabilidade e nem perspectivas de melhoria nas condições de vida e de trabalho”,<sup>468</sup> mas pode “matar a fome”.

Indubitavelmente, segundo demonstram certos estudos: “Escolaridades mais elevadas conduzem a maiores oportunidades médias de acesso a profissões mais qualificadas e a rendimentos também mais elevados”<sup>469</sup>, mesmo dentre as poucas vagas disponíveis porque passamos, de acordo com Marcio Pochmann,<sup>470</sup> uma recessão econômica que expõe e altera profundamente o mundo do trabalho.

Das três maiores recessões que contaminaram o Brasil desde 1980, a que ocorreu entre 2015 e 2016 foi a mais radical, devido aos impactos diretos e indiretos das reformas desregulatórias do trabalho,

---

<sup>466</sup> *Idem*, 2020, p. 96.

<sup>467</sup> Deixamos clara nossa posição: o desemprego, assim como as várias formas de precarização do mercado de trabalho atual não é privilégio daqueles de menor escolaridade e/ou qualificação profissional. Em outras palavras: escolaridade e qualificação profissional não são capazes de garantir inserção no mercado formal de trabalho, ou em funções melhor remuneradas. Entretanto, no caso de grande parte dos/as catadores/as, com baixa escolaridade, a competição por outros espaços de trabalho com pessoas com maior escolaridade e qualificação fica mais acirrada.

<sup>468</sup> ARANTES, 2015, *op. cit.*, p. 29.

<sup>469</sup> MARTINS *et al.*, 2016, *apud* CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 114.

<sup>470</sup> POCHMANN, Marcio. Recessão, neoliberalismo e abandono da sociedade salarial. **Rede Brasil Atual** 2020a, s/p. Receituário. Publicado 27/1/2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2020/01/caged-2019-recessao-abandono-salario/>. Acesso em: 5 ago. 2021.

adotadas nos governos Temer e Bolsonaro. Ao se defrontar com período de tempo mais longo, como o das últimas quatro décadas, pode-se observar como o mundo do trabalho tem seguido trajetória inversa daquela instalada desde a década de 1880, quando o país rompeu com quase quatro séculos de escravidão.

Ou seja, **o abandono das tendências históricas de assalariamento dos postos de trabalho e de formalização do emprego salarial, pelo menos desde a década de 1920**, com a implantação da previdência social (Lei Elói Chaves, em 1923) e do trabalho formal (Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943).<sup>471</sup>

Em 2019,

[...] cinco anos depois do início da recessão, o estoque dos empregos assalariados encontrava-se 2,6% inferior, e o emprego formal 4,1% menor ao de 2014, o que significou queda em 2,7% na taxa de assalariamento e a regressão em 2,6%, na formalização dos empregos assalariados entre os anos de 2014 e 2019.<sup>472</sup>

As análises efetuadas no Capítulo 2 sobre as diminutas chances de uma pessoa melhorar de posição social ao longo da existência, no Brasil (possibilidade de nove gerações que levaria uma família de baixa renda atingir a renda mediana da sociedade), servem, também, para o (não) acesso a outros e a melhores postos de trabalho.

Se, no Brasil, diante do alto índice de desigualdade,<sup>473</sup> houve, historicamente dificuldades à maioria dos/as que vivem-do-trabalho alcançarem outros patamares de vida, hoje, consoante ao que problematizamos no Capítulo 2, é menos provável haver mobilidade social. Ou seja, há inúmeros obstáculos à

<sup>471</sup> *Ibidem*, grifo e separação em itens nossa.

<sup>472</sup> *Ibidem*.

<sup>473</sup> Ver: CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*.

[...] mobilidade dos trabalhadores entre os segmentos do mercado de trabalho.

A migração do secundário para o primário<sup>474</sup> é mais difícil, sem considerar apenas as exigências de escolarização, pois as atividades são qualitativamente distintas e exigem também características distintas entre si. [...].

Outra barreira apontada [...] são as novas exigências intelectuais dos empregos formais, que demandam mais escolaridade e experiência.

A catação, então, representa uma alternativa possível para esses sujeitos, considerando a necessidade de uso intenso da mão de obra e a inexistência de exigência de escolaridade.<sup>475</sup>

Um elemento que comprova a instabilidade financeira é a partilha dos resultados,<sup>476</sup> em relação às atividades econômicas desenvolvidas:

Tu faz tudo e tira as despesas e partilha, só que é muito uma gangorra, né. Não é uma coisa estável

---

<sup>474</sup> “De acordo com a teoria da segmentação do mercado de trabalho [...] este estaria dividido em primário dependente, independente e mercado secundário. Os catadores fazem parte deste último, que é caracterizado [...] pelo exercício de atividades que exigem qualificação e treinamento mínimos. O processo produtivo utiliza intensivamente a mão de obra, os salários são baixos, a rotatividade é alta e as mudanças de emprego não correspondem a melhorias salariais. Os autores também definem o mercado de trabalho primário, que é dividido em dependente e independente. O primeiro, também denominado rotineiro, é caracterizado por atividades rotineiras e burocráticas. A produtividade destes empregos é determinada por atributos da mão de obra, como responsabilidade, respeito à hierarquia e aceitação de metas de produção. A qualificação para o exercício da atividade pode ser obtida na própria função, mas exige certo nível instrucional. O segundo, o mercado de trabalho primário independente, exige raciocínio dedutivo e abstrato, liderança, capacidade de tomar decisões e qualificação. A escolaridade exigida geralmente é a universitária” (ARANTES, 2015, *op. cit.*, p. 29).

<sup>475</sup> *Ibidem*, p. 29-30, separação em itens nossa.

<sup>476</sup> O valor a ser partilhado entre os/as catadores/as advêm da sobra do que foi extraído para os pagamentos de água, luz, aluguel, manutenção, compra e/ou consertos de equipamentos e de materiais, etc.

---

e, como eu disse, os preços daqui a pouco tá muito bom, daqui a pouco cai tudo (E1).

Logo se há pagamento de aluguel,<sup>477</sup> o resultado a ser partilhado tem sérias possibilidades de ser menor.

Claro que na época [ $\pm$  8 anos atrás] era bem melhor assim o valor dos materiais era bem diferente do que era hoje. Hoje tá muito caro, ainda mais que a gente paga aluguel, pago 2.500,00 de aluguel aqui. Mas a gente vai levando (B).

As dificuldades nossa, hoje, maior é não ter um lugar melhor pra trabalhar. Hoje, aqui, o aluguel é pesadinho, o aluguel é quase 7.000 reais. Isso era uma renda que dava pra dividir com cada um deles; olha bem tem 40 pessoas, são 300 reais a mais pra eles, daí era um incentivo a mais pra eles. A dificuldade para nós é isso, hoje.

Que nem hoje aqui, pra nós fazer o que nós fazemos com 40 pessoa trabalhando aqui dentro. Fazer o que nós fazemos pra cidade, por que nós não fazemos pra prefeito, e para pagar nós e a cooperativa, para pagar o valor de um salário e de aluguel desse tamanho é um absurdo, mais água e luz, dá em torno de dez mil reais (A1).

As falas dos/as catadores/as sobre as dificuldades de renda decente à sobrevivência digna é explicitada a seguir:

A gente fica triste de ter que dizer que a nossa partilha tá em torno de oitocentos reais e uma pessoa tem uma capacidade pra tá ganhando muito mais, tem um estudo, tem uma coisa boa, mas não consegue (E1).

Hoje, eu tava aqui até sexta-feira quando eu levei pro escritório de contabilidade, nossa partilha tá mais ou

---

<sup>477</sup> Dos nove empreendimentos a que se vinculam os doze entrevistados, três pagam aluguel.

---

menos oitocentos reais. Então, assim, quem tem um desconto, tipo o tio da cozinha que paga o transporte para vir, essas coisas, sobra seiscentos, seiscentos e pouquinho (F).

[O preço pago ao material] é muito baixo, por isso que tem muita rotatividade em associação, justamente por isso que é partilha, né. É difícil ainda, porque às vezes perguntam assim, até o pessoal da prefeitura: – Por que que tem tanta rotatividade. Por quê? Porque é difícil uma pessoa trabalhar por oitocentos reais. É difícil (E1).

Não gosto de pagar partilha, não aceito que uma partilha de quinhentos, seiscentos reais (J).

Dentre as dimensões que explicam a baixa rentabilidade, há uma específica da separação do material, pois há certa morosidade na atividade de triar, conforme a natureza: papel, papelão, plástico, alumínio, vidro, por exemplo. Isto configura “um processo com uso intensivo da mão de obra, e a produtividade está relacionada mais ao fator humano do que à tecnologia ou à gestão”.<sup>478</sup> Alguns estudos vêm concluindo que as esteiras podem aumentar a produtividade e diminuir os riscos de acidentes, uma vez que reduzem “deslocamentos e carregamentos manuais de peso. Mas, os autores advertem que essa tecnologia determina a velocidade e o ritmo da produção, podendo excluir do processo aqueles em idade avançada e/ou com suas capacidades físicas diminuídas”.<sup>479</sup>

Se considerarmos

- que o salário-mínimo, nos anos de 2018 e 2019 – período da realização das entrevistas –, era, respectivamente R\$ 954,00 e R\$ 998,00;
- que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o salário-mínimo nacional deve ser capaz de satisfazer as

---

<sup>478</sup> ARANTES, 2015, *op. cit.*, p. 24.

<sup>479</sup> *Ibidem.*

“necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”<sup>480</sup>;

- as estimativas produzidas, há anos, pelo Departamento Intersindical de Estatística Econômica (Dieese), designadora do valor do salário-mínimo indispensável para atender ao disposto na Constituição Federal de 1988, veremos que os cálculos para 2018 e 2019 seriam, respectivamente, em torno de R\$ 3.700,00 e R\$ 4.000,00, para atender a uma família de dois adultos e duas crianças.<sup>481</sup>

Os catadores e as catadoras, em Caxias do Sul, não recebiam nem um salário-mínimo nacional em 2018-2019, estando muito distantes daquela quantia considerada imprescindível, dentre outros, a uma alimentação nutritiva, à habitação adequada, a cuidados com saúde apropriados, à segurança econômica, à educação apropriada.<sup>482</sup> Muito provavelmente, com a situação pandêmica mundial, a situação deve ter se tornado ainda pior.

A recessão econômica, especialmente aquela de 2015-2016, citada anteriormente, é partilhada e apontada pelos sujeitos de pesquisa:

A nossa partilha não era boa, mas a gente conseguia garantir por muito tempo de 1.100 até 1.200. Isso, assim, foi uns três/quatro anos a gente conseguiu uma média assim (F).

<sup>480</sup> BRASIL, 1988, *op. cit.*, art. 7º, inciso IV.

<sup>481</sup> DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA (Dieese). **Salário-mínimo nominal e necessário**. Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos, s/d. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analise/cestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 17 ago. 2021.

<sup>482</sup> PEREIRA, 2017, *op. cit.*.

Há quatro anos e meio atrás [2015], tinha partilha de pessoas que ganhavam 1.700 reais. Pra ti ver que a gente sempre trabalhou na lógica que: deu bastante, vai receber bastante; deu pouco, vai receber pouco, mas deu partilha, assim de 1.700 reais né?! Hoje a partir de novecentos reais, pra você ver é a metade (A1).

As narrativas de que a *partilha* nunca foi *boa*, *1.100*, *1.200* ou até *1.700 reais*, mas que diminuiu em *três, quatro anos, quatro anos e meio*<sup>483</sup> *para oitocentos, novecentos reais, ou seja*, entre 30% e 45%, é pertinente, conforme o já comentado, à alta recessão econômica, mais perceptível, a partir de 2015-2016.

A diminuição dos resultados econômicos é identificada em vários estudos, comprovadores do percebido e experienciado pelos/as catadores/as.

A recessão econômica e o desemprego, principalmente a partir de 2015-2016, afetam diretamente a classe trabalhadora: “Podemos ter no Brasil mais de 20 milhões de desempregados, mais 35 milhões de subocupados, postos de trabalho flexíveis e precários se expandindo no mundo formal. Essa destruição agravará as desigualdades com pobreza e miséria em alta”.<sup>484</sup> Isto implica menos renda aos/as catadores/as. Como afirma (E1):

Infelizmente, nos últimos anos, decaiu bastante o financeiro. A gente tava até lembrando que a gente tinha uma vida financeira, melhor antes da associação até um cinco anos atrás. Mesmo como catadores, nós ganhávamos. Nós tínhamos nossos financeiro, era bem melhor, e hoje a gente, olha... (E1).

Se a vida já era difícil, tal situação teve piores aumentadas. “Como eu te disse: uma vez a gente saía bastante, ia num lanche,

---

<sup>483</sup> Como as entrevistas foram realizadas entre 2018-2019, há três, quatro anos atrás; isso significa uma aproximação ao ano de 2014/15/16.

<sup>484</sup> LÚCIO, 2020, *op. cit.*, s/p.

---

uma pizzaria com os amigos, ia tomar uma cerveja e, hoje, infelizmente, é bem raro” (E1).

A crise econômica acentua a precarização da vida dos que vivem-do-trabalho e induz alterações nos hábitos, no lazer, nos padrões de consumo, nas estratégias de sobrevivência.

Como diz Marcio Pochmann, houve, a partir deste período, “o desaparecimento do progresso econômico”, o que fixou

[...] um conjunto de consequências desconhecidas ao Brasil, tradicionalmente constituído por ampla atração do capital externo e por massiva incorporação de imigrantes. Enquanto os investimentos diretos provenientes do exterior se encontram atualmente abaixo de 40% se comparados ao ano de 2014, o país aumentou em 81% a quantidade de brasileiros mais qualificados que imigraram para os países ricos pertencentes à OCDE.<sup>485</sup>

Em números concretos, o “desaparecimento do progresso econômico” é demonstrado:

[...] com a renda *per capita* 11% abaixo do que era em 2014, os brasileiros vivem **uma situação inusual, jamais experimentada ao longo da trajetória do capitalismo, desde a sua implantação dominante nos anos 1890**. Em valores monetários, a renda nacional anual, dividida pelos habitantes de 2020 (R\$ 35,2 mil), foi 4,3 mil reais (ou R\$ 358,58 mensais) inferior à do ano de 2014 (R\$ 39,5 mil).<sup>486</sup>

Isto significou maior índice de desemprego, uma vez que, “com 8% a menos no estoque total de empresas ativas no Brasil, o saldo na destruição no geral dos ocupados atingiu a 2,753 milhões

---

<sup>485</sup> POCHMANN, Marcio. Adeus à classe média e ao charme capitalista. Outras Palavras. É revista? Crise brasileira, 2021a, s/p. Publicado em 14/6/2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/adeus-a-classe-media-e-ao-charme-capitalista/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

<sup>486</sup> *Ibidem*.

---

de trabalhadores. Ou seja, 7,9% a menos no total das ocupações assalariadas em apenas quatro anos”.<sup>487</sup>

Experenciamos a soma de todos os males no Brasil: pandemia e projeto político genocida veiculado por negacionismo ou por estratégia política de poder; entrega ao capital estrangeiro de nossa soberania nacional e meio ambiente (com privatizações do petróleo, da energia, das comunicações, da possibilidade de aquisição, do arrendamento e cadastramento de imóvel rural por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, com residência ou sede no Exterior, com ofensiva contra a Amazônia e a seus povos, por exemplo); crise econômica com desemprego e carestia, que combinou a “elevação do preço dos alimentos, 3,1 vezes superior à inflação, com a queda real de 6,5% na massa dos rendimentos dos brasileiros em 2020”.<sup>488</sup> Isto culminou, em 2020, em resultados que confirmam, de maneira clara e inequívoca, as perversas manifestações das desigualdades:

55,2% dos domicílios, o equivalente a quase 116 milhões de pessoas, conviveram com algum grau de insegurança alimentar. Em plena pandemia da Covid-19, cerca de 19 milhões de brasileiros passaram fome, contingente equivalente a duas vezes mais que o registrado em 2009 e igual ao de 16 anos atrás.<sup>489</sup>

Acumulam-se mortes (526.892 mil por Covid-19),<sup>490</sup> fome e condições de vida infames para muitos, enquanto poucos, no mundo, concentram “capital” econômico, cultural e social:

---

<sup>487</sup> *Ibidem*, s/p.

<sup>488</sup> POCHMANN, Marcio. Dois brasis: a falsa contradição. **Partido dos Trabalhadores**, 2021, s/p. Publicado em 19/5/2021. Disponível em: <https://pt.org.br/artigo-dois-brasis-a-falsa-contradicao-por-marcio-pochmann/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

<sup>489</sup> *Ibidem*.

<sup>490</sup> Dados disponíveis para a data de 7 de julho de 2021, em: <https://www.canal.saude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/brasil-soma-526892-mortes-por-co-ronavirus-com-18855015-casos-confirmados-de-covid-19-e-17262646-milhoes-de-pessoas-recuperadas07072021>. Acesso em: 7 de julho de 2021.

Quando oito indivíduos são donos de mais riqueza do que a metade da população mundial, enquanto 800 milhões de pessoas passam fome, francamente, achar que o sistema está dando certo é prova de cegueira mental avançada. Essas oito famílias donas de fortuna produziram tudo isso? Ou simplesmente montaram um sistema de apropriação riqueza por meio de papéis? E como isto é possível? São donos de papéis financeiros que rendem.<sup>491</sup>

*A desigualdade atingiu patamares obscenos.*<sup>492</sup>

Por isso, lamentavelmente, Elaine Brum tem razão: **“É fácil morrer no Brasil. Para quem sobrevive, é muito difícil viver”**.<sup>493</sup>

O que estamos passando “pode parecer loucura, mas, infelizmente, tem método”,<sup>494</sup> tem projeto, é ação calculada, projetada.

*Cultiva-se “o descaso, a arte de viver ao lado do sofrimento ignorando-o”*.<sup>495</sup>

### A população empobrecida

[...] e seus descendentes – assim como os povos originários que foram dizimados para que tal empre-

<sup>491</sup> DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. 2. imp. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017, p. 22. Disponível em: [http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/a\\_era\\_do\\_capital\\_improdutivo\\_2\\_impress%C3%A3oV2.pdf](http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/a_era_do_capital_improdutivo_2_impress%C3%A3oV2.pdf). Acesso em: 14 maio 2020.

<sup>492</sup> *Ibidem*.

<sup>493</sup> BRUM, Elaine. Bolsonaro pode ter matado e roubado ao mesmo tempo. **El País**, Coluna. Publicado em: 1o de jul. de 2021, s/p. CEST. Disponível em: [https://elpais.com/opinion/2021-07-01/bolsonaro-puede-haber-matado-y-robado-a-la-vez.html?event\\_log=oklogin&event\\_log=oklogin&o=cerrado&int=pw\\_reg\\_el-pais&prod=REGCRART](https://elpais.com/opinion/2021-07-01/bolsonaro-puede-haber-matado-y-robado-a-la-vez.html?event_log=oklogin&event_log=oklogin&o=cerrado&int=pw_reg_el-pais&prod=REGCRART). Acesso em: 7 jul. 2021.

<sup>494</sup> SAFATLE, 2021, s/p. SAFATLE, Vladimir. A festa não pode parar. Mesmo com mortos na sala... UOL. Comissão Arns. Publicado em: 4/1/2021 10h54. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/comissao-arns/2021/01/04/a-festa-nao-pode-parar-mesmo-com-mortos-na-sala.htm>. Acesso em: 7 jul. 2021.

<sup>495</sup> IASI, 2020a, *op. cit.*, p. 656.

endimento econômico servisse como o marco zero desse país – conhece apenas a face predadora do estado brasileiro. A face que lembra que tais sujeitos são matáveis sem luto, são objetos de desaparecimento, extermínio e máxima espoliação econômica. Que melhor lugar no mundo para começar um experimento de anulação estrutural da limitada dimensão protetora do estado moderno?<sup>496</sup>

Em síntese, expressivos contingentes humanos conhecem, como descrevemos no Capítulo 3, formas perversas de precariedade, **salarial, de proteção social e existencial**, cujas características básicas são a *instabilidade e a insegurança*.

Que trabalho os capitais querem?

Um trabalho cada vez mais desprovido de direitos, mais informal, **funcionando como um apêndice de uma máquina que domina o mundo**.

[...] Em pleno século XXI, com algoritmos, inteligência artificial, internet das coisas, big-data, indústria 4.0, internet 5G e tudo o mais que temos deste arsenal informacional, **há pessoas que têm trabalhado sob critérios típicos da servidão**.<sup>497</sup>

Como já mencionamos no Capítulo 3, na fala de (J): *O trabalho é escravo realmente, né?! E as condições de trabalho são péssimas*.

*A correta separação dos resíduos pela população em geral, a coleta seletiva e as etapas de receber, armazenar, triar, prensar/enfardar, pesar e vender, permitem diminuir a quantidade de “lixo” a ser*

<sup>496</sup> SAFATLE, 2021, *op. cit.*, s/p.

<sup>497</sup> ANTUNES, Ricardo. 1º de maio em tempos de pandemia: a mutação do capitalismo e a degradação do trabalho. Entrevistas com Ricardo Antunes, Clemente Lúcio e José DariKrein. **DMT – Democracia e Mundo do Trabalho em debate**, Brasil, 2020, s/p, grifo nosso. 4/5/2020, separação em itens nossa. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/598528-1-de-maio-em-tempos-de-pandemia-a-mutacao-do-capitalismo-e-a-degradacao-do-trabalho-entrevistas-especiais-com-ricardo-antunes-clemente-lucio-e-dari-krein>. Acesso em: 17 ago. 2021

---

*disponibilizado nos aterros e o reaproveitamento de materiais para reciclagem, contribuindo com a preservação da natureza e dos recursos naturais.*

*Na preservação, tão importantes quanto a reciclagem estão a não geração, redução, reutilização e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.*<sup>498</sup>

A reciclagem, a não geração, redução, reutilização e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, para serem efetivados, precisam de programas municipais de educação ambiental. Apesar de a Política Nacional de Resíduos Sólidos indicar a obrigatoriedade de tais programas, e haver uma Política Nacional de Educação Ambiental, definida legalmente desde 1999 – regulamentada em 2002 –, os objetivos de tal educação<sup>499</sup> (em caráter formal e não formal) encontram-se muito distantes da necessidade. As falas dos/as catadores/as comprovam isto. A educação ambiental em

---

<sup>498</sup> BRASIL, 2010, *op. cit.*, art. 7º.

<sup>499</sup> “São objetivos fundamentais da educação ambiental: I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; II – a garantia de democratização das informações ambientais; III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; VI – o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.” (BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, art. 5º. Brasília, DF, 1999).

todos os níveis, em todas as idades e abrangência (municipal, estadual e nacional) é fundamental:

É igual à limpeza. Sem a limpeza tu não tem nada, sem tu limpar tu não mantém um hospital, escola, cidade. A educação é a mesma coisa. Como tu vai ensinar a reciclar, se tu não tem educação? Como tu vai ensinar a preservar, se tu não tem educação? (J).

Na separação doméstica dos resíduos, muitas pessoas reúnem resíduo orgânico com seletivo por não terem consciência ou por não se “importarem” com o meio ambiente e com o trabalho de quem desempenha a triagem. Todavia, inferimos que, em grande número, existe aqueles/as que, por falta de informação adequada e permanente (educação ambiental), misturam ao seletivo o que consideram reciclável.

Hoje, se for lá e perguntar: – (J) o que é o rejeito? Vai olhar madeira, quer dizer, nem sempre porque a gente guarda para fazer fogo no fogão à lenha. Vai encontrar pano, roupa velha, calçado, o orgânico e só. O resto tudo vende. O que seria o nosso descarte é alguma coisa que vem contaminada. Então, a gente não tá falando de orgânico, mas sim do rejeito da associação que são coisas rejeitadas (J).

Há, destarte, muitas distorções acerca do que engloba os resíduos: a possibilidade de serem reciclados, que envolve compreender o significado e os riscos de cada tipo de material – para a natureza e a sobrevivência das espécies; a durabilidade; os aproveitamentos possíveis; a segregação ideal, etc.

Então é uma coisa que eu sempre bati, naqueles trabalhinho de colégio, de escola. Aquilo me incomoda muito: enfeitar o vidro de pepino. Eles acham que aquilo é reciclar, aquilo não é reciclar, aquilo é reaproveitar: – Vamo reaproveitar o potinho pra guardar o feijão, para guardar o algodão. Isso não é reciclar, desses três vidrinhos um eu vou botar

cotonete, outro algodão e o outro vou jogar no lixo, daí se quebrar, se despedaçar eu nem tô, eu tô colocando no lugar que, acho eu, certo. Isso me incomoda bastante (J).

Os poucos investimentos públicos (financeiro, de “propósitos”, de pessoal) têm conexão com as definições das grandes indústrias incentivadoras do consumo e da produção de supérfluos (com o apoio do Estado). Não podemos esquecer que o objetivo central do capital é expandir, incansavelmente, a produção e o consumo de mercadorias, para atender seus pressupostos de reprodução:

Como o que motiva a produção capitalista é a acumulação de capital, cuja medida de eficiência e acerto estratégico é o lucro crescente; as necessidades sociais transformam-se em mera mediação para a realização da acumulação, deixando de ser a finalidade orientadora do uso dos recursos naturais, humanos e tecnológicos alocados na produção capitalista.<sup>500</sup>

Por isto, experenciamos uma

[...] época, em que a vertiginosa produtividade do capital o capacita a engolir a totalidade dos recursos humanos e materiais do nosso Planeta, e vomitá-los de volta na forma de maquinaria e “produtos de consumo de massa”, cronicamente subutilizados – e muito pior: imensa acumulação de armamentos voltados à potencial destruição da civilização por centenas de vezes –, em uma situação como esta a própria *produtividade* se transforma num conceito enormemente *problemático*, já que parece ser inseparável de uma fatal *destrutividade*.<sup>501</sup>

<sup>500</sup> PANIAGO, Maria Cristina Soares. A crise estrutural do capital e a centralidade das classes sociais. **Rev. Katalysis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2014, p. 45. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/download/S1414-49802014000100005/26858/112779>. Acesso em: 22 ago. 2021.

<sup>501</sup> MÉSZÁROS, 2002, *op. cit.*, p. 527.

Embora muitas pesquisas e estudos nacionais e internacionais demonstrem a escassez de recursos naturais – pelo uso predatório e ilimitado (desmatamento, erosão do solo, crise climática, extinção de espécies da fauna e flora, dentre outros) –, o Planeta está sendo conduzido ao fim das condições necessárias para a vida. Valorizar e incentivar o trabalho do/a catador/a, certamente, ampliaria sobremaneira o percentual de reciclabilidade e reduziria, no Planeta, o potencial destrutivo do homem.

## 5

**Reciclando e ressignificando o trabalho do/a catador/a: algumas considerações (não) finais**

Encerrar um livro qualquer dá a quem o desenvolveu certa leveza, pela possibilidade de término de algo a que se propôs realizar. Ao mesmo tempo, há a sensação de incompletude, afinal, são tantas as possibilidades que se abrem, palavras ainda a serem ditas, problematizações e críticas a serem apontadas, interpretações a serem produzidas.

A sensação de algo inacabado, logo aberto a outras indagações e aprofundamentos, nos acompanha, pois temos clareza de que o conhecimento é adquirido e produzido, historicamente e, portanto, acumulado, o que significa muitos sujeitos envolvidos, épocas, métodos, técnicas, concepções e análises diferentes e, amiúde, divergentes.

Sabemos que pesquisas qualitativas, com as quais trabalhamos, demandam a busca de profundidade e plenitude,<sup>502</sup> o que significa, dentre outros, que quaisquer apreciações de fenômenos sociais “não se esgotam no superficial, mas marcam-se pela profundidade”,<sup>503</sup> porque a História é “passageira [...] em cada fase não acaba; ao contrário, continua. Continua sempre, não como continuidade contínua, mas como eterno recomeço”.<sup>504</sup>

Pensando nisto, para finalizar uma fase (de estudos não acabados, mas recheados de novas indagações e problematizações) – no caso deste livro –, apropriamo-nos das inferências de Ítalo Calvino, que nos ensina a imprescindibilidade de considerarmos,

---

<sup>502</sup> DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 6, n. 2, p. 89-104, abr. 1998, p. 93. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/wSwfj7n6VCZJ4gShkMCF9f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 fev.2022.

<sup>503</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>504</sup> *Ibidem*.

---

no planejamento e na elaboração de um livro, como primeira decisão: “saber o que excluir”.<sup>505</sup> Tarefa difícil. Mesmo após a decisão do que deveria ser suprimido na construção dos Capítulos e de suas seções, ultrapassamos, consideravelmente, o desenho inicial; ainda assim, como faltaram descrições, explicações!

Ratificamos as palavras de Mauro Iasi, apresentadas na Introdução deste livro: *Mesmo o vôo mais belo descobre um dia não ser eterno. É tempo de acasalar: voltar à terra com seus ovos à espera de novas e prosaicas lagartas.*

Prevendo novos *acasalamentos* e *ovos*, que virem inúmeras e maravilhosas *lagartas*, edificamos estas Considerações (não finalizada).

Não se pode concluir uma produção acerca da trajetória profissional dos sujeitos aqui veiculados, sem assinalar questões pertinentes ao objeto de seu trabalho: os resíduos reutilizáveis e recicláveis. Sejam quais forem as ponderações, avaliações e, quiçá proposições de alternativas aos/às catadores/as – no seu exercício de trabalho –, requerem refletir sobre a questão ambiental e os resíduos gerados pela sociedade contemporânea.

Esperamos ter deixado claro, no corpo desta sistematização, nossas posições e interpretações sobre a não separação apropriada dos resíduos e o que isto pode causar. Lembramos, então, que a correta segregação destes é imprescindível à preservação do meio ambiente: aliviam os aterros sanitários e lixões; diminuem a formação das “ilhas de lixo” que afetam rios e mares, causando alagamentos, doenças, danos à fauna e flora; possibilitam melhor aproveitamento daqueles com potencial de serem reciclados; melhoram as condições de trabalho dos/as que se mantem através desta ocupação.

---

<sup>505</sup> CALVINO, 2007 *op. cit.*, p. 637.

---

Encontramo-nos em um tempo em que a não geração, a redução da geração, a reciclagem e o reuso são prerrogativas indispensáveis à permanência humana na Terra. Isso exigirá uma transformação no “modo de andar a vida”, especialmente em relação aos padrões de consumo e ao desenvolvimento da consciência ambiental:

Ameaçada por ela mesma, a espécie humana deve se resguardar da morte protegendo-se do declínio das próprias forças. [...]. Acredito, efetivamente, que a salvação estaria na busca de uma nova via do futuro humano que conduziria a uma metamorfose. Por isso, é preciso integrar o imperativo cognitivo ao imperativo ético.<sup>506</sup>

*Metamorfose*, portanto, não física, mas de pensamento, de conduta e de ação, tendo como matriz de reflexão o papel de cada um em toda a cadeia produtiva da reciclagem.

Merece ressalva o apontado na PNRS (2010), ao definir que o material gerado nas atividades domésticas e comerciais, coletados pelos serviços de limpeza urbana, devem ser conduzidos para a destinação final, em aterros sanitários apenas quando não é possível seu reaproveitamento (reciclagem, reutilização, compostagem, geração de energia).

O Brasil dispõe de recursos tecnológicos para reciclar (transformar) resíduos orgânicos, recicláveis (sendo os mais importantes o papel, papelão, plástico, alumínio e vidro) e para reaproveitar eletroeletrônicos, em locais onde há capacitação e infraestrutura para tal.

Segregar adequadamente e recolher mediante coleta seletiva pode significar melhoria na qualidade ambiental de vida da população

---

<sup>506</sup> MORIN, Edgar; SLOTERDIJK. Tornar a terra habitável [recurso eletrônico]. Trad. de Edgard de Assis Carvalho; Fagner França. Dados eletrônicos. Natal, RN: EDUFRN, 2021, p. 44. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/33223>. Acesso em: 20 nov. 2021.

---

e de trabalho de milhares de catadores/as não apenas, em Caxias do Sul, mas “mundo a fora”. Mundo que padece diante da mesma incapacidade: dar conta dos resíduos gerados nas inúmeras atividades produtivas. Sem segregação adequada, há desperdício, risco ambiental e à saúde; degradação de recursos naturais e esgotamento rápido dos espaços destinados a aterros sanitários.

A disposição final é uma das alternativas de destinação final ambientalmente adequada previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), desde que observadas as normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

No Brasil, a maior parte dos RSU coletados segue para disposição em aterros sanitários, tendo registrado um aumento de 10 milhões de toneladas em uma década, passando de 33 milhões de toneladas por ano para 43 milhões de toneladas.

Por outro lado, a quantidade de resíduos que segue para unidades inadequadas (lixões e aterros controlados) também cresceu, passando de 25 milhões de toneladas por ano para pouco mais 29 milhões de toneladas por ano.<sup>507</sup>

Apesar de o Brasil ter evoluído na última década, em relação à implementação de iniciativas quanto à coleta seletiva em municípios (73% dos municípios brasileiros em 2019 tinham desenvolvido alguma iniciativa),<sup>508</sup> persistem os problemas com a reciclagem. Há, de fato, longo caminho a percorrer e muitos problemas a serem solucionados.

A estagnação dos índices de reciclagem, apesar das várias ações, campanhas e iniciativas para alavancar

---

<sup>507</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (Abrelpe). **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2020**. Dez. 2020, p. 20, separação em itens nosso. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama-2020/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

<sup>508</sup> *Ibidem*.

o setor e viabilizar o aproveitamento dos materiais descartados, demonstra que a fragilidade das redes existentes, a inexistência de um mercado estruturado para absorver os resíduos e as dificuldades logísticas e tributárias devem ser objeto de atenção prioritária, juntamente com a estruturação dos sistemas de logística reversa definidos por lei, já que no período de uma década, apenas aqueles cuja obrigatoriedade antecede a PNRS apresentam resultados satisfatórios.<sup>509</sup>

Para fins de dimensionamento deste problema e seus impactos, é importante levar em conta que o Brasil gerou, em 2020, 79,6 milhões de toneladas de Resíduos Sólidos Urbanos, e estima-se um aumento de 50% desse valor até 2050, se mantidos os padrões de consumo atuais.<sup>510</sup> Dentre estes cabe evidenciar o volume de orgânicos (45,3% do total), plástico (16%), papel e papelão (10,4%), e rejeitos (14,1%). Pelo valor comercial é importante apresentar que 1,4% eram de metal,<sup>511</sup> resíduo com melhor índice de “reciclabilidade”, especialmente o alumínio. Basicamente, o resíduo orgânico gerado, grande quantidade dos demais tipos e o total de rejeitos são destinados aos aterros sanitários ou depositados a céu aberto. Todos esses percentuais poderiam ser modificados para melhor, mediante correta segregação e compostagem de orgânicos.

Ao considerar a manutenção do cenário vigente, seriam necessários 55 anos para que aterros controlados e lixões sejam encerrados, [...] que evidencia a urgência de soluções para viabilizar as ações necessárias, de forma contínua e com sustentabilidade, para que o país possa superar essa chaga medieval de forma definitiva em todas as unidades da federação.<sup>512</sup>

---

<sup>509</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>510</sup> *Ibidem*.

<sup>511</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>512</sup> *Ibidem*, p. 42.

---

Assim, após mais de uma década de vigência da PNRS (2010), esperava-se que houvesse avanços mais expressivos, por exemplo:

- na redução da geração de resíduos;
- na efetivação da logística reversa para quaisquer resíduos perigosos;
- na compostagem do resíduo orgânico (descartamos, no Brasil 170 kg<sup>513</sup> de matéria orgânica por pessoa/ano, que poderiam ser compostados);
- no aumento da eficácia na reciclagem;
- na melhoria da qualidade dos resíduos que são segregados nos domicílios, na indústria e no comércio;
- na implementação de políticas públicas assertivas, especialmente pela implantação da coleta seletiva e destinação dos resíduos provenientes desta aos/as catadores/as;
- e na disposição final apenas dos rejeitos.

Como afirmamos no Capítulo 4: *Na preservação, tão importante quanto a reciclagem, estão a não geração, redução, reutilização e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos*. Alia-se a isto educação ambiental permanente, com ênfase na imprescindibilidade da correta separação dos resíduos, e, igualmente, na importância para a preservação do Planeta Terra. Isto requer “vontade política” dos entes federados, veiculada por meio de políticas públicas.

Em meio a essa lentidão em relação às soluções possíveis para o processo de geração, manejo e destino final de resíduos, está o catador e a catadora que, ao reciclarem, tornam novo o que era velho ou amassado. Apesar disso, continuam à “margem” da sociedade, quando a vida anda de mãos dadas com a precarização: *degradação da vida humana do ser que trabalha*.

---

<sup>513</sup> *Ibidem*, p. 43.

---

A precarização salarial e a de proteção social e a existencial, as quais ficam expostos os/as catadores/as pesquisados/as, em Caxias do Sul, acompanha sua história de vida e ocupacional.

A estrutura organizativa, estabelecida por meio de grupos informais, associações e cooperativas, em ações de Economia Solidária, deve compor outros estudos e pesquisas, indicando se é o melhor caminho àqueles que precisam do trabalho como fonte de renda. Logo, necessita-se de mais dados e aprofundamentos teóricos e práticos.

Porém, reforçamos algo já conhecido e descrito, *em épocas de recessão e revolução tecnológica*, é imposta, especialmente à população empobrecida (maioria do povo brasileiro) – na luta pela sobrevivência, pela manutenção da vida –, a busca de possibilidades que possam minimizar as consequências das reformas e contrarreformas empreendidas pelo capital, com o apoio do Estado, cuja reestruturação produtiva é uma delas.

A precarização estrutural em todas as suas medidas, ideologicamente planejadas e executadas, exige que sejam encontrados trajetos para continuar caminhando, mesmo que sejam em outras formas de precarização (salarial e de proteção social que, juntas, geram precarização existencial). Os EES compõem algumas destas alternativas.

Nos últimos anos, os catadores de material reciclável vêm buscando se articular coletivamente com base em diferentes formatos organizacionais para superar os gargalos estruturais que lhes impedem se apropriar de um maior valor por seu trabalho.

Ao se organizarem, eles somam forças para estabelecer relações de mercado diferenciadas, podendo inclusive avançar em alguns elos no âmbito da cadeia produtiva, com a agregação de valor ao material reciclável por meio de algum processo de beneficiamento.

Sua organização também é importante na medida em que lhes propicia maior capacidade de mobili-

zação para negociarem com o poder público e com outros setores da sociedade, na procura de parcerias e políticas governamentais para sua maior valorização, como categoria profissional e sujeitos detentores de direitos.

Com isso, buscam romper com o isolamento característico da atividade, a partir de diferentes perspectivas nas relações de trabalho.<sup>514</sup>

Mas, ressaltamos que estes *formatos de superação dos gargalos estruturais, de rompimento do isolamento*, da discriminação e do preconceito contra os/as catadores/as, que simbolizam as demais camadas da população empobrecida, não têm, até o presente momento – ao contrário –, diminuído as desigualdades de renda, de acesso a bens culturais e sociais. No Brasil, há

[...] a permissão e a legitimidade, socialmente construídas, de que [determinados sujeitos] ‘sejam vistos como superiores e dignos de privilégios’ [...]; o que coloca “outros (no caso, os catadores e catadoras) como inferiores e merecedores de sua posição marginal e humilhante” [...].

Em síntese: há uma “hierarquia moral que nos comanda sem que tenhamos consciência dela” [...]. Hierarquia edificada em estratos sociais que separam: ‘doutores/analfabetos, homens de boas maneiras/joões-ninguém, competentes/incompetentes, etc.’ [...], regularizadora e justificadora dos privilégios de alguns sobre muitos.

Naturalizadora da desigualdade que impede que a percebamos em todos os aspectos e atrocidades.<sup>515</sup>

Presenciamos a *banalização da injustiça social* identificada, ao mesmo tempo, em *violência e humilhação ao outro*, que, contraditoriamente, “mantém” a “máquina de concentração da renda,

<sup>514</sup> SILVA, 2017a, *op. cit.*, p. 23, separação em itens nossa.

<sup>515</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 49, separação em itens e acréscimos nossos.

riqueza e poder para poucos”.<sup>516</sup> São realidades e experiências exaustivamente vivenciadas e sentidas pela maioria dos/as brasileiros/as que simbolizam a miséria, a destituição – *formas perversas de precariedade: salarial, de proteção social e existencial, cujas características básicas são a instabilidade e a insegurança*. Ou seja:

De um lado, persistiria uma minoria orgânica do agronegócio enriquecida e conectada desde fora pela força de fundos financeiros externos e bancos locais, bem como as grandes corporações transnacionais. Sua relação direta com o grande varejo interno tem sido cada vez mais direta, posto que depende das exportações das commodities primárias exportadoras para o financiamento de importações crescentes dos produtos manufaturados e serviços mais qualificados, destruídos internamente pelo receituário neoliberal.

De outro lado, a maioria da sociedade **é transformada cada vez mais no mundo inorgânico, sobrando da produção e riqueza primário-exportadora**. Por assim dizer, na poesia de Carlos Nejar, **o exército de homens malfeitos, tomando forma de rato, de um povo órfão e sedento de conhecimento**.<sup>517</sup>

A realidade revelada por várias pesquisas demonstra que, apesar da “evolução” do trabalho do/a catador/a a vida continua sendo *permeada de enredos, afazeres braçais, trabalho infantil, longa e exaustiva jornada, dores, perdas, sofrimento*, marginalidade. O tratamento dispensado aos resíduos, infelizmente, é o mesmo dispensado àqueles que sobrevivem de seu manuseio como “ganha pão”.

*A invisibilidade da função exercida, esquece que estas pessoas pensam, sentem, agem, criam, resistem. E como resistem!*

<sup>516</sup> POCHMANN, 2021, *op. cit.*, s/p.

<sup>517</sup> *Ibidem*, separação em itens e grifo nosso.

Isso está explicitado nas memórias e nas narrativas dos/as que aqui nomeamos como primeira e segunda geração de catadores e catadoras de resíduos de Caxias do Sul, que, apesar das agruras da história acumulada, não tem tido força para alterar, positivamente, a vida e as relações de trabalho: ao contrário. Igualmente, a milhares de famílias brasileiras, os protagonistas centrais deste livro não têm apenas repassado, de geração em geração, o conhecimento e as habilidades no trato com o “lixo”.

“Passam” também – porque a realidade opressora da *banalização da injustiça social* assim o faz – a sensação de inferioridade, as dificuldades, o não reconhecimento social, o *tratamento como subgente* (precarização existencial); as precárias condições de trabalho (precarização salarial); a ausência de políticas públicas (precarização de proteção social). A identificação da família de (G) é um exemplo disto: *continua há mais de quarenta anos no manuseio com resíduos sólidos – avós, pais e netos ratificam a “herança” familiar pela sobrevivência física, emocional e de atenção ao outro.*

O [ser humano] desenvolve invenções revolucionárias [...], empreende negócios mirabolantes e lucrativos, dedicou-se a pesquisar e descobrir novos medicamentos para males cujo desaguadouro era a morte certa e outros que vieram com a evolução mesma do gênero humano, mas continua a se sabotar e se autodestruir.

A ciência, a medicina, a arquitetura e, claro, e a arte, seguem seu propósito de aperfeiçoar a outrora chamada raça humana, mas neste momento diversas nações travam guerras – muitas vezes contra seu próprio povo –, **a distribuição de renda é um escândalo por si só e muita, mas muita gente sequer tem o que comer.**

Ou seja, o homem continua irredutível naquele que parece ser seu projeto maior: ser seu próprio lobo. E o [ser humano] também segue sem encontrar a cura para todos das suas tantas enfermidades, mais

---

preocupado em perseguir e difamar quem julga diferente, sem conseguir aprender que a vida passa tão rápido que às vezes nem se pode entender sua lógica e, ainda mais, sua falta de lógica.<sup>518</sup>

É inadmissível e indiscutivelmente inaceitável: que mãos capazes de construir soluções e produzir inovações em várias áreas sejam as mesmas que negam sua responsabilidade diante do resíduo, da pobreza e da desigualdade; que emergjam pensamentos complexos e sejam materializados em grandes algoritmos por “cabeças” excepcionais, do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo, mas que negligenciam os riscos a que estamos todos submetidos, na complexa missão de dar solução ao problema dos resíduos; que, na era da comunicação em massa, estejamos desinformados da, ou desconheçamos, enquanto sociedade, a contribuição que os catadores e as catadoras têm nos dado, para reintroduzir matéria-prima nos ciclos produtivos.

Inquestionavelmente, as doze pessoas que representam, neste livro, a profissão analisada, não se inserem por casualidade em tal afazer. A crise econômica, como já mencionado, iniciada na década de 80, que se aprofundou na década seguinte, gerando altos índices de desemprego, é responsável pelo aumento desta atividade na rua.

Em Caxias do Sul, dentre os anos de 1997 a 2004, houve um incentivo programático da esfera municipal às atividades de ES, enquanto novas configurações de trabalho, renda e gestão, desempenhadas pelos próprios trabalhadores. Não sendo casualidade, por conseguinte, que cinco das doze entidades (Quadro 9) tenham sido constituídas, juridicamente, entre 1997-2002.

---

<sup>518</sup> GALDINO, Giancarlo. O filme da Netflix que vai acalmar sua alma e mudar sua forma de enxergar a vida. Revista Bula, em filmes. 16/2/2022, s/p., separação em itens, grifo e acréscimos nossos. Disponível em: <https://www.revista-bula.com/48366-o-filme-da-netflix-que-vai-acalmar-sua-alma-e-mudar-sua-forma-de-enxergar-a-vida/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

---

Esse incentivo municipal, principalmente, a partir de 2003 (ver Quadro 6) recebeu expressivos reforços do governo federal, não sendo eventualidade a criação dos outros sete empreendimentos entre 2009 e 2014, nem que, apesar de os resíduos terem aumentado intensamente nos últimos anos e os/as catadores/as eram/são os responsáveis pela *coleta de 90% do que é reciclado no País*, não tenham sido criadas novas entidades jurídicas desses trabalhadores em Caxias do Sul, pós-2014 (Quadro 9).

Certamente, as dificuldades por que passaram/passam os grupos informais, as associações e cooperativas de trabalhadores, no formato de Economia Solidária (com natureza jurídica ou não) são estruturais.

É preciso ter claro que

[...] os mercados em que se inserem os pobres estão à mercê de estruturas sociais de dominação. A vulnerabilidade dos pequenos empreendedores não decorre apenas de carências cognitivas ou da formação de competências e somente pode ser abrandada com o fortalecimento e a lenta mutação das suas atividades econômicas costumeiras, sustentadas em seus saberes práticos e em seus ativos relacionais.<sup>519</sup>

Os/as catadores/as de Caxias do Sul e do Brasil, do mesmo modo que outros tantos profissionais de outras áreas, têm limitados recursos financeiros e de pessoal capacitado no que concerne a tudo que implica organização e gestão de uma iniciativa de cunho econômico. E o Estado brasileiro (a não ser em curto período, de 2003-2016)<sup>520</sup> investiu pouco ou quase nada em capacitação,

---

<sup>519</sup> GAIGER, 2015, *op. cit.*, p. 59, separação em itens nossa.

<sup>520</sup> Mesmo durante o período (2003-2016) de maiores investimentos público em EES, pesquisa como a realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) demonstra, em análise sobre o desempenho orçamentário dos Planos Plurianuais de 2004 a 2015, que “os recursos de responsabilidade da Senaes/MTb, em valores corrigidos para dezembro de 2017 [...], [obteve]

---

assessoramento técnico e financiamento<sup>521</sup> a iniciativas como as de ES, com a população empobrecida, tendo como objetivo a geração de trabalho e renda. Sem incentivo público, as ações de ES, “por serem pequenas e quase sempre com pouco ou nenhum capital, elas apresentam grande propensão a vegetar por algum tempo para,

---

um incremento quase que contínuo na sua dotação orçamentária definida pela Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada ano. Esse crescimento acentuou-se a partir de 2012, por meio da inserção da política no PBSM [Plano Brasil Sem Miséria]. No entanto, a capacidade de execução não acompanhou o ritmo de crescimento orçamentário. Enquanto a média de execução no PPA 2004-2007 foi de 81,0%, a do PPA 2008-2011 caiu para 45,9%, e no PPA 2012-2015 caiu ainda mais, para 22,8% fechando todo o período com uma média de execução de 38,2%. Existem vários fatores políticos, econômicos e técnico-administrativos que explicam essa dinâmica de execução orçamentária da Senaes/MTb para esse período” (SILVA, 2018b, *op. cit.*, p. 166-167, *acréscimos nossos*). Acrescenta-se a estes dados: “a dotação orçamentária para as ações tocadas pela Senaes/MTb no âmbito do PPA 2016-2019 diminuíram fortemente ante o PPA anterior. Considerando o total aprovado pela LOA em 2016, há uma queda de 52,2% em relação ao ano anterior. Já no ano de 2017 a queda em relação a 2015 é ainda maior, 60,6%. Considerando somente os recursos da ação 8274, a soma do orçamento dos dois anos representou apenas a metade do orçamento de 2015. Apenas por esses números já seria possível confirmar a queda relativa da temática da economia solidária na agenda governamental em termos de dotação orçamentária. Porém, se forem considerados também os números da LOA de 2018, a queda é ainda maior, representando apenas 14,9% dos valores aprovados em 2015. Nota-se então que, comparando [...] o valor orçado para a política de economia solidária em 2018 é o menor de toda a série histórica, desde 2004, o que limita bastante a capacidade de atendimento das demandas sociais e das metas projetadas no PPA 2016-2019”. (SILVA, 2018b, *op. cit.* p. 169). Sandro Pereira Silva indica, para aprofundamento “do processo de execução orçamentária das políticas de economia solidária no governo federal, [...] Cunha (2012), Nagem e Silva (2013), Singer, Silva e Schiochet (2014) e Silva (2017)” (SILVA, 2018b, *op. cit.*, p. 167).

<sup>521</sup> Compreendemos que é posição política e econômica de governo aportar ou não verbas a apoio técnico em políticas sociais públicas e envolve uma relação dinâmica e simbiótica entre Estado e capital. Os interesses do grande capital é o de que investimentos públicos de grande porte sejam feitos junto a grandes corporações e não a pequenos empreendimentos como dos trabalhadores de materiais recicláveis. O Estado Brasileiro, nesses tempos de neoliberalismo, adere a essa lógica.

em seguida, desaparecer”.<sup>522</sup> Exemplo concreto disto encontra-se apontado no Capítulo 4, em que demonstramos que, *apesar do aumento da quantidade de resíduos recicláveis e do aumento da pobreza e do desemprego, não houve a partir de 2014, em Caxias do Sul, a edificação, formalizada juridicamente, nenhuma entidade; ao contrário, muitas se tornaram inaptas.*

Isto resulta, também, como o assinalado, no impedimento à: *realização de operações comerciais; emissão de notas fiscais; participação em licitações ou movimentações de contas bancárias. Pois, a formalização jurídica da entidade, mesmo que os trabalhadores não tenham garantias trabalhistas, é essencial, pois permite, dentre outros, acesso a políticas públicas e a financiamentos.*

*Bem! Se não há financiamentos disponíveis, nem outras formas de incentivo público, a formalização jurídica de pouco adianta!*

Especificamente quanto à necessidade de crédito bancário, algumas pesquisas, incluindo as realizadas pelo Ipea, demonstraram que,

apesar de um alto percentual de EES haver afirmado não ter precisado de crédito no exercício anterior, quando questionados se necessitavam de financiamento atualmente (no período da pesquisa), 69,2% respondeu que sim, o que aponta para a existência de uma demanda reprimida de crédito para empreendimentos coletivos.<sup>523</sup>

E a situação de informalidade ou de encontrar-se inapta “é um dos fatores limitantes (se não o principal) para capacitar os EES a acessarem linhas de crédito para custeio e investimento de suas atividades”.<sup>524</sup>

<sup>522</sup> SINGER, 2001, *op. cit.*, p. 108.

<sup>523</sup> SILVA, CARNEIRO, 2016, *op. cit.*, p. 31.

<sup>524</sup> *Ibidem.*

---

Mas, outras tantas dificuldades práticas e operacionais são enfrentadas pelos EES, não apenas em relação a crédito. Obviamente, os catadores e as catadoras de Caxias do Sul (e do restante de outras cidades brasileiras) enquadram-se neste rol. O acesso a financiamentos, para melhoria dos prédios, da infraestrutura e de outros, assim como a estruturação e manutenção de um empreendimento econômico, requer conhecimentos técnicos específicos que, em uma organização como as associações e cooperativas aqui mencionadas, não dispõe e não tem condições financeiras de contratar.

Lembramos que estes trabalhadores se encontram *espremidos entre as empresas de coleta de materiais recicláveis e as empresas que realizam a reciclagem, que ditam o preço dos produtos*. Como afirma (A1): *Eles que fazem o preço, eles que estão dominando nós aqui*, como consequência há pouca lucratividade.

Por conseguinte, o baixo preço pago ao material, aliado à falta de políticas públicas de incentivo, assessoria e acompanhamento técnico, resulta em obstáculos e, muitas vezes impedimentos, por exemplo: de realizar investimentos; na compra e melhoria de equipamentos; em infraestrutura física de instalação e ampliação; em remuneração que são insuficientes a sobrevivência digna, configurando o que denominamos precarização salarial.

Isto implica que tais empreendimentos ficam presos a um “ciclo vicioso”, uma vez que não conseguem: “investir devido a sua baixa capacidade de geração de excedente; e por não investirem, não conseguem potencializar sua estrutura produtiva para poderem gerar maior excedente econômico”;<sup>525</sup> “fazer uso de técnicas de gestão voltadas a proporcionar maior retorno financeiro em sua atividade”.<sup>526</sup>

---

<sup>525</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>526</sup> SILVA, 2017b, *op. cit.*, p. 230.

---

Enfatizamos que, “quanto melhor o resultado econômico, maior a capacidade de atendimento das expectativas dos trabalhadores envolvidos”.<sup>527</sup>

Em suma: os catadores e as catadoras carecem de um conjunto de estruturas que possam dar suporte à organização dos seus processos de trabalho e a todas as consequências decorrentes. São “jogados”, em uma atividade laboral pelas circunstâncias e esquecidos nela, como se a mesma, diferentemente das atividades reconhecidas socialmente, pudesse ocorrer de forma espontânea.

*Como investir em tecnologias de trabalho sem recursos para investimentos? Como acessar investimentos sem condições (até mesmo financeiras) de estruturar o próprio negócio? (no caso o EES). Como obter o licenciamento ambiental sem uma referência técnica? Como separar parte dos rendimentos para compra de um simples EPI, se a escolha remete à não garantia do pão à mesa?*

A isto se junta outros tantos fatores condicionadores do potencial econômico destes empreendimentos. Há, sem dúvidas, variadas e complexas “contingências sociais que levam muitos trabalhadores a se inserir nesse tipo de atividade [o que] já aponta para uma heterogeneidade muito grande em termos da capacidade organizativa para gerar e gerir coletivamente um empreendimento econômico”.<sup>528</sup> Pesquisa realizada pelo Ipea em 2016 demonstrou que os empecilhos das atividades associativas dos catadores e das catadoras em EES implicam barreiras “que, ao mesmo tempo [são] cultura[is] e socia[is]”,<sup>529</sup> o que denota

o grande desafio para o desenvolvimento dos princípios da economia solidária [...]. Seus integrantes são, de maneira geral, pessoas inseridas em jornadas informais de trabalho, com baixa escolaridade e

---

<sup>527</sup> SILVA; CARNEIRO, 2016, *op. cit.*, p. 30.

<sup>528</sup> SILVA, 2017b, *op. cit.*, p. 230, acréscimos nossos.

<sup>529</sup> *Ibidem*, p. 246, acréscimos nossos.

---

convivem em um ambiente de múltiplas precariedades. Dispõem apenas da remuneração advinda de seu próprio trabalho para a manutenção familiar. Tais dificuldades os levam a buscar soluções imediatas de resolução de suas carências individuais e familiares.<sup>530</sup>

Como expusemos em páginas anteriores, a Economia Solidária se apoia em *preceitos de cooperação, de ajuda mútua, de coletividade*. Dentre seus objetivos estão a melhoria da qualidade de vida e o incentivo à autoestima dos partícipes. Entretanto, merecem ressaltar:

1. parcelas significativas daqueles/as que, a partir da década de 90, aderiram a modalidades de trabalho coletivo de ES (grupos informais, associações e cooperativas) não o fizeram por escolha, mas como “a única forma de garantir sua sobrevivência”,<sup>531</sup>
2. muitos/as catadores/as “preferem atuar sozinhos em nome de uma suposta – e por que não dizer, ilusória – autonomia na gestão de seu tempo e do resultado de seu trabalho”<sup>532</sup> e, por isto, não aderem à ideia/ação de constituição de associações e cooperativas;
3. a desinformação e as informações controversas sobre associações como empreendimentos econômicos e cooperativas, o que prejudica a adesão a tais iniciativas;
4. a edificação deste tipo de organização: “exige conhecimento técnico especializado, tanto na sua constituição quanto na sua gestão, o que requer [...] o estabelecimento de parcerias que lhes garantam o assessoramento técnico necessário”,<sup>533</sup> o que, sem dúvida, dificulta a efetivação de tais atividades;

---

<sup>530</sup> *Ibidem.*

<sup>531</sup> MAIA; GERMANO, 2014, *op. cit.*, p. 40.

<sup>532</sup> SILVA, 2017b, *op. cit.*, p. 245.

<sup>533</sup> *Ibidem.*

5. as ações de ES que possibilitam renda, logo sobrevivência, mesmo que não necessariamente dignas. Ao mesmo tempo, “oculta a contradição entre a produção de desigualdades e o acúmulo de capital”,<sup>534</sup> pois, mesmo que traga “certo empoderamento, permitem a reprodução pacífica do capital, uma vez que esses mesmos efeitos mascaram as condições de vida precárias desse trabalhador e arrefecem sua necessidade de reivindicação”,<sup>535</sup>
6. apesar das premissas da ES recomendar que a gestão seja feita de maneira coletiva e democrática, as cooperativas e as associações têm precisado de suporte técnico e financeiro “externo, geralmente concedido através de verbas governamentais. Não se está questionando o apoio ou o financiamento do Estado [...] mas sim o risco da ingerência ou de interferência [de outrem nas decisões e gestão]”,<sup>536</sup>
7. a geração de renda demanda certo grau de produtividade, para que as realizações econômicas vinguem. Naturalmente, há grandes possibilidades de isso resultar em contradições, por exemplo, “entre a forma de organização do projeto e a necessidade de uma postura competitiva no mercado”,<sup>537</sup> por conseguinte, “uma tensão entre a condição ideal de cooperação e uma lógica de mercado que prioriza o individualismo e altos índices de produtividade e lucratividade”,<sup>538</sup>
8. o formato organizativo, de cunho coletivo, de associações e cooperativas de trabalhadores de material reciclável,

---

<sup>534</sup> MAIA; GERMANO, 2014, *op. cit.*, p. 40.

<sup>535</sup> *Ibidem*, p. 40-41.

<sup>536</sup> NARDI, Henrique Caetano et al. Subjetividade e solidariedade: a diversidade das formas de implicação dos jovens na Economia Solidária. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 2, p. 320-328, 2006, p. 321, acréscimos nossos. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prc/v19n2/a19v19n2.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2021.

<sup>537</sup> *Ibidem*.

<sup>538</sup> *Ibidem*.

---

que configuram os EES, é “novo” – diverso das experiências sociais vivenciadas – e, como assinala (F):

Era uma coisa nova para nós e daí, assim, não existia aquela forma de trabalhar como associado, sem ter uma pessoa para mandar, essas coisas. [...]

para a gente aceitar a proposta não foi fácil.

Mas no começo era bem difícil, eu torcia que não desse certo, aceitar aquilo era bem complicado.

Não tinha ninguém para mandar, não tinha ninguém para dizer o que a gente tinha que fazer, sabe, tinha que se virar sempre ver o que que tinha para fazer e ir fazer.

Era bem difícil, no começo era bem complicado.

Aí depois a gente foi aceitando e viu que não ia voltar mesmo e eu to aqui até hoje.

O receio relacionado aos modelos associativos, *sem ter pessoa para mandar*, é inteiramente compreensível, se pensarmos que, no Brasil: é uma modalidade pouco conhecida porque pautada pelos fundamentos da chamada Economia Solidária; a ES, em suas formas associativista e cooperativada, veio alinhada aos processos de flexibilização e de precarização do trabalho, especialmente dos anos 90, e da necessidade do desenvolvimento de formas diversas de sobrevivência econômica.

Logo, é perceptível sua conexão a desemprego e subemprego, pois historicamente aprendemos, enquanto, expressões repassadas pela ideologia dominante, que “tem gente que nasceu para mandar e outros para ser mandados”; “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Estes ditos são recheados de relações de dominação, marcadas pela disciplina, que, nesta sociedade, formula e instala processos de valorização/desvalorização da mão de obra, naturalizando e banalizando a máxima, já declarada no Capítulo 2: *Aos pobres e dominados caberia trabalhar, aos ricos e dominantes caberia dirigir a sociedade*. Isso determina um comportamento de adesão e incorporação de “verdades”, que “fazem tão parte de

---

nós, estão tão coladas à nossa pele, que não mais as percebemos”<sup>539</sup> e acreditamos que são corretas/certas/verdadeiras.

Possivelmente, tais receios tenham a ver com o fato de como enxergam as associações, as cooperativas e os grupos informais: “como um agente externo e não como organizações formadas e geridas por eles próprios, que [seriam] os verdadeiros donos do empreendimento”.<sup>540</sup>

Pensa, tem 60 pessoas aqui, se todo mundo quiser mandar, o que que acontece? Não produz, né? Um vai querer mandar no outro, então, assim, tem que ser, para isso aqui funcionar, tem que ser cooperativa, que tenha cargos e cargos, funções e funções, ser valorizado conforme cada um: presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário, chefe de produção, operador de máquina, operador de retro, preneiro, abastecedor, cada função (K).

Os temores de não ter “quem mande” ou que todos “mandem” vinculam-se a questões de cunho ideológico e cultural (atreladas, principalmente, à ideia de empresa, de ter um patrão que é o “dono” – modelo capitalista de produção e gestão).

Nos empreendimentos associativistas, como os de ES, não são negados a necessidade de cargos/funções específicas (responsável, por exemplo, à: separação; prensa; operação de máquinas; ao abastecimento; à cozinha, etc.) – imprescindíveis ao bom funcionamento do negócio –, mas se tenta romper com as premissas orientadoras do chamado “presidencialismo” institucional, que lhes dá o papel de “dono/patrão” e, como tal, de “mando” que nega a possibilidade de apreender formas coletivas “de gestão, na posse dos meios de produção e no processo de trabalho”.<sup>541</sup>

---

<sup>539</sup> SOUZA, 2020a, *op. cit.*, p. 25.

<sup>540</sup> SILVA, 2017b, *op. cit.*, p. 245, acréscimo nosso.

<sup>541</sup> GAIGER, Luiz Inácio. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 2, p. 513-545, maio/ago. 2006, p. 514. Disponível

---

São novos preceitos de formas sociais de produção que precisam ser assimilados e, para isso, a discussão, a formação política – permanente – é indispensável. Não é fácil e simples romper com a lógica dominante, visualizar e distinguir outras formas, outras possibilidades. Os elementos e as ações, relacionados à autogestão e ao trabalho cooperativo, precisam ser construídos.

[...] essas formas de produção caracterizam-se pela presença de uma racionalidade assente na comunidade de trabalho, fundada em vínculos de reciprocidade, de forte conteúdo simbólico e projetivo, os quais passam a determinar os comportamentos e a diluir as fronteiras entre interesses individuais e coletivos.<sup>542</sup>

A ideia dominante de que há a necessidade de ter um presidente, que mande, que delibere acima dos demais, que tenha o poder total de decisão, tem grande aderência, pois intrínseca à cultura política do capital, e sua *construção científica mentirosa* precisa ser *desconstruída*. Tal cultura opressora se institui como representação simbólica, em que as *ideias, como determinantes do comportamento do gosto e desgosto, somente são reproduzidas com a incorporação do oprimido a esta ideologia dominante*.

Apesar de haver múltiplas práticas de autogestão que merecem ser enaltecidas pela sua *adesão* a princípios e objetivos solidários, participativos e democráticos, com práticas “bastante avançadas, modelares – assembleias com efetiva participação da maioria dos sócios, reuniões periódicas, decisões tomadas no âmbito do coletivo”,<sup>543</sup> a cultura política dominante estabelece/reproduz, da mesma forma: que “em muitos empreendimentos econômicos

---

em: <https://www.scielo.br/j/se/a/t3pG7p59gjRWgwb7ZCb34Gg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2021.

<sup>542</sup> *Ibidem*.

<sup>543</sup> VERONESE, Marília Veríssimo. Subjetividade, trabalho e economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [online], v. 84, p. 153-167, 2009, p. 159. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/416>. Acesso em: 12 fev. 2021.

---

*ditos* solidários, [...] o ‘espírito’ cooperativista não esteja presente. Não há nada de autogestão. A hierarquia é reposicionada, o trabalho torna-se precarizado”,<sup>544</sup> “práticas heterogestionárias, onde os gestores ou lideranças tomam as decisões sozinhos, ‘comandando’ o processo decisório”.<sup>545</sup>

Como na grande maioria das iniciativas vinculadas a geração de emprego e renda, em formatos associativos, há um “despreparo para enfrentar as exigências do trabalho associado”,<sup>546</sup> característica própria “de uma sociedade fragmentada, altamente desigual em seu interior, onde as oportunidades de formação profissional estão concentradas no topo da pirâmide social”,<sup>547</sup> é plenamente explicável os impedimentos.

Todavia – em um “remar contra a corrente” –, estudos e pesquisas têm demonstrado a possibilidade concreta de efetivação de ambientes de trabalho participativos, democráticos e autogestionários:

Os efeitos positivos do ambiente participativo e democrático, entre eles o maior zelo e compromisso com a eficiência, têm sido sublinhados pela literatura especializada (Carpi, 1997; Defourny, 1988), com base em situações similares às verificadas em nossos empreendimentos.

Certos estudos (Espinoza; Zimbalist, 1984; Ponte Jr., 2000) ressaltam que a existência de práticas democráticas de gestão traz benefícios importantes do ponto de vista da confiança mútua e da motivação para o trabalho. Contrariamente aos modernos mo-

---

<sup>544</sup> SQUIREZI, Sandro Benedito. **Autogestão e economia solidária**: limites e possibilidades. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 52 Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3367/1/Sandro%20Benedito%20Squirezi.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

<sup>545</sup> VERONESE, *op. cit.*, p. 159.

<sup>546</sup> *Ibidem*, p. 163.

<sup>547</sup> VERONESE, *op. cit.*, p. 163.

delos de gestão das empresas capitalistas, apoiados em maior comprometimento do trabalhador, a autogestão confere à base social da empresa o poder de opinar e decidir igualmente em questões gerais e estratégicas.

Nesses termos, a gestão coletiva facilita o consenso, empresta legitimidade às decisões e gera maior nível de adesão às estratégias adotadas.

A participação, em igualdade de condições, faz circular o poder e impede que se recriem estamentos, incluindo-se aqueles derivados da organização técnica do trabalho, cujas tendências a introduzir uma nova divisão social do trabalho são sempre um risco latente.<sup>548</sup>

*Mas, isto são problematizações para outros estudos e pesquisas.*

De toda maneira, concordamos com Sandro Pereira Silva que

a gestão eficaz de um empreendimento coletivo exige de todos os associados o pleno entendimento da estrutura de produção, dos deveres e direitos de cada um no funcionamento da cooperativa.

Porém, **alcançar esse entendimento não é uma tarefa trivial, visto exigir a construção de canais de confiança e reciprocidade entre os participantes**, construção essa que um longo processo de aprendizagem e prática da cooperação.<sup>549</sup>

Em síntese, os modelos associativistas dos/as que vivem-do-trabalho sofrem distorções, conhecem reveses e conhecem períodos de estagnação.<sup>550</sup> Porém, “sua história exprime simultaneamente a impossibilidade e a recusa, por parte dos trabalhadores, de viverem encerrados em uma lógica social fundada no utilitarismo

<sup>548</sup> GAIGER, 2006, *op. cit.*, p. 526-527, separação em itens nossa.

<sup>549</sup> SILVA, 2017b, *op. cit.*, p. 245, separação em itens e grifo nosso.

<sup>550</sup> GAIGER, 2013, *op. cit.*.

---

e na renúncia ao cultivo de vínculos sociais desde o terreno da vida material”.<sup>551</sup>

Os vários estudos e pesquisas realizados, as tantas conversas com catadores e catadoras, as inúmeras discussões com outros pesquisadores e agentes públicos, enfim a caminhada que trilhamos nestes anos de contato com as temáticas, vêm indicando que os passos são ainda de formiga, no que diz respeito ao reconhecimento da importância da função desempenhada, ao reconhecimento do outro como sujeito de direitos. Parcelas consideráveis dos ditos humanos vêm perdendo a capacidade de: se indignar com a miséria alheia; de enxergar além de seu “próprio umbigo”; de perceber que não há igualdade de acesso e de oportunidades à educação, ao trabalho, à existência digna.

A *banalização da injustiça social* se apresenta em percepções e atos que: criminalizam a pobreza; creem ser normais os padrões de desigualdade existentes; se penalizam com um cão, mas não com gente de rua.

Juntam-se a isto os que discursam em favor de proteção do meio ambiente, mas que não diminuem os padrões de consumo exacerbados e desnecessários “acompanhados de rápida obsolescência dos produtos nas mãos dos consumidores, o que gera uma imensa e contínua quantidade de resíduos sólidos urbanos”.<sup>552</sup>

Como demonstramos no Capítulo 2, a história de vida e profissional dos/as atores/as deste livro, *com larga experiência de renda indecente* (precarização salarial), *não acesso qualificado a políticas públicas* (precarização de proteção social), *discriminação*,

---

<sup>551</sup> *Ibidem*, p. 212.

<sup>552</sup> GALON, Tanyse; MARZIALE, Maria Helena Palucci. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo. In: PEREIRA, Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 169-200, 2016, p. 189. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf). Acesso em: 22 set. 2020.

---

*marginalização e injustiça social* (precarização existencial), confirma que *é falso que há igualdade de oportunidades a todos e que os direitos civis e sociais definidos em lei, como sendo de todos, são acessados de maneira equivalente*. Inferimos que, mesmo que haja algumas especificidades e pioneirismos (coleta seletiva, incentivos públicos municipais, ainda na década de 90), a história dos catadores e das catadoras de Caxias do Sul é muito semelhante ao que ocorre em todo o País e na América Latina.

Apesar de serem invisíveis socialmente (lhes é negada a possibilidade de concretização de suas necessidades humanas básicas onde há a *banalização da injustiça social*), *jogados fora como se fossem coisas, postos à margem*, os catadores e as catadoras, conforme afirmamos no Capítulo 2, não são “*desnecessários*”, ao contrário, *a estruturação do negócio da reciclagem necessitou estritamente de trabalhadores cada vez mais expropriados ao longo de suas trajetórias ocupacionais*.

Contudo, como tentamos demonstrar nas páginas anteriores, tal imperativo do capital não resulta em melhoria das condições de vida dos “necessários”.

Nesse mundo que ‘promoveu uma existência vazia e inautêntica, produzindo um mundo destituído de mundo e também um homem desumano, perdido no mundo e no esquecimento de si mesmo, um desterrado’ visualizar alguém além de si como parte das relações de aprendizado, de sobrevivência, de compaixão, de solidariedade, contraria a racionalidade individualista e de perda do sentido de humanidade.<sup>553</sup>

Mais um motivo para crermos

que, apesar de um expressivo número de pessoas serem indiferentes e outras tantas recheadas de

---

<sup>553</sup> SILVA, 2018 *apud* CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*, p. 108.

ruindade, na mesma proporção há os que resistem, os que não perderam a capacidade de se indignar, de se solidarizar com o outro, de se contrapor, de lutar contra a barbárie e suas formas de opressão e violência contra a vida.<sup>554</sup>

*Resistimos. Não perdemos a capacidade de indignação e de resistência às atrocidades efetuadas. Solidarizamo-nos com o outro. Queremos continuar lutando contra a barbárie que afeta, oprime, violenta cada vez mais um relevante número de homens e mulheres que vivem-do-trabalho: devemos, por princípios ético-políticos, em defesa da vida, e na crença de que outro mundo é possível, lutar contra todas as formas de precarização existencial.*

Dentre as posições de resistência mencionamos: a “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”<sup>555</sup> e o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”,<sup>556</sup> o que traduz proteção social garantida pelo Estado.

Não queremos, nesse sentido, menos direitos. Devemos lutar por mais. Isso expressa a “invenção permanente de novos direitos e, sobretudo, a representação do direito a ter direitos”.<sup>557</sup>

Queremos também o direito de todos/as ao trabalho – contrário à precarização salarial – que, por se inscrever na produção e reprodução da vida material, é essencial para que homens e mulheres possam

estar em condições de viver para poder “fazer história”.  
Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida,

<sup>554</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>555</sup> BRASIL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Conselho Federal de Serviço Social. (Lei n. 8662/93). 9. ed. rev. e atual. Aprovado em: 13 de março de 1993, p. 24. Com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n. 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

<sup>556</sup> *Ibidem*.

<sup>557</sup> MATOS, *op. cit.*, p. 97.

bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e esse é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.<sup>558</sup>

Como no livro *Tempos rudes: a identidade atribuída e sentida pelos catadores e catadoras de resíduos de Caxias do Sul, RS*<sup>559</sup> continuamos, nesta publicação, nos emocionando com a “bondade do mundo”<sup>560</sup> – expressa na fala daqueles/as que a nós fizeram “confidências recolhidas numa relação de confiança [...]. Sem dúvida, todos os nossos interlocutores aceitaram confiar-nos o uso que seria feito de seus depoimentos”.<sup>561</sup> Seguimos, identicamente, “revoltadas contra a injustiça”,<sup>562</sup> por isso, desejamos prosseguir “ouvindo as vozes e os sons que nos enternecem e nos fazem crescer em nossa humanidade tão maltratada”.<sup>563</sup> Tomara

nossa sensibilidade esquecida e apequenada neste mundo frio e violento – [receba as] mensagens de esperança e força [das catadoras e dos catadores, representando aqueles/as que-vivem-do-trabalho] [abraçando] suas dores como se nossas fossem e [cantemos] juntos.<sup>564</sup>

---

<sup>558</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 32-33.

<sup>559</sup> CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, *op. cit.*.

<sup>560</sup> IASI, 2020, *op. cit.*, s/p.

<sup>561</sup> BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 9.

<sup>562</sup> IASI, 2020, *op. cit.*, s/p.

<sup>563</sup> *Ibidem*.

<sup>564</sup> *Ibidem*, acréscimos nossos.

Oxalá, *a recordação, evocada pela História, possa nos manter atentos àquilo que deve ser preservado, alterado, ou a não cometermos as mesmas atrocidades.*

Nosso dia vai chegar  
 Teremos nossa vez  
 Não é pedir demais  
 Quero justiça  
 Quero trabalhar em paz  
 Não é muito o que lhe peço  
 Eu quero um trabalho honesto  
 Em vez de escravidão  
 Deve haver algum lugar  
 Onde o mais forte  
 Não consegue escravizar  
 Quem não tem chance  
 De onde vem a indiferença  
 Temperada a ferro e fogo?  
 Quem guarda os portões da fábrica?  
 O céu já foi azul, mas agora é cinza  
 O que era verde aqui já não existe mais  
 Quem me dera acreditar  
 Que não acontece nada de tanto brincar com fogo  
 Que venha o fogo então  
 Esse ar deixou minha vista cansada  
 Nada demais.<sup>565</sup>

*Muitas perguntas ficaram em aberto.* Tomara, algumas respostas tenham sido dadas. Tomara, possamos continuar, via pesquisa, respondendo a algumas perguntas e tendo tantas outras em aberto: “As respostas nos permitem andar sobre a terra firme. Mas somente as perguntas nos permitem entrar pelo mar desconhecido”.<sup>566</sup>

<sup>565</sup> RUSSO, Renato. **Fábrica**. Álbum Dois. Banda Legião Urbana. Rio de Janeiro: EMI Music Brasil, lançamento em julho de 1986. Faixa 4.

<sup>566</sup> ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. 3. ed. São Paulo: ARS Poética Editora, 1994, p. 53.

---

## Referências

- ABREU, Caio Fernando. **Ovelhas negras**. Porto Alegre: L&PM, 2002. (Coleção L&PM Pocket).
- ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo**: controle dos pobres ou erradicação da pobreza. Trad. de Balkys Villalobos de Netto. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. 3. ed. São Paulo: ARS Poética Editora, 1994.
- ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, p. 425-444, 2006.
- ALVES, Giovanni. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XX. *In*: AMARAL, André Luís Vizzaccaro; MOTA, Daniel Pestana; ALVES, Giovanni (org.). **Trabalho e saúde**: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: LTr, p. 39-55, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/234557997.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho: a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do RS, Brasil, v. 12, n. 2, p. 235-248, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321529409003.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- ALVES, Giovanni. A disputa pelo inatingível: estratégias gerenciais do capital na era da globalização. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, p. 55-72, 2014.
- ALVES, Giovanni. **A tragédia de prometeu: a degradação da pessoa humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório**. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2016.
- ANDRADE, Carlos Drummond [1945]. **A Rosa do povo**. 21. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000.
- ANTENOR, Samuel; SZIGETHY, Leonardo. Resíduos sólidos urbanos no Brasil: desafios tecnológicos, políticos e econômico.

---

**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade**, 9 jul. 2020.

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/217-residuos-solidos-urbanos-no-brasil-desafios-tecnologicos-politicos-e-economicos>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ANTUNES, Arnaldo; FROMER, Marcelo; BRITO, Sergio. **Comida. Álbum Jesus não tem dentes no país dos banguelas**. Rio de Janeiro: Warner/chappell Edicoes Musicais Ltda, 1987.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. **Theomai**, Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo, Buenos Aires, Argentina, n. 19, p. 47-57, 2009.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/124/12415104007.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2021.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002). Acesso em: 7 jan. 2020.

ANTUNES, Ricardo. Capítulo 1. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade infroproletariado, (i)materialidade e valor. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, p. 13-27, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Edição comemorativa 20 anos. 16. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão** [recurso eletrônico]: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. (Mundo do trabalho).

ANTUNES, Ricardo. 1º de maio em tempos de pandemia: a mutação do capitalismo e a degradação do trabalho. Entrevistas com Ricardo Antunes, Clemente Lúcio e José DariKrein. **DMT– Democracia e Mundo do Trabalho em debate**, Brasil, 04 maio 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/598528-1-de-maio-em-tempos-de-pandemia-a-mutacao-do-capitalismo-e-a-degradacao-do-trabalho-entrevistas-especiais-com-ricardo-antunes-clemente-lucio-e-dari-krein>. Acesso em: 17 ago. 2021.

ARANTES, Bruno Otávio. **Condições de trabalho e saúde psíquica dos catadores de materiais recicláveis de uma cooperativa de segundo grau da região metropolitana de Belo Horizonte.**

2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2015. Disponível em:

[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A3KEDP/1/tese_bruno_ot_vio_arantes.pdf)

[A3KEDP/1/tese\\_bruno\\_ot\\_vio\\_arantes.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A3KEDP/1/tese_bruno_ot_vio_arantes.pdf). Acesso em: 12 ago. 2021.

ARAÚJO, Luiza Ananda. Desabafo de um catador (poesia).

**Pimpmycarroca**, 1º abr. 2013. Disponível em:

<http://pimpmycarroca.blogspot.com/>. Acesso em: 1º set. 2020.

ARAÚJO, Edirce Pereira. Justificativa do número mínimo de membros para formalização de associação. **Unidade de Orientação Empresarial. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)**, DF, s/d. Disponível em:

<http://intranet.df.sebrae.com.br/download/Justificativa.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (Abrelpe). **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2018 –2019**. Nov. 2019. Disponível em:

<https://abrelpe.org.br/download-panorama-2018-2019/>. Acesso em: 1º set. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (Abrelpe). **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2020**. Dez. 2020. Disponível em:

<https://abrelpe.org.br/panorama-2020/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BANDEIRA, Manuel. **O bicho (poema)**. Rio de Janeiro, 27 dez.

1947. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/4828/o-bicho>.

Acesso em: 1º set. 2020.

BOSI, Antonio de Pádua. A organização capitalista do trabalho.

**Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 101-116, 2008.

Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200008&script=sci_abstract&tlng=pt)

[69092008000200008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200008&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 20 set. 2020.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 8. ed. Petrópolis, RJ:

Vozes, 2011.

---

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Conselho Federal de Serviço Social. (Lei n. 8662/93). 9. ed. rev. e atual. Aprovado em: 13 de março de 1993. Com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n. 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).** 2002a. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaDescricao.jsf> Acesso em: 1º set. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005.** Brasília: MTE, Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), 2006. Disponível em: [http://base.socioeco.org/docs/sies\\_atlas\\_parte\\_1.pdf](http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf). Acesso em: 13 jan. 2021

BRASIL. **Decreto n 5.940, de 25 de outubro de 2006.** Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Revogado pelo Decreto n 10.936, de 2022

BRASIL. **Lei n. 12.101 de 27 de novembro de 2009.** Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Brasília, DF, 2009. Revogado pela Lei Complementar n 187, de 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui

o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – Pronacoop; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

BRASIL. **Atlas Digital da Economia Solidária**. Brasília: MTE, Senaes, 2014. Disponível em: [atlas.sies.org.br](http://atlas.sies.org.br). Acesso em: out. 2016.

BRASIL. **Instrução Normativa n.1.863, de 27 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Diário Oficial da União. Publicado em: 28/12/2018. Edição: 249. Seção: 1. Página: 354. Órgão: Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil, 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Catadores de materiais recicláveis**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclavveis.html>. Acesso em: 3 set. 2021.

BRASÍLIA. Consumo sustentável. **Manual de educação**, Brasília: ConsumersInternational/ MMA/ MEC/ IDEC, 2005. Disponível em: [http://www.idec.org.br/uploads/publicacoes/publicacoes/Manual\\_com\\_pleto.pdf](http://www.idec.org.br/uploads/publicacoes/publicacoes/Manual_com_pleto.pdf). Acesso em: 1º set. 2020.

BRUM, Elaine. Bolsonaro pode ter matado e roubado ao mesmo tempo. **El País**, Coluna. Publicado em: 1º de jul. de 2021, s/p. CEST. Disponível em: [https://elpais.com/opinion/2021-07-01/bolsonaro-puede-haber-matado-y-robado-a-la-vez.html?event\\_log=oklogin&event\\_log=oklogin&o=cerrado&int=pw\\_reg\\_el-pais&prod=REG\\_CRART](https://elpais.com/opinion/2021-07-01/bolsonaro-puede-haber-matado-y-robado-a-la-vez.html?event_log=oklogin&event_log=oklogin&o=cerrado&int=pw_reg_el-pais&prod=REG_CRART). Acesso em: 7 jul. 2021.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o novo milênio**. Trad. de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALVINO, Ítalo. **Todas as cósmicas**. Trad. de Ivo Barroso e Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAMARDELO, Ana M P.; STEDILE, Nilva Lúcia Rech; FERRI, Caroline; LUCAS, João Ignacio P. **Catadores de Resíduos: de “papeleiros” a protetores ambientais**. Projeto de pesquisa. Financiada pelo CNPq. Universidade de Caxias do Sul, RS, jun 2017-jun2020.

CAMARDELO, Ana M. P.; FERRI, Caroline. Vidas recicladas: vulnerabilidade e risco social, a partir de narrativas de catadores e catadoras de resíduos sólidos de Caxias do Sul. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 10, n. 2, p. 7-34, maio/ago. 2020.

---

Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/8979/4263>. Acesso em: 11 jan. 2021.

CAMARDELO, Ana M. P.; OLIVEIRA, Mara; STEDILE, Nilva Lúcia Rech. **Tempos rudes** [recurso eletrônico]: a identidade atribuída e sentida pelos catadores e pelas catadoras de resíduos de Caxias do Sul-RS. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2021. Disponível em: <https://www.ucs.br/educs/livro/tempos-rudes-a-identidade-atribuida-e-sentida-pelos-catadores-e-pelas-cadoras-de-residuos-de-caxias-do-sul-rs/>. Acesso em: data 21 fev. 2022.

CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke de. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 6, n. 2, jul./dez., p. 227-233, 2001, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/B8WPsbFp3zhnP4XgtqNHfth/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2020

CARCANHOLO, Reinaldo A. A atual crise do capitalismo. **Crítica marxista**, n. 29, p. 49-55, 2009. Disponível em: [https://www.ifch.uni-camp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie55A%20atual%20rise%20do%20capitalismo.pdf](https://www.ifch.uni-camp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie55A%20atual%20rise%20do%20capitalismo.pdf). Acesso em: 21 jan. 2021.

CARDOSO, Adalberto. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do Estado de Bem-Estar numa sociedade estruturalmente desigual. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 775-819, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/y9QR6y8Cb59jcbRWVMYVbx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2021.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. Organização e intensificação do tempo de trabalho. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, Brasília, p. 351-374, maio/ago. 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922013000200009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000200009). Acesso em: 11 maio 2021.

CARVALHO. Alba Maria Pinho de. A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo. **Rev. de Pol. Públ.**, São Luís, Número Especial, p. 225-239, jul. 2014. Disponível em: <http://www.periodicoseltronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2713/3914>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CASAGRANDE, Andréia; BEGNINI, Sérgio. Empreendimentos de Economia Solidária: Território Oeste Catarinense. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 181-192, jan./mar. 2018. Disponível

em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v19n1/1518-7012-inter-19-01-0181.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CAXIAS DO SUL, RS. Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul (Codeca). **Nossa história**. s/d. Disponível em: [http://www.codeca.com.br/institucional\\_historico.php](http://www.codeca.com.br/institucional_historico.php). s/d. Acesso em: 20 jul. 2020.

CAXIAS DO SUL, RS. Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul (Codeca). **As Coletas**. s/d1. Disponível em: [http://www.codeca.com.br/servicos\\_coletas\\_as\\_coletas.php](http://www.codeca.com.br/servicos_coletas_as_coletas.php). Acesso em: 20 jul. 2020.

CAXIAS DO SUL, RS. Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul (Codeca). **As Associações**. s/d. 2. Disponível em: [http://www.codeca.com.br/servicos\\_coletas\\_associacoes\\_de\\_reciclagem.php](http://www.codeca.com.br/servicos_coletas_associacoes_de_reciclagem.php). Acesso em: 18 jul. 2021

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v42n1/1517-9702-ep-42-1-0245.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM (Cempre). **CEMPRE Informa**, Mercado e recados: coleta seletiva completa 30 anos no país. 141. ed. maio/jun. 2015. Disponível em: <http://cempre.org.br/cempre-informa/id/46/coleta-seletiva-completa-30-anos-no-pais>. Acesso em: 21 out. 2020.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM (Cempre). **CEMPRE Review**, 2013. Disponível em: <http://cempre.org.br/artigo-publicacao/artigos>. Acesso em: 21 out. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (Crefito) da 8ª Região – Paraná. **Diferenças entre associações e cooperativas**. 8 nov. 2010. Disponível em: <https://www.crefito8.gov.br/pr/index.php/projetos-de-lei/129-servicos/associacoes-e-cooperativas/477-diferencas-associacoes-e-cooperativas>. Acesso em: 25 fev. 2021.

CORA CORALINA. **Assim eu vejo a vida**. [O poema acima, inédito em livro], foi publicado pelo jornal Folha de São Paulo – caderno Folha Ilustrada, edição de 4/7/2001. Disponível em: [https://escola.educacao.com.br/melhores-poemas-de-cora-coralina/#Poema\\_Assim\\_eu\\_vejo\\_a\\_vida\\_Cora\\_Coralina](https://escola.educacao.com.br/melhores-poemas-de-cora-coralina/#Poema_Assim_eu_vejo_a_vida_Cora_Coralina). Acesso em: 15 nov. 2020.

CORTEZ, Ana Tereza Caceres. Consumo e desperdício: as duas faces das desigualdades. In: ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri; CORTEZ, Ana Tereza Caceres (org.). **Da produção ao consumo**:

impactos sócio-ambientais no espaço urbano. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 36-62, 2009 (Coleção PROPG Digital – Unesp). Disponível em: <http://books.scielo.org/id/n9brm>. Acesso em: 6 set. 2020.

COSTA, Wesley Borges; CHAVES, Manoel Rodrigues C. Catadores de recicláveis: entre a informalidade e a precarização do trabalho. **Espaço em Revista**, v. 15, p. 143-155, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/26195/15085>. Acesso em: 5 jul. 2021.

COSTA, Cláudia Moraes da; PATO, Cláudia. A constituição de catadores de material reciclável: a identidade estigmatizada pela exclusão e a construção da emancipação como forma de transcendência. In: PEREIRA, Cristina Jaquetto; GOES Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 99-122, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf). Acesso em: 15 ago. 2020.

COSTA, Janaína. Trabalho doméstico e o mito da felicidade na exploração. **Revista Cult. Lugar de Fala**, 1º jul. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/trabalho-domestico-e-felicidade-exploracao/>. Acesso em: 6 jan. 2021.

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 6, n. 2, p. 89-104, abr. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/wSwfj7n6VCZJ4gShkMCFf9f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 fev.2022.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DELGADO, Berenice Sofal. 25 anos da Constituição Cidadã: os atores sociais e a concretização sustentável dos objetivos da República. In: **Encontro Nacional do Compedi**. 29 maio a 1º jun. 2013, Curitiba – PR, p. 181-212, 2013. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=7cca4a9404acc524>. Acesso em: 19 fev. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA (Dieese). **Salário-mínimo nominal e necessário. Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos**, s/d. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 17 ago. 2021.

---

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA  
ECONÔMICA (Dieese). **Salário-mínimo: pela manutenção da  
valorização.** Nota Técnica n. 218. Versão original de 12/2019. Rev.  
em 16/1/2020. Disponível em: [https://www.dieese.org.br/notatecnica/  
2019/notaTec218SalarioMinimo.html](https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec218SalarioMinimo.html). Acesso em: 17 ago. 2021.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo.** 2. imp. São  
Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017. Disponível em:  
[http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/a\\_era\\_do\\_capital  
\\_improdutivo\\_2\\_impress%C3%A3oV2.pdf](http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/a_era_do_capital_improdutivo_2_impress%C3%A3oV2.pdf). Acesso em: 14 maio 2020.

EIGENHEER, Emílio Maciel. **Lixo: a limpeza urbana através dos  
tempos.** Rio de Janeiro: Ed. Campus; Elsevier, 2009. Disponível em:  
<http://www.lixoeeducacao.uerj.br/imagens/pdf/ahistoriadolixo.pdf>.  
Acesso em: 1o set. 2020.

ESTADO DO PARANÁ. Companhia Paranaense de Energia (Copel).  
**Manual para gerenciamento de resíduos sólidos.** DRI/CSE/CGSA.  
Curitiba, PR, 2015. Disponível em: [https://www.copel.com/hpcopel/  
root/sitearquivos2.nsf/arquivos/manual\\_gerenciamento\\_residuos\\_solid  
os/\\$FILE/Manual%20para%20Gerenciamento%20de%20Res%C3%A  
Dduos%20v1.88.pdf](https://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/manual_gerenciamento_residuos_solidos/$FILE/Manual%20para%20Gerenciamento%20de%20Res%C3%AAduos%20v1.88.pdf). Acesso em: 2 set. 2021.

EVARISTO, Conceição. **Poemas de recordação e outros  
movimentos.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil.  
*In:* RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar  
crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência  
à infância no Brasil. 3. ed. Perdizes: Cortez, p. 33-96, 2014.

FERREIRA, Laís Naiara Alves. **Experiência de economia solidária:**  
um estudo de caso sobre a Associação dos Catadores de Materiais  
Recicláveis de Diamantina. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional)  
– Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade  
Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, 2017.  
Disponível em: [http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1826/1/  
lais\\_naiara\\_alves\\_ferreira.pdf](http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1826/1/lais_naiara_alves_ferreira.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.

FIORI, José Luís. **O vôo da coruja:** para reler o desenvolvimentismo  
brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Resgatando  
a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária,** s/d. Disponível  
em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 9 fev. 2021.

---

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Desafios do acesso à creche no Brasil**: subsídios para o debate. Jun. 2020.

Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/desafio-acesso-creche-brasil/>. Acesso em: 4 maio 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GAIGER, Luiz Inácio. Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários. **Revista Latino-americana de Estudios Del Trabajo**, v.7, n. 13, p. 191-211, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e experiências de economia solidária**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 2, p. 513-545, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/t3pG7p59gjRWgwb7ZCb34Gg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2021.

GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.79, p. 57-77, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. **Revista Lua Nova**, n. 83, p. 79-109, 2011.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 211-259, jun./2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n82/v28n82a13.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária no Brasil**: uma análise dos dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 79, p. 43-63, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n79/n79a03.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

GAIGER, Luiz Inácio; CORRÊA, Andressa. O diferencial do empreendedorismo solidário. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 34-43, 2011.

---

GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 137-169, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582018000100137&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582018000100137&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 7 jan. 2021.

GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 3, p. 811-834, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/24197>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GALDINO, Giancarlo. O filme da Netflix que vai acalmar sua alma e mudar sua forma de enxergar a vida. **Revista Bula**, em filmes. 16/2/2022. Disponível em: <https://www.revistabula.com/48366-o-filme-da-netflix-que-vai-acalmar-sua-alma-e-mudar-sua-forma-de-enxergar-a-vida/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

GALON, Tanyse; MARZIALE, Maria Helena Palucci. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo. *In*: PEREIRA, Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 169-200, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf). Acesso em: 22 set. 2020.

GONZAGUINHA, Luiz Gonzaga Junior. **E vamos à luta: álbum de volta ao começo**. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1980.

GUTBERLET, Jutta *et al.* Pesquisa-ação em educação ambiental e saúde dos catadores: estudo de caso realizado com integrantes de cooperativas de coleta seletiva e reciclagem na região metropolitana de São Paulo. *In*: PEREIRA, Cristina Jaquetto; GOES Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 201-216, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf). Acesso em: 15 ago. 2020.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HELMAN, Hélio. **ABIPLAST: há 50 anos transformando a indústria do plástico no Brasil**. São Paulo: Editora Definição, 2017. Disponível

---

em: [http://www.abiplast.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro\\_abiplast\\_50anos\\_completo\\_web-1.pdf](http://www.abiplast.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro_abiplast_50anos_completo_web-1.pdf). Acesso em: 26 ago. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

IASI, Mauro Luis. Quando entrar setembro. **Blog da Boitempo**, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/23/quando-entrar-setembro/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

IASI, Mauro Luis. Pandemia e violência. Dossiê temático. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 22, n. Especial, p. 655-666, 2020a. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2021/8925-1611586408.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

IASI, Mauro Luis. **Aula de vôo e outros poemas**. São Paulo: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Número de desempregados chega a 14,1 milhões no trimestre até outubro**. In: BRASIL, DF, Editoria: Estatísticas Sociais. Em: 29/12/2020, atual. em 29/12/2020. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/29782-numero-de-desempregados-chega-a-14-1-milhoes-no-trimestre-ate-outubro.html>. Acesso em: 12 mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Plano Nacional de Resíduos Sólidos: diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores. **Comunicado n. 145, de 25 de abril de 2012**. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120425\\_comunicadoipea0145.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120425_comunicadoipea0145.pdf). Acesso em: 1º set. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília, dez. 2013. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatorio\\_situacaosocial\\_mat\\_reciclavel\\_brasil.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf). Acesso em: 27 ago. 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** [1960]. 10. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2019.

JOHNSON, Steven. **O mapa fantasma: como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles**. Trad. de Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

JUNCA, Denise Chrysóstomo de Moura. **Mais que sobras e sobranças**: trajetória de sujeitos no lixo. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

LIMA, Francisco de Paula Antunes; SOUZA, Marcelo Alves de. Bem público e interesses privados no tratamento do lixo urbano: o caso da parceria público-privada dos resíduos sólidos em Minas Gerais. *In*: PEREIRA, Cristina Jaquetto; GOES Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016. p. 337-359. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf). Acesso em: 15 ago. 2020.

LIMA, Mariana. Trabalho infantil ainda é realidade para 998 mil crianças brasileiras. **Observatório do Terceiro Setor**. 27/5/2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/trabalho-infantil-ainda-e-realidade-para-998-mil-criancas-brasileiras/>. Acesso em: 12 out. 2020.

LOPES, Rodrigo. Memória: inauguração do Super Calcagnotto em 1975. **Jornal Pioneiro**, Cidades, Caxias do Sul, RS, 11/5/2018. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2018/05/memoria-inauguracao-do-super-calcagnotto-em-1975-10335990.html>. Acesso em: 14 ago. 2020.

LÚCIO, Clemente Ganz. 1º de maio em tempos de pandemia: a mutação do capitalismo e a degradação do trabalho. Entrevistas com Ricardo Antunes, Clemente Lúcio e José Dari Krein. **DMT– Democracia e Mundo do Trabalho em Debate**. 4 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/598528-1-de-maio-em-tempos-de-pandemia-a-mutacao-do-capitalis-mo-e-a-degradacao-do-trabalho-entrevistas-especiais-com-ricardo-antunes-clemente-lucio-e-dari-krein>. Acesso em: 17 ago. 2021.

LUTTNER, Cristina Mendes Altavilla; SILVA, Leila Regina; FERREIRA, Lívia Cristine Dutra. As experiências das diferentes formas de remuneração em associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis dos municípios da região metropolitana de Belo Horizonte: entre desafios e possibilidades na economia solidária. *In*: PEREIRA, Cristina Jaquetto; GOES Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016. p. 361-376.

---

Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadorespdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadorespdf). Acesso em: 15 ago. 2021.

MACIEL, Sheila Dias. Investigações em torno da memória e do testemunho em Lembrança de uma Batalha, de Italo Calvino. **Revista Rascunhos Culturais**, Coxim, MS, v. 5, n.10, p. 33-46, jul./dez. 2014. Disponível em: [http://revistarascunhos.sites.ufms.br/files/2015/08/10ed\\_artigo\\_2.pdf](http://revistarascunhos.sites.ufms.br/files/2015/08/10ed_artigo_2.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

MAGALHÃES, Beatriz Judice. Iminaridade e exclusão: caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira? *In*: PEREIRA, Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 123-150, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf). Acesso em: 22 set. 2020.

MAIA, Camila Moreira; GERMANO, Idilva Maria Pires. Economia solidária e o novo espírito do capitalismo: uma análise do discurso dos trabalhadores do assentamento Coqueirinho. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 39-52, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/17878>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Emancipação**, v. 6, n. 1, p. 9-23, 2006. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/69/67>. Acesso em: 19 maio 2021.

MARTINS, Ingrid Gomes *et al.* Reciclando as relações de gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal. *In*: PEREIRA, Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 75-98, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf). Acessado em: 22 de set. de 2020.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. t. 1.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Trad. de Alex Marius. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção obra prima de cada autor).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, Olegária. Sociedade: tolerância, confiança, amizade. **Revista USP**, São Paulo v. 37, p. 92-100, mar./maio 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28339>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

MORIN, Edgar; SLOTERDIJK. **Tornar a terra habitável** [recurso eletrônico]. Trad. de Edgard de Assis Carvalho; Fagner França. Dados eletrônicos. Natal, RN: EDUFRN, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/33223>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MORENO, Ana Carolina. Um terço das crianças de 0 a 3 anos mais pobres do Brasil está fora da creche por falta de vaga, diz IBGE. 20/05/2018 16h27. **G1-Globo. Educação**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/um-terco-das-criancas-de-0-a-3-anos-mais-pobres-do-brasil-estao-fora-da-creche-por-falta-de-vaga-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MOURA, Laysce Rocha de; DIAS, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. Um olhar sobre a saúde do catador de material reciclável: uma proposta de quadro analítico. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21. Temas em Destaque, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/asoc/v21/pt\\_1809-4422-asoc-21-e01072.pdf](https://www.scielo.br/pdf/asoc/v21/pt_1809-4422-asoc-21-e01072.pdf). Acesso em: 2 mar. 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS (MNCR). A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, MTE/Ipea, n. 41, p. 55-58, 2009. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4058/1/bmt41\\_09\\_Eco\\_Crise\\_41.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4058/1/bmt41_09_Eco_Crise_41.pdf). Acesso em: 15 ago. 2020.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS (MNCR). **Quantos catadores existem em atividade no Brasil?** Setor de Comunicação MNCR – publicado 10/4/2019. Disponível em: <http://mncr.org.br/sobre-o-mncr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil#:~:text=Os%20catadores%20s%C3%A3o%20respons%C3%A1veis%20pela,da%20ahia%20E2%80%93%20GERI%2C%202006>. Acesso em: 22 out. 2020.

---

NARDI, Henrique Caetano *et al.* Subjetividade e solidariedade: a diversidade das formas de implicação dos jovens na Economia Solidária. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 2, p. 320-328, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prc/v19n2/a19v19n2.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2021.

NOGUEIRA, Mauro Oddo. A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira. *In*: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Texto para discussão n. 2221**. Brasília: Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6907/1/td\\_2221.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6907/1/td_2221.pdf). Acesso em: 15 mar. 2021.

OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. **Do trabalho sujo à bela obra**: o que é triar materiais recicláveis? Um estudo em psicossociologia do trabalho. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AQGHQR>. Acesso em: 10 maio 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Combatendo o trabalho infantil**: Guia para educadores / IPEC. Brasília: OIT, 2001, p. 16. Disponível em: <https://www.ilo.org/publication/wcms233633> PDF. Acesso em: 15 dez. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **O emprego atípico no mundo**: desafios e perspectivas. Visão Geral. Bureau Internacional do Trabalho. Genebra, 2016. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_626383.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_626383.pdf). Acesso em: 7 jan. 2021.

OSTERNE, Maria do Socorro F.; BRASIL, Glauécia Mota; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. A produção do conhecimento nas Ciências Sociais e a provisoriabilidade da realidade material e simbólica. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 152-170, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/x5rDg5hFM8kdGck3jF4jdj/?lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2021.

PADILHA, Valquíria. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panacéia delirante. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 549-563, nov. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/LMVTnjZCqVnptxyCF3DbysF/?lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2020.

---

PANDOLFI, Marcelo de Amorim. **Admirável mundo do empreendedorismo**: adoção do empreendedorismo como princípio educativo no Curso Técnico em Administração do Instituto Federal do Espírito Santo. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Educação de São Carlos, SP, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7065/TeseMAP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 jan. 2021.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. A crise estrutural do capital e a centralidade das classes sociais. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/download/S1414-49802014000100005/26858/112779>. Acesso em: 22 ago. 2021.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cadernos EBAPE**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512011000300011](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512011000300011). Acesso em: 22 out. 2020.

PEREIRA, Clara Marinho; SILVA, Sandro Pereira. A nova lei de cooperativas de trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações. *In*: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Mercado de trabalho**, n. 53, p. 65-74, nov. 2012. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3872/1/bmt53\\_econ04\\_novalei.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3872/1/bmt53_econ04_novalei.pdf). Acesso em: 25 fev. 2021.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas básicas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

PEREIRA, Sandra de Oliveira Gomes; CABRAL, José Pedro Cabrera. Informalidade e crise do emprego no Brasil. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n.18, p. 92-102, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1753>. Acesso em: 2 abr. 2021.

PEYON, Eduardo Rodrigues. **Sobre o trabalhar contemporâneo**: diálogos entre a psicanálise e a psicodinâmica do trabalho. São Paulo: Blücher. E-Book em PDF, 2018.

PINHO, Leonardo. Economia Solidária e a reorganização do governo Bolsonaro: o caminho é a mobilização. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Pressão Social. Acervo *online* Brasil. 30 jul. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

POCHMANN, Marcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p.119-139 abr./jun. 1998. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/download/1297/1665#:~:text=o%20Brasil%20convive%2C%20nos%20anos,conhecida%20em%20todo%20o%20Pa%C3%ADs>. Acesso em: 4 ago. 2021.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. (Brasil em debate; v. 2). Disponível em: [https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/brasil\\_em\\_debate\\_vol\\_2\\_marcio\\_pochmann.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/brasil_em_debate_vol_2_marcio_pochmann.pdf) Acesso em: 4 ago. 2021.

POCHMANN, Marcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 89-99, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vnJWDbvYCWqdYdVypqrJMBm/?lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2021.

POCHMANN, Marcio. Recessão, neoliberalismo e abandono da sociedade salarial. **Rede Brasil Atual** 2020a. Receituário. Publicado 27/1/2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2020/01/caged-2019-recessao-abandono-salario/>. Acesso em: 5 ago. 2021.

POCHMANN, Marcio. Dois brasis: a falsa contradição. **Partido dos Trabalhadores**, 2021. Publicado em 19/5/2021. Disponível em: <https://pt.org.br/artigo-dois-brasis-a-falsa-contradicao-por-marcio-pochmann/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

POCHMANN, Marcio. Adeus à classe média e ao charme capitalista. **Outras Palavras**. É revista? Crise brasileira, 2021a. Publicado em 14/6/2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/adeus-a-classe-media-e-ao-charme-capitalista/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

POCHMANN, Marcio. Recessão, desesperança e a diáspora brasileira. **Outras Palavras**. Crise brasileira, 2021b. Publicado em 28/6/2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/recessao-desesperanca-e-a-diaspora-brasileira/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

PRESAS, Joaquin Fernandez; PRESAS, Patrícia Piana. História da embalagem: uma brevíssima resenha do século XXI. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM DESIGN. **Anais**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://wolverine.ava.ufsc.br/>

~tearad/repositorio/Fundamentos%20da%20Cor/historia%20da%20Embalagem.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

RIBEIRO, Danielle. **Estado e capital em István Mészáros** [recurso eletrônico]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126221/ISBN9788579835742.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 abr. 2021.

RIBEIRO, Djamilia. **Revista TPM. Comportamento/ativismo**, 6 mar. 2015. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/a-luta-de-djamila-ribeiro>. Acesso em: 29 set. 2020.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 376-406, 2013.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. Perdizes: Cortez, 2014.

RUSSO, Renato. **Desemprego**. Álbum Dois. Banda Legião Urbana. Rio de Janeiro: EMI, 1986.

RUSSO, Renato. **Fábrica**. Álbum Dois. Banda Legião Urbana. Rio de Janeiro: EMI 1986.

SAFATLE, Vladimir. A festa não pode parar. Mesmo com mortos na sala... **UOL. Comissão Arns**. Publicado em: 4/1/2021 10h54. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/comissao-arns/2021/01/04/a-festa-nao-pode-parar-mesmo-com-mortos-na-sala.htm>. Acesso em: 7 jul. 2021.

SANT'ANA, Diogo de; MAETELLO, Daniela. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: PEREIRA, Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 21-46, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf). Acesso em: 22 set. 2020.

SANTOS, Adma Viana. **A cadeia produtiva da reciclagem sob a ótica da governança territorial e das políticas públicas: estudo de caso nos municípios de Vitória da Conquista/BA, Piracicaba/SP e Anápolis/GO**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Disponível em:

[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/180426/santos\\_av\\_dr\\_rcla.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/180426/santos_av_dr_rcla.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 7 set. 2020.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. *et al.* (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SCHNEIDER, Vânia E.; PIRES, Jussara Kalil. Resíduos sólidos: problemática e definições. In: SCHNEIDER, Vânia E.; STEDILE, Nilva L. Rech (org.). **Resíduos de serviços de saúde: um olhar interdisciplinar sobre o fenômeno**. 3. ed., ampl. e atual. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SESSO FILHO, Umberto Antônio. **O setor supermercadista no Brasil nos anos de 1990**. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo. Piracicaba, mar. 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-11072003-140924/publico/umberto.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 72-81, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/7g5d46nQkNQ7KRdnfZP5mgk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 4 ago. 2021.

SQUAREZI, Sandro Benedito. **Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3367/1/Sandro%20Benedito%20Squarezi.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SILVA, Hyldon. **Casinha de sapé: álbum Na Rua, na Chuva, na Fazenda**. Rio de Janeiro: Polydor, 1975.

SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ Albino Rodrigues. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/>

---

portal/images/stories/PDFs/situacao\_social/131219\_relatorio\_situacao\_social\_mat\_reciclavavel\_brasil.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. Empreendimentos de economia solidária na cadeia produtiva da reciclagem: um olhar inicial sobre os dados do sistema de informações da economia solidária. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Mercado de trabalho**, Brasília, n. 59, ano 21, p. 99-106, out. 2015. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5010/11/bmt\\_59\\_economia-solidaria-2.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5010/11/bmt_59_economia-solidaria-2.pdf). Acesso em: 19 jan. 2021.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília, 2016.

SILVA, Sandro Pereira. A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. **Texto para discussão n. 2268**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília: Rio de Janeiro, 2017a. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2268.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2268.pdf). Acesso em: 18 ago. 2020.

SILVA, Sandro Pereira. Reciclagem e economia solidária: análise das dimensões estruturais dos empreendimentos coletivos de catadores no Brasil. **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais**, n. 46, p. 229-249, jan./jun. 2017b. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/31292>. Acesso em: 28 out. 2020.

SILVA, Sandro Pereira. Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. **Texto para discussão n. 2271**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília: Rio de Janeiro, 2017c. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7424/1/td\\_2271.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7424/1/td_2271.pdf). Acesso em: 12 jan. 2021.

SILVA, Patrícia Costa e. A impessoalidade do individualismo sob o domínio da racionalidade técnica. **Dialogando**: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Teologia, Quixadá, v. 3, n. 5, p. 97-118, jan./jun. 2018. Disponível em: [https://www.revistadialogando.com.br/images/5.\\_A\\_impessoalidade\\_do\\_individualismo\\_sob\\_o\\_dominio\\_da\\_racionalidade\\_tecnica\\_p.97-118.pdf](https://www.revistadialogando.com.br/images/5._A_impessoalidade_do_individualismo_sob_o_dominio_da_racionalidade_tecnica_p.97-118.pdf). Acesso em: 20 dez. 2020.

SILVA, Sandro Pereira. A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de

---

paradigma. **Texto para discussão n. 2434**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília: Rio de Janeiro, 2018a. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8929/1/td\\_2434.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8929/1/td_2434.pdf). Acesso em: 9 fev. 2021.

SILVA, Sandro Pereira. Economia solidária e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília. **Mercado de trabalho**, v. 64, p. 163-172, abr. 2018b. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8393/1/bmt\\_64\\_crise.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8393/1/bmt_64_crise.pdf). Acesso em: 9 fev. 2021.

SILVA, Hugo Leonardo Fonseca da. Trabalho precário e formação do trabalhador: a precariedade como modo de ser. **RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade** (on-line). Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, v. III, n. 5. Nova Iguaçu, RJ: GTPS/UFRRJ, p. 223-250, 2018c. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/issue/view/92/CPT05>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SILVA, Ronaldo Barreto; SILVA, Roberto Marinho Alves da. Da crise institucional ao Estado mínimo: o arrefecimento nas políticas públicas de inclusão socioeconômica de catadores e catadoras de materiais recicláveis. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília. **Mercado de trabalho**, v. 65, p. 139-151, out. 2018. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9911/1/bmt\\_65\\_10\\_economia2\\_crise.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9911/1/bmt_65_10_economia2_crise.pdf). Acesso em: 15 fev. 2021.

SILVA, Sandro Pereira (org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/201216\\_livro\\_dinamicas\\_da\\_economia.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/201216_livro_dinamicas_da_economia.pdf). Acesso em: 30 jan. 2021.

SILVA, Sandro Pereira. Da inserção ao desmantelamento da política de economia solidária na agenda governamental (2003-2019). **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, v. 3, e021020, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/download/15938/10837>. Acesso em: nov. 2021.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, v.16, n. 1-2. Brasília, jun./dez., p. 100-112,

2001. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922001000100005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005). Acesso em: 28 jan. 2021.

SINGER, Paul; SILVA, Roberto Marinho A. da; SCHIOCHET, Valmor. Economia solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no plano Brasil sem miséria. *In*: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO Tiago; COSTA, Patricia Vieira da (orgs.). **O Brasil sem miséria**. Brasília: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), p. 425-445, 2014. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilsemmiseria.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf). Acesso em: 14 jan. 2021.

SOUSA, Romário Rocha; PEREIRA Rafael Diogo; CALBINO, Daniel. Memórias do lixo: luta e resistência nas trajetórias de catadores de materiais recicláveis da ASMARE. **REAd – Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, set./dez. p. 2236-246, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/read/v25n3/1413-2311-read-25-3-223.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

SOUZA, José Amilton. de. **Catadores de lixo**: narrativas de vida, políticas públicas e meio ambiente. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018a.

SOUZA, Jessé; GRILO, André *et al.* (col.). **Ralé brasileira**: quem é, como vive. 3. ed. São Paulo: Contracorrente, 2018b.

SOUZA, Jessé. **A guerra contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020a. Recurso digital. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/n8xsnc0>. Acesso em: 4 jul. 2020.

SOUZA, André Luiz de. Entre a independência e a subordinação. **Democracia e mundo do trabalho em debate**. Opinião. Fonte: A terra é redonda. 2020b. Data original da publicação: 18/12/2020. Disponível em: <http://www.dmtemdebate.com.br/entre-a-independencia-e-a-subordinacao/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. *In*: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS).

---

**Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e org. das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Brasília, DF, 2009. p. 13-56. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/concepcao\\_gestao\\_protectaosocial.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protectaosocial.pdf). Acesso em: 29 out. 2018.

SPOSATI, Aldaíza. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n.7, p. 2315-2325, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2315.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SZUL, Karoline Dutra; MOURA, Reidy Rolim de. Os desafios da autogestão em um empreendimento econômico solidário: o caso da Associação de Recicladores Rei do Pet (Arrep) – Ponta Grossa, PR. **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 23-25 out., p. 1-10, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180045/https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180045/102\\_00108.pdf?sequence=1&isAllowed=y102\\_00108.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180045/https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180045/102_00108.pdf?sequence=1&isAllowed=y102_00108.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 12 fev. 2021.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. **Cadernos CHR**, Salvador, n. 19, p. 8-21, jul./dez. 1993. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18793/12163>. Acesso em: 14 jun. 2019.

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais; afinal do que se trata? **Revista USP**, São Paulo, v. 37, p. 34 – 45, mar./maio 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/27023>. Acesso em: 15 fev. 2021.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. Introdução. *In*: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, p. 11-34.

TRINDADE, Hiago. Sob a ponta da agulha: dimensões do trabalho precário na indústria têxtil. **O social em questão**, v. 20, n. 39, p. 285-300, 2017. Sessão Livre. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_39\\_SL\\_art\\_1\\_Trindade.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_39_SL_art_1_Trindade.pdf). Acesso em: 16 fev. 2021.

TUON, Lígia. Brasil é um dos países com menor mobilidade social em ranking global. **Revista Exame**, Economia, 22/1/2020. Disponível

em: <https://exame.com/economia/brasil-e-um-dos-paises-com-menor-mobilidade-social-em-ranking-https://exame.com/economia/brasil-e-um-dos-paises-com-menor-mobilidade-social-em-ranking-global/global/>. Acesso em: 29 set. 2020.

VARGAS, Pepe. A cidade que queremos. In: MAGALHAES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (org.). **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 173-181, 1999. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/governo\\_e\\_cidadania.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/governo_e_cidadania.pdf). Acesso em: 18 fev. 2021

VELOSO, Caetano. **Gente: álbum bicho**. São Paulo: Philips Records, 1977.

VERONESE, Marília Veríssimo. Subjetividade, trabalho e economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais [online]**, v. 84, p. 153-167, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/416>. Acesso em: 12 fev. 2021.

ZATTERA, Ademir José. **Projeto capacitação e apoio às atividades dos catadores informais do município de Caxias do Sul**, 2011. Financiamento pelo Edital Público da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), alocada no Ministério do Trabalho e Emprego e em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, 2013-2017.

WAKULICZ, Gilberto; OLIVEIRA FILHO, João Telmo de. **Legislação cooperativista**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico; Rede e-Tec Brasil, 2015. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/453269/>. Acesso em: 19 fev. 2021.



A Universidade de Caxias do Sul é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. É afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG; à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; e ao Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas.

Criada em 1967, a UCS é a mais antiga Instituição de Ensino Superior da região e foi construída pelo esforço coletivo da comunidade.

### *Uma história de tradição*

Em meio século de atividades, a UCS marcou a vida de mais de 120 mil pessoas, que contribuem com o seu conhecimento para o progresso da região e do país.

### *A universidade de hoje*

A atuação da Universidade na atualidade também pode ser traduzida em números que ratificam uma trajetória comprometida com o desenvolvimento social.

Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul faz parte da vida de uma região com mais de 1,2 milhão de pessoas.

Com ênfase no ensino de graduação e pós-graduação, a UCS responde pela formação de milhares de profissionais, que têm a possibilidade de aperfeiçoar sua formação nos programas de Pós-Graduação, Especializações, MBAs, Mestrados e Doutorados. Comprometida com excelência acadêmica, a UCS é uma instituição sintonizada com o seu tempo e projetada para além dele.

Como agente de promoção do desenvolvimento a UCS procura fomentar a cultura da inovação científica e tecnológica e do empreendedorismo, articulando as ações entre a academia e a sociedade.

### *A Editora da Universidade de Caxias do Sul*

O papel da EDUCS, por tratar-se de uma editora acadêmica, é o compromisso com a produção e a difusão do conhecimento oriundo da pesquisa, do ensino e da extensão. Nos mais de 1500 títulos publicados é possível verificar a qualidade do conhecimento produzido e sua relevância para o desenvolvimento regional.



Conheça as possibilidades de formação e aperfeiçoamento vinculadas às áreas de conhecimento desta publicação acessando o QR Code:

